

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

VANESSA NICOCELI

HERMANN BLUMENAU: UMA EXPERIÊNCIA DE COLONIZAÇÃO EM SANTA
CATARINA (1846-1884).

CURITIBA
2014

VANESSA NICOCELI

HERMANN BLUMENAU: UMA EXPERIÊNCIA DE COLONIZAÇÃO EM SANTA CATARINA (1846-1884).

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em História, no curso de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Profa. Dra. Joseli Maria Nunes Mendonça

CURITIBA
2014

Catálogo na publicação

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Bull, Vanessa Nicoceli

Hermann Blumenau : uma experiência de colonização em Santa Catarina (1846 -1844) / Vanessa Nicoceli Bull – Curitiba, 2014.

205 f.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Joseli Maria Nunes Mendonça

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná.

1. Blumenau (SC) - Colonização - História. 2. Blumenau, Hermann Bruno Otto, 1819-1899. 3. Migração - História - Santa Catarina. I.Título.

CDD 981.642

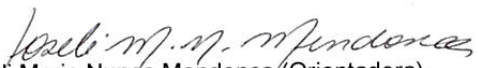


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.
E-mail: cpghis@ufpr.br **Website:** www.poshistoria.ufpr.br

PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **Vanessa Nicocelli Bull**, intitulada: **Hermann Blumenau: Uma experiência de Colonização em Santa Catarina (1846-1884)**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua *aprovação*, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, doze de maio de dois mil e quatorze.


Profa Dra Joseli Maria Nunes Mendonça (Orientadora)
Presidente da Banca Examinadora



Prof. Dr. Paulo Pinheiro Machado (UFSC)
1º Examinador



Prof. Dr. Sérgio Odilon Nadalin (UFPR)
2º Examinador

À Cris, por acreditar sempre.
Ao Rafael, meu amor, companheiro e
amigo, por tudo e mais um pouco.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a CAPES pelo auxílio financeiro da bolsa de estudos durante o período do mestrado.

Ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Paraná que me proporcionou espaço de troca e discussão acadêmica. A secretária Maria Cristina, sempre tão eficiente em seu trabalho. Aos professores, que desde o processo de seleção confiaram neste trabalho. Ao professor Antonio Cesar Santos que ministrou o Seminário em Espaços e Sociabilidades, ao professor Carlos Lima e Luiz Geraldo Silva, que ministraram as disciplinas que cursei, por sempre contribuírem para o aperfeiçoamento da pesquisa.

Agradeço à professora Roseli Boschilia por participar da minha banca de qualificação e ter contribuído para o trabalho. Por este motivo também agradeço ao professor Sérgio Nadalin; a ele, acrescento meus agradecimentos por ministrar a disciplina de História das Populações e possibilitar momentos de debate sobre as minhas fontes de pesquisa e ainda por aceitar participar da minha defesa de dissertação.

Ainda gostaria de agradecer aos funcionários do Arquivo Público de Santa Catarina e do Arquivo Histórico José Ferreira da Silva que me auxiliaram na seleção dos documentos. À professora Sueli Petry, por sempre se colocar à disposição para ajudar na busca das fontes. Além disso, agradeço aqueles que se dedicaram a traduzir os documentos, da língua alemã para o português, e aos autores organizadores de livros com as fontes traduzidas, que possibilitaram o acesso a informações importantes para o trabalho.

Com “empolgação” quero agradecer meus colegas da pós pelas contribuições para a pesquisa, pelos momentos de “casa verde” e pelas conversas descontraídas nas filas de RU. Em especial a Pâmela, por tanta coisa, entre elas pelas conversas na madrugada sobre imigração e colonização, colonos e motins, e, as coisas da vida; por sempre me acolher com tanto carinho, de braços abertos e com um sorriso no rosto no 92 e ser minha curitibana preferida. A Noemi pela rica troca de conhecimentos, até mesmo no Ru, em um Domingo, e por mostrar como se estaciona perfeitamente no Bosque do Alemão. Ao Jonathan Souza por sempre ter um colchão sobrando e por ser ainda mais empolgado que eu. E aos “Thiagos” que

completaram o grupo de Estudos - valeu a “experiência” -, e ao outro Thiago e ao Capra que passavam as fases difíceis nos jogos do play e conversavam sobre tudo e a qualquer hora.

Ao André Carlos Furtado por me fazer sentir tanto orgulho em cada conversa de 25 centavos, nas viagens entre Blumenau e Curitiba, ou nas dunas de Natal. Por me ouvir e ter paciência nos meus ápices de empolgação e pulos.

É possível que não encontre palavras para demonstrar minha imensa gratidão a minha orientadora Joseli Maria Nunes Mendonça, mas espero ter conseguido demonstrar este sentimento durante o período de orientação. Agradeço por cada email, mensagem e ligação trocada. Pela paciência, dedicação e comprometimento de cada encontro e pela constante gentileza. Pela habilidade de orientar, ensinar e pelo desprendimento de dividir seus conhecimentos comigo – e com todos seus orientandos. Além disso, por me mostrar que a vida pode ser muito mais simples e descomplicada.

À Cristina Ferreira, queria agradecer, e reiterar, sua parcela de responsabilidade no meu processo de crescimento acadêmico. Agradeço por me ensinar a ver caminhos interessantes de pesquisa e acima de tudo por me mostrar sempre amor pelo ofício do historiador. À minha querida amiga, ainda agradeço as trocas de vivências que me mostram diariamente que é possível aprender em cada situação da vida, e que o bom, é que o tempo não para.

A minha família amada, Marlene, Djalma e Néia, por me darem todo o apoio em qualquer das minhas escolhas e por sempre demonstrarem ter orgulho e admiração nas minhas conquistas. Obrigada.

Ao homem que escolhi para compartilhar a minha vida, Rafael Bull, agradeço toda a paciência dos momentos de solidão causados pela distância entre Blumenau, Porto Alegre, Curitiba ou Portela. Por acreditar, enquanto eu estava aflita, e por refletir, quando eu não conseguia nem pensar. Pelo grande amor, acima de tudo. Por partilhar mais este momento de realização.

“Pessoalmente, do mais remoto que me lembre, ela sempre me pareceu divertida. Como todos os historiadores, eu penso. Sem o quê, por quais razões teriam escolhido este ofício?” (Marc Bloch)

RESUMO

Esta dissertação acompanha a atuação de Hermann Bruno Otto Blumenau no planejamento, implantação, administração e direção da colônia que levou seu nome e que foi por ele fundada em 1850, na província de Santa Catarina. Hermann Blumenau, formado em química e farmácia, chegou ao Brasil em 1846. Veio com planos de fundar um núcleo colonial e percorreu alguns locais como Rio de Janeiro, Rio Grande e Santa Catarina que lhe pareciam interessantes para este fim. Depois dessas andanças e de várias tratativas com autoridades imperiais e provinciais, em 1848 ele comprou um lote na província de Santa Catarina e recebeu do governo da mesma província outra extensão de terras devolutas, que com seu lote faziam divisa. Nesta área, em 1850, iniciou o empreendimento do núcleo colonial, para onde passou a transferir imigrantes trazidos de Estados Alemães por uma intrincada rede de agenciamento e transporte da qual ele também fazia parte. Com seu sócio Ferdinand Hackradt, Hermann Blumenau esteve à frente da direção da colônia até 1882. Desfeita a sociedade, passou a dirigir sozinho o núcleo, que precisava de apoio do governo para se viabilizar. Este apoio era fornecido na forma de empréstimos, que geravam a necessidade de que Blumenau prestasse contas de suas ações ao governo. Assim, mesmo quando estava à frente da colônia que era sua propriedade, Blumenau mantinha uma estreita relação com o poder público, tanto provincial quanto imperial. Esta relação se aprofundou quando, em 1860, em razão das dificuldades econômicas, a colônia foi encampada pelo governo imperial e o antigo proprietário tornou-se o diretor do núcleo. Assim, estudando a atuação de Hermann Blumenau na idealização, organização e administração da colônia, procurei tratar de aspectos relativos ao agenciamento e transporte de imigrantes para o Brasil, mais especificamente para Santa Catarina, das características da administração privada de uma colônia e, depois, dos aspectos envolvidos na direção de uma colônia pública. A opção metodológica de reduzir a escala analítica das informações e vestígios documentais possibilitou acompanhar um caso individual e, a partir dele, tratar de aspectos mais amplos, relacionados à configuração de experiências coloniais públicas e privadas e às relações sociais estabelecidas no interior da colônia e de seu diretor com as autoridades do governo imperial e provincial.

PALAVRAS CHAVES: Colonização, Imigração, Hermann Blumenau, Colônia Blumenau, Santa Catarina.

ABSTRACT

This dissertation follows the work of Hermann Bruno Otto Blumenau in the planning, implementation, management and direction of the colony that bore his name and which was founded by him in 1850, in the province of Santa Catarina. Hermann Blumenau, a graduated in chemistry and pharmacy, arrived in Brazil in 1846. He arrived with plans of founding a colonial nucleus and traveled to some places like Rio de Janeiro, Rio Grande and Santa Catarina, which looked interesting for this purpose. After these travels and dealings with various imperial and provincial authorities in 1848 he bought a lot in the province of Santa Catarina and received from the government of the same province another extension of vacant land, which bordered his lot. In this area, in 1850, began the development of the colonial nucleus, where he started transferring immigrants from the German states by an intricate network of agency and transportation which he also belonged. With his partner Ferdinand Hackradt, Hermann Blumenau headed the direction of the colony until 1882. When the society was undone, he began to direct the nucleus alone, which needed government support to be viable. This support was provided in the form of loans that generated the need for Blumenau to report his actions to the government. So, even when he was ahead of the colony which was his property, Blumenau had a close relationship with public power, both provincial and imperial. This relationship was deepened when, in 1860, due to economic difficulties, the colony was taken over by the imperial government and the former owner became the director of the nucleus. Thus, studying the work of Hermann Blumenau in the idealization, organization and administration of the colony, I tried to deal with issues related to the agency and transportation of immigrants to Brazil, more specifically to Santa Catarina, with characteristics of the private administration of a colony and, then, aspects involved in the direction of a public colony. The methodological option to reduce the analytical scale of the information and the documentary traces enabled to follow an individual case and, from it, to deal with broader aspects, related to the configuration of public and private colonial experiences and the social relations within the colony and the director's relations with the authorities of the imperial and provincial government.

Keywords: Colonization, Immigration, Hermann Blumenau, Blumenau Colony, Santa Catarina.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – RELAÇÃO DOS PRIMEIROS OCUPANTES DE LOTES COLONIAIS NA COLÔNIA DE BLUMENAU EM 28 DE AGOSTO DE 1852.....	93
TABELA 2 – DESENVOLVIMENTO COLONIAL DOS ANOS 1856, 1857 E 1858 (DADOS COMPOSTOS POR HERMANN BLUMENAU).....	129
TABELA 3 – RESSARCIMENTO DE DÍVIDAS DE IMIGRANTES.....	141
TABELA 4 – DÍVIDAS DOS COLONOS E QUANTIAS RESSARCIDAS AO GOVERNO 1860-1876.....	173

LISTA DE SIGLAS

APESC – Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

AHJFS – Arquivo Histórico José Ferreira da Silva

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1 ENTRE PLANOS, VIAGENS E PROJETOS: IDEALIZAÇÃO DE UMA COLÔNIA – 1846-1850.....	28
1.1 “Um ou dois pares de meia de seda novos” para os negócios no Brasil.....	28
1.2 A imigração e colonização alemã no Brasil: a “causa” de Sturz e Blumenau.....	33
1.3 Brasil e Hamburgo: os “negócios” de Hermann Blumenau.....	42
1.4 Para a emigração e colonização no Brasil: que haja “muito dinheiro”	49
1.5 O Brasil e os “caminhos abertos” para Hermann Blumenau	53
1.6 Os termos de um projeto de colonização e sua aplicabilidade no sul do Brasil.....	61
1.7 “Aos pés do túmulo” de um projeto de colonização em Santa Catarina.....	66
2 UMA COLÔNIA PARTICULAR – 1850-1860	74
2.1 A província de Santa Catarina e as vantagens para negócios e colonização	74
2.2 Nenhum real em moeda, mas um monte de terras.....	79
2.3 Um empreendimento particular: Blumenau & Hackradt no Vale do Itajaí.....	85
2.4 Negociação e influência na distribuição de lotes coloniais	90
2.5 Cartas, artigos e livros para atração de colonos.....	98
2.6 Para arregimentar “peixes mais gordos”	107
2.7 Jornaleiros, empregados e proprietários.....	111
2.8 Escravos: trabalhadores “necessários”	117
2.9 Empréstimos e dívidas: que o governo tome o negócio em suas mãos.....	125
3 A COLÔNIA PÚBLICA IMPERIAL – 1860 -1882	132
3.1 Agora, quem “rege” é o Império.....	132
3.2 “Maneiras” e “práticas” da diretoria na Colônia Blumenau.....	138
3.3 Nos cargos e funções, que permaneçam os mesmos nomes.....	148
3.4 O “último sinal de vida” de um Conselho de Colonos.....	156

3.5 Sobre a “confusão” de terras devolutas, a diretoria que decide.....	163
3.6 Analfabetos, jornaleiros, aldeões, mas com direitos!	171
3.7 Para os fins, necessita-se de meios	178
CONCLUSÃO	186
REFERÊNCIAS	190

INTRODUÇÃO

Nesta dissertação sigo uma personagem: Hermann Bruno Otto Blumenau. Nascido no Ducado de Brunswick (atualmente território da Alemanha) foi químico e farmacêutico e viveu no Brasil entre 1846 e 1884, quando se dedicou à instalação e administração de uma colônia de imigrantes, localizada no interior da província de Santa Catarina.

Procurei acompanhar Hermann Blumenau em sua atuação na idealização de do empreendimento colonial, nas tratativas que teve com autoridades brasileiras, nos negócios que envolveram o agenciamento e transporte de imigrantes, na administração da colônia de que era proprietário e, depois, como diretor colonial nomeado pelo governo. Por meio desta abordagem, busquei problematizar a mudança do formato do núcleo – de particular para público – e identificar aspectos da realidade de uma colônia, baseada na imigração estrangeira e na pequena propriedade rural.

A personagem de Hermann Blumenau é lembrada constantemente na cidade que carrega seu sobrenome, originada desta experiência de colonização aqui estudada. Em datas comemorativas, como nos dias 2 de setembro, data de chegada dos primeiros 17 imigrantes, quando se comemora o aniversário da cidade, costuma-se relembrar aspectos culturais do município, principalmente aqueles provenientes de sua atuação no processo de colonização alemã na região. Nas comemorações ocorrem desfiles temáticos, apresentações artísticas e atos públicos com autoridades do Município de Blumenau e do Estado de Santa Catarina.

A cerimônia formal inicia-se no Mausoléu, localizado no centro da cidade, onde estão depositados os restos mortais de Hermann Blumenau e membros de sua família. Ali em geral ocorre a apresentação de um grupo musical ou de coralistas da região, e em seguida há o pronunciamento de autoridades, que falam sobre o que pode se chamar de “gratidão póstuma” ao ex-diretor colonial, considerado o responsável pelo desenvolvimento que a cidade alcançou, desde o período de sua atuação na região no século XIX. No evento, instituições públicas e particulares da cidade enviam coroas de flores que são colocadas ao redor do jazigo localizado na parte central do Mausoléu. Após esta parte da ritualística, inicia-se o desfile pela rua central da cidade (XV de Novembro), composto por grupos como Clubes de Caça e

Tiro, escolas e conjuntos de fanfarras, representantes de órgãos não governamentais, secretarias municipais, entre outros, além de atores que representam os 17 imigrantes que chegaram à colônia em 1850, um caracterizado como o próprio Hermann Blumenau.

O evento ocorre anualmente no aniversário da cidade desde 1974, quando o Mausoléu foi especialmente construído para guardar os restos mortais de Hermann Blumenau, trasladados da Alemanha por iniciativa do governo municipal daquele período. Tal descrição, feita de maneira sintética, se refere a uma cerimônia atual que elege fragmentos resignificados da história do município. A personagem de Hermann Blumenau é lembrada para se tornar, a cada ano, uma referência para se constituir na cidade um “mito fundador”.

Contudo, como aspectos culturais que marcam a memória atual da cidade de Blumenau interessam para este trabalho, com delimitação temporal na segunda metade do século XIX?

A explicação desta ligação está na trajetória de pesquisa da dissertação. Tais elementos citados rapidamente compuseram a problemática de estudos da minha monografia de graduação. Naquele trabalho, a personagem de Hermann Blumenau tomou espaço central de análise, porque seu nome esteve ligado, e foi elemento de legitimidade, de um investimento público que resultou no traslado dos restos mortais e construção do mausoléu para resguardá-los no início da década de 1970, um século após sua atuação na região.¹

O trabalho me aproximou da personagem, e me levou a questionamentos sobre os aspectos biográficos que alguns discursos no município elegiam como característicos de Hermann Blumenau, como a ideia de uma atuação desprovida de descontinuidades ou a visão de um destino marcado para atingir o sucesso na colonização do Vale do Itajaí. A construção desta memória da personagem me estimulou a estudar sua atuação no contexto da colonização empreendida e o resultado deste estudo foi esta dissertação. Assim, de um trabalho para outro o período histórico mudou, estando agora definido entre 1846 – ano da chegada de Blumenau no Brasil – a 1884 – ano em que, depois de emancipada a colônia, ele

¹ Cf: NICOCELI, Vanessa. O retorno do colonizador: representações da memória no traslado dos restos mortais de Hermann Blumenau e a construção do Mausoléu Dr. Blumenau. Monografia de Graduação. Blumenau: FURB, 2009. Disponível em : http://www.bc.furb.br/docs/MO/2010/341817_1_1.pdf.

retorna à Alemanha. A personagem, entretanto, permanece como o fio condutor do trabalho.

A ideia de que a atuação de Hermann Blumenau ocorreu linearmente e sem contradições foi em grande parte construída por memorialistas da região, que se dedicaram a produzir textos biográficos de Hermann Blumenau.² Tal produção pode ser classificada no que Marcos Witt chama de “historiografia clássica da imigração”, que tende a creditar à imagem do imigrante termos como “ordeiro” e “trabalhador”, constituindo uma produção caracterizada pela “louvação étnica”.³ No caso de Hermann Blumenau, a personagem carrega, além destes atributos, outras significações, devido à sua atuação, como proprietário e administrador colonial. Alguns autores confundem a história do município com os “dados biográficos” de Blumenau e, com isso, criam a ideia de que o empreendimento de colonização foi “magnífico”, enquanto a direção colonial teria sido responsável pela “civilização” da região.⁴

É certo que a trajetória de vida de Hermann Blumenau esteve imbricada no processo de imigração e colonização da região do Vale do Itajaí. Afinal, desde o ano de 1846, quando chegou ao Brasil pela primeira vez, até 1884, quando retornou definitivamente à Alemanha, ele envolveu-se na constituição e direção de um núcleo de colonização com imigrantes, baseado na pequena propriedade de terras. Porém, o acompanhamento de suas vicissitudes biográficas é uma possibilidade de abordar aspectos ainda pouco trabalhados pela historiografia da imigração e colonização alemã no Brasil como: os meios que buscou fomentar o núcleo particular a partir de negociações entre a direção colonial e autoridades políticas, a maneira como recorreu à legislação brasileira que regulava a imigração e a colonização ou, ainda, a forma com que, dirigindo a colônia, se relacionava com os colonos, trabalhadores e agricultores, mediando as suas necessidades e os interesses coloniais.

² Entre outras cito: SILVA, José Ferreira da. *História de Blumenau*. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988; _____. *O Doutor Blumenau*. Blumenau. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1978; HEUSI, Nemesio. *História Romanceada de Blumenau e do seu fundador*. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1981; SASSE, Marita Deeke. *Blumenau sua história*. Florianópolis: Lunardelli, 1980; KORMANN, Edith. *Blumenau, arte, cultura e as histórias da sua gente (1850-1985)*. Florianópolis: Paralelo 27, 1994.

³ WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar no sol: estratégias políticas – Imigração alemã Rio Grande do Sul – Século XIX*. São Leopoldo: Oikos, 2008.

⁴ SILVA, José Ferreira da. *História de Blumenau...*

Com isso, procuro acompanhar a atuação de Hermann Bruno Otto Blumenau, levando em consideração as vicissitudes de sua trajetória, especialmente no que se refere à sua atuação no núcleo de colonização instalado no interior de Santa Catarina. Não é o sucesso ou o fracasso do empreendimento colonial, nem o julgamento acerca de sua atuação à frente da direção da colônia que interessa à pesquisa. Interessa, sim, compreender sua trajetória e, por meio dela, o contexto maior em que esteve envolvido.

Neste trabalho me propus a seguir um indivíduo, em seus planos, conquistas, desprazeres e contradições; desta forma, as formulações teóricas relativas aos estudos biográficos foram importantes para orientar a leitura e análise das fontes. Na constituição do texto, procurei não me deixar enganar pelo que Bourdieu chama de “ilusão biográfica”, que consiste em tratar de uma história de vida como se ela fosse uma “sequência de acontecimentos com significado e direção”. Tal ilusão, para o autor, se faz com a destituição do “tempo e do espaço e das variações segundo os lugares e os momentos” do indivíduo e de sua trajetória; ou seja, pela instituição de uma identidade ao “nome”, que o afasta de sua constituição biológica e social, e o delimita no que Bourdieu chama de “constância nominal”, deixando de considerar o indivíduo em meio ao contexto em que este viveu.⁵

A crítica de Bourdieu à biografia, neste sentido, está na dificuldade de acompanhar um destino considerando a reconstrução da “superfície social” em que age o indivíduo.⁶ O “acompanhamento biográfico” de Hermann Blumenau pode levar o investigador a cair na “ilusão” de identificá-lo como um “nome” desprovido de sua própria constituição social, ao permitir que sua trajetória de vida se apresente como um fim em si mesmo.⁷

Às precauções sugeridas por Bourdieu, somaram-se as possibilidades colocadas por Giovanni Levi que propõe a abordagem denominada *biografia e contexto*, que busca compreender “as vicissitudes biográficas á luz de um contexto que a torne possível”. Além disso, o autor considera que o uso da biografia se dá na articulação de “escala” ou de “ponto de vista” do investigador. Quando a opção recai

⁵ BOUDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 185.

⁶ LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 169.

⁷ BOURDIEU, Pierre. *A ilusão biográfica...*, p. 189.

sobre o acompanhamento de um personagem, deve-se preocupar com a relação entre “indivíduo e grupo”, considerando normas sociais e seu funcionamento efetivo ou as práticas que se formam com o desacordo ou interpretações das regras.⁸

Neste sentido, o trabalho encontra grande inspiração na obra *Herança Imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do Século XVII* do italiano Giovanni Levi. Por meio da reconstrução de vicissitudes biográficas de moradores de uma comunidade camponesa do Antigo Regime, o autor buscou compreender uma realidade específica do “mundo camponês”, que se expressava não somente por meio de resistência a uma nova sociedade, mas se expandia pela transformação e utilização do mundo social e natural.⁹

Neste trabalho, procurei acompanhar a trajetória de Hermann Blumenau com base na proposta micro analítica das informações e vestígios documentais. A metodologia da microhistória passou a fazer parte de trabalhos de história social com historiadores como Ginzburg e Poini¹⁰ ainda na década de 1970. Segundo Revel a sugestão da redução de escala serve para compor “outra leitura do social” por meio do acompanhamento de casos individuais ou de grupos de indivíduos. Para o autor, tal experiência de investigação apresenta traços significativos como o princípio de não se ater ao “fato consumado”, mas buscar descrever e compreender possibilidades de conduta, direção e interpelações dos sujeitos históricos.¹¹

Hermann Blumenau, neste trabalho, é considerado sujeito histórico dentro de um contexto específico. Inspirada pela noção de experiência, formulada por de Edward P. Thompson, busquei identificar aspectos das relações sociais, políticas e econômicas que este sujeito experimentou na atuação que empreendeu na província

⁸ Giovanni Levi não reduz as possibilidades biográficas a abordagens metodológicas, mas elenca tipologias, entre outras, como a *Prosopografia e biografia modal* que servem para ilustrar formas típicas de comportamento de um grupo, por meio do acompanhamento de um único indivíduo; ou a *biografia e os casos extremos* que elege um representante individual considerado singular a sua época (vagabundos, aventureiros, excêntricos) de forma que sua trajetória identifique especificidades a partir das margens do campo social que o indivíduo circula (como da cultura popular no caso do moleiro Menochio da obra *O queijo e os vermes* de Carlo Ginzburg). LEVI, Giovanni. *Usos da Biografia...* p. 176.

⁹ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do Século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

¹⁰ O texto de 1979 escrito por Carlo Ginzburg e Carlo Poini sobre as trocas ocorridas no mercado historiográfico, ficou conhecido como uma “espécie” de introdução aos procedimentos e questões levantadas pela micro-história na Itália. Cf: LIMA, Henrique Espada. *E. P. Thompson e a microhistória: trocas historiográficas na seara da história social*. MÜLLER, Ricardo Gaspar; DUARTE, Adriano Luiz. (Orgs.) *E. P. Thompson: política e paixão*. Chapecó: Argos, 2012.

¹¹ REVEL, Jaques. *A história ao rés-do-chão*. In: LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do Século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 200, p. 17-22.

de Santa Catarina.¹² Como afirma Vendramini, a reflexão da “experiência” dos agentes históricos é uma maneira de pensar a vida humana como indissociável das dimensões históricas, permitindo a apreensão da realidade em constante movimento.¹³ Desta forma, a reconstrução da atuação de Hermann Blumenau em um núcleo de colonização possibilita retomar uma série de aspectos provenientes daquela realidade colonial.

O pesquisador Henrique Espada Lima estudou as trocas e influências entre historiadores precursores da metodologia com base na microanálise, como Grendi, e a produção historiográfica inglesa, no caso de E. P. Thompson. O autor considera que há entre os autores “uma grande sintonia de fundo”, pela distância e recusa de considerarem a sociedade como “antissocial” regida somente pelo mercado, pela leitura das lutas dos trabalhadores a partir de seu significado social e cultural e pela ênfase na experiência dos trabalhadores “a partir do seu fazer-se”. Além disso, existem outros aspectos que reforçam a confluência do autor inglês em favor da microhistória, como a atenção à “composição das situações históricas singulares e a contextualização da ação social” e a posição do ponto de vista “a partir de baixo” para alcançar os sujeitos históricos.¹⁴

A personagem de Hermann Blumenau não se enquadra em um sujeito que pode ser analisado com olhar “vindo de baixo”, pois ele exerceu a função de diretor colonial durante cerca de 30 anos. Contudo, sua atuação no cargo permite identificar ações e reações de colonos que de alguma forma se fizeram ouvir durante o período de administração de Blumenau. As vozes dos colonos foram transmitidas pelo diretor, e certamente conduzidas por sua versão, mas nas minúcias de seus relatórios e cartas é possível identificar aspectos provenientes da experiência dos imigrantes – estas sim, vindas de “baixo”. A análise da experiência de Hermann contribui assim, com a indicação de especificidades da realidade colonial, que

¹² Cf: THOMPSON, Edward P. *A miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981; THOMPSON, Edward P. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos*. 2 Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

¹³ VENDRAMINI, Célia Regina. Experiência e coletividade em E. P. Thompson. In: MÜLLER, Ricardo Gaspar; DUARTE, Adriano Luiz. (Orgs.) *E. P. Thompson: política e paixão*. Chapecó: Argos, 2012, p. 127-128.

¹⁴ LIMA, Henrique Espada. E. P. Thompson e a microhistória: trocas historiográficas na seara da história social. MÜLLER, Ricardo Gaspar; DUARTE, Adriano Luiz. (Orgs.) *E. P. Thompson: política e paixão*. Chapecó: Argos, 2012.

permitem problematizar a articulação dos colonos imigrantes em sua busca por interesses e pela influência no desenvolvimento do núcleo.

Busco, portanto, unir o método de investigação da microhistória à noção de experiência, para identificar aspectos da trajetória de Hermann Blumenau provenientes de sua atuação em um núcleo colonial e recompor aspectos daquele contexto, marcadamente a experiência de trabalhadores e pequenos proprietários daquele núcleo. Assim, a recomposição de sua trajetória permite encontrar especificidades do processo por meio da diminuição da escala de investigação deste destino particular, para recompor elementos do “tecido social” mais amplo que ele se insere.

No decorrer do trabalho, procuro compreender Hermann Blumenau como uma personagem que seguiu ao Brasil interessado no processo de imigração e colonização alemã, que utilizou de estratégias no envolvimento durante os anos que atuou em negócios, como o transporte de pessoas e a formação de um núcleo colonial, que estavam ligados ao contexto político e econômico do Império. O conceito de estratégia é utilizado por Levi para identificar os meios que alguns personagens interpretavam e agiam perante a realidade política e social que viviam.¹⁵ Com isso, procuro identificar os meios que a personagem se movimentou enquanto esteve envolvido no processo de imigração e colonização com o acompanhamento de sua trajetória. Considerando “ajustes, concessões e conflitos”¹⁶ provenientes de sua experiência, colocando-o como objeto de estudo e como o “pretexto” para buscar reconstruir a realidade de um pequeno núcleo colonial no interior de Santa Catarina. Com esta abordagem, procuro identificar os negócios relativos ao transporte de imigrantes para o Brasil, por exemplo, os interesses econômicos e políticos envolvidos nas relações estabelecidas com autoridades do Império brasileiro ou, ainda, a relação com os próprios colonos no núcleo que poderia ser desarmoniosa quando se tratava da compra de lotes de terras ou da falta de pagamento dos trabalhadores.

Como já mencionado, a opção de seguir um “nome próprio” é arriscada pois pode dar margem à “ilusão” de reconstruir aspectos biográficos de uma personagem, o reduzindo a uma identidade desprovida de contextualização.

¹⁵ LEVI, Giovanni. *A herança imaterial...*

¹⁶ WITT, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar no sol...*

Contudo, Ginzburg compreende que o acompanhamento de um “nome próprio” é uma possibilidade de investigar as “linhas que convergem para o nome e que dele partem” na composição de uma espécie de “teia de malha fina” do “tecido social” em que o indivíduo se insere.¹⁷

Desta forma, a pesquisa se concentrou em acompanhar Hermann Blumenau desde sua chegada no Brasil em 1846, o desenvolvimento da colônia particular desde 1850 até 1860, e a direção à frente da colônia em seu formato público, até 1884.

Colocando grande peso sobre um nome e seguindo-o em sua trajetória de atuação, a personagem guiou o processo de busca e seleção de fontes para a composição do trabalho. Para identificar o contexto em que ele esteve envolvido durante os anos de atuação no Brasil, foi consultada bibliografia acerca da situação do Império no período, principalmente referente aos meios com que o governo buscou incentivar ou coibir o processo de imigração para o Brasil, e a constituição de colônias baseadas na pequena propriedade. Com isso, busquei compreender as posições políticas do Senado ou da Câmara dos Deputados brasileiros, em relação ao incentivo a imigração para o trabalho nas lavouras de café, como alternativa para a substituição da mão de obra escrava e a imigração para a colonização baseada na pequena propriedade rural, principalmente nas províncias do sul do Brasil.¹⁸

Além disso, procurei identificar a legislação imperial e provincial de Santa Catarina, sobre a imigração estrangeira e o processo de constituição de núcleos coloniais, para articular com as condições do desenvolvimento da colônia administrada por Hermann Blumenau e as decisões e posições tomadas por ele. A obra organizada por Luiza Horn Iotti em 2001, intitulada *Imigração e Colonização:*

¹⁷ GINZBURG, Carlo. *O nome e o como...*

¹⁸ Entre eles: CERVO, Amado Luiz. O parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981; HALL, M. M; STOLCKE, V. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, n. 6, Set. 1983; LAZZARI, Beatriz Maria. Imigração. EST/UCS: Caxias do Sul, 1980; HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio do Tradutor. In: DAVATZ, Thomas. Memórias de um colono no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1972; MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de colonização do Império. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina/UFRGS, 1999; PETRONE, Maria Thereza Schorer. O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930). São Paulo: Brasiliense, 1984; HERING, Maria Luiza Renaux. Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento. Blumenau: Editora da FURB, 1987. PIAZZA, Walter F. A colonização de Santa Catarina. 2 Ed. Florianópolis: Lunardelli, 1988. ROCHE, Jean. A colonização alemã e o Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Globo, 1969. SEYFERTH, Giralda. A colonização alemã no Vale do Itajaí Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico. Porto Alegre: Garibaldi, 1974.

legislação de 1747-1915 contém a legislação do Império brasileiro sobre o assunto.¹⁹ Porém, por opção, utilizei os textos originais das leis, decretos e avisos ministeriais disponíveis no site da Câmara dos Deputados na *Coleção das leis do Império – 1808-1889*. A legislação provincial foi consultada em edições originais encontradas nos Arquivos.

Durante a pesquisa procurei selecionar documentos provenientes do período colonial transcritos nas edições publicadas desde 1957 da Revista *Blumenau em Cadernos* e também considerei os livros escritos por Hermann Blumenau para a compreensão de suas posições sobre a imigração e colonização. Estas obras originalmente foram publicadas na Alemanha em 1850, 1851 e 1855. Os textos de 1850 e 1851, intitulados *Sul do Brasil em suas relações à Emigração e Colonização Alemã* e *Guia de Instruções aos Emigrantes para a Província de Santa Catarina no Sul do Brasil* compõem a obra *Um alemão nos Trópicos*, publicada em 1999 e organizada por Cristina Ferreira e Sueli Maria Vanzuita Petry.²⁰ A obra foi traduzida por Annemarie Fouquet Schünke - que também traduziu o livro de 1855 de Hermann Blumenau intitulado *na Província de Santa Catarina no Sul do Brasil*, publicado em 2002.²¹ Além disso, utilizei cartas enviadas por Hermann Blumenau ao Cônsul Johann Jacob Sturz entre 1846 e 1852, traduzidas e organizadas por André Fabiano Voigt em uma obra intitulada *Cartas reveladas: a troca de correspondências entre Hermann Blumenau e Johann Jacob Sturz*, publicada em 2004.²²

No Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC) foram pesquisados os documentos relacionados a Hermann Blumenau, como ofícios a ele enviados por presidentes da província e aqueles dirigidos a outras autoridades que tratavam da personagem. Também pesquisei as listas descritivas de proprietários de lotes e

¹⁹ IOTTI, Luiza Horn (Org). *Imigração e colonização: legislação de 1747-1915*. Caxias do Sul/Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do RS/EDUCS, 2001.

²⁰ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. *Guia de Instruções aos Emigrados para a Província de Santa Catarina no Sul do Brasil*. In: FERREIRA, C; PETRY, S. M. V. *Um alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a política colonizadora no Sul do Brasil*. Blumenau: Cultura em Movimento/Instituto Blumenau 150 anos, 1999. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. *Sul do Brasil em suas referências à Emigração e Colonização Alemã*. In: FERREIRA, Cristina; PETRY, Sueli M. V. *Um alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a política colonizadora no Sul do Brasil*. Blumenau: Cultura em Movimento/Instituto Blumenau 150 anos, 1999.

²¹ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. *A colônia alemã Blumenau na Província de Santa Catarina no Sul do Brasil*. Trad. Annemarie Fouquet Schünke. Org. Cristina Ferreira. Blumenau: Cultura em Movimento; Instituto Blumenau 150 anos, 2002.

²² VOIGT, André Fabiano (Org). *Cartas reveladas: a troca de correspondências entre Hermann Blumenau e Johann Jacob Sturz*. Blumenau: Cultura em Movimento, 2004.

ofícios que acusavam a disposição de terras devolutas pela presidência da província.

O Arquivo Histórico José Ferreira da Silva (AHJFS) proporcionou a maioria das fontes de informações para a pesquisa. O local possui um fundo composto por documentos referentes ao processo de colonização da região do Vale do Itajaí, como cartas, relatórios da colônia, ofícios trocados entre presidentes da província de Santa Catarina e outras autoridades do período, artigos sobre o processo de imigração e colonização. Um dos fundos pesquisados neste Arquivo é denominado *Colonização*, e se encontra dividido em três partes: *Blumenau – Colônia Particular*, que contém os documentos de 1846 a 1850 referentes ao período anterior ao início da colônia, e de 1850 a 1859, tempo de funcionamento da colônia particular; *Blumenau – Colônia Imperial*, de 1860 a 1882, composta por documentos provenientes da administração pública do núcleo, tendo Hermann Blumenau como diretor; e ainda 1883 a 1884, denominada *Blumenau – Vila e Município* que trata de um curto período em que não havia mais o núcleo, mas Hermann Blumenau ainda mantinha alguns vínculos na antiga colônia. Além desta coleção, foram pesquisados os documentos da pasta *Colonização – Imigração Alemã – Santa Catarina Blumenau*, que não pertenciam ao fundo indicado acima, e do fundo *Famílias – Família Blumenau*, principalmente das pastas de imprensa, correspondências e biografia.

Foram analisadas cartas particulares de Hermann Blumenau aos familiares, principalmente entre 1846 e 1850, enquanto ele ainda possuía os pais vivos em sua terra natal. Após essa data foram analisadas outras missivas escritas por Blumenau a amigos na Alemanha, também em sua esfera íntima. Estes documentos originalmente foram produzidos em língua alemã, mas encontram-se traduzidos no Arquivo de Blumenau. Por outro lado, os documentos provenientes da administração particular e pública no núcleo, como relatórios oficiais, ofícios e cartas entre Hermann Blumenau e membros da diretoria colonial com autoridades da província e do império, foram escritos em língua portuguesa, por se referirem a assuntos de negócios da imigração e colonização com o governo brasileiro.

O AHJFS possui acervo de documentos sobre o período de colonização da região do Vale do Itajaí. Contudo, os vestígios da história que chegam até o investigador são parte das informações sobre algum evento passado. Como questiona Bloch, não se pode deixar de indagar quanto documentos “se

perderam?”.²³ Neste caso, a indagação é ainda mais pertinente, pois em 1959 ocorreu um incêndio no prédio da prefeitura do município onde estava guardado o arquivo documental da cidade. Naquele evento, foram consumidos pelo fogo os papéis da proposta de colonização de Hermann Blumenau como agente da Companhia Protetora dos Imigrantes Alemães no Sul do Brasil, relatórios de agrimensores, e outros documentos provenientes da Inspeção de Terras e Colonização, além daqueles que indicavam o número de chegadas de imigrantes na colônia, como o de 1869. Foram queimados também alguns documentos manuscritos exemplares únicos, como os escritos por Ferdinand Hackradt - sócio de Blumenau entre 1848 e 1850 e seu procurador de 1860 a 1878..²⁴

Mesmo com muitas fontes perdidas, ainda há a disposição do pesquisador um grande número de documentos a serem analisados. Esta dissertação foi composta a partir de uma investigação minuciosa nos fundos e coleções que o arquivo possui, orientada pelo objetivo de reconstituir aspectos da experiência de colonização de Hermann Blumenau e, a partir deles, do contexto mais geral da imigração e da colonização.

A partir desta proposta, o texto foi dividido em três capítulos organizados segundo a cronologia da trajetória do personagem estudado, no desenvolvimento da colônia sob sua administração.

O primeiro capítulo, intitulado *Entre planos, viagens e projetos: idealização de uma colônia – 1846-1850* tem por objetivo compreender o período em que Hermann Blumenau articulou negócios para promover a imigração alemã no sul do Brasil e buscou fomento para um projeto de colonização com imigrantes. Nele, procuro acompanhar alguns aspectos de sua trajetória desde 1846, quando chegou ao Brasil, permaneceu no Rio de Janeiro e também viajou pelas províncias sulinas para reconhecimento das condições da colonização alemã. Nesta primeira parte, procurei dar maior atenção a aspectos biográficos de Hermann Blumenau para identificar características da personagem, buscando entender as opções e escolhas que ele fez, as possibilidades que ele reconhecia como viáveis para permanecer no Brasil e

²³ BLOCH, Marc. *A apologia da História ou o Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001, p. 74.

²⁴ JAMUNDÁ, Theobaldo Costa Jamundá. O incêndio da Prefeitura de Blumenau. In: *Ágora*. Revista do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e Curso de Arquivologia da UFSC. Vol. 1, nº 1, 1985. Disponível em <http://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/243/pdf>

o esforço que empreendeu para a realização dos seus planos de fundar um núcleo colonial. Neste capítulo, apresentei as relações que ele estabeleceu com autoridades públicas do governo geral e provincial, seu empenho para conseguir apoio de uma companhia de colonização de Hamburgo e o envolvimento com agentes de imigração que atuavam na Europa.

Como mostrei, a escolha da província de Santa Catarina resultou de uma série de negociações, envolvendo a compra de terras particulares e recebimento de espaços devolutos na região do Vale do Itajaí. A compreensão dos aspectos desta negociação articula o primeiro com o segundo capítulo deste trabalho, denominado *Uma colônia particular – 1850-1860*, que se dedica a entender as características do desenvolvimento do empreendimento particular administrado por Hermann Blumenau. Nele, tratei de vários aspectos relacionados ao desenvolvimento do núcleo, como a dificuldade para obtenção de mão de obra, a compra de trabalhadores escravos pelo proprietário da colônia, o processo de distribuição dos lotes aos colonos imigrantes, a propaganda da emigração para o Brasil levada à Alemanha pelo proprietário. Também neste segundo capítulo trato da relação da administração da colônia com o governo imperial e provincial, sobretudo em função do apoio financeiro recebido por Blumenau na forma de empréstimos públicos. Desde 1851, a colônia – mesmo sob administração particular – dependia de dinheiro emprestado do Império; em 1860, os problemas financeiros agravaram-se e o governo imperial tomou para si a colônia que passou a ser uma colônia pública.

No terceiro e último capítulo denominado *A colônia Pública Imperial – 1860-1880*, trato do período em que a colônia pública é dirigida por Hermann Blumenau que foi nomeado ao cargo pelo governo ao qual a colônia agora pertencia. Nesta parte, trato principalmente das rupturas e das continuidades envolvidas na direção que Blumenau empreendeu na colônia em seu novo formato. Durante os anos de administração pública, a direção colonial foi composta pelos mesmos indivíduos que já possuíam alguma função de destaque no período anterior. Contudo, como o formato da colônia era outro, o núcleo dependia das ordens do governo e das verbas públicas para seu funcionamento. Houve, portanto, um processo de adequação da administração às exigências que o governo fazia e neste processo os colonos interferiram ativamente, sobretudo por meio do Conselho de Colonos, órgão

necessário na colônia pública e que gerava conflitos e disputas com o diretor colonial.

Espero que esta dissertação possa ajudar o leitor a compreender o processo de imigração e colonização no Brasil, por meio de aspectos do transporte de imigrantes e a formação de núcleos coloniais, no acompanhamento da criação, administração e funcionamento de uma colônia particular e pública, no interior de Santa Catarina.

1 ENTRE PLANOS, VIAGENS E PROJETOS: IDEALIZAÇÃO DE UMA COLÔNIA – 1846-1850

Entre 1846 e 1850, Hermann Blumenau permaneceu no Brasil, onde buscou estabelecer relações com autoridades brasileiras que o ajudassem a realizar seus planos, mantendo-se em contato com políticos e empresários na Europa. Seu interesse maior era se envolver com um empreendimento de imigração e colonização alemã no país. Neste capítulo tratarei dos planos e estratégias de Hermann Blumenau em relação à imigração e colonização, retomando sua atuação tanto nos negócios do transporte de imigrantes quanto no projeto para criar um núcleo colonial no sul do Império brasileiro.

1.1 “Um ou dois pares de meia de seda novos” para os negócios no Brasil.

Hermann Bruno Otto Blumenau, nascido na cidade de Hasselfelde, então ducado de Brunswick²⁵ na Alemanha, tinha 27 anos quando chegou ao Brasil pela primeira vez em meados de 1846. Seu primeiro destino foi a cidade de Rio Grande, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, onde pôde observar a situação da imigração e colonização alemã na região. Este seu interesse não era recente. Desde 1842²⁶, quando trabalhava como farmacêutico na cidade de Erfurt,²⁷ ele fizera contatos com intelectuais e políticos na Europa, entre ele os naturalistas Alexander von Humboldt, Johann Friedrich Theodor Müller²⁸ e Karl Friedrich Philipp von Martius,²⁹ que despertaram nele as ideias de emigrar.³⁰

²⁵ O ducado de Brunswick fazia parte da confederação alemã conforme estabelecido pelo Congresso de Viena após a guerra de libertação da França (1813-1815). Cf: SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí Mirim*. Porto Alegre: Garibaldi, 1974, p. 18.

²⁶ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta a Sturz, 29 de março de 1844”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 34.

²⁷ Segundo Kiefer, neste período, o farmacêutico havia concluído seu estudo em Erfurt, e trabalhava no Instituto Farmacêutico Hermann Tromsdorff. KIEFER, Sabine. Dr. Hermann Blumenau – Vida e Obra. In: FERREIRA, Cristina; PETRY, Sueli Maria Vanzuita (Org). *Um alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a Política Colonizadora no Sul do Brasil*. Blumenau: Cultura em Movimento, 1999, p. 27.

²⁸ Johann Friedrich Theodor Müller, naturalista, doutor em filosofia e com grande atenção pela flora e fauna, era natural de Windischholxhausen, aldeia na Turíngia, próxima a cidade de Erfurt, onde Blumenau havia trabalhado em uma indústria de produtos químicos. Müller imigrou para a colônia

Parece que, em meio à influência de pessoas com quem se relacionou, seu interesse pelo assunto da migração e colonização alemã foi somado à ideia de viajar ao Brasil e acompanhar de perto seu desenvolvimento. O vínculo mais significativo decorreu da relação estabelecida em uma viagem à Inglaterra e França em 1844³¹ com o Cônsul Geral do Brasil na Prússia Johann Jacob Sturz,³² que declaradamente apoiava a emigração alemã para as províncias do sul do Império.³³ De acordo com alguns biógrafos de Blumenau, foi por aconselhamentos do cônsul que ele completou os estudos e doutorou-se na Universidade de Erlangen³⁴ e passou a se dedicar ao estudo da migração estrangeira, principalmente alemã, para o Brasil.³⁵

Johann Jacob Sturz afirmou que o “jovem senhor Blumenau” havia expressado interesse por informações sobre o assunto em um encontro em 1844 em Londres, mas, além de registrar que Blumenau era “meio surdo e muito míope”, considerou que ele ainda carecia de experiência nos “negócios transatlânticos”. Por isto, como indicou, havia recomendado ao jovem farmacêutico que estudasse mais sobre migração e assentamentos, em livros e brochuras, inclusive em seus próprios escritos; também incentivou Blumenau a empreender uma viagem ao Brasil e para

dirigida por Blumenau em 1852. In: ZILIG, Cezar. *Dear Darwin: a intimidade da correspondência entre Fritz Müller e Charles Darwin*. São Paulo: Sky/Anima Comunicação e Design, 1997.

²⁹ SILVA, Jose Ferreira. *História de Blumenau*. 2. Ed. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988, p. 26.

³⁰ VOIGT, André Fabiano (Org). *Cartas reveladas: a troca de correspondências entre Hermann Blumenau e Johann Jacob Sturz*. Blumenau: Cultura em Movimento, 2004, p. 18-19.

³¹ Segundo Kiefer, neste período, o farmacêutico havia concluído seu estudo em Erfurt, e trabalhava no Instituto Farmacêutico Hermann Tromsdorff. KIEFER, Sabine. *Dr. Hermann Blumenau – Vida e Obra...*, p. 27.

³² KORMANN, Edith. *Blumenau, arte, cultura e as histórias da sua gente (1850-1985)*. Florianópolis: Paralelo 27, 1994, p. 13.

³³ Johann Jacob Sturz foi nomeado Cônsul do Brasil na Prússia em 1842. VOIGT, André F. *Cartas Reveladas...*, p. 17.

³⁴ A bibliografia consultada diverge sobre o período em que Hermann Blumenau cursou o doutorado na Universidade de Erlangen. Alguns autores afirmam que foi em 1844, após recomendações do Cônsul Johann Jacob Sturz. Segundo Kiefer, Blumenau matriculou-se no curso de doutorado em Química em 1842, sem mencionar a influência de Sturz para esta escolha e teria tido acesso ao diploma antes de viajar ao Brasil em 1846. Cf.: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*; SILVA, O Doutor Blumenau; SILVA, *História de Blumenau*; BLUMENAU, Cristina. O Doutor Hermann Blumenau: um colonizador alemão no Brasil. *Blumenau em Cadernos*, Tomo I, n. 5, mar, 1958; FOUQUET, Karl. Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau – Vida e Obra. *Blumenau em Cadernos*, Tomo 39, n. 10, out, 1999. Cf.: KIEFER, Sabine. *Dr. Hermann Blumenau – Vida e Obra...*; Zimmermann, por sua vez, acrescenta que Blumenau conheceu Sturz em 1842, e a partir de suas recomendações concluiu o curso de doutorado. Cf.: ZIMMERMANN, Tânia Regina. *Johann Jacob Sturz e a Nova Alemanha nos Trópicos*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.

³⁵ SILVA, José F. *O Doutor Blumenau...*, p. 16.

isso o ajudaria, com recomendações que ele poderia apresentar a autoridades brasileiras, como o Embaixador do Brasil na Prússia, Visconde de Abrantes.³⁶

Apesar da inclinação de Blumenau por assuntos que envolvessem o desenvolvimento da migração alemã e o processo de colonização, ele não recebeu apoio financeiro nem aprovação dos pais para a viagem à América. Ele claramente discordava da opinião de seus familiares sobre sua ida ao Brasil, pois declarou a Sturz que enfrentava muitas “tormentas” em sua família devido a essa decisão. Do pai, Karl Friedrich Blumenau,³⁷ recebia “ameaças”, e de sua mãe, Christiane Sophie Kegel, “pedidos”³⁸ para que abandonasse seus planos de atravessar o oceano e envolver-se com qualquer projeto de imigração e colonização. Apesar da oposição da família, ele continuou com a ideia e em meados de 1846³⁹ viajou ao Brasil.

Hermann Blumenau tinha o propósito de trabalhar, se fosse necessário, como químico, farmacêutico, ou até mesmo como professor no Rio de Janeiro.⁴⁰ Certamente, estas áreas eram de interesse a Blumenau, pois Sturz afirmou que ele havia decidido transferir-se para o Brasil para atuar como farmacêutico, e que aproveitaria para apresentar suas ideias e posições sobre a imigração.⁴¹ Ele projetava “fazer e ganhar” em sua área profissional durante sua estadia no Brasil, pois considerava que em uma “terra tão rica”, havia carência de mão de obra nestes setores. Em sua profissão, ele poderia viabilizar meios de encontrar lucros,⁴² como, por exemplo, no investimento em uma fábrica de sabão na cidade de Rio Grande, que poderia lhe garantir êxito profissional no Brasil.⁴³

³⁶ Texto escrito por Johann Jacob Sturz como capítulo do seu livro intitulado *Die Deutsche Auswanderung und die Verschleppung deutscher Auswanderer*, em que reproduz as cartas que Hermann Blumenau havia lhe enviado desde 1844. Cf: STURZ, Johan Jacob. “Os extratos das cartas do Dr. Blumenau”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 28.

³⁷ O pai Karl Friedrich Blumenau era “Couteiro-Mor” Chefe das Guardas da Florestas e Minas do Ducado. Cff: SILVA, José Ferreira. *O Doutor Blumenau...*, p. 13.

³⁸ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta a Sturz, Londres, 29 de março de 1844”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 32.

³⁹ SILVA, J. F. *O Doutor Blumenau...*, p 16.

⁴⁰ Antonio S. Mangrich considera que Hermann Blumenau foi um dos primeiros profissionais da química a atuar no Brasil, tendo vindo ao Brasil em 1846 especialmente para assumir as cadeiras de química e mineralogia no Rio de Janeiro. Objetivo que não foi concretizado. Cf: MANGRICH, Antonio S. *Presença química na implantação e desenvolvimento de um projeto de colonização durante o II Império, da história de Blumenau – SC*. In: Química Nova. 14 (1). 1991, p. 68 - 70.

⁴¹ STURZ, Johan Jacob. “Os extratos das cartas do Dr. Blumenau”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 28.

⁴² AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta a Götter, Rio de Janeiro, agosto de 1846”. Carta 07. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 29-32.

⁴³ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta a Götter, Rio de Janeiro, agosto de 1846”. Carta 07. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 29-32.

Desta forma, Hermann Blumenau tinha a intenção de se vincular à área da farmácia e da química como uma alternativa para alcançar “sustento” no Brasil.⁴⁴ Esta possibilidade de trabalho era uma de suas estratégias de atuação no país para o qual pretendia se dirigir. Em uma carta de abril de 1846, ele comentou que havia recebido o conselho do comerciante Friedrich Gültzow, que havia morado vários anos na Bahia, onde exerceu função de cônsul hamburguês,⁴⁵ de que se acaso não fosse “bem sucedido” com a colonização, ele poderia seguir para a Bahia, ou ficar no Rio de Janeiro, para trabalhar em uma farmácia.⁴⁶ Mesmo com planos profissionais, parece que seu objetivo principal de era atuar nas atividades de colonização.

A viagem de Blumenau ao Brasil teve início na cidade de Hamburgo, onde permaneceu por alguns dias antes de embarcar. A experiência parece ter sido agradável, pois ele lamentou não ter tido a oportunidade de permanecer na cidade “pelo menos por um ano”, considerando que aprendeu muito no curto período em que ali ficou.⁴⁷ Porém, era com a viagem que parecia estar mais entusiasmado; muito mais do que no trabalho na área da química ou farmácia, ele “tinha grandes esperanças no Brasil”, em especial no desenvolvimento da imigração e colonização alemã no Império, pois considerava que, caso ela “entrasse bem”, ou seja, alcançasse êxito e se desenvolvesse, estaria garantido no negócio. Além disso, demonstrou possuir expectativas e planos para o período que permaneceria no Brasil, entre eles, estava o de comprar “um ou dois pares de meias de seda novas”, para serem usadas com sapatos e causarem boa impressão nos futuros encontros de negociação que empenhava fazer.⁴⁸

Hermann Blumenau seguiu ao Brasil depois de firmar contatos que exerceram alguma influência em sua decisão. Provavelmente os conselhos sobre o

⁴⁴ KIEFER, S. *Dr. Hermann Blumenau – Vida e Obra...*, p. 29.

⁴⁵ Segundo Richter, no período da criação da Companhia Adolph Schramm estava estabelecido em Maroim, no Sergipe, mas deveria viajar para a corte pelos objetivos da Sociedade. RICHTER, K. *A fundadora Joinville...*, p. 80. RICHTER, Klaus. Os primórdios da colonização sistemática alemã em Santa Catarina – 1846-848. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. 3ª fase. n.23, 2004, p 12.

⁴⁶ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Cartas aos pais, Navio Johannes, no Rio Elbe entre Glueckstadt e Cuxhaven, 6 de abril de 1846. Carta 02. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 07-08.

⁴⁷ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta aos pais, Hamburgo, 30 de março de 1846”. Carta 01. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 04-06.

⁴⁸ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta aos pais, Navio Johannes, no Rio Elbe entre Glueckstadt e Cuxhaven, 6 de abril de 1846”. Carta 02. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 07-08.

comportamento que deveria ter e a vestimenta que deveria usar, ou sobre a área profissional que poderia lhe garantir rendimentos, foram sugeridos pelas pessoas que também lhe disponibilizaram algum dinheiro e cartas de recomendação, para os contatos com autoridades no Brasil.⁴⁹ Estas condições permitiam a Blumenau possuir alguma segurança quanto às suas possibilidades em território brasileiro; recebia cartas, livros e textos circulares de Johann Jacob Sturz que neste período exercia a função de Cônsul, além das recomendações do Embaixador Visconde de Abrantes.⁵⁰

Ele se baseava nas relações que havia estabelecido com autoridades, tanto em Berlim quanto em Hamburgo, que conheciam e sabiam sobre o Brasil e, assim, podiam orientá-lo em seus primeiros passos em terras por ele desconhecidas.⁵¹ Até mesmo suas acomodações ou hospedagem para o período em que estivesse na cidade do Rio de Janeiro estavam garantidas por meio de uma troca de favores com um comerciante, que lhe retribuiu com abrigo, o fato de Hermann ter trazido consigo as cartas do irmão.⁵²

Provavelmente por influência do Cônsul Sturz, quando de sua passagem por Hamburgo, fez contatos com pessoas que haviam estado no Brasil, e que mantinham vínculos comerciais efetuados pelo porto de Hamburgo, como Gültzow; de quem ele comentou sua satisfação em ter conhecido, e recebido suas “recomendações e conselhos”.⁵³ O período em que conviveu com o comerciante foi importante para que Blumenau considerasse satisfatória sua permanência em Hamburgo e intensificasse seu entusiasmo pela viagem. Em uma carta que escreveu aos pais em 1846, comentou que havia conversado também com a esposa do Senhor Gültzow, e a senhora havia feito comentários sobre as maravilhas da “terra e do clima”, vindos de sua experiência de vida na América.⁵⁴

⁴⁹ AHJFS. Hermann Bruno Otto. “Carta aos pais e parentes, Navio Johannes, no Rio Elbe entre Glueckstadt e Cuxhaven de 6 de abril de 1846”. Carta 02. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 07-08.

⁵⁰ RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p. 12.

⁵¹ Sturz havia trabalhado no Brasil em 1831 como funcionário de uma empresa de mineração de ouro de Londres. Cf: VOIGT, André F. *Cartas Reveladas...*, p. 13.

⁵² AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta aos pais, Hamburgo, 30 de março de 1846”. Carta 01. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 04-06.

⁵³ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta aos pais, Navio Johannes, no Rio Elbe entre Glueckstadt e Cuxhaven, 6 de abril de 1846”. Carta 02. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 07-08.

⁵⁴ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta aos pais, Hamburgo, 30 de março de 1846”. Carta 01. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 04-06.

Desta forma, quando seguiu ao Brasil, Blumenau já havia buscado se instruir sobre as possibilidades dos negócios relativos à imigração e à colonização alemã no Império, se dedicando a estudar o tema, e buscando criar vínculos com autoridades políticas e econômicas ainda na Europa. Ele não se jogava em uma aventura desamparado; os contatos que estabeleceu poderiam lhe garantir as expectativas que tinha na concretização dos seus planos. Certamente a influência do Cônsul Sturz, neste caso foi significativa.

1.2 A imigração e colonização alemã no Brasil: a “causa” de Sturz e Blumenau

Parece que, de fato, Jacob Sturz influenciou a formação das principais ideias que Hermann Blumenau possuía sobre o processo da imigração e colonização alemã no Brasil, pois a projeção de sua atuação nesta área se baseou, em grande medida, na produção intelectual e posicionamento ideológico do Cônsul. Segundo Voigt, Johann Jacob Sturz se envolveu com os assuntos da migração a partir de 1842, quando foi nomeado Cônsul do Brasil na Prússia. O cônsul se interessava especialmente pela emigração alemã para as províncias do sul do Brasil, e elaborava textos - publicados no Brasil, Londres e nos Estados alemães - em que se posicionava contra a instituição da escravidão, e colocava a migração alemã como alternativa inicial para a abolição. Em 1845 publicou as *Ideias de uma sociedade para a proteção e apoio aos imigrantes alemães no sul do Brasil*. Neste texto, Sturz reforçava a ideia de estabelecer ligações comerciais entre os Estados alemães e as colônias de imigração alemã no Brasil.⁵⁵ Sturz possuía um projeto que chamava de “Nova Alemanha nos trópicos”,⁵⁶ que previa a instalação de colonos imigrantes alemães em empreendimentos coloniais na região sul do Brasil, com condições climáticas e geológicas que correspondessem às da “velha pátria alemã”.⁵⁷ Para o cônsul, o desenvolvimento da colonização alemã no Brasil seria uma forma de combater o tráfico de trabalhadores escravos no país. A questão da propriedade de terras, segundo ele, seria “condição básica” no objetivo, que primeiramente seria de

⁵⁵ VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 17.

⁵⁶ Sobre o projeto da “Nova Alemanha nos Trópicos” e especificidades biográficas de Johann Jacob Sturz. Cf: ZIMERMANN, *Johann Jacob Sturz e a Nova Alemanha nos Trópicos...*

⁵⁷ VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 17.

“quebrar” o contrabando de escravos para depois seguir para a abolição da escravatura.⁵⁸

Segundo as ideias de Sturz, a regulação da propriedade fundiária pelo governo brasileiro⁵⁹ seria o meio de alterar a situação: incentivaria a imigração e teria como consequência o fim da escravidão. Blumenau demonstrou compartilhar das ideias do cônsul sobre a colonização no Brasil ao comentar sobre a possibilidade promissora de colonizar o Uruguai, pois se tratava do país “feito para se tornar a Nova Alemanha”, atribuindo ainda, um tempo de dez anos para promover uma grande colonização que abrangeria Rio Grande e Entre Rios na Província do Rio Grande do Sul.⁶⁰ Com isso, a ideia compartilhada entre os dois era de incentivar e proporcionar a imigração alemã para a constituição de núcleos de colonização no sul do Brasil. O ideal de desenvolver este projeto é constantemente tratado por Sturz como “causa”, termo que Blumenau utilizou posteriormente em textos com que apresentou sua própria proposta.

A ideia do projeto “Nova Alemanha no Brasil” ou a “causa” da imigração e colonização alemã, para Seyferth, “pode conter o ideal nacionalista”, por estar relacionado ao objetivo de fundar uma “pátria alemã” como uma construção simbólica de “pertencimento nacional etnizado”, bastante comum em escritos de outros alemães que estiveram no Brasil durante o século XIX.⁶¹ Contudo, o período em questão é anterior a 1870, quando se intensificou a formação de ideais políticos com base na etnicidade - no caso germânico. É provável que o ideal de Sturz e Blumenau, estivesse mais próximo da sugestão do Cônsul Suíço na Bahia Augusto Decosterd, que mencionou objetivos semelhantes em um relatório para a Sociedade Suíça de imigração em 1845:

⁵⁸ STURZ, Johann Jacob. “Os extratos das cartas do Dr. Blumenau”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 27.

⁵⁹ Voigt parafraseando Canstatt, afirma que Johann Jacob Sturz desde 1846, teria contribuído com o governo brasileiro, para a elaboração da Lei de Terras de 1850 (Lei nº 601). Cf.: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 18.

⁶⁰ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta a Sturz, agosto de 1846”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 39.

⁶¹ A autora analisa a palavra “Heimat” e considera que “seu conteúdo identitário remete à especificidade cultural e linguística possível de cultivar/ manter em qualquer lugar”. A palavra deriva de “Heim” (lar), “supondo que a pátria é aquele lugar onde alguém vive”. Cf.: SEYFERTH, Giralda. *O Vale do Itajaí e a política Imigratória do Império. Blumenau em Cadernos. Edição especial 50 anos. Tomo XLVIII. Nov/Dez. nº 11-12, 2007, p. 79.*

Quando se quer estabelecer uma colônia deve-se ter em vista dois objetos, isto é, a sua fundação e a sua conservação. Deve ser um *grande estabelecimento nacional*, que possa formar mais tarde uma província, não com a ideia de querer fundar um Estado independente, mas com a de pôr-se em condição de resistir á injustiças.⁶²

O cônsul suíço considerou como um aspecto importante para a colonização suíça, uma característica bastante frisada pela “causa”: o local privilegiado para a formação de colônias “nacionais”, ou seja, constituídas por imigrantes procedentes da mesma região. Considerando o período de crise política e econômica que atingia os Estados Alemães, é provável que o “caráter nacional” se referia à busca de condições aos habitantes de liberdade política ou até mesmo justiça social.

Segundo Seyferth, no final da década de 1840, período em que Sturz se posicionou pela colonização alemã e Blumenau se empenhou em viajar ao Brasil buscando trabalhar neste objetivo, foram enviadas várias propostas de colonização em caráter particular ao governo imperial, muitas delas mencionando a formação de colônias baseadas na migração de determinadas regiões da Europa. Os motivos estão ligados à tramitação da lei de terras de 1850 em votação no parlamento e pelo interesse na fundação de novas colônias por meio dos incentivos do governo.⁶³ Ainda conforme a autora, a formação de colônias estrangeiras no sul do Brasil era preocupação de todos envolvidos no processo.⁶⁴

O cônsul Decosterd demonstrou tal inquietação, ao afirmar temer as “injustiças” que os brasileiros poderiam acometer aos imigrantes, diante do desenvolvimento favorável de colônias estrangeiras.⁶⁵ Blumenau também afirmou que o tema deveria ser tratado com maior cautela no Brasil, pois se tratava de um assunto “sensível” por “causar desconfiança” entre os brasileiros.⁶⁶ A preocupação não parecia ser gratuita, pois o princípio de restringir a colonização dos núcleos a imigrantes da mesma origem repercutiu opiniões contrárias. O comerciante de Hamburgo, Adolph Schramm, que trabalhava para uma companhia de imigração e

⁶² DECOSTERD, Augusto. “Carta a Sociedade de Imigração Suíça – Relatório da Sociedade 1845”. In: ABRANTES, Visconde de. Memórias sobre o meio de promover a colonização. *Revista de Imigração e Colonização*. Ano II, n. 2/3, 1941, p. 876.

⁶³ SEYFERTH, , Giralda. *O Vale do Itajaí e a Política...*, p. 79.

⁶⁴ SEYFERTH, , Giralda. *O Vale do Itajaí e a Política...*, p.80.

⁶⁵ DECOSTERD, Augusto. “Carta a Sociedade de Imigração Suíça – Relatório da Sociedade 1845”. In: ABRANTES, V. *Memórias sobre o meio de promover a colonização...*, p. 876.

⁶⁶ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta a Sturz, Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1846”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 37.

colonização daquela cidade, negociando com o governo brasileiro no Rio de Janeiro,⁶⁷ fez as seguintes considerações sobre a proposta de Blumenau:

É um desses projetos visionários do Sturz, que como todos os seus anteriores, só poderá resultar em desfecho lamentável para os acionistas (...). Ele é um homem [Blumenau] bom e honesto, porém um daqueles entusiastas, cujo sonho principal é de introduzir 200 mil alemães na província fronteira do Rio Grande do Sul e em seguida jogar fora os brasileiros, criando uma república modelo para demagogos alemães.⁶⁸

O comentário de Schramm indica que as ideias de Blumenau eram vinculadas ao cônsul Sturz, e não obtinham apoio dentre os envolvidos no processo de colonização estrangeira no Brasil. O cônsul de Hamburgo no Brasil Hermann Schröder também afirmou não apoiar as intenções de Blumenau:

Sendo esta a minha impressão, que a sua ideia principal é de instalar grande número de imigrantes alemães em uma só província no Brasil, afim de que ela se transforme dentro de alguns anos em um Estado Alemão, criando assim lá uma Alemanha unificada que na Europa não se consegue unificar.⁶⁹

Neste sentido, estas críticas diretas se referem a ideias consideradas visionárias de Sturz, que Blumenau acatava nos seus projetos. Pela posição de Schröder, por exemplo, é possível conceber que a pretensão movida pelo ideal político de “unificação”, na época incabível para os estados alemães, seria naturalmente impraticável no Brasil. Parece que Hermann Blumenau percebeu a recepção negativa destas ideias, e passou a agir em relação ao posicionamento ideológico de Sturz, solicitando ao cônsul que cuidasse com suas palavras em relação à proposta e aos temas da escravidão e abolição:

Contudo, mais uma vez, deixe a questão da escravatura em paz! Queime as minhas cartas. Todos os alemães aqui são contra a colonização, porque eles se sentem envergonhados com os imigrantes e nada podem ganhar com eles. A maior parte de suas circulares está na Germânia e nunca foi lida. Os alemães todos xingam o país aqui e o Governo, tendo, realmente,

⁶⁷ Segundo Richter, no período da criação da Companhia Adolph Schramm estava estabelecido em Maroim, no Sergipe, mas deveria viajar para a corte pelos objetivos da Sociedade. RICHTER, K. *A fundadora Joinville...* p. 80. RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p 12.

⁶⁸ SCHRAMM, Adolph. “Carta ao Dr. Sieveking, 28 de dezembro de 1846”. In: RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p. 18.

⁶⁹ “Impressões de Hermann Schröder sobre Blumenau informada a Comissão em Hamburgo em 27 de novembro de 1846” Apud RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p 17.

bastante razão para tanto, e induzem outros motivos para os seus esforços, dos que o Sr. tem! (...) Quanto antes o Sr. deixar a causa, tanto melhor para o Sr..⁷⁰

Blumenau também havia manifestado opiniões sobre a escravidão que convergiam com o cônsul, porém após sua chegada ao Brasil, percebeu que as opiniões de Sturz não eram de agrado de políticos influentes brasileiros, e até mesmo dos comerciantes alemães que viviam no país. Ao deparar-se com esta situação não indicou que mudara de posição, mas afirmou que a “escravidão e abolição” não deveriam ser mencionadas. A estratégia de convencimento de Blumenau era demonstrar a Sturz que os textos e circulares do cônsul não eram lidos, e não recebiam menor consideração pelos próprios alemães. Por isso, eram esforços perdidos numa causa sem apoio.

Enquanto Blumenau viveu no Rio de Janeiro, esteve ligado aos acontecimentos da “Gesellschaft Germânia”, fundada em 1821 no Rio de Janeiro, por comerciantes provindos de Estados Alemães, e países como Suíça e Bélgica. O local era um espaço de sociabilidade e de negócios entre médicos, oficiais militares, entre outros, também recebia viajantes, e fora do círculo central de associados, e servia como espaço de convivência entre operários e colonos egressos de áreas de colonizações.⁷¹ Desta forma, grande parte das pessoas que Blumenau inferiu serem contrários às posições de Sturz e à imigração e colonização alemã, faziam parte da comunidade e tinham com funções como de cônsules, ou eram comerciantes influentes nos negócios de importação e exportação entre o Brasil e a Europa. Blumenau buscou convencer o cônsul a não continuar com suas ideias, afirmando que concordava com alguns membros do Germânia que lhe diziam que os “planos titânicos” de Sturz não iriam mudar a situação de que o governo brasileiro não podia e nem queria fazer em relação ao assunto.⁷²

Tal posição pode ter se baseado também na posição “não favorável” em relação às ideias de Sturz, do Ministro Antônio de Paula Holanda Cavalcanti, que

⁷⁰ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta a Sturz, agosto de 1846”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 39.

⁷¹ A autora afirma que a “comunidade Germania” foi a primeira associação de “pertencimento étnico germânico” que surgiu no Brasil. SEYFERTH, Giralda. A imigração alemã no Rio de Janeiro. In: GOMES, Angela Maria de Carto (Org.). *História de Imigrantes e de Imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000, p. 12.

⁷² BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta a Sturz, agosto de 1846”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 39.

ocupava a pasta da Marinha no período.⁷³ Além disso, Blumenau descreveu o que parece ter sido uma ameaça de traficantes de escravos, que o preveniram em relação a um “golpe grave” que poderia receber se continuasse a expor ideias contrárias a escravidão. Na mesma ocasião declarou que abandonaria “a causa toda” e iria trabalhar na farmácia ou química, se não tivesse seu pedido acatado.⁷⁴

Não é possível saber se foi em tom ameaçador que o comentário foi feito, ou se Blumenau buscou aumentar a tensão em suas palavras para convencer o cônsul a parar de escrever sobre o assunto. Mas é certo que ele reforçava os problemas do posicionamento do cônsul, preocupado com a falta de apoio para seus planos de colonizar. Tanto, que revelou que exagerara nas cartas a Sturz por necessidade, mas que não se preocuparia, pois o tinha “no bolso”, mais do que Sturz tinha a ele.⁷⁵

A estratégia de Blumenau foi desvincular sua imagem das ideias relacionadas a escravidão de Sturz, pois como um “estrangeiro” que procurava apoio para um projeto particular de colonização, não era de seu interesse se envolver com as discussões sobre a escravidão.⁷⁶ Talvez por isso, que armou-se de inúmeros argumentos para dissuadir Sturz a abandonar o tema no Brasil, já que se tratava de uma área delicada. Parece que Blumenau percebeu a complexidade do assunto, pois recomendou que o cônsul cuidasse nos textos, com os assuntos problemáticos a ele: a escravidão e abolição em que o cônsul não deveria direcionar mais nenhuma palavra, e a introdução de mão de obra livre por meio da imigração estrangeira, que poderia ser tratada, mas com artigos calmos, e não ameaçadores como os que Sturz costumava escrever.⁷⁷

O ideal da causa era de que a imigração e colonização alemã deveriam se efetivar com o povoamento pela pequena propriedade de terras,⁷⁸ pressupunha a criação de núcleos coloniais baseados no trabalho livre, que por sua vez, alcançariam o objetivo de acabar com a escravidão. No entanto, o período era

⁷³ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta a Sturz, 16 de setembro de 1846”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 46-47.

⁷⁴ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta a Sturz, 16 de setembro de 1846”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 46-47.

⁷⁵ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta de 23 de setembro de 1846”. Carta 8. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 33-34.

⁷⁶ SEYFERTH, Giralda. *O Vale do Itajaí e a Política...*, p. 73.

⁷⁷ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta a Sturz, 14 de setembro de 1846”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 40-42.

⁷⁸ SEYFERTH, Giralda. *O Vale do Itajaí e a Política...*, p. 74.

bastante conturbado em relação a estas mudanças, principalmente no que se refere ao debate da substituição da mão de obra escrava pelo trabalho imigrante.

O debate se estabelecia de acordo com as posições dos deputados, influenciadas por uma ideologia da elite latifundiária do período, que previa o combate à colonização, pois ela implicava em uma “mudança de estrutura” dominada por latifundiários. Enquanto a imigração espontânea, sem a “necessidade de gastos” públicos, recebia apoio desses políticos, pois conferia aos fazendeiros a possibilidade de solucionar os problemas da oferta de mão-de-obra de trabalhadores escravos, por meio da importação de trabalhadores europeus.⁷⁹

Neste sentido, a legislação produzida durante o período imperial reflete as contradições da política imigratória brasileira.⁸⁰ Alguns setores apoiavam a criação e manutenção de núcleos coloniais com o objetivo de povoamento, enquanto em outros se pleiteava a substituição do trabalho escravo nas lavouras. Petrone afirma duas tendências bastante claras da legislação do período: “imigrante colono” para os núcleos de pequena propriedade, ou “imigrante como braço” para o trabalho nas lavouras. Havia, portanto, duas frentes no processo de imigração e colonização estrangeira no Brasil. Não há como congelar em um aspecto único as atribuições do governo no período: elas adequavam-se e eram movidas conforme os interesses políticos e econômicos de cada província e de cada região.⁸¹ Certamente, trazia a tona uma série de divergências entre posições políticas, daqueles que incentivavam a introdução de colonos para a pequena propriedade e outros que consideravam a imigração como meio de constituir mão de obra.

No final da década de 1840, desenvolvia-se a primeira experiência de trabalho livre com imigrantes alemães e suíços na produção cafeeira em caráter particular, empreendida pelo Senador Nicolau de Campos Vergueiro em 1847, na fazenda Ibicaba em São Paulo.⁸² No caso se tratava da vinda de colonos para o trabalho agrícola; o Senador Vergueiro era contrário à doação de terras a imigrantes,

⁷⁹ LAZZARI, Beatriz Maria. *Imigração*. EST/UCS: Caxias do Sul, 1980.

⁸⁰ IOTTI, Luiza Horn *Imigração e colonização...*, p. 21.

⁸¹ HOLANDA, S. B. Prefácio do tradutor. In: DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono...*, p. 22.

⁸² Segundo Stolcke e Hall, a negociação feita com os imigrantes era feita por meio do sistema de parceria em que o fazendeiro investia financeiramente para o transporte dos colonos até o porto de Santos, para depois ser ressarcido pelos imigrantes por meio da divisão dos lucros líquidos das colheitas dos pés de café distribuído pelo fazendeiro. Cf.: HALL, Michael M; STOLCKE, Verena. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 6, Set. 1983, p. 83.

pois achava que este privilégio não era dado aos nacionais e as colônias em terras concedidas por meio das sesmarias, não supria a necessidade maior do Império: “braços” para o desenvolvimento “de sua riqueza agrícola”. Por isso considerava o sistema de parceria como uma forma de adaptação dos colonos imigrantes, para se tornarem “proprietários e foreiros”.⁸³

Certamente, a política de colonização para a pequena propriedade era subsidiária ao interesse de abastecer a mão de obra da grande lavoura. Mas não explica o “volume e a continuidade” dos investimentos do governo para o desenvolvimento da colonização em núcleos rurais, durante todo o século XIX.⁸⁴ No mesmo período, houve o incremento do desenvolvimento da colonização com o aumento de iniciativas particulares,⁸⁵ que buscavam recursos e apoio do governo brasileiro, concomitante aos interesses da elite agrária que buscaram na imigração de trabalhadores, de aumentar a oferta de mão de obra. Em uma carta de setembro de 1846 enviada a Sturz, Blumenau indicou que as duas vertentes poderiam estar atreladas ainda aos locais de chegada dos colonos:

Das famílias, alojadas no barracão, mais foram novamente ao Rio Grande, depois de longas súplicas. Os restantes deverão ir todos – cerca de 150 cabeças – ao Espírito Santo. Todos eles vão, certamente, ao encontro de sua ruína. (...) Mandar o pessoal para Minas é outro logro, o transporte para lá é 11\$000. Mas também a leva para São Paulo se espatifa novamente, e tudo chega a descrédito e decadência. Vergueiro, em São Paulo, quer 400 escravos alemães em condições altamente desfavoráveis. Ele recebe 50\$000 por cabeça. Kalkmann e Jack fazem propaganda para ele. Lembre-se disto e escreva tão fortemente quanto possível contra isto, etc.⁸⁶

A descrição da situação de famílias imigrantes no Porto do Rio e Janeiro revela a incerteza da direção que os colonos poderiam seguir. Além dos que já vinham com destino certo, como São Leopoldo - no Rio Grande do Sul - e Nova Friburgo - no Rio de Janeiro -, os estrangeiros recém-chegados poderiam ser

⁸³ HOLANDA, S. B. Prefácio do tradutor. In: DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono...*, 22-23.

⁸⁴ MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de colonização do Império. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina/UFRGS, 1999, p. 12.

⁸⁵ SEYFERTH, Giralda. *O Vale do Itajaí e a Política...*, p. 63.

⁸⁶ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta a Sturz, setembro de 1846”. In: VOIGT, A. F. *Cartas reveladas...* p. 49; Kalkmann atuou como cônsul do Brasil em Bremen em 1828 e na década de 1840, trabalhava na propaganda e agenciamento de imigrantes para o Brasil. Durante a pesquisa não foram encontrados dados sobre de quem se tratava “Jack”. In: SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã para o sul do Brasil. Trad. Martin Dreher. São Leopoldo/Porto Alegre: Ed. Unisinos/EDIPUCRS, 2003*, p. 69; BLUMENAU, “Carta de 11 de agosto de 1846”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 34.

encaminhados ao interior de Minas, Espírito Santo ou para o trabalho nas fazendas de café em São Paulo. Dependiam do ajuste realizado entre os negociadores, agenciadores e até mesmo fazendeiros como Vergueiro.⁸⁷ No caso, parece que a negociação envolvendo o Senado estava relacionada à atração de trabalhadores para a substituição do trabalho escravo pelo livre e talvez tenha sido por isso que Blumenau os referenciou como “escravos alemães”. Não é possível inferir se os prêmios por imigrantes eram pagos por Vergueiro aos agentes, ou do governo ao próprio fazendeiro, mas certamente indica o interesse financeiro que o negócio poderia constituir.

Com a situação em que se encontrava o processo de imigração no Brasil, o objetivo de promover a vinda de imigrantes alemães em larga escala, previsto pela “causa”, não foi bem recebido pelas autoridades brasileiras. Na carta de 11 de agosto de 1846, Blumenau comentou que não havia apoio entre os envolvidos, que lhe haviam dito que não buscavam “colonos em massa”, mas trabalhadores individuais para “colocar no lugar dos escravos”; enquanto outros afirmavam que até “queriam colonos”, mas temiam que o grande número interferisse no controle do governo sobre eles.⁸⁸

As expectativas que Blumenau para sua atuação no Brasil, não parecem ter sido alcançadas. A imigração e colonização era um tema complicado, conduzido em meio a disputas políticas e uma legislação de contradições, principalmente em relação à imigração para a constituição de núcleos coloniais baseados na pequena propriedade. Contudo, apesar da complexidade da imigração e colonização no Brasil, o processo se intensificou e os portos brasileiros receberam grandes levas de imigrantes, que atravessavam o oceano saindo de Hamburgo, e de outros portos na Europa, principalmente para o trabalho nas lavouras de café, mas também para constituir núcleos de colonização. Essas pessoas irão compor as levas migratórias que Blumenau se envolveu significativamente enquanto permaneceu em solo brasileiro.

⁸⁷ Segundo Richter, Vergueiro era representado pela firma Christian Mathias Schröder e Cia. em Hamburgo, que angariava colonos alemães para o trabalho nos cafezais da colônia. Cf: RICHTER, Klaus. A fundadora de Joinville: sociedade colonizadora de 1849 em Hamburgo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. 3º fase. n. 4. 1982-1983, p. 83.

⁸⁸ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta a Sturz, Rio de Janeiro, de 11 de agosto de 1846”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 36-37.

1.3 Brasil e Hamburgo: os “negócios” de Hermann Blumenau

No século XIX uma parte significativa da população europeia se transferiu para a América. Entre os migrantes que se deslocavam da Europa para o outro lado do oceano estavam os que partiam dos Estados Alemães, em decorrência de mudanças políticas sociais e econômicas,⁸⁹ relacionadas à carência dos meios de subsistência causada pelo crescimento demográfico que excedia a produção agrícola, aos problemas da produção artesanal, com a ascensão da indústria, e as condições de desequilíbrio nos setores da economia, tanto urbana quanto rural, causando um empobrecimento sem precedentes em diversas camadas sociais da população.⁹⁰

A crise camponesa se desenvolveu de forma diversa em cada Estado, Ducado ou Principado Alemão,⁹¹ pois cada um dele possuía orientações políticas próprias. Segundo Seyferth, os problemas estavam relacionados às mudanças agrícolas como a mecanização do campo, a diminuição do tamanho dos lotes cultivados pelas famílias camponesas, o que ocorreu com a alteração da legislação das heranças, que previu a divisão das propriedades entre os filhos homens, e as altas taxas de impostos cobradas dos pequenos agricultores. Todos estes fatores contribuíram para o crescimento do êxodo rural, enquanto nas cidades o processo de mudança causada pela revolução industrial e o desenvolvimento do comércio exterior criou uma classe de trabalhadores mal remunerados, sem qualificação, na grande maioria, antigos camponeses fugidos da crise agrícola.⁹²

Os fluxos migratórios em direção à América durante o século XIX variavam conforme o período, havendo momentos de grande quantidade, e outros de movimentação relativamente pequena. Nos anos entre 1846 e 1857 – período de intensa emigração – o número de pessoas que saíram dos Estados alemães somou 1.266.500, principalmente das regiões oeste e sudoeste. Deste contingente, cerca

⁸⁹ IOTTI, Luiza Horn. *Imigração e Poder...*p. 19. KLUG, João. *Imigração e Luteranismo em Santa Catarina: a comunidade alemã do Desterro – Florianópolis*. Florianópolis: papa livro, 1994.

⁹⁰ RICHTER, Klaus. *A fundadora de Joinville...*, p. 76-77; KIEFER, Sabine. *Dr. Hermann Blumenau – Vida e Obra...*, p. 29.

⁹¹ O processo de unificação e criação do Império Alemão ocorreu em 1871. KIEFER, Sabine. *O Doutor Blumenau – Vida e Obra...*, p. 29.

⁹² SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Garibaldi, 1974, p. 18.

de 90% se dirigiram aos Estados Unidos,⁹³ o restante seria dividido entre outros países da América do Sul e Austrália.⁹⁴

A partir de 1845, devido à crise econômica nos Estados Alemães, não houve o interesse em restringir a emigração por parte de nenhum governo alemão.⁹⁵ Em alguns casos, as autoridades financiavam o transporte de emigrantes considerados “marginais”, estimulando-os a migrarem para os países receptores.⁹⁶ Em outros, dado o pauperismo de muitas regiões, as autoridades alemãs colaboraram com agentes na arregimentação de emigrantes, adiantando somas para cobrir as passagens e sustento durante a viagem.⁹⁷ Não havia, portanto uma política de imigração própria dos governos alemães, devido a isto, coube a particulares encontrar soluções para impulsionar e desenvolver a emigração nos diversos Estados.

Entre os anos de 1840 e 1850, foram fundadas cerca de 30 sociedades ou companhias emigratórias e colonizadoras,⁹⁸ que por iniciativa particular negociavam a arregimentação e transporte de migrantes. Suas sedes se localizavam em pontos estratégicos, nas regiões portuárias com grande capacidade de escoamento de produtos e, conseqüentemente, de um número considerável de pessoas que desejavam emigrar. Hamburgo, por exemplo, possuía localização privilegiada e potencial portuário para este fim. Certamente, devido a isto que Hermann Blumenau antes mesmo de viajar ao Brasil buscou instruir-se dos possíveis negócios viabilizados por aquele porto. À época em que esteve em Hamburgo, as relações comerciais entre a cidade e o Brasil já eram antigas⁹⁹ e se realizavam por firmas ou

⁹³ RICHTER, Klaus. *A fundadora de Joinville...*, p. 76.

⁹⁴ Segundo Seyferth, a preferência pelos Estados Unidos decorria de melhores condições de travessia, baixo custo financeiro, propaganda mais eficiente, e um modelo de colonização mais atraente. SEYFERTH, Giralda. *O Vale do Itajaí e a política...*, p. 60.

⁹⁵ Esta situação foi alterada em algumas regiões, como na Prússia, no final da década de 1850, com o Restrito Von der Heydt, que “colocava obstáculos” para a imigração para o Brasil. Segundo Klug, na década de 1860, em alguns núcleos houve o aumento da introdução de imigrantes. Machado afirma, que o decreto foi revogado para as três províncias do sul em 1896. Cf.: KLUG, João. *Imigração no Sul do Brasil*. In: Grinberg, Keila e Salles, Ricardo (orgs.). *O Brasil Imperial*. Volume III: 1870 - 1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p 211; MACHADO, Paulo P. *A política de colonização...* p. 33-34.

⁹⁶ RICHTER, Klaus. *A fundadora de Joinville...*, p. 77.

⁹⁷ HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio do Tradutor. In: DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono...*, p. 28.

⁹⁸ RICHTER, Klaus. *A fundadora de Joinville...*, p. 77.

⁹⁹ Schröder afirma que tais relações tiveram início com a abertura dos portos, em 1808, tendo um aumento entre os anos de 1814 e 1818, em que o número de navios provenientes do Brasil – que atracaram naquele porto cresceu de dois para 30. Richter, por sua vez, considera que as relações comerciais entre Hamburgo e o Brasil se intensificaram após a Independência, e atingiram

casas comerciais que se instalaram no país¹⁰⁰ importando manufaturados e exportando produtos como café e açúcar.

Hamburgo possuía o maior porto dentre os Estados e Cidades Livres e Hanseáticas Alemãs e também dispunha de condições de promover o deslocamento transatlântico de migrantes.¹⁰¹ Devido aos interesses de armadores e exportadores que negociavam por aquele porto, houve uma disputa pela hegemonia das negociações, com comerciantes de outras cidades portuárias interessados na emigração. Em 1844, Hermann Blumenau demonstrou interesse pela situação dos portos – neste caso não sobre Hamburgo – quando mencionou que estava observando “as novidades do movimento migratório” de portos alemães.¹⁰² O que o interessava então, era saber qual dos dois portos que observara – Bremen e Baviera¹⁰³ – seria mais propício à emigração. Blumenau buscou especialmente “encontrar de algum modo condições de número, com os quais se podiam contar”¹⁰⁴ para saber da capacidade de emigrantes que os locais comportavam e da garantia do transporte em larga escala. A preocupação de Blumenau indica que as condições dos portos eram importantes para o negócio de envio de migrantes, que ele almejava se envolver.

No ano de 1846, comerciantes da cidade de Bremen haviam iniciado negociações relacionadas à emigração com o Brasil. Bremen era cidade vizinha e rival de Hamburgo, disputando a proeminência dos negócios que se viabilizavam pelo porto, e buscava atrair a maioria dos emigrantes alemães para serem

proporções importantes em meados do século XIX. Cf: SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã...*, p. 33; RICHTER, Klaus. *A fundadora de Joinville...*, p. 77.

⁹⁹ RICHTER, Klaus. *A fundadora de Joinville...*, p. 77.

¹⁰⁰ SCHRÖDER cita as primeiras firmas: R. Groning & Co, J. CV. F. Hagedorn, Berenberg, Gossler & Co., Sillem, Benecke & Co, C.F.Bauer, M. J. Haller, C. M. Schröder & Co, Lutteroth & Co, Stresor & Gries, Pitcairu, Brodies & Co, Schwartz Gebr., N.B. Eybe e outras mais. In: SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã para o sul do Brasil...*, p. 33.

¹⁰¹ RICHTER, Klaus. *A fundadora de Joinville...*, p. 77.

¹⁰² A carta de 29 de março de 1844 foi transcrita por Johann Jacob Sturz no capítulo “Die Auszüge aus Herrn Blumenau’s Briefen” (Os extratos das cartas do Dr. Blumenau) publicado no livro do mesmo autor “Die Deutsche Auswanderung und die Verschleppung deutscher Auswanderer” em 1868. Na página 33 ao se referir às observações feitas por Blumenau dos portos de Bremen e Baviera, há o seguinte parêntese: (aqui algumas anotações de Bremen e da Baviera no ano de 1843). Essas observações não foram transcritas pelo autor, e conseqüentemente não foram traduzidas no livro organizado e traduzido por André Fabiano Voigt. Cf: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*

¹⁰³ Convém mencionar que a região da Baviera não possui porto marítimo. Contudo, Hermann Blumenau se refere ao “Porto da Baviera” quando se refere a locais propícios para envio de imigrantes.

¹⁰⁴ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta a Sturz, 29 de março de 1844”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 33.

embarcados aos Estados Unidos.¹⁰⁵ Um comentário sobre este aspecto foi feito pelo Visconde de Abrantes em 1846, então embaixador do Brasil em Berlim. Interessado na atração de “colonos úteis”,¹⁰⁶ Abrantes compôs um estudo sobre mudanças que iriam corroborar com a emigração para o Brasil. Segundo ele, em termos econômicos era mais viável ao Brasil efetuar o embarque de colonos nos portos com maiores relações comerciais como Hamburgo e Bremen.¹⁰⁷ A fala do embaixador confirma assim, que os dois locais concorriam pelo predomínio do transporte de emigrantes.

Hermann Blumenau parecia estar atendo a tais condições, em especial as de Hamburgo. Durante o período em que esteve na cidade, procurou se envolver com pessoas interessadas em promover o transporte de emigrantes por aquele porto. Como ele mesmo afirmou, seus planos iam ao encontro dos interesses de “senhores” da cidade, entre eles, comerciantes abastados e políticos influentes, pois estes queriam “fazer alguma coisa” pelo desenvolvimento dos negócios pelo porto.

Para a colonização e emigração o interesse começa a despertar agora. Eu falei muito a este respeito com senhores daqui, estes querem fazer alguma coisa, mas não querem começar, dizem que o início tem que vir de Berlim e Londres. Mas o que o comodismo e a apatia estraga, a inveja para com Bremen novamente iguala. Eu creio que feito primeiro o começo, o negócio vai à frente.¹⁰⁸

Blumenau considerou que o assunto da emigração estava sendo pouco discutido em Hamburgo devido ao “comodismo e apatia” dos comerciantes e políticos da cidade, mas em contrapartida, a “inveja” para com Bremen poderia impulsionar o processo. Como já comentado, as duas cidades disputavam comercialmente o transporte de emigrantes por seus portos, e o porto hamburguês possuía capacidade de expedir grandes levas migratórias,¹⁰⁹ no entanto, Blumenau ressaltou o estado apático da cidade para com a emigração, o que pode ter relação com o baixo número de migrantes embarcados naquele porto. Segundo Abrantes, no ano de 1844, enquanto Bremen ficou responsável pelo envio de 19.836 migrantes, o

¹⁰⁵ RICHTER, Klaus. *A fundadora de Joinville...*, p. 80.

¹⁰⁶ Visconde de Abrantes também cita Antuérpia como porto viável. Cf: ABRANTES, Visconde de. *Memórias sobre o meio de promover a colonização...*, p. 865.

¹⁰⁷ ABRANTES, Visconde de. *Memórias sobre o meio de promover a colonização...*, p. 835.

¹⁰⁸ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta aos pais, Hamburgo, 30 de março de 1846”. Carta 01. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 04-06.

¹⁰⁹ RICHTER, Klaus. *A fundadora de Joinville...*, p. 77.

porto hamburguês embarcou 1.774 pessoas.¹¹⁰

Blumenau interessou-se pelo desenvolvimento da emigração para o Brasil via Hamburgo, considerando que o negócio tomaria “frente” e só necessitava do impulso inicial. Por meio deste envolvimento recebeu atenção de pessoas também interessadas no negócio. No entanto, os “senhores” com que falou em Hamburgo pareciam tentar contornar o assunto do transporte de emigrantes pelo porto, pois diziam que deixariam a cargo de Berlim e Londres as primeiras iniciativas para o desenvolvimento da emigração.

Embora seja difícil afirmar que Blumenau não tenha conseguido realizar nenhum negócio mais concreto com os comerciantes hamburgueses, é certo que o interesse pelo processo de envio de migrantes pelo porto da cidade não era tão pequeno. Ainda mais porque, em abril de 1846 – enquanto ele viajava ao Brasil –, era constituída na cidade a “Sociedade de Proteção aos Emigrados Alemães do Sul do Brasil”, composta por comerciantes e armadores da cidade, com objetivo de promover a emigração para o Brasil a partir daquele porto.¹¹¹ A formação de uma empresa interessada em fomentar o processo indica que os comerciantes, caracterizados por Blumenau pelo pouco interesse no negócio, não estavam tão desinteressados como ele havia descrito.

Em uma carta que escreveu em 1846 quando se encontrava em Rio Grande, dirigida a Johann Jacob Sturz, Blumenau se referiu às disputas entre as cidades e à maneira como ele requisitou de João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, que fosse favorecido no sentido de “puxar a emigração” daquelas cidades para o Brasil. Como informou Blumenau, Sinimbu era redator do Correio Oficial da Província do Rio Grande do Sul.¹¹² Havia também exercido a função de Ministro Residente na República Oriental do Uruguai, de Presidente da Província do Rio Grande do Sul e também ocupou as pastas dos Estrangeiros em 1859.¹¹³ Ele contava a conversa que havia tido com Cansanção narrando a Sturz que:

Ao mesmo tempo eu lhe expliquei que, se se quisesse contrair comigo ou, ao mesmo, me conceder a preferência, pois se Bremen e Hamburgo

¹¹⁰ ABRANTES, Visconde de. *Memórias sobre o meio de promover a colonização...*, p. 835.

¹¹¹ RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...* p. 12.

¹¹² BLUMENAU, Hermann Bruto Otto. “Carta a Sturz, 11 de agosto de 1846”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 35.

¹¹³ Disponível em http://www.fazenda.gov.br/portugues/institucional/ministros/dom_pedroll030.asp.

também começassem, e que cada cidade passe a cuidar só de si e de sua navegação e excluir os outros, que então surgirão na Alemanha – como aqui – ciumeiras e denúncias, o que impediria a realização de uma colonização eficaz; que Bremen, se for negligenciada, dirigir-se-á totalmente à América do Norte, e Hamburgo sozinho, porém, não conseguiria puxar a emigração; por isso uma concentração sob os meus cuidados seria o caminho mais seguro, etc. Eu aí também transportaria através de Antuérpia e Havre.¹¹⁴

Além de ter evidenciado a disputa que havia entre as cidades alemãs, Hermann Blumenau deixava claro seu interesse no assunto. Ele buscou, por meio de seus contatos com autoridades brasileiras, negociar sua atuação em um projeto de imigração em larga escala. Para isto, se colocava na posição de pacificador das disputas entre as cidades alemãs, com a proposta de viabilizar o escoamento de migrantes por Bremen, Hamburgo e até Antuérpia e Le Havre. Contudo, parecia que seu maior interesse era que as concessões fossem entregues a Bremen e Hamburgo, pois como vimos, ele conhecia melhor estes dois centros: além de ter estado em Hamburgo, onde tratou de negócios da emigração com comerciantes e políticos que formariam a já mencionada “Sociedade de Proteção”,¹¹⁵ ele havia também realizado observações nos portos de Bremen em 1844.¹¹⁶ Blumenau se dispôs a embarcar pessoas de vários portos; considerando que sem ele, dadas as “ciumeiras e denúncias” das disputas entre as companhias e agentes que atuavam nas cidades, haveria apenas uma cidade que enviaria migrantes ao Brasil, o que para ele, impediria “a realização de uma colonização eficaz”. Ele se propunha, justamente, a evitar que isso acontecesse.

Em setembro de 1846, um mês depois de ter feito suas considerações sobre as disputas entre os portos do norte da Europa, Hermann Blumenau se referiu a outra conversa que tivera com Sinimbu. Desta vez parece que ele deixava mais claro suas pretensões à transferência de migrantes:

Nesta oportunidade, primeiramente eu ressaltei em favor da minha proposta, que se quisesse me dar uma concessão, eu conseguiria reunir

¹¹⁴ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta a Sturz, 15 de agosto de 1846”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 37.

¹¹⁵ Hermann Blumenau manteve contatos com autoridades políticas e comerciantes em Hamburgo, como Friedrich Gültzow, Christian Mathias e Hermann Schröder que estiveram envolvidos na fundação da “Sociedade de Proteção aos Emigrados do Sul do Brasil” em 1846. Cf: RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*; RICHTER, Klaus. *A sociedade colonizadora Hanseática...*

¹¹⁶ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta a Sturz, 29 de março de 1844”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...* p. 33.

todos os interesses especiais de todos os concorrentes, portanto a esperança existiria para uma imigração maior do que se fosse dar uma concessão aos outros; eu poderia transportar através de Hamburgo, Bremen e Antuérpia, enquanto que os outros sempre só queriam transportar através de seus portos e, portanto, não seria possível pensar em uma grande imigração, pois então os menos privilegiados se iriam decidir por Texas e a América do Norte. Porém, se não quiserem me dar uma concessão, então teriam que dar uma a Hamburgo, e esta precisa ser a primeira, porque ela tem o maior comércio por aqui, a América do Sul, enquanto que Bremen e Antuérpia possuem bem menos.¹¹⁷

São claras as intenções de Hermann Blumenau em relação à concessão do transporte de imigrantes para o Brasil. Parece que ela não foi dada nem a ele nem a nenhuma companhia em especial, todas realizavam o agenciamento e transporte por sua conta.¹¹⁸ Entretanto, é evidente que ele aspirava empreender a migração em massa para o Brasil, se colocando em disputa com companhias, empresas ou agentes estabelecidos nestes locais. Se ele conseguisse a concessão para operar em Hamburgo poderia, inclusive, se tornar concorrente da Sociedade formada na cidade, com a qual vinha estabelecendo vínculos. Ou, de outro lado, tal permissão poderia ser uma moeda de troca para que ele se tornasse sócio da Companhia, como almejava. Isso se pode depreender do pedido que mencionou a Sturz, em setembro de 1846, em que Blumenau pedia que lhe fossem dados “40 até 50 ações e um emprego condizente”¹¹⁹ por serviços que seriam prestados à Sociedade.

Os vínculos que mantinha com os “hamburgueses”, como ele denominava os membros da Sociedade, são constantemente caracterizados por Blumenau como indefinidos e incertos. Entretanto, segundo ele próprio informou, em setembro de 1846, quando já se encontrava no Rio de Janeiro, teria resolvido aceitar a proposta, feita pela Companhia,¹²⁰ de remuneração, resgates das custas das viagens e hospedagem, e a possibilidade de colocação em um cargo pela confecção de relatórios da situação da imigração e colonização no sul do Brasil.¹²¹ Parece que

¹¹⁷ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta a Sturz, sem local, 14 de setembro de 1846”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...* p 43.

¹¹⁸ Na bibliografia consultada não foi encontrada referência sobre a entrega de concessões à Companhias ou Agentes dadas, neste período, pelo Governo Brasileiro, para agenciar o transporte de imigrantes nos portos europeus.

¹¹⁹ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta a Sturz, 14 de setembro de 1846”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 45.

¹²⁰ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta aos pais, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1846”. Carta 07. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 29-32.

¹²¹ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta a Sturz de 14 de setembro de 1846”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 45.

significava muito para Blumenau ser beneficiado com um cargo pela Sociedade. Em cartas que enviou aos pais e familiares costumava se referir ao emprego como algo eminente ao seu trabalho,¹²² e quando previu que não seria recompensado com a função, podendo ser colocado em um cargo subordinado, afirmou que iria “exigir o lugar do primeiro, ou no mínimo do segundo diretor, com um salário decente”.¹²³ Certamente, a exigência de uma função elevada era parte de seus objetivos de manter-se em posição privilegiada nos negócios da imigração e colonização no Brasil.

Ainda na Europa, Hermann Blumenau já estava envolvido – mesmo que por aspirações – nos negócios da migração de portos alemães para o Brasil. Em terras brasileiras, manteve-se ligado ao processo e buscou com autoridades brasileiras meios de conduzir suas pretensões de dirigir a migração em massa para o Império. Além disso, estabeleceu vínculos com uma sociedade migratória almejando alcançar alguma função de destaque para a imigração ou colonização. Desta forma, Blumenau esteve ligado às negociações que se estabeleciam entre Companhias, seus sócios e agentes, e o processo de desenvolvimento de projetos de colonização estrangeira alemã no Brasil.

1.4 Para a imigração e colonização no Brasil: que haja “muito dinheiro”

As companhias de emigração pareciam se constituir de maneira mais ou menos semelhante: eram compostas por empresas ou particulares que adquiriam ações de determinado valor e, juntas, formavam o capital total da companhia. A “Sociedade de Proteção aos Emigrados Alemães no Sul do Brasil” era formada por 20 casas comerciais de Hamburgo, muitas delas com atividades comerciais no Brasil. Segundo Richter, cada uma das casas depositou em um fundo comum a quantia de três mil marcos, enquanto a Deputação do Comércio de Hamburgo contribuiu com a quantia de mil marcos, com intuito de formar um capital suficiente

¹²² Cf: AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta n. 05, n. 07, entre outras, da pasta 01 - 2.3.4.1.1.

¹²³ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta a Sturz, Rio, fins do ano de 1846”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 45.

para dar início a suas atividades.¹²⁴ Em 1848, Hermann Blumenau comentou que o fundo de ações no valor de 60 mil marcos¹²⁵ da Companhia de Hamburgo havia sido formado por empresas respeitáveis, bem conhecidas e de “honesto reputação”.¹²⁶

Algumas empresas se envolviam essencialmente com o comércio de mercadorias e produtos por meio da exportação e importação, e muitas vezes possuíam uma frota de navios, ou alugavam embarcações para realizar o transporte destes bens. Havia ainda, casas comerciais que agenciavam negociações entre compradores e vendedores dos produtos e mercadorias nos dois países. Dysarz, em seu estudo sobre os suíços da Colônia Superaguí, no litoral do Paraná, afirma que as casas de comissão suíças eram companhias de exportação e importação de mercadorias a atacado, retiravam seu lucro no agenciamento entre compradores e vendedores de várias partes do globo, recebendo comissão sobre as vendas. Além disto, funcionavam geralmente com duas sedes, uma na Europa e outra no Rio de Janeiro, no caso do Brasil, e se mantinham com forte caráter familiar.¹²⁷

Uma das casas comerciais que se destacou neste sentido foi a Christian Mathias Schröder e Cia, fixada em Hamburgo. A firma pertencia ao Senador Christian Mathias Schröder em sociedade com seus filhos, e atuou como casa comercial e companhia de navegação, desempenhando um papel importante nas relações entre Brasil e Hamburgo.¹²⁸ Richter afirma que a empresa passou a transportar emigrantes para o Brasil a partir de 1840, quando houve uma redução da frota de navios devido ao declínio das transações comerciais.¹²⁹ O negócio parece ter se intensificado, pois a Casa Schröder participou ativamente na formação da “Sociedade de Proteção aos Emigrados Alemães do Sul do Brasil” em 1846 e nos

¹²⁴ RICHTER, Klaus. *A fundadora de Joinville...*, p. 80.

¹²⁵ O valor das ações da Companhia informado por Blumenau está de acordo com Richter, que indica que o fundo comum de ações possuía um capital de 60 mil marcos, chegando posteriormente ao total de um milhão de marcos. Segundo Richter, no final do século XIX, a quantia de 63.530 marcos era o equivalente a 80:000\$000. Cf: RICHTER, Klaus. *A sociedade colonizadora Hanseática...* p. 22; RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p. 14.

¹²⁶ AHJFS. “Requerimento e projeto para a Assembleia da Província de Santa Catarina”. 1848. Fundo Blumenau - Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.6. Doc. 62.

¹²⁷ DYSARZ, Caiubi Martins. Os suíços de Superaguí: colonização e imigração no Paraná do século XIX. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. 2013, p. 16.

¹²⁸ Segundo Richter, as negociações iniciaram em 1778 com Portugal, com o transporte em veleiros próprios e alugados de produtos coloniais brasileiros; após 1830 se dedicou a importar açúcar da Bahia e do Rio, efetuando quatro a seis viagens por ano, e em 1846, foi a primeira em Hamburgo a desenvolver o transporte de emigrantes para o Brasil. RICHTER, Klaus. *A fundadora de Joinville...*, p. 82.

¹²⁹ RICHTER, Klaus. *A fundadora de Joinville...*, p. 83-84.

projetos de colonização em terras brasileiras por meio da Companhia. Além disso, depois do fim desta sociedade, se envolveu com a formação, também em Hamburgo, de outra empresa da mesma natureza em 1849,¹³⁰ obtendo grande parte de suas ações. Fez parte ainda, das negociações de doação de terras do Príncipe de Joinville, que deram origem à Colônia Dona Francisca no norte da Província de Santa Catarina.¹³¹

Portanto, na década de 1840 e 1850 os negócios da migração já eram tratados como investimento comercial, com o transporte de emigrantes que eram agenciados por estas empresas nos portos de origem, ou na fixação dos imigrantes no Brasil. Hermann Blumenau estava atento às negociações e sabia que o transporte de pessoas e os projetos de colonização no Brasil eram fomentados pelas companhias. Neste sentido, ele procurou, por meio de Johann Jacob Sturz, no fim de 1846, investimentos financeiros para desenvolver seus planos de colonização. Ele pedia que o cônsul negociasse em Hamburgo e na Prússia para obter “muito dinheiro” para “colonizar no Rio Grande e o Uruguai”.¹³² Blumenau considerava que a formação de uma associação de investidores, formada “por intermédio do príncipe da Prússia”, por exemplo, seria a solução para conseguir impulsionar a emigração ao Brasil.¹³³ Os investimentos privados eram importantes para o desenvolvimento dos projetos de emigração e colonização, no caso de Blumenau, que de certa forma buscava iniciar um projeto próprio, eram essenciais.

O plano de obter recursos financeiros para a colonização no sul da América por meio de algum membro da nobreza não se concretizou, mas Blumenau parecia espelhar-se em outra experiência de colonização deste período. O Visconde de Abrantes, no texto publicado em 1846, comentou sobre a constituição de uma sociedade patrocinada pelo Príncipe Carlos, irmão do Rei da Prússia, para a formação de uma “colônia compacta” na Costa dos Mosquitos, no Golfo do

¹³⁰ Segundo Richter, a Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo foi a única empresa alemã a introduzir colonos no Brasil, trazendo 17.408 indivíduos para Colônia Dona Francisca, localizada em Santa Catarina. RICHTER, Klaus. *A sociedade colonizadora Hanseática...*, p. 15

¹³¹ RODOWICK-OSWIECIMSKY, Theodor. *A colônia Dona Francisca no Sul do Brasil*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992; RICHTER, Klaus. *A sociedade colonizadora Hanseática...*

¹³² BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta a Sturz, rio, fins e ano de 1846”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 57.

¹³³ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta a Sturz, rio, fins e ano de 1846”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 57.

México.¹³⁴ Blumenau estava a par deste acontecimento, pois comentou em uma carta de setembro de 1846 o temor que havia na imprensa alemã em relação à influência da “pena tão temida de Sturz” para o “fim ao logro do Mosquito”.¹³⁵ Mesmo considerando o caso como um “logro”, Blumenau parecia considerar conveniente a formação de fundos de ações das Sociedades para o investimento em projetos de colonização no Brasil.

O estatuto da “Sociedade de Colonização de 1849” de Hamburgo, por exemplo, previa que os acionistas¹³⁶ tinham que investir o valor de 200 marcos por ação da companhia,¹³⁷ ou 100 Thalers (moeda prussiana).¹³⁸ Por este pagamento, o investidor tinha direito a adquirir na futura colônia criada em terras brasileiras – no caso, a Colônia Dona Francisca em Santa Catarina –, um terreno de 12,5 hectares, por ação adquirida.¹³⁹ Se fosse de interesse do sócio ficar com as terras, deveria efetivar em dois anos a colonização do lote, com no mínimo uma família imigrante.¹⁴⁰

Certamente, Hermann Blumenau estava interessado na constituição societária das companhias de imigração e colonização. Além disso, possuía interesse próprio em ações da “Sociedade de Proteção aos Emigrados Alemães” em troca de seus serviços. O número de “40 até 50 ações” correspondia a um valor bastante alto, ainda mais para alguém como ele, que não era comerciante, nobre ou uma pessoa com grandes recursos financeiros. Cada ação desta sociedade equivalia ao valor de três mil marcos, o valor de 50 ações que requisitou chegaria a 150 mil marcos. Uma cifra significativa levando em consideração que ultrapassava os 60 mil Marcos que constituíram o fundo inicial desta Sociedade.

Uma condição favorável às companhias autorizada pelo governo brasileiro era

¹³⁴ ABRANTES, Visconde de. *Memórias sobre os meios de promover a colonização...*, p. 842.

¹³⁵ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta a Sturz de 29 de setembro de 1846”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 46.

¹³⁶ RICHTER e RODOWICK-OSWIECIMSKY divergem sobre a quantidade de ações que foi disponibilizada pela Companhia. O primeiro afirma que seriam Mil ações e o segundo indica o número de Mil e Quinhentas. No entanto, eles coincidem no valor determinado de cada ação. Cf: RODOWICK-OSWIECIMSKY, Theodor. *A colônia Dona Francisca no Sul do Brasil...*; RICHTER, Klaus. *A fundadora de Joinville...*

¹³⁷ RICHTER, Klaus. *A fundadora de Joinville...* p. 85.

¹³⁸ RODOWICK-OSWIECIMSKY, Theodor. *A colônia Dona Francisca no Sul do Brasil...*, p. 12.

¹³⁹ Tratava-se da Colônia Dona Francisca no norte da Província de Santa Catarina. Em 1851, 25 acionistas já eram moradores da recém fundada colônia. RICHTER, Klaus. *A fundadora de Joinville...*, p. 88.

¹⁴⁰ RICHTER, Klaus. *A fundadora de Joinville...*, p. 85.

a dedução dos impostos de ancoragem dos navios que trouxessem colonos imigrantes. Tal privilégio era garantido pelo decreto número 356 de 26 de abril de 1844, que previa a redução do valor do imposto de ancoragem nos portos conforme o número de colonos que a embarcação havia trazido. O valor máximo descontado por colono não poderia ultrapassar 60\$000, e os donos de navios ou os capitães deveriam reportar uma lista contendo a quantidade de colonos que estavam transportando.¹⁴¹ Este regulamento permitia que os comerciantes que utilizassem dos navios para o comércio de outras mercadorias e produtos, juntamente ao transporte de imigrantes, alcançassem um lucro maior nas negociações com o desconto nos impostos por número de colonos transportados.

Por fim, mesmo prestando serviços a Companhia de Hamburgo, ele não chegou a receber ações como desejava. Porém seu impulso em fazer parte da sociedade estava relacionado ao fato de que associar-se a companhias de emigração e colonização parecia se configurar num negócio rentável para os investidores. A compra de ações previa retorno aos acionistas, desde os lucros da venda de passagens para os emigrantes, lotes de terras nas colônias, previstos conforme o número de ações, e finalmente os lucros financeiros da venda de terras para os colonos imigrantes nas colônias no país receptor.

Por meio do envolvimento de Hermann Blumenau com acionistas – pessoas com recursos financeiros, firmas comerciais e de navegação – e as Sociedades formadas por estes investidores, com o objetivo de fomentar os projetos de emigração e colonização, nota-se como o agenciamento, transporte e fixação de migrantes podia ser um bom negócio para quem os empreendia. Certamente, o vínculo com alguma sociedade significava muito a ele, pois permitia que ele se mantivesse a par dos acontecimentos de tal processo.

1.5 O Brasil e os “caminhos abertos” para Hermann Blumenau

¹⁴¹ BRASIL. Coleção das leis do Império do Brasil de 1844. Tomo VII. Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1845. Disponível em: http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/legimp-30/Legimp-30_13.pdf. A autora, Luiza Horn Iotti organizou a legislação imperial referente à colonização e imigração Cf: IOTTI, Luiza H. (Org). *Imigração e colonização: legislação de 1747 – 1915*. Caxias do Sul/Porto Alegre: EDUCS/ Assembleia Legislativa do Estado do RS, 2001. Neste trabalho, se optou em consultar a fonte original.

No início de setembro de 1846, quando já estava há quase dois meses no Brasil, Blumenau decidiu aceitar a proposta de prestar serviços para a Sociedade de Proteção aos Emigrados Alemães no Sul do Brasil, de Hamburgo.¹⁴² Esta companhia tinha o objetivo de transportar emigrantes alemães e estabelecê-los em grandes colônias no sul do Brasil. Para isto, demandava do governo brasileiro a concessão das terras necessárias para o empreendimento.¹⁴³ Segundo Richter, as primeiras negociações para a formação da sociedade foram encabeçadas, em março daquele ano, pelo já mencionado comerciante hamburguês Friedrich Gültzow, com quem Blumenau se relacionou quando permaneceu na cidade de Hamburgo. O comerciante havia se reunido com o Presidente da Deputação do Comércio (Câmara do Comércio de Hamburgo),¹⁴⁴ para solicitar que este órgão tomasse providências para aumentar os esforços de atração de emigrantes.¹⁴⁵

Em abril de 1846, a Câmara do Comércio de Hamburgo comunicou a Karl Sieveking, senador responsável pelas relações exteriores da cidade,¹⁴⁶ sua intenção de negociar com o governo brasileiro a transferência de migrantes pelo porto de Hamburgo. No mês seguinte foi formada uma associação composta por armadores e comerciantes hamburgueses, a exemplo de “H. J. Merck & Cia.”, “Christian Matthias Schröder & Cia”, e “C. J. Johns filhos”,¹⁴⁷ com o objetivo de arregimentar mais sócios investidores para formar o capital da futura “Sociedade de Proteção aos Emigrados Alemães do Sul do Brasil”.¹⁴⁸

Blumenau tinha uma ligação com Gültzow desde sua estadia em Hamburgo, por isso, provavelmente sabia da formação da Sociedade. Além disso, outros contatos e recomendações de comerciantes e autoridades da cidade poderiam

¹⁴² Em correspondências aos pais e ao cônsul Sturz, não mencionou a data precisa do acordo com a companhia, no entanto, segundo Richter o vínculo foi efetuado em 10 de setembro. Cf: RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p. 14.

¹⁴³ RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p. 14.

¹⁴⁴ RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p. 11.

¹⁴⁵ O comitê, ou comissão de investidores e comerciantes foi denominado “Associação Provisória para a Proteção aos Emigrados Alemães no Sul do Brasil”, com o objetivo de angariar fundos para formar a “Sociedade de Proteção aos Emigrados Alemães do Sul do Brasil”. RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p. 11.

¹⁴⁶ O senador negociou o primeiro tratado comercial entre o Império do Brasil e a três cidades livres e independentes da Alemanha do Norte (Hamburgo, Bremen e Lubeck) e desde 1841 se manifestava favorável à instalação de colônias agrícolas no Brasil. RICHTER, Klaus. *A fundadora de Joinville...*, p. 79.

¹⁴⁷ RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p. 14.

¹⁴⁸ RICHTER, Klaus. *A fundadora de Joinville...*, p. 80.

colaborar para firmar relações de negócios com os hamburgueses. A situação se evidencia, com o já comentado empenho de Blumenau em viabilizar negócios relativos à emigração naquele porto. Tais conexões eram importantes para seus planos: em uma carta enviada aos pais, enquanto iniciava a viagem ao Brasil, ele revelou o quanto considerava importante as “recomendações” e “simpatia” do comerciante, ao solicitar que os pais e familiares que ainda viviam na região do Harz – onde Blumenau nasceu – acolhessem e recebessem da melhor maneira o comerciante Gültzow, se acaso ele empreendesse uma viagem ao local.¹⁴⁹

Quando Blumenau percebeu a intenção de Gültzow de visitar o lugar, pediu a seus familiares que o recepcionassem e o acolhessem durante a viagem de outono; a satisfação do convidado poderia favorecer a relação de negócios que estava se firmando entre eles, além disso, agradecer o comerciante era importante para que ele viabilizasse os planos que tinha em relação aos hamburgueses. Blumenau considerava que o vínculo com Gültzow, por exemplo, seria “revertido em benefício” a ele, pois o comerciante apoiava seu projeto, e falaria a seu “favor” junto aos sócios da Sociedade em formação.¹⁵⁰ Assim, o episódio revela quanto as relações pessoais e o acolhimento de indivíduos que perambulavam em suas atividades empresariais poderiam ser importantes para o sucesso do tipo de empreendimento que ele pretendia. Blumenau parecia estar mesmo convicto de que as indicações do comerciante reverteriam a seu favor em seus planos e futuros negócios no Brasil.

No Rio de Janeiro, o Cônsul Geral de Hamburgo no Brasil, Hermann Schröder, terceiro filho do já mencionado Senador Christian Mathias Schröder, chefiava a filial da firma da família naquela cidade.¹⁵¹ Além disso, possuía as atribuições de representante da Sociedade, como a observação das atividades de sociedades de imigração de Bremen no Império. De acordo com Richter, a partir da primeira instrução dada pela Sociedade, em maio de 1846, o cônsul recebeu a autorização para agir na mediação das questões de interesse da Companhia com o Governo Imperial.¹⁵² O fato de haver envolvimento do cônsul de Hamburgo em uma

¹⁴⁹ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta aos pais, Navio Johannes, no Rio Elbe entre Glueckstadt e Cuxhaven, 6 de abril de 1846”. Carta 02. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 07-08.

¹⁵⁰ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta aos pais, Navio Johannes, no Rio Elbe entre Glueckstadt e Cuxhaven, 6 de abril de 1846”. Carta 02. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 07-08.

¹⁵¹ RICHTER, Klaus. A primeira viagem do Dr. Blumenau para Santa Catarina em abril de 1847. *Blumenau em Cadernos*. Edição especial 50 anos. Tomo XLVIII. Nov/Dez. n° 11-12, 2007, p. 83

¹⁵² RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p 15

sociedade de imigração e colonização no Brasil pode estar relacionado à possibilidade de retorno financeiro previsto no decreto imperial 356 de 26 de abril de 1844. Segundo este regulamento, os cônsules e vice-cônsules que atuassem no desenvolvimento da emigração para o Brasil, seriam remunerados por serviços prestados.¹⁵³

Como representante da Companhia no Brasil, foi Hermann Schröder quem contratou Hermann Blumenau para fornecer informações sobre a situação em que os projetos de imigração e colonização estavam sendo colocados em prática, principalmente no sul do Brasil. Blumenau e Schröder já haviam tido contato quando o farmacêutico passou por Hamburgo. Isso pode se depreender da indicação de endereço para correspondência dada aos pais em março de 1846: em Hamburgo deveriam lhe escrever endereçando as missivas ao Senador Christian Mathias Schröder, dono da casa comercial de mesmo nome, com sede na cidade; no Rio de Janeiro deveriam enviar a Hermann Schröder.¹⁵⁴ A própria instrução dada pela Comissão da Sociedade ao cônsul Schröder confirma que ele e Blumenau tinham se relacionado quando da passagem de Blumenau por Hamburgo. O texto menciona que era decisão da Sociedade que o “já conhecido” Hermann Blumenau, fosse designado para colher informações para auxiliar nos objetivos da Companhia.¹⁵⁵ Desta forma, as relações com autoridades políticas e econômicas que ele tanto prezava, ainda em Hamburgo, foram importantes na negociação com a Companhia.

A ordem de que Hermann Blumenau deveria fornecer “relatórios” à Sociedade foi dada pela comissão, antes mesmo de chegar ao porto de Rio Grande em 20 de junho de 1846,¹⁵⁶ após 80 dias de viagem¹⁵⁷ pelo Atlântico. Apesar de Blumenau já ter se relacionado com membros da Companhia, como Gültzow e Schröder, parece que ele esperava, mas desconhecia os planos que a Sociedade tinha para ele. As cartas que Hermann escreveu aos pais no período detalham minúcias de sua

¹⁵³ BRASIL. Coleção das leis do Império do Brasil de 1844. Tomo VII. Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1845. Disponível em:

http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/legimp-30/Legimp-30_13.pdf.

¹⁵⁴ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta aos pais, Hamburgo, 30 de março de 1846”. Carta 01. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 04-06.

¹⁵⁵ “Instruções dadas pela Comissão da Companhia em Hamburgo para Hermann Schröder”. Apud RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p 15. (Grifo meu)

¹⁵⁶ RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p 15.

¹⁵⁷ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta aos pais, Rio Grande do sul, 26 de junho de 1846”. Carta 04Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 09-10.

viagem, como os contatos que havia feito e reuniões com o presidente da Província do Rio Grande do Sul; mas não mencionavam até aquele momento qualquer possibilidade de realizar trabalhos para a Sociedade. Somente em julho, quando já estava no Rio de Janeiro, teve conhecimento das incumbências que recebeu, informado que foi por Schröder.¹⁵⁸

Desta forma, quando deixou Hamburgo em direção ao Brasil, Blumenau possuía expectativas para os negócios da imigração e colonização, mas o vínculo com a Companhia formou-se após ele já ter realizado a primeira viagem ao sul do Império. Blumenau deveria se ater aos detalhes que indicassem as possibilidades de estabelecer colônias de grande porte, nas províncias do Rio Grande do Sul e em Santa Catarina.¹⁵⁹ Os membros da Sociedade tinham bastante interesse na região, e provavelmente levavam em consideração a experiência e o conhecimento adquirido por ele; os relatórios sugeridos permitiam à Companhia direcionar a continuidade da negociação e andamento de projetos de colonização com imigrantes alemães no Brasil meridional.

Para Hermann Blumenau, a prestação de serviços para a Sociedade Hamburguesa era uma opção de trabalho para sustento em sua viagem, e oportunidade de manter-se vinculado a projetos de colonização no sul do Brasil. Mas, apesar da proposta da companhia, parece que Blumenau não tinha conquistado a simpatia de todos os membros, entre eles, do cônsul Hermann Schröder. Numa carta de 4 de agosto enviada à Comissão de associados que administrava a Sociedade em Hamburgo, Schröder revelou que pretendia manter “a amizade do Dr. Blumenau pela causa hamburguesa”, mas que ele deveria continuar com seu próprio projeto e não ser informado sobre as decisões do cônsul pela Companhia.¹⁶⁰ A opinião obtinha apoio de Adolph Schramm,¹⁶¹ que considerava que, como o projeto de Blumenau visava terras para iniciar a colonização com imigrantes, poderia ser prejudicial ao projeto da Companhia,¹⁶² além disso, era contrário ao

¹⁵⁸ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta a Sturz, Rio, 11 de agosto de 1846”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 34.

¹⁵⁹ RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p. 14.

¹⁶⁰ SHRÖDER, Hermann. “Informe a Sociedade Hamburguesa, 4 de agosto de 1846”. Apud RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p. 17.

¹⁶¹ Segundo Richter, no período da criação da Companhia Adolph Schramm estava estabelecido em Maroim, no Sergipe, mas deveria viajar para a corte pelos objetivos da Sociedade. RICHTER, Klaus. *A fundadora Joinville...*, p. 80. RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p. 12.

¹⁶² SCHRAMM, Adolf. “Carta a Sieveking, 28 de dezembro de 1846”. Apud Richter, Klaus. *Os*

pagamento de salário a Blumenau e qualquer vínculo mais estreito, mas apoiava sua viagem ao sul pela Companhia, ação que segundo ele, interromperia os planos particulares de Blumenau.¹⁶³

As considerações nada elogiosas, de fato, revelam uma má vontade muito grande de pessoas influentes em relação a Blumenau. Revelam também que mesmo em terras brasileiras, Blumenau tinha de lidar com as disputas estabelecidas na Europa, em torno de ideias e projetos de migração e colonização. As perspectivas de Blumenau sobre seu trabalho com a Sociedade pareciam não coincidir com os planos que a Companhia tinha para ele. Blumenau previa ganhos financeiros com a possibilidade de um futuro emprego, e também tinha intenção de estar a par das iniciativas colonizadoras daquela Sociedade; enquanto isso, alguns membros da Sociedade não concordavam com qualquer acordo de maior vulto com Blumenau. Contudo, Sturz e Gültzow, aliados de Blumenau em suas pretensões, não convergiam com essa opinião, e pareciam argumentar em favor de Blumenau, fato que pode ter interferido na forma de Schröder o tratar:

Conhecendo ele [Blumenau] melhor, cheguei a apreciá-lo cada vez mais. Além disto, percebi pelas cartas dos senhores Friedrich Gültzow e Sturz, que me apresentaram que estes senhores estavam convencidos de que nós dois teríamos causa em comum. Ademais, preciso de alguém que me assiste. Daí, entretentes, cheguei a conclusão que é do nosso interesse vincular o Dr. Blumenau ao nosso empreendimento. Por isto, combinei com ele que se dedique unicamente a nós, se bem que não de maneira direta. Se por enquanto continuar com o seu próprio projeto, causará efeito indireto bem melhor para nós. Está disposto, a qualquer momento que eu pedir, de desistir do seu projeto e de tomar o nosso partido abertamente.¹⁶⁴

Para Richter, este fragmento indica que a concepção de Hermann Schröder sobre Blumenau havia mudado. Talvez convencido por Sturz e Gültzow, o cônsul resolveu vincular Blumenau ao empreendimento, no dia 10 de setembro de 1846.¹⁶⁵ É provável que Schröder tenha sentido a necessidade dos serviços de Blumenau para viabilizar seu trabalho pela Sociedade. Mesmo ele tendo se mostrado solícito

primórdios da colonização..., p. 18-19.

¹⁶³ A comissão da Sociedade de Proteção aos Emigrados Alemães do Sul do Brasil redigiu a instrução de que Blumenau recebesse por seus serviços remuneração, não desejando que fosse pago salário fixo mensal. Não promovendo mais nenhuma obrigação para com ele, e que mantivesse o projeto colonizador de Blumenau em separado. Cf: RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p. 18.

¹⁶⁴ SHRÖDER, Hermann. "Carta a Sociedade Hamburguesa, 11 de setembro de 1846" Apud RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p. 17.

¹⁶⁵ RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p. 17.

para desistir de sua iniciativa própria junto ao governo, a decisão de Schröder ainda era mantê-lo vinculado de forma indireta, de acordo com as necessidades da empresa.

Parece que Blumenau tinha consciência de que o cônsul necessitava dos seus serviços para a continuidade dos projetos da Sociedade, pois afirmou em uma carta ao cônsul Sturz que poderia estabelecer algumas condições no acordo:

Eu pedi as condições: resgate das custas de viagem em Rio Grande e aqui, incluindo as minhas despesas de estadia aqui e da soma que me custarão viagens eventuais a Santa Catarina e Rio Grande. Além disso, a tanto para aqui poder viver decentemente; para tanto, Schröder fixou a soma de 200 mil reis mensais. (...) Eu poderia ter condicionado ainda mais, pois Schröder precisa de mim, se ele quiser que a causa seja gerenciada, pois ele sozinho nada pode fazer.¹⁶⁶

Hermann Blumenau previa benefícios com o ajuste com a Companhia, que viabilizariam sua permanência no Brasil; ele se amparava na Sociedade para levar a cabo seus planos específicos de manter-se envolvido no processo de imigração e colonização alemã, em especial nas províncias do Rio Grande do Sul ou de Santa Catarina. Atuando no interesse da Sociedade liderada por Schröder, ele poderia ter um rendimento e até mesmo um cargo, mas ele não havia abandonado a ideia de realizar um projeto particular de colonização, negociando junto ao governo. Segundo registrou, seu projeto possuía maiores chances de receber aprovação, e isso o tornaria “o senhor de todo o assunto” no Brasil. Esta situação ainda o ajudaria a negociar com a Companhia Hamburguesa, com a qual poderia ser mais exigente.¹⁶⁷

A proposta da Sociedade de Hamburgo não parecia garantir total estabilidade para Blumenau, ainda mais com as posições controversas de alguns membros acerca de sua contratação. Talvez seja por isso que ele declarou que havia decidido refletir com mais calma sobre aceitar o trabalho para a Companhia.¹⁶⁸ Naqueles primeiros meses que viveu no Rio de Janeiro, ele cogitava alternativas de colocação, também envolvendo a imigração e colonização no Brasil. Pelo menos é o que se infere a partir da carta que escreveu aos pais em 2 de agosto de 1846, poucos dias

¹⁶⁶ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta a Sturz, 14 de setembro de 1846”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 45.

¹⁶⁷ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto “Carta a Göetter, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1846”. Carta 07. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 29-32.

¹⁶⁸ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta aos pais, Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1846”. Carta 06. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 17-27.

após ter chegado ao Rio de Janeiro:

Meus assuntos aqui vão razoavelmente, tenho perspectiva de conseguir pelo menos alguma coisa referente à colonização. Recebi duas ofertas de partes diferentes - uma do governo, de acompanhar uma comissão para conhecer as condições relativas a colonização nos trópicos, mas com a qual por hora não quero concordar, uma outra de uma sociedade, que quer devolver todos os meus gastos, fornecer uma soma para a viagem e perspectiva de um emprego.

Ainda não me decidi, porque por conta própria, talvez eu vá melhor o que logo saberei, porém deixei ambos os caminhos abertos, mas não são más as ofertas.¹⁶⁹

Pode ser que, com estas notícias, ele quisesse tranquilizar ou impressionar os pais. Porém, a carta sugere que ele estava em situação bem confortável, com duas ofertas de emprego. Uma delas, segundo ele, fora feita pelo governo. Ele não explicita a que âmbito de governo se referia – provincial ou geral –, mas revelou que não tinha intenção de aceitar a proposta de “acompanhar a comissão”. Esta função talvez não lhe agradasse, pois ele não teria garantia de obter um cargo remunerado ou reconhecido, ou até mesmo vantagens significativas para realizar negócios futuros que aparentemente já tinha em vista. A segunda oferta parecia ser mais vantajosa, pois lhe oferecia a devolução de todos os gastos com viagens e hospedagem no Brasil, além de uma soma para outra viagem e a perspectiva de emprego. Esta proposta possivelmente provinha da Sociedade Hamburguesa, representada por Hermann Schröder, pois as condições já mencionadas sugeridas estão de acordo com a ordem dada ao Cônsul.¹⁷⁰

Além destas duas propostas, Hermann Blumenau, tinha esperanças de que seu projeto próprio fosse fomentado pelo governo. Ele havia enviado ao Governo Imperial uma proposta de colonização que se efetivaria no sul do Brasil, e neste período aguardava a análise dele pela Câmara.¹⁷¹ E ainda cogitava a formação de outra sociedade colonizadora em Berlim, que poderia financiar seu projeto:

Quero ver agora que notícias receberei de Berlim onde uma sociedade colonizadora se formou com 2 mil Thaler de capital. Se a mesma se formou

¹⁶⁹ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta aos pais, Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1846”. Carta 05. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 16. (Grifo da fonte).

¹⁷⁰ SCHRÖDER, Hermann. “Instruções da Companhia Colonizadora de Hamburgo” Apud RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p 15; AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta aos pais, Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1846”. Carta 06. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 17-27.

¹⁷¹ RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p 15.

definitivamente e se enviarão para mim dinheiro suficiente. No entanto conservo e levo adiante com calma meu trabalho iniciado e para o qual vejo sucesso. Os trabalhos já foram iniciados, o que verifiquei através dos papéis de Hamburgo que talvez se unam aos berlinenses, o que só pode ser bom para o projeto como para mim também.¹⁷²

Assim, Blumenau não descartava a possibilidade de atuar em projetos colonizadores no Brasil por meio da união com esta sociedade de Berlim. Esta alternativa pode ter se definido a partir dos contatos que fez com o Cônsul Sturz e o Embaixador do Brasil naquela cidade, Visconde de Abrantes. As conjecturas do acordo com esta sociedade podem também ter sido influenciadas pelas notícias que chegavam a ele, no Rio de Janeiro, e até mesmo pelas informações que conseguia da Sociedade Hamburguesa. Esta Companhia, segundo Blumenau, também poderia se unir com a aquela formada em Berlim, não deixando de trazer boas perspectivas para seus planos.

Enquanto permaneceu entre Rio Grande e o Rio de Janeiro, cogitava algumas propostas de trabalho; manteve-se em negociação com a Sociedade Hamburguesa em busca de garantir um cargo efetivo, ao mesmo tempo em que depositava esperanças na proposta de colonização particular que havia enviado ao governo. Tantos “caminhos” indicam os meios de atuação de Blumenau para sua permanência no Brasil, todos permitiam a ele constituir negócios relacionados à imigração e colonização no país.

1.6 Os termos de um projeto de colonização e sua aplicabilidade no sul do Brasil.

As correspondências de Blumenau para familiares e para o cônsul Sturz, e alguns pronunciamentos e instruções de membros da Sociedade, indicam as estratégias que Blumenau utilizava para viabilizar os planos que trouxera em sua bagagem quando, cruzando o Atlântico, aportou no Rio Grande em meados de 1846. Ele buscou ficar envolvido com a Sociedade de Hamburgo, mas não deixou de esperar pela resposta do governo para sua própria proposta. Quando Blumenau chegou ao Império, estava munido com as recomendações de autoridades e

¹⁷² AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta aos pais, Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1846”. Carta 06. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 17-27.

comerciantes europeus, mas principalmente trazia consigo as instruções do cônsul Sturz, que se referiam ao modo que Blumenau deveria agir quando chegasse ao Brasil, até mesmo ao conteúdo de seus planos de colonização.

Desde o desembarque no Brasil, Blumenau buscou se inteirar sobre o andamento do processo de imigração e colonização no Império. Como seu primeiro destino foi a província mais ao sul do Império, ele registrou as impressões daquela região. Blumenau descreveu aspectos da natureza de Rio Grande e Pelotas, comentando sobre o clima e a paisagem, a alimentação e os hábitos considerados peculiares dos habitantes com quem teve contato. Mas, principalmente, demonstrou estar satisfeito com a experiência, pois havia conseguido adquirir “conhecimento valioso sobre produtos da terra, agricultura e valor das propriedades, etc”.¹⁷³ Ele parecia estar atento às características que favoreciam o desenvolvimento da colonização alemã, como a oportunidade de terra para o trabalho dos imigrantes.¹⁷⁴

Devido a um conselho do Presidente da Província Patrício José Correia da Câmara que lhe prometera mais “recomendações” para o governo do Rio de Janeiro, a visita para o interior da província durou apenas três dias. Apesar do curto período de estadia naquela região, ele aproveitou para buscar angariar apoio político para o projeto de colonização que pretendia aplicar:

Achei a região entre Rio Gonçalves e Pelotas especialmente boa para a colonização. As terras lá vão subir vertiginosamente, quando tiverem arrumado a Barra e construído uma casa de alfândega. Existe muito minério de ferro na província, também carvão de pedra, e já me mostraram bonitos degraus de minérios de cobre. Dizem que tem ouro nos rios. Convidado por alguns ricos fazendeiros de Pelotas, esbocei uma petição em favor da minha causa às câmaras. Pode-se adquirir terras bonitas a 7 léguas de Pelotas ao preço de 1 conto de légua, e lá ainda se devem encontrar 28 léguas de terras devolutas.¹⁷⁵

Hermann Blumenau buscou encontrar aspectos importantes para o desenvolvimento da colonização na região, como a possibilidade de exploração de minérios, e principalmente a facilidade de conseguir terras devolutas ou a um preço acessível. Perante a situação considerada propícia, Blumenau enviou uma “petição”

¹⁷³ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta de 03 de agosto de 1846”. Carta 06. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 17-27.

¹⁷⁴ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta de 26 de junho de 1846”. Carta 04. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 09-10.

¹⁷⁵ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta a Sturz, 11 de agosto de 1846”. In: VOIGT, André F. *Cartas Reveladas...*, p. 34-35.

em que divulgava suas ideias, visando conseguir do governo a distribuição de terras devolutas para colonização. Na oportunidade, Blumenau encontrou as primeiras resistências ao seu projeto. O ministro Antônio de Paula Holanda Cavalcanti, diante de seu requerimento, considerou que para Rio Grande “já iam pessoas demais”, mais do que ele parecia gostar, pois para ele, os colonos deveriam ser mantidos sob os olhos do governo.¹⁷⁶ Ele também recebeu comentários favoráveis que procurava das autoridades naquela província. No entanto, afirmou que não se prendia com esperanças a elas, pois no Brasil, era costume “prometer muito”, mas não “gostavam de cumprir”.¹⁷⁷ Em relação a esta proposta Blumenau não logrou êxito.

Contudo, logo depois de chegar ao Rio de Janeiro, em 13 de julho de 1846,¹⁷⁸ encaminhou seu projeto ao Governo Imperial, aquele mesmo que se tornou sua segunda opção enquanto negociava com a Sociedade de Hamburguesa. Em uma carta enviada a Sturz em 11 de agosto de 1846, Blumenau indicou mais detalhes do conteúdo da petição, produzida a partir de termos discutidos entre ele e o cônsul Sturz, adequadas às circunstâncias específicas encontradas no Brasil, e por isso, esperava que os pontos da proposta recebessem seus aplausos:

Duração do contrato: 20 anos; cessão de 20 milhas quadradas = 400 léguas nas províncias do Rio Grande e Santa Catarina por 30:000\$000, juntos ao qual o Governo se compromete por todas as dúvidas, de que reclamações só podem ser dirigidas a ele e se compromete de não doar terras destas províncias, nem jamais vendê-las por preços mais baixos. Concessão de um prêmio-terra e 1 légua quadrada para cada um de 80 cabeças de imigrantes, que eu trazer além do número estipulado. Entrega o mais rápido possível das listas de terras devolutas, das quais primeiramente publico inicialmente $\frac{1}{4}$ e após decorrer um ano, mais $\frac{3}{4}$, espaço de tempo no qual não pode mais acontecer nenhuma venda, nem donativo, etc. Os colonos são dispensados do serviço de Guarda Nacional fora de suas vilas, usufruem todos os direitos de cidadãos brasileiros e elegem os seus juizes de paz e seus árbitros entre o seu próprio pessoal. Padres, pastores e professores são colocados á disposição pelos próprios colonos, da mesma forma constroem igrejas onde e como quiserem. Após 20 anos, o Governo terá que assalariar os pastores evangélicos e os professores. Não é permitida a escravatura nas terras concedidas e após três anos nenhum escravo deveria ser usado na colônia mais de três semanas, sem ser alforriado. O colono que fizer um escravo trabalhar em sua colônia, por sua conta, terá que pagar o quántuplo do valor do salário diário como multa, e todo o salário do dono vai para a caixa da colônia para passagens livres. Cada comprador de terras do Governo terá que se submeter às mesmas

¹⁷⁶ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta a Sturz, Rio, 11 de agosto de 1846”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 34-37.

¹⁷⁷ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta aos pais, Rio de Janeiro, 03 de agosto de 1846”. Carta 06. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 17-27.

¹⁷⁸ RICHTER, Klaus. *A primeira viagem do Dr. Blumenau...*, p. 83.

condições da referido província. Visto de passaporte dos colonos de graça(...).¹⁷⁹

Alguns dos termos mencionados indicam seus posicionamentos, como a preocupação com a liberdade e direitos dos colonos imigrantes e a permissão de agirem com autonomia na escolha de autoridades políticas e eclesiásticas, ou não precisarem exercer serviços na Guarda Nacional, e a proibição do trabalho escravo, prevendo multas significativas para o colono responsável. Além disso, a proposta previa a distribuição de lotes devolutos para colonização. Não necessariamente como cessão, mas como venda em prestações pelo governo. Richter afirma, que se acaso o projeto fosse aprovado, Blumenau se comprometia ainda a introduzir:

[...] um total de 30 mil pessoas na colônia no prazo de 20 anos de vigência do contrato, depositando como garantia pelo cumprimento desta cláusula 10 – 15:000\$000 em apólices no Banco do Rio. Introdução no primeiro quinquênio de 500 por ano, no segundo 1000, no terceiro 2000, e no quarto 2500. Propriedade irrestrita das terras para o Dr. Blumenau, depois do pagamento das somas e da introdução dos colonos.¹⁸⁰

Com isso, Blumenau propunha promover a migração em massa alemã para o núcleo de colonização, com a introdução de até 2500 pessoas por ano. Além disso, ele confirmava seu interesse em terras cedidas pelo governo, com preferência na região sul do Brasil, e também no oferecimento de prêmios em léguas de terras para a determinada quantidade de imigrantes, que trouxesse além do número estipulado.

Segundo Seyferth, as propostas colonizadoras do período tinham em vista a concessão de terras, a preços módicos.¹⁸¹ As sociedades de imigração estrangeiras foram responsáveis por parte destes projetos, que tinham como um dos objetivos centrais o recebimento de terras para a colonização. No caso de Blumenau também se configurava como parte de sua proposta, da mesma forma que compunha o requerimento da Sociedade Hamburguesa, que também aguardava aprovação do governo brasileiro. O projeto de colonização da Companhia foi entregue pelo cônsul geral de Hamburgo Hermann Schröder ao Ministro do Império Joaquim Marcellino de Brito, em 3 de agosto de 1846, nos seguintes termos:

¹⁷⁹ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta a Sturz, Rio, 11 de agosto de 1846”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 34-37.

¹⁸⁰ RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p. 15-16.

¹⁸¹ SEYFERTH, Giralda. *O Vale do Itajaí e a Política...*, p. 76.

Concessão gratuita e segura de vastas extensões de terras contíguas, apropriadas para a agricultura e comércio, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, benção dos impostos de tonelagem e ancoragem para os navios trazendo mais de 80 emigrados. Concessão de um prêmio de 15\$000 por cada colono introduzido maior de 10 anos. Livre importação das provisões durante o primeiro ano, assim como dos materiais de construção e utensílio agrícolas. Isenção de todas as contribuições diretas para todos os emigrados, pelo tempo de 10 anos depois da instalação deles. Isenção do serviço militar durante a vida inteira, excetuando o da Guarda Nacional para proteger as colônias. Liberdade do culto nas colônias, incluindo construção das igrejas protestantes da mesma forma como as católicas. Concessão de livre constituição municipal às colônias.¹⁸²

Em contrapartida, a Sociedade se comprometia a constituir-se numa empresa com um milhão de marcos em ações; se responsabilizava a preparar e demarcar os terrenos para pelo menos dois mil colonos, inicialmente; disponibilizar passagem livre para aqueles que adquirissem um terreno no valor de 60 Táleres ou mais; e hospedar e alimentar os imigrantes. Também se comprometia a empregar 20% do rendimento líquido da venda dos lotes em obras como escolas, igrejas e hospitais, e 10% para distribuição de passagens livres.¹⁸³

As duas propostas comparadas apresentam pontos comuns: a preocupação em garantir os direitos civis dos imigrantes e o interesse central em terras localizadas nas províncias de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No entanto, Blumenau colocou entre os termos a compra de terras pelo valor de 30:000\$000, com um longo prazo de pagamento para o governo, enquanto a proposta da sociedade previa a concessão gratuita de terras para a administração da companhia. Apesar de Blumenau futuramente usufruir dos prêmios por imigrantes, nesta ocasião ele previa que o excedente de pessoas trazidas deveria ser beneficiado com prêmios em terras, enquanto a Sociedade pedia 15\$000 por cada colono introduzido no empreendimento.

Em 1846, o Visconde de Abrantes afirmou que a concessão de terras á Companhias seria conveniente, desde que estas se obrigassem a estabelecer nas terras de colônia um número estipulado de indivíduos e famílias.¹⁸⁴ Como visto as duas propostas se comprometiam a trazer grande quantidade de imigrantes, e contava com a concessão das terras pelo governo, entre outras atribuições. Os

¹⁸² RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p. 22-23.

¹⁸³ RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p. 22-23.

¹⁸⁴ ABRANTES, Visconde de. *Memórias sobre o meio de promover a colonização...*, p. 848.

projetos indicam que os objetivos das sociedades, ou particulares, eram manterem-se com certa autonomia em relação ao governo, prevendo que a distribuição dos terrenos entre os colonos ficaria sob a responsabilidade do proponente e administrador da colônia.

Em uma carta enviada à Sociedade de Imigração Suíça, em 1843, o cônsul suíço na Bahia – Augusto Decosterd – teceu comentários sobre a interferência do governo brasileiro no processo de colonização com imigrantes europeus.

Quanto menos o Governo se entremeter (sic) neste negócio, quanto menos tivermos de tratar particularmente com os empregados subalternos, melhor será. O Governo sempre esteve pronto á fazer doação de terrenos; ele foi mesmo muito além do que devia; por quanto aventureiros que lhe submeterão os seus belos planos tiveram grande concessões de terrenos que se acham agora como perdidos.¹⁸⁵

Segundo o cônsul, melhor seria para as sociedades uma diminuta interferência do governo nas negociações, mas que ele continuasse a conceder terras, mesmo tendo dado concessões anteriores que não tiveram grande êxito para colonização. Apesar disto, era de interesse das Companhias que o governo atribuísse, além das terras, a redução de taxas de transporte e de ancoragem dos navios e o oferecimento de prêmios por imigrantes trazidos. Com isso, os projetos de colonização propunham o agenciamento e transporte de imigrantes, bem como a distribuição e venda de terrenos para os colonos e a instalação destes nos lotes, indicando que a concessão de terras para companhias ou particulares, como Blumenau, era um meio de dar forma aos negócios da imigração e colonização no Brasil. Com isso, parecia ser vantajoso para os administradores de núcleos coloniais receberem terras do governo e outras vantagens financeiras, enquanto desenvolviam a colonização por meio da venda de lotes para os futuros colonos.

1.7 “Aos pés do túmulo” de um projeto de colonização em Santa Catarina

Hermann Blumenau e a Sociedade Hamburguesa mantinham projetos colonizadores distintos juntos ao Governo Geral, aguardando aprovação. Enquanto

¹⁸⁵ DECOSTERD, Augusto. “Carta a Sociedade de Imigração Suíça Decosterd” apud ABRANTES, Visconde de. *Memórias sobre o meio de promover a colonização...*, p. 873.

isso, Blumenau fornecia à Sociedade relatórios informativos sobre o desenvolvimento da colonização e imigração das províncias do sul do Brasil. De acordo com Richter, ele escreveu sete relatórios detalhados até novembro de 1847 e neste intervalo de tempo, realizou outra viagem ao sul do Brasil, com subsídios da Companhia.¹⁸⁶ Parece, no entanto, que nenhuma das iniciativas recebeu apoio do governo. A proposta de colonização da Companhia Hamburguesa, mesmo após várias alterações, chegou ao fim do ano de 1847, recebendo respostas negativas. A Sociedade deveria abandonar o formato de projeto que apresentara e escolher entre: comprar terras privadas, obter concessões de terras provinciais, ou então desistir da proposta de uma vez.¹⁸⁷

Ficava cada vez mais perceptível para os envolvidos em projetos de colonização no Brasil que as terras não seriam facilmente disponibilizadas pelo governo. Blumenau comentou sobre isto em uma carta em fins do ano de 1846, quando se referiu à concessão de terras solicitada ao governo imperial nos termos de sua proposta de colonização e que as extensões de terras não seriam recebidas como esperado. Para ele, a única saída deste problema seria a compra de terras, e, neste caso, parecia que ele considerava o Uruguai como o local onde se havia de efetuar o negócio, se não encontrasse investidores na Europa para fomentar a colonização nas províncias do sul do Brasil.¹⁸⁸

A preferência pelo sul do Brasil já era clara nos objetivos colonizadores, tanto de Blumenau quanto da Companhia. Hermann Blumenau elogiava as condições das regiões de São Leopoldo no Rio Grande do Sul, Vale do Itajaí, região do interior de Santa Catarina, e ainda Antonina nas redondezas de Paranaguá, na Província de São Paulo.¹⁸⁹ Em uma carta de setembro de 1847 ao cônsul Sturz, ele afirmou que se possuísse dinheiro, já teria se dirigido a alguma dessas câmaras provinciais para “fechar contratos de colonização”. Para ele, era imperdoável que a Companhia de Hamburgo, que possuía fundos, não agisse da mesma maneira.¹⁹⁰

Hermann Blumenau estava convicto que obteria êxito se tivesse o valor

¹⁸⁶ RICHTER, Klaus. *A primeira viagem do Dr. Blumenau...*, p. 84

¹⁸⁷ RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p. 26.

¹⁸⁸ BLUMENAU, Hermann Bruno. “Carta a Sturz, Rio de Janeiro, fins do ano de 1846”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 55-56.

¹⁸⁹ RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p. 33.

¹⁹⁰ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta a Sturz, Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1847”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 59.

necessário para investir na compra de terras para a colonização. Segundo ele, as províncias do sul do Brasil iriam fazer o possível para incentivar a colonização em seus territórios.¹⁹¹ Porém, parece que sua situação financeira não permitia que ele negociasse com as províncias para encabeçar sozinho o projeto de colonização em grande escala. Talvez por isso tenha continuado ligado à Sociedade Hamburguesa, pois por meio dela ele poderia tratar com os governos provinciais tais propostas. De fato, no final do ano de 1847, Hermann Blumenau foi incumbido pela Sociedade de negociar contratos de colonização com os governos de São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; tais contratos deveriam estipular a compra de terras na base de 60\$000 a légua quadrada.¹⁹²

Mesmo com outras províncias que lhe poderiam ser favoráveis, em meados de 1848, Hermann Blumenau, como representante da Sociedade, enviou para a Província de Santa Catarina um requerimento contendo uma proposta de colonização. Para ele, Santa Catarina possuía terras propícias para o desenvolvimento colonial, pois ela disponibilizava “mais de mil léguas quadradas devolutas”. Por isso, previa que para o êxito do projeto de colonização da Sociedade, deveria solicitar terras devolutas e às Câmaras de Santa Catarina, ou em segundo plano, comprar terras particulares naquela província.¹⁹³

A escolha por Santa Catarina não era somente propícia aos objetivos da Companhia, mas também para os interesses particulares de Blumenau. Segundo Richter, ele manteve-se no serviço remunerado pela Sociedade, enquanto montava uma empresa particular de agricultura e indústria na região do Vale do Itajaí em Santa Catarina.¹⁹⁴ Provavelmente, o vínculo com a empresa lhe garantia a permanência na província por ele escolhida, e assim ele poderia atuar em seu benefício. Se um projeto em grandes proporções era inviável a Blumenau, ele projetava investir em uma empresa de pequeno porte, voltada à produção agrícola e industrial (produção de bens de consumo como açúcar e farinha de mandioca ou extração de madeira e minérios) baseada na colonização de imigrantes alemães. Como afirmou em uma carta de setembro de 1846, ele tinha planos de investir em

¹⁹¹ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta a Sturz, Rio de Janeiro, 20 de setembro de 1847”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 59.

¹⁹² RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p. 33.

¹⁹³ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 11 de janeiro de 1847. Apud RICHTER, Klaus. *A primeira viagem do Dr. Blumenau...*, p. 84.

¹⁹⁴ RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p. 34.

um negócio que envolvesse a compra de um “pedaço de terras”, que tivesse acesso às comunicações marítima e fluvial, que lhe trouxesse lucros com madeira ou minérios. Contudo, ainda iria analisar melhor suas possibilidades, até mesmo em relação ao melhor local para aplicar o plano – neste período ele tinha maior interesse pelo Rio Grande do Sul.¹⁹⁵

No entanto, a escolha do local para seu negócio próprio voltou-se para o interior de Santa Catarina, mais precisamente na região do Vale do Itajaí, principalmente devido aos contatos importantes que ele estabeleceu na província, o que facilitaria seus objetivos de negócio.¹⁹⁶ Desta forma, Hermann Blumenau em meados de 1848, se associou ao ecônomo Ferdinand Hackhadt, que teria sido apresentado a ele por intermédio do cônsul Sturz,¹⁹⁷ e, juntos, compraram terras na região do Vale do Itajaí.

Assim, Blumenau continuou trabalhando para a Companhia ao mesmo tempo em que procurava viabilizar um projeto próprio de colonização na região do Itajaí, como a compra das terras junto com Ferdinand Hackradt evidencia. Enquanto ele representava a Sociedade junto ao governo da província, colocava em prática seus planos particulares. Em uma carta aos pais de 21 de abril de 1848, escrita da cidade de Desterro, na Província de Santa Catarina, ele comentou sua atuação ambivalente e a separação que fazia nos negócios pessoais e dos hamburgueses:

Com os meus negócios particulares estou satisfeito, mais ou menos. Compramos um complexo de terras de bom tamanho, que representa uma aquisição vantajosa. São duas partes, das quais 5.400 alqueires formam uma superfície só, estando localizadas a margem sul do (rio) Itajaí, começando um pouco além do salto, estendem-se até uma hora de viagem, mais ou menos, abaixo do mesmo.¹⁹⁸

Parecia a Blumenau que seus negócios particulares tomavam o rumo previsto, e ele demonstrava estar satisfeito com o seu “primeiro objetivo”, que era o de submeter o projeto Hamburguês à Câmara Provincial. Em carta que escreveu aos pais em abril de 1848, ele registrou as dificuldades que enfrentava nas tarefas que

¹⁹⁵ BLUMENAU, Hermann Bruno Ottto. “Carta a Götter, 16 de setembro de 1846”. Carta n. 07. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 29-32.

¹⁹⁶ RICHTER, Klaus. *A primeira viagem do Dr. Blumenau...*, p. 90.

¹⁹⁷ STURZ, Johann Jacob. “Os extratos das cartas do Dr. Blumenau”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 25.

¹⁹⁸ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta aos pais, Desterro, 21 de abril de 1848”. Carta 09. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 35-45.

realizava para a Companhia: além do desgastante e cansativo trabalho de redigir a proposta e aguardar sua aprovação, teve que dispor de propinas com dinheiro próprio.¹⁹⁹

A proposta enviada à Província de Santa Catarina, na qual Hermann Blumenau assinava como agente autorizado para contratos da Sociedade de Proteção aos Emigrados Alemães do Sul do Brasil,²⁰⁰ era composta por 23 artigos que contemplaram as atribuições da Companhia e da província. O documento, idêntico ao enviado ao ministro do Império em 1847²⁰¹, foi remetido à Comissão de Colonização da Província em março de 1848, que julgou os artigos propostos e proferiu uma representação à Assembleia Legislativa.

A proposta previa a concessão de duas datas de terras em tamanho de cinco léguas quadradas, devolutas ou que estivessem caídas em comisso, que seriam pagas com o foro anual de 60\$000 a légua quadrada. A companhia se prontificava a demarcar os terrenos em lotes em até 12 meses e trazer cerca de 1500 imigrantes anualmente, em até 10 anos. Além disso, disponibilizaria aos colonos recepção adequada, com alimentação e os cuidados de saúde necessários e ficaria responsável pela construção de benfeitorias para o desenvolvimento colonial como pontes, estradas e meios de comunicação, de acordo com as ingerências dos governos, provincial e imperial.

O projeto requeria do governo provincial a isenção de taxas e impostos sobre os trâmites da venda e compra de terras pelos colonos, a ancoragem dos navios, bem como sobre os produtos e utensílios para trabalho transportados pelos imigrantes. Além da naturalização destes como cidadãos brasileiros, com ou sem posse de lotes de terras. Enquanto esperava do Governo Imperial, a garantia do pagamento das despesas da colonização com a quantia de 2\$000 anuais para cada colono introduzido nos primeiros dez anos, e a quantia de 1\$000 nos cinco anos seguintes.²⁰²

A proposta também indicava a proibição da presença de trabalhadores

¹⁹⁹ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. "Carta aos pais, Desterro, 21 de abril de 1848". Carta 09. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 35-45.

²⁰⁰ AHJFS. "Requerimento e projeto para a Assembleia da Província de Santa Catarina". 1848. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02. Doc. 06.

²⁰¹ RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p. 34.

²⁰² AHJFS. "Requerimento e projeto para a Assembleia da Província de Santa Catarina". 1848. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02. Doc. 06.

escravos em terras concedidas pelo governo, e determinava que o trabalho de imigrantes pobres no interior da colônia, em obras públicas ou para colonos abastados, seria atribuição da administração da Sociedade. Além disso, estabelecia que os contratos de compra de lotes com os colonos fossem realizados na forma da lei provincial 49 de 15 de junho de 1836, que determinava que houvesse a liberdade de escolha dos imigrantes de aceitarem ou não os termos do contrato.²⁰³

A comissão de Colonização da província, presidida por Alvim Mendes Ayres enviou um parecer à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, contendo os termos do projeto que eram condizentes com as atribuições legislativas dos deputados. Como alguns termos do projeto fugiam da alçada da Assembleia, o redator do documento condensou em 10 artigos as disposições consideradas como pertinentes para a Câmara legislar.²⁰⁴ Os artigos tratavam da concessão de duas sortes de terras e a divisão dos lotes convenientes para a Companhia. A Sociedade teria direito a vantagens e privilégios concedidos pelo governo a outras companhias. Os contratos com colonos seriam feitos na forma da lei 49 de 1836, enquanto o artigo dois, que regulava o tamanho dos lotes coloniais, seria revogado. Seria proibida a posse indiscriminada de lotes de terras pelos colonos e a presença de trabalhadores escravos em terras cedidas pela província, e permitida a expulsão de sujeitos considerados indesejáveis.

A Assembleia Legislativa, por sua vez, encaminhou a proposta ao Presidente da Província Antero José Ferreira de Brito que negou a sanção da lei proposta, pois considerava que os artigos, apesar de interessantes, não eram suficientemente claros, gerando dúvidas sobre sua aplicabilidade.²⁰⁵ Novamente, a proposta foi encaminhada para uma Comissão formada para legislar sobre os artigos e pareceres já feitos sobre o projeto, que indeferiu as duas versões, considerando a primeira “inadmissível”, “incoerente”, “absurda”²⁰⁶ e a segunda por inferir a revogação do artigo dois da lei 49 de 1836. O artigo previa que as terras escolhidas

²⁰³ AHJFS. “Requerimento e projeto para a Assembleia da Província de Santa Catarina”. 1848. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02. Doc. 06.

²⁰⁴ AHJFS. “Requerimento e projeto para a Assembleia da Província de Santa Catarina”. 1848. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02. Doc. 06.

²⁰⁵ AHJFS. “Requerimento e projeto para a Assembleia da Província de Santa Catarina”. 1848. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02. Doc. 06.

²⁰⁶ A comissão foi assinada pelo Deputado Falcão Caldeira Sarmiento Paiva. AHJFS. “Requerimento e projeto para a Assembleia da Província de Santa Catarina”. Fundo Blumenau – Colônia Particular. 1848. Pasta 02. Doc. 06, p. 17.

pelos empreendedores deveriam ser divididas conforme as seguintes proporções: 200 braças de frente para cada colono solteiro; 250, sendo casado sem filhos, 350, sendo casado com um até três filhos.²⁰⁷ Com a revogação deste artigo a Companhia colonizadora teria poder irrestrito na distribuição das sortes de terras para os colonos imigrantes. A Comissão foi contra a aprovação dos termos da proposta e proferiu a seguinte resolução:

(...) fazendo desaparecer toda a certeza, toda a segurança da garantia aos colonos, por parte do Governo Provincial, bem como toda espécie de direito às sortes que lhes forem distribuídas, torna-os inteiramente dependentes, inteiramente escravos da companhia, contra o que a comissão absolutamente se pronuncia, sendo, portanto, de parecer, que se rejeita, no todo, o projeto em questão.²⁰⁸

Parece que, em grande medida, foram os termos da proposta que permitiam à Companhia plenos poderes de discriminar os lotes de terras que geraram a questão central do argumento de oposição ao projeto. Mas, para alguns membros da Companhia, não era de se esperar o contrário. Adolph Schramm, por exemplo, no final do ano de 1847 já não tinha esperança de que a proposta fosse aprovada, porém havia decidido permitir que Blumenau a apresentasse, arriscando a sorte com a Província de Santa Catarina, apenas para “levantar os espíritos” dele.²⁰⁹ A resposta do governo parece ter decepcionado Blumenau, como comentou em uma carta aos pais de 1848:

Aqui eu me encontro também humilhado aos pés do túmulo dos meus planos, e das minhas esperanças em prol de uma colonização em grande estilo pela Sociedade Hamburguesa. A questão foi rejeitada na Assembleia, devido intrigas e porque não tive dinheiro para conceder propinas às pessoas indicadas. Esperei instruções e respectiva autorização até a última hora pelo último navio de Hamburgo, mas não me veio resposta neste sentido, e eu não pude arriscar mais dinheiro ainda, já que o agente no Rio de Janeiro isentou-se de responsabilidade sob qualquer ponto de vista. Foi indeferido, portanto, o grande projeto por culpa dos Hamburgueses, e em prejuízo deles mesmos.²¹⁰

Hermann Blumenau declarou ter entregado o valor de 350\$000 e um relógio

²⁰⁷ SANTA CATARINA (Prov.). Coleção de Leis da Província de Santa Catarina. [s.l.]: [s.n.], p. 89-91.

²⁰⁸ AHJFS. “Requerimento e projeto para a Assembleia da Província de Santa Catarina”. 1848. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02. Doc. 06, p. 18.

²⁰⁹ RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p. 34.

²¹⁰ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta aos pais, Desterro, 21 de abril de 1848”. Carta 09. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 35-45.

de ouro, ao deputado Ayres²¹¹ pelo apoio da proposta na Comissão de Colonização.²¹² Segundo ele, seria necessário dispor ainda de mais dinheiro, se a Companhia quisesse dar continuidade ao projeto na Câmara. Mas parece que ele deixou de receber instruções da Companhia, e preferiu não investir mais de seu próprio bolso. Enquanto isso em Hamburgo, antes mesmo do indeferimento do projeto, em 25 de março de 1848, a Sociedade de Hamburgo havia sido liquidada.²¹³

Agora, restava a Blumenau esperar melhores resultados do empreendimento próprio na região do Vale do Itajaí. Segundo ele, este empreendimento poderia ser desenvolvido em “menor escala”, se recebesse do Presidente da Província de Santa Catarina oito milhas quadradas de terras, localizadas próximas às que já havia comprado, em sociedade com Hackradt.²¹⁴ Sobre a concretização deste ideal empreendedor, trataremos no próximo capítulo.

²¹¹ Alvim Mendes Ayres fez parte da Comissão de Colonização e remeteu uma representação à Assembleia Legislativa Provincial. Richter cita o deputado Ayres da Serra Carneiro como o membro da Comissão, quem na qual Blumenau se referia Cf: AHJFS. “Requerimento e projeto para a Assembleia da Província de Santa Catarina”. 1848. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02. Doc. 06; RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p. 42-43.

²¹² BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta ao representante hamburguês no Rio de Janeiro, 7 de abril de 1848” Apud RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p, 42.

²¹³ RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p. 47.

²¹⁴ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta aos pais, Desterro, 21 de abril de 1848”. Carta 09Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 35-45.

2 UMA COLÔNIA PARTICULAR – 1850-1860

Durante os quatro primeiros anos de permanência no Brasil, Blumenau permaneceu viajando no sul do país, buscando estabelecer contatos e encontrar apoio entre autoridades influentes no assunto da colonização, no Brasil ou na Europa. Para alcançar algum êxito, adotou várias estratégias. Parece que elas eram mesmo necessárias, devido à instabilidade de todas as suas opções. Em relação às propostas que submeteu ao Governo Imperial e à Província de Santa Catarina, Blumenau não obteve êxito. Com a dissolução da Companhia Hamburguesa, tinha que se ater à alternativa de aproveitar a experiência que adquiriu com os serviços pela Companhia, e quem sabe, escrever um livro, como projetou fazer ainda em 1846, se não alcançasse seus objetivos.²¹⁵

À época, membros da Sociedade Hamburguesa se envolveram na formação de outra Companhia denominada Sociedade Colonizadora de 1849 de Hamburgo, responsável pela colonização de terras cedidas pelo Príncipe de Joinville.²¹⁶ O empreendimento foi iniciado em 1850 e resultou na formação da Colônia Dona Francisca, localizada no norte da Província de Santa Catarina, a cerca de 100 quilômetros das terras adquiridas por Hermann Blumenau. O capítulo que segue busca identificar as especificidades da realidade colonial sob a administração do proprietário.

2.1 A província de Santa Catarina e as vantagens para negócios e colonização

No mês de agosto de 1846, quando Hermann Blumenau se encontrava no Rio de Janeiro – ele ainda não havia se dirigido à província de Santa Catarina – demonstrou interesse especial por determinadas regiões, entre elas Santa Catarina, Rio Grande, e Montevideo. Ele acreditava que, nesses locais, poderia encontrar

²¹⁵ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais, Rio de Janeiro, 03 de agosto de 1846”. Carta 06. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 17-27.

²¹⁶ Cf: RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p. 48-49; RODOWICZ-OSWIECIMSKY, Theodor. *A colônia Dona Francisca no Sul do Brasil...*, p. 12-13; RICHTER, Klaus. *A sociedade colonizadora Hanseática...*

oportunidades para ter um “bom futuro”.²¹⁷ A preferência era pela Província de Rio Grande, onde Blumenau pretendia estabelecer-se caso acontecesse a “colonização em massa”. Para isso, pretendia se fixar e tinha planos para trabalhar com atividades relacionadas à química e cogitava também manter-se na condição de colono, se a ele se juntassem alguns conterrâneos.²¹⁸

As estratégias de atuação e planos de Hermann Blumenau dependiam do êxito dos projetos que tinha para promover a colonização no sul do Brasil e de sua atuação junto à Sociedade Hamburguesa. Dentre os planos iniciais, estava o de comprar terras particulares para instalar um empreendimento agrícola industrial visando à comercialização de madeira e minérios.²¹⁹

Embora preferisse o Rio Grande, foi em Santa Catarina que Blumenau acabou se fixando. Em 1848 iniciou negociações para compra de terras na província, considerando, então, que o local lhe ofereceria condições favoráveis para a realização de seus projetos. Em um relatório produzido para a Companhia Hamburguesa, em que ele relatava a segunda viagem a serviço da empresa, realizada em meados do ano de 1847, indicou o quanto considerava propícias as condições da Província de Santa Catarina para a colonização; aquele governo possuía uma legislação, que, “embora insuficiente em muitos aspectos, por outro lado também tem as suas qualidades boas e úteis”.²²⁰

A lei a que Blumenau fez referência era a de número 49 de 15 de junho de 1836, que permitia que empresas ou indivíduos, tanto nacionais quanto estrangeiros, colonizassem terras devolutas, distribuídas pela província.²²¹ Esta normativa também regulava a posse e a titulação das terras aos colonos, a demarcação dos lotes, bem como o contrato que deveria ser estabelecido entre empreendedor colonial e imigrante. No texto da lei, o governo também se responsabilizava pela proteção dos colonos introduzidos em terras provinciais.²²²

²¹⁷ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais, Rio de Janeiro, 03 de agosto de 1846. Carta n. 06. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 17-27.

²¹⁸ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais, Rio de Janeiro, 03 de agosto de 1846. Carta n. 06. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 17-27.

²¹⁹ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao cunhado Götter, Rio de Janeiro, 16 de setembro de 1846. Carta n. 07. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 29-32.

²²⁰ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório a Sociedade Hamburguesa de 1847 apud RICHTER, Klaus. *A primeira viagem do Dr. Blumenau...*, p. 84.

²²¹ SANTA CATARINA (Prov.). Coleção de Leis da Província de Santa Catarina de 1835/1840. [s.l.]: [s.n.], p. 89.

²²² SANTA CATARINA (Prov.). Coleção de Leis da Província de Santa Catarina de 1835/1840. [s.l.]:

De fato, Santa Catarina era precursora em empreendimentos de colonização. Desde a década de 1820, já haviam ocorrido na província experiências colonizadoras por meio da distribuição de terrenos devolutos. No estudo sobre a ocupação da província, Walter Piazza considera que a diminuta densidade demográfica da região no período, e os poucos espaços cultivados e produtivos levaram à necessidade de intensificação da colonização, antes mesmo da década de 1840, quando o processo se intensificou.²²³ O autor se baseia na decisão imperial número 50, de 8 de abril de 1823, que mandava conceder sesmarias, no tamanho de um quarto de légua, a colonos e “pessoas que estiverem em circunstâncias de poder fazer estabelecimentos rurais”. Neste caso, a concessão das terras beneficiaria colonos residentes naquela província,²²⁴ sem mencionar a colonização por imigração estrangeira. No entanto, a Província de Santa Catarina desenvolveu sua primeira experiência com imigrantes alemães a partir de 1828, com a autorização do Governo Imperial de instalar imigrantes provenientes do porto de Bremen na colônia São Pedro de Alcântara, fundada em 1793 com fins militares, próxima a Desterro (atual Florianópolis).²²⁵

O incentivo ao processo de colonização das áreas meridionais do Brasil por meio da imigração estrangeira havia adquirido certo fôlego em 1808. No decreto de 1º de setembro daquele ano, por exemplo, estava prevista a introdução de 1.500 famílias de imigrantes açorianos para a Capitania do Rio Grande, com o objetivo de “povoar” a região fronteiriça e de constituir maior número de soldados. Para isto seriam concedidas pequenas sesmarias, para que houvesse gradativamente o “aumento da povoação”.²²⁶

Ainda em 1808, um decreto assinado pelo Príncipe Regente permitia a concessão de terras para estrangeiros, com o objetivo de promover o bem público, pelo aumento da lavoura e da população.²²⁷ Para Seyferth, apesar de o ano de 1808

[s.n.], p. 90.

²²³ PIAZZA, Walter F. *A colonização de Santa Catarina*. 2 Ed. Florianópolis: Lunardelli, 1988, p. 88-89.

²²⁴ BRASIL. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1823. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887, p.37. Disponível em:

http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-F_127.pdf

²²⁵ MATTOS, Jacinto Antonio de. *Colonização do Estado de Santa Catarina: dados históricos e estatísticos (1640-1916)*. Florianópolis: Gab. Tipografia, 1917, p. 37-38.

²²⁶ BRASIL. Coleção das Leis do Brasil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891, p. 129. Disponível em:

http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_35.pdf

²²⁷ Decreto de 25 de novembro de 1808. BRASIL. Coleção das Leis do Brasil de 1808. Rio de Janeiro:

ter sido significativo para o processo imigratório devido à abertura dos portos no Brasil e a concessão de sesmarias para estrangeiros, a consolidação do processo só ocorreu em 1818, com a fundação da Colônia suíça de Nova Friburgo,²²⁸ no Rio de Janeiro, por meio da Carta Régia de 2 de maio de 1818.²²⁹ Neste período, iniciaram-se outras experiências de colonização estrangeiras, como a que ocorreu no sul da Bahia por meio da atuação de G. W. Freyreiss, naturalista e viajante alemão que havia recebido terras para estabelecer uma colônia.²³⁰

Em meados da década 1820, quando já se permitia a concessão de terras para formação de colônias rurais na Província de Santa Catarina, a lei geral de 20 de outubro de 1823 determinou que os governos deviam promover a colonização por meio da introdução de estrangeiros.²³¹ No ano seguinte, o Governo Imperial também foi responsável pela criação da “Colônia Alemã de São Leopoldo” na Província do Rio Grande, que, segundo o texto normativo que a criou, teria utilidade no “emprego de gente branca, livre e industriosa, tanto nas Artes como na Agricultura”.²³² As primeiras experiências de colonização por meio da imigração alemã, portanto, foram definidas por uma legislação que visava o incentivo e desenvolvimento da população, pretendia demarcar fronteiras e promover “gêneros de trabalho” e a lavoura.

Posteriormente, em 1835, uma lei provincial mandou que fossem estabelecidas em Santa Catarina duas colônias (Pocinho e Belchior, que hoje são localidades pertencentes ao município de Blumenau e Gaspar), cada uma com dois arraiais margeando os rios Itajaí Grande e Itajaí Mirim, destinadas para colonos nacionais e estrangeiros, que estivessem vivendo na província, ou que nela viessem habitar.²³³ Neste período, por consequência da lei 49 de 1836 - que permitia a

Imprensa Nacional, 1891, p. 166. Disponível em:

http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/Legimp-A1_42.pdf

²²⁸ SEYFERTH, G. *O Vale do Itajaí e a Política...*, p. 58.

²²⁹ BRASIL. Coleção das Leis do Brasil de 1818. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889, p. 39. Disponível em:

http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/Colecoes/Legislacao/legimp-D_88.pdf

²³⁰ SEYFERTH, G. *O Vale do Itajaí e a Política...*, p. 58.

²³¹ BRASIL. Leis da Assembleia Geral e Constituinte e Legislativa. 1823. [s/l]: [s/d]. O inciso 9º do artigo 24 prevê também que as províncias promovam a catequese de indígenas, a laboração das Minas e estabelecimento de Fábricas Mineraias. Disponível em:

http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-F_83.pdf

²³² Decisão n. 80 de 31 de março de 1824. BRASIL. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1824. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886.

²³³ SANTA CATARINA (Prov.). Lei n. 11 de 5 de maio de 1835. Coleção de Leis da Província de Santa

fundação de estabelecimentos coloniais por empresas ou companhias - foi fundada a “Colônia Nova Itália” (na época próxima ao povoado de São João Batista, atualmente município com o mesmo nome) pela empresa “Demaria e Schutel Sociedade Particular de Colonização”, pertencente a Henrique Schutel e Carlo Demaria, ambos residentes na cidade de Desterro. Segundo o contrato firmado, o transporte dos colonos imigrantes ficaria por conta dos empresários, enquanto a província seria responsável pela concessão de terras devolutas para a demarcação dos lotes.

Na década de 1840, ainda foram fundadas outras colônias de imigrantes. Na região do Vale do Itajaí, próximo à já citada Colônia Itajaí (no município de mesmo nome), no final de 1844 foi fundada a Colônia Belga (hoje município de Ilhota). O empreendimento foi encabeçado por Charles Van Lede, que vinha buscando auxílios e apoio do Governo Imperial desde 1841, e havia solicitado à província a concessão de terrenos devolutos, próximos ao Rio Itajaí Mirim, sem conseguir muito êxito nestas iniciativas. O engenheiro belga estava atrelado à Companhia Belga de Colonização, com interesses de exploração comercial e mineral da região.²³⁴ Por isso, adquiriu terras pertencentes ao Major José Henrique Flores, e providenciou a vinda de cerca de 90 colonos imigrantes oriundos de Flandres (norte da Bélgica).²³⁵

No ano de 1847 o governo provincial introduziu imigrantes alemães em uma localidade próxima a Desterro, criando uma colônia que passaria a se chamar “Piedade”; ali os colonos eram mantidos pelo governo imperial.²³⁶ Naquele mesmo ano, foi fundada na mesma província a “Colônia Santa Isabel”, após a abertura da estrada que fazia ligação entre Caldas da Imperatriz e Boa Vista, seguindo a serra pelo rio Imaruhy, em direção a Lages, região do Planalto de Santa Catarina.²³⁷ No ano de 1847, Hermann Blumenau conheceu a região desta colônia, acompanhado pelo Vice-Presidente da Província, Coronel de Milícias Joaquim Xavier Neves, que era responsável pela introdução de colonos naquele núcleo.²³⁸ Tal visita de

Catarina de 1835/1840. [s.l.]: [s.n.], p. 41.

²³⁴ FERREIRA, Cristina; KOEPEL, Daniel F. *Representações da cidade: discussões sobre a história de Timbó*. Blumenau/Timbó: Edifurb/ Fundação Cultural, 2008, p. 73.

²³⁵ PIAZZA, Walter. *A colonização de Santa Catarina...*, p. 119-120.

²³⁶ MATTOS, Jacinto. A. *Colonização do Estado de Santa Catarina...*, p. 63; PIAZZA, Walter *A colonização de Santa Catarina...*, p. 118.

²³⁷ MATTOS, Jacinto A. *Colonização do Estado de Santa Catarina...*, p. 105; PIAZZA, Walter *A colonização de Santa Catarina...*, p. 123.

²³⁸ RICHTER, Klaus. *A primeira viagem...*, p. 86.

reconhecimento, o contato com o vice-presidente da província, o estímulo do governo provincial à fixação de estrangeiros, evidenciado pelas iniciativas de formação de núcleos de imigrantes devem ter despertado o interesse de Blumenau. Em 1848, ele negociava com o governo da província a compra de terras na área do Vale do rio Itajaí, onde pretendia implantar uma empresa agrícola industrial.

2.2 Nenhum real em moeda, mas um monte de terras

Hermann Blumenau, de fato, parece ter considerado que a Província de Santa Catarina oferecia possibilidades para quem quisesse investir na colonização com imigrantes. Em um relatório que enviou à Companhia Hamburguesa, em 1847, Blumenau considerou que a Província de Santa Catarina possuía terras devolutas “excepcionalmente bem localizadas” e terras privadas “extremamente baratas”. Avaliou também que não existia em toda a América um lugar que “facilitasse de tal maneira” a imigração e a colonização alemã “em maior ou menor escala”.²³⁹ Segundo Richter, Blumenau havia avisado aos membros da Companhia Hamburguesa, em 1847, que, como a empresa não se definia em relação às suas aspirações de exercer nela um cargo mais elevado, iria prover sua subsistência comprando terras em Santa Catarina e aceitando as que o governo da província lhe forneceria.²⁴⁰

Seus planos parecem ter seguido nesta direção quando, ainda em meados daquele ano, Hermann Blumenau empreendeu uma segunda viagem às províncias do sul do Brasil, realizada a serviço da Companhia Hamburguesa. Segundo Silva, no Rio Grande ele visitou as colônias alemãs de São Leopoldo e de Três Forquilhas, onde observou o tratamento dado aos colonos, os meios de transporte e sistema de comercialização de produtos e alimentos.²⁴¹

No mesmo período, o Presidente da Província de Santa Catarina Antero José Ferreira de Brito ofereceu a ele terras devolutas para construir nelas uma colônia. No

²³⁹ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Relatório a Companhia Hamburguesa de 28 de setembro de 1847” apud RICHTER Klaus. *A primeira viagem...*, p. 89.

²⁴⁰ RICHTER, Klaus. As raízes de Blumenau 1847-1850. *Blumenau em Cadernos*, Tomo XLVII, jan/fev. n° 1/2, 2006, p. 30.

²⁴¹ SILVA, José F. *O Doutor Blumenau...*, p. 19.

relatório enviado à Companhia, Blumenau informou o que o presidente lhe havia dito:

Não posso dar nenhum Real em moeda, mas um monte de terras, de acordo com a nossa Lei Provincial. Porém, se quisermos fazer algo, tem que ser rápido. Se a Lei de Terras Geral for votada, tudo estará perdido. Vamos tratar senhor Doutor. Lavre um contrato em logo em seguida negociaremos, antes que seja tarde demais. Eu pessoalmente ainda lhe posso conceder vários favores ou então conseguir autorizado pela Assembleia Provincial.²⁴²

Quando escreveu à Companhia, ainda não havia sido aprovada a lei número 601 de 1850, que previa em seu artigo primeiro que as terras devolutas poderiam ser adquiridas somente pela compra.²⁴³ Era de conhecimento de Blumenau que o projeto já tramitava no parlamento brasileiro. O presidente afirmava que a concessão de terras era a maneira pela qual ele poderia contribuir com os planos de Blumenau, mas para dar certo, deveria ser efetuada antes que a “lei geral de terras” fosse aprovada. Desta forma, Blumenau não obtinha vantagens financeiras, mas receberia terras devolutas oferecidas pelo Governo de Santa Catarina.

Quando se dirigiu a Santa Catarina, em 1848, Blumenau levou consigo recomendações de autoridades ligadas ao Governo Imperial. Estas parecem ter sido importantes para o estabelecimento de contatos com pessoas de prestígio da região, que o poderiam apoiar em suas pretensões de obter condições para realizar um empreendimento colonial. Além de já ter travado contato com o vice-presidente Joaquim Neves, também fez contatos com o Presidente da Província Antero de Brito, que o recomendou a políticos da região do Vale do Itajaí, como o Major Agostinho Alves Ramos, de quem posteriormente Blumenau viria a comprar terras. Em suas recomendações, o presidente Antero de Brito se dirigiu ao Major nos seguintes termos:

Para esses lugares vai o Snr. Doutor Blumenau pessoa de muito merecimento, e que o Governo Imperial recomenda que se lhe prestem todas as atenções e informações. Eu o apresento a V. Mce. e lhe rogo queira auxiliá-lo com todas as informações que ele precisar: tenciona subir o Itajahy Grande e Mirim. Todos os obséquios que lhe possa prestar fará grande serviço ao Governo e a mim muito

²⁴² BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório a Companhia Hamburguesa 23 de novembro de 1847 apud RICHTER, Klaus. *As raízes de Blumenau...*, p. 29-30.

²⁴³ BRASIL. Coleção das leis do Império do Brasil de 1850. Tomo XI. Parte I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, [s/d], p. 307. Disponível em: http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-36_26.pdf.

favor. Ele se dirige também a São Francisco.²⁴⁴

O major Alves Ramos era proprietário de terras e comerciante no Vale do Itajaí e exerceu o cargo de deputado provincial por várias legislaturas, atuando também no processo de colonização da região com a introdução de famílias imigrantes vindas de outras partes da província.²⁴⁵ Com a recomendação de Antero de Brito, Blumenau contava com o apoio de um político importante do lugar. Segundo Richter, a viagem de 1847 a Santa Catarina garantiu a Blumenau relações importantes com autoridades influentes na província.²⁴⁶

As vantagens oferecidas pelo governo provincial, somadas ao contato de autoridades da região, certamente pesaram na decisão de Blumenau por fixar seus negócios no Vale do Itajaí. Segundo Silva, logo após aquela visita, ele retornou ao Rio de Janeiro e ali se associou a Ferdinand Hackradt,²⁴⁷ para dar início ao empreendimento agrícola que planejava implantar na Província de Santa Catarina.²⁴⁸ Segundo Richter, Hermann Blumenau e seu sócio passaram a se informar sobre maquinário para a produção de cana de açúcar, e sobre a qualidade das terras e a possibilidade de comprá-las na região do Itajaí.²⁴⁹

Em setembro de 1847, Blumenau comentou que ele e Hackradt haviam decidido compor um “fundo comum”, para efetuar a compra de terras na região escolhida do Vale do Itajaí.²⁵⁰ Em uma carta aos familiares, escrita em abril de 1848, ele afirmou que seus interesses estavam garantidos na negociação, mas que na formação da sociedade não exigiu muitas vantagens para si mesmo, pois “não podia passar sem os préstimos dele ou de outro agricultor eficiente” devido a necessidade e urgência da instalação do estabelecimento pretendido.²⁵¹

²⁴⁴ APESC. Registro Presidente Província de Santa Catarina. Registro de diversas correspondências de 1847-1848. Ofício de Antero José Ferreira de Brito ao Major Agostinho Alves Ramos, 23 de abril de 1847, p. 105.

²⁴⁵ SILVA, José Ferreira. *A história de Blumenau*. Blumenau: Fundação Casa Doutor Blumenau, 1988, p. 18; RICHTER, Klaus. *A primeira viagem do Dr. Blumenau...*, p. 91; RICHTER, Klaus. *As raízes de Blumenau...*, p. 31.

²⁴⁶ RICHTER, Klaus. *A primeira viagem do Dr. Blumenau...*, p. 89.

²⁴⁷ Conforme Johann Jacob Sturz, Hermann Blumenau havia conhecido o sócio Ferdinand Hackradt por meio de sua interferência ainda no ano de 1847. Cf: STURZ, Johann Jacob. “Os extratos das cartas do Dr. Blumenau”. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 25.

²⁴⁸ SILVA, José F. *A história de Blumenau...*, p. 27.

²⁴⁹ RICHTER, Klaus. *As raízes de Blumenau...*, p. 30.

²⁵⁰ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Anotações 25 de setembro de 1847” apud RICHTER, Klaus. *As raízes de Blumenau...*, p. 30.

²⁵¹ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais, Desterro, 21 de abril de 1848. Carta

Hermann Blumenau travou as primeiras negociações de terras próximas ao rio Itajaí em meados de 1848. Richter considera que ao mesmo tempo em que ele formava um estabelecimento rural com seu sócio, pretendia manter-se vinculado à Sociedade Hamburguesa com o projeto colonizador que, como vimos, ele havia apresentado à Assembleia Legislativa.²⁵² Desta forma, o retorno à província foi estratégico para os planos de Blumenau, ao mesmo tempo em que continuava representando os interesses da Companhia Hamburguesa – que não eram distintos dos seus –, empenhando-se pela aprovação da proposta junto à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, investia no estabelecimento agrícola particular. Mantinha cada um dos pés em uma canoa, conduzida pelas águas do Itajaí.

Blumenau, desde sua chegada ao Brasil, reiterara por várias vezes que havia no país, sobretudo no sul, uma significativa valorização dos preços dos terrenos e lotes. Tanto que a primeira providência tomada em 1848, foi de adquirir terras, talvez, por aconselhamento do Visconde de Abrantes, que o instruiu a prontamente comprá-las, pois o preço subia muito.²⁵³ Assim, em 1848, em sociedade com Hackradt, ele comprou “um complexo de terras de bom tamanho”, fazendo um negócio considerado “uma aquisição vantajosa”.²⁵⁴ As terras mediam 5.400 alqueires (1300 hectares)²⁵⁵ e localizavam-se na margem sul do Itajaí; começando da localidade do “Salto” estendiam-se, seguindo o rio, por uma “hora de viagem”. A esta porção, somavam-se outros dois lotes próximos que também havia adquirido e as terras cedidas pelo presidente da província.²⁵⁶

A sociedade estabelecida com Hackradt era importante não somente para viabilizar a compra das terras. Blumenau afirmou que o acordo entre eles havia sido necessário para obter a concessão das terras devolutas do Governo Provincial, que somente permitia que elas fossem entregues a Sociedades ou Empresas Particulares.²⁵⁷

09. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 22.

²⁵² RICHTER, Klaus. *A primeira viagem...*, p. 90.

²⁵³ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta a Sturz, Rio, 20 de setembro de 1847. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 59.

²⁵⁴ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais, Desterro, 21 de abril de 1848. Carta 09. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 35-45.

²⁵⁵ RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p. 33.

²⁵⁶ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais, Desterro, 21 de abril de 1848. Carta 09. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 35-45.

²⁵⁷ Era o que previa a lei provincial nº 49 de 1836. SANTA CATARINA (Prov.). Lei 49 de 15 de junho de 1836. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina de 1835/1840. [s.l.]: [s.n.]; AHJFS.

A aprovação do repasse das terras a Blumenau e o sócio e a autorização da concessão de terras foram descritas em um ofício de 28 de abril de 1848, do Presidente da Província Antero de Brito a Agostinho Alves Ramos.

Aprovo o traspasse feito, por V. Mce. ao Alemão Ferdinand Hackhadt e Dr. Hermann Blumenau da concessão de terras que lhe foram feitas no Itajaí Grande. Conforme as suas informações de 29 de Fevereiro á Câmara Municipal, e por ser de vantagem á Província, tenho alugado as concessões dos ditos alemães em terras para os fundos das que compraram abrangendo todo o lado esquerdo do ribeirão do Garcia. Nos fundos das terras que V. Mce. fez traspasse existe uma data de 200 braças de frente e 1000 de fundos [comprimento], concedidas a um seu sobrinho, que ainda não mediu nem cultivou; eu a tenho mandado compreender na concessão feita aos ditos Alemães e previno a V. Mce., que se não faça oposição alguma, no ato da medição, por que pretendo fazer concessão ainda maior a seu sobrinho em outra parte, logo que V. Mce. concorde e indique.²⁵⁸

O ofício evidencia que as terras concedidas pelo governo da província eram limítrofes às compradas por Blumenau e o sócio, negociadas com o já mencionado Agostinho Alves Ramos. O presidente da província aprovava a negociação realizada entre os sócios e Alves Ramos. Ele mencionava a concessão de mais terras devolutas próximas àquelas adquiridas por meio de compra.

O presidente informou que uma parte do terreno devoluto já havia sido concedida a um sobrinho de Alves Ramos, mas deveria retornar ao governo e poderia ser cedida aos sócios alemães, pois aquele não havia cumprido a obrigação de demarcar e cultivar as terras em sua posse. Segundo a lei 49 de 1836, as terras devolutas entregues a empreendedores deveriam passar por este procedimento no máximo em dois anos.²⁵⁹ Blumenau tinha conhecimento de tal obrigação em relação às terras que recebera do governo provincial. Escrevendo aos pais em 21 de abril de 1848, ele dizia que garantia o direito a elas, pois ali já havia mandado efetuar as derrubadas, plantações e a construção de um rancho.²⁶⁰

Blumenau e o sócio estavam interessados também na compra de outra

BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais, Desterro, 21 de abril de 1848. Carta 09. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 16.

²⁵⁸ APESC. Registro Presidente Província de Santa Catarina. Registro de diversas correspondências de 1848 a 1851. Livro 17. Ofício Presidente a Agostinho Alves Ramos. Desterro, 28 de abril de 1848, p. 6v-7

²⁵⁹ SANTA CATARINA (Prov.). Lei 49 de 15 de junho de 1836. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina de 1835/1840. [s.l.]: [s.n.], p. 91.

²⁶⁰ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais, Desterro, 21 de abril de 1848. Carta 09. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 35-45.

porção de terras, localizada próxima às que ele já possuía. Eram 60 mil alqueires, que pertenciam a cinco sócios. Destes, Blumenau e Hackradt já haviam comprado uma das partes e o restante estava em negociação. Os possuidores recusavam-se a vendê-las, segundo Blumenau, por mera “especulação”, pois elas haviam sido concedidas pelo governo para a construção de uma serraria, que nunca foi instalada o que, de acordo com ele, deveria fazer com que a posse fosse anulada, “pelo não cumprimento da determinação referente à finalidade que motivou a doação”.²⁶¹ A rigor, a conclusão deveria ser a de que as terras voltassem ao governo, ou seja, voltassem a ser devolutas. Blumenau, entretanto, negociava para que as terras fossem vendidas a ele, pois tinha o “nobre” propósito de colonizá-las. Certamente, ele estava atento às disposições da legislação vigente na província, e em favor de seus interesses instrumentalizava, e também distorcia, as normas sobre as terras da província.

O título das terras concedidas aos dois sócios alemães foi registrado em 28 de agosto de 1848. Segundo Blumenau, seu parceiro no negócio havia permanecido na capital da província devido à demora do preparo desta documentação.²⁶² As terras foram medidas pelo demarcador Manoel da Silva Mafra, que indicava que os “fabricantes e lavradores alemães” tinham recebido em concessão terras que faziam divisa com terras devolutas e uma área comprada pelos sócios de Agostinho Alves Ramos, além de terrenos pertencentes a José Henrique Flores e o Comendador Marcos Antônio da Silva Mafra.²⁶³

Cristiano Christilino, em estudo sobre a valorização do mercado de terras com a expansão da colonização no Vale do Taquari no Rio Grande do Sul, afirma que membros do alto escalão da burocracia provincial se beneficiaram com o processo de colonização, na metade do século XIX. As autoridades políticas eram proprietárias de terras nas quais foram fundadas colônias de imigração, recebendo até mesmo concessão de terras devolutas, após a promulgação da lei de 1850. Estavam, portanto, bastante envolvidas com as especulações do mercado de terras na região.

²⁶¹ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais, Desterro, 21 de abril de 1848. Carta 09. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 35-45.

²⁶² AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais, Desterro, 21 de abril de 1848. Carta 09. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 35-45.

²⁶³ APESC. Registro de Títulos definitivos de Terras. Livro n. 763. 1845-1850. Título de Hermann Blumenau e Ferdinand Hackhadt no Itajahy. 28 de agosto de 1848, p. 85-85v.

O negócio de terras feito entre Blumenau e seu sócio com mediação do presidente da província e envolvendo autoridades influentes da localidade evidencia que também em Santa Catarina, homens públicos, pertencentes à elite política local, atuavam no mercado de terras, mobilizando inclusive áreas devolutas e venda de outros terrenos.

Hermann Blumenau viabilizou a compra de terrenos de grandes proprietários da região do Vale do Itajaí, no interior de Santa Catarina, enquanto conseguia do governo a concessão de outra grande extensão de terras. A distribuição das áreas devolutas para a colonização era realizada por meio de negócios entre uma elite política e econômica daquela província. Com isso, a compra e a concessão de terras feita por Blumenau e seu sócio, os contatos políticos que estabelecera com autoridades da província – como Alves Ramos e Antero de Brito – indicam articulação de interesses. Os negócios que se desenrolaram permitiram, portanto, a Blumenau, se tornar proprietário de uma área de terras no Vale do Itajaí, ainda em 1848.

2.3 Um empreendimento particular: Blumenau & Hackradt no Vale do Itajaí

A partir de 1848, Blumenau e Hackradt passaram a se dedicar às terras que haviam adquirido no Vale do Itajaí. Como visto, esta região já estava sendo habitada por imigrantes provindos de outras colônias da província, como São Pedro de Alcântara²⁶⁴, e ficava bastante próxima das colônias de Pocinho e Belchior, criadas pela lei provincial de 1835. Os sócios buscavam implantar um “estabelecimento rural e industrial”²⁶⁵ baseado na produção agrícola de gêneros como mandioca, milho, feijão e abóbora, composto por uma atafona para produção de farinha de milho, um engenho para o açúcar e aguardente, e uma serraria para o trabalho com a madeira, como a produção de folhas finas para confecção de caixas de cigarros e velas.²⁶⁶

Em 1848, quando já se encontrava no Rio de Janeiro, Hermann Blumenau

²⁶⁴ PIAZZA, Walter. *A colonização de Santa Catarina...*, p. 124.

²⁶⁵ APESC. Registro de Títulos definitivos de Terras. Livro n. 763. 1845-1850. Título de Hermann Blumenau e Ferdinand Hackhadt no Itajahy. 28 de agosto de 1848, p. 85-85v.

²⁶⁶ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais, Desterro, 21 de abril de 1848. Carta 09. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 35-45.

revelou aos pais detalhes sobre a compra e recebimento das terras, bem como mudanças de planos para a implantação e continuidade da empresa.²⁶⁷ Segundo ele, as circunstâncias encontradas nas terras adquiridas não eram as que ele esperava, e por isso, teve que alterar alguns planos, mas sem prejudicar seu projeto inicial.²⁶⁸ A princípio ele tinha intenção de investir na construção de uma usina, mas devido às condições geográficas do local, ela seria inviável pela necessidade de investimento significativo na instalação de uma represa. Blumenau julgava que no interior do Brasil não deveria usar máquinas a vapor ou carvão inglês, devido ao seu alto custo, mas que se aproveitasse “a força das águas do Itajaí”, para obter energia.²⁶⁹ Portanto, como o plano de construir uma represa mostrou-se inexecutável, ele decidiu investir em um engenho de serra movido a água, que possibilitaria a geração de renda com a qual poderia ampliar o estabelecimento. Para Blumenau, assim, as atividades seriam muito mais proveitosas:

Será um empreendimento garantido e rentoso [sic] para muito tempo, pois, conforme o local, onde for instalado, temos as vantagens da facilidade do embarque da produção, como também do abastecimento com toras, através da modalidade de transporte, o balseamento. A produção do engenho, com duas serras e 12 horas de serviço, pode-se calcular em oito dúzias de tábuas ao dia, no mínimo, e, conforme as qualidades de madeira e abundância de água talvez até muito mais. Para a aquisição de toras é a maneira mais vantajosa fazer-se um acordo com os fornecedores, para a entrega das mesmas, livre de despesas ao engenho, que lhe dá a metade das respectivas tábuas. Restar-nos-ão, segundo está previsto, quatro dúzias de tábuas, diariamente, no preço mínimo, líquido, de 4\$000 a dúzia.²⁷⁰

Hermann Blumenau calculara o procedimento de funcionamento do empreendimento, prevendo a aquisição das toras dos fornecedores, os gastos do engenho na produção de tábuas e o transporte delas. Com isso, projetava alcançar lucro certo. Ele afirmou estar convicto que havia encontrado o “início seguro” para seu futuro com a empresa, pois com “prudência e afinco” seria bem sucedido no

²⁶⁷ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais e irmãos, Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1848. Carta 12. Doc 01 – 2.3.4.1.1, p. 52-53.

²⁶⁸ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais, Desterro, 21 de abril de 1848. Carta 09. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 35-45.

²⁶⁹ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Sul do Brasil em suas referências à Emigração e Colonização Alemã. In: FERREIRA, Cristina; PETRY, Sueli M. V. *Um alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a política colonizadora no Sul do Brasil*. Blumenau: Cultura em Movimento/Instituto Blumenau 150 anos, 1999, p. 59.

²⁷⁰ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais, Desterro, 21 de abril de 1848. Carta nº 09. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 35-45.

negócio. Com as rendas geradas, ele planejava investir em maquinários mais modernos.

Assim seria, por exemplo, um descascador de arroz boa fonte de lucros, pois rende, mesmo com o maquinário deficiente, aqui em uso, seus 90 a 100%. Com boas máquinas americanas, a renda devia ser considerável. Para um empreendimento maior, seria bom negócio um navio de cabotagem, se eu estivesse em condições, procuraria comprar um navio de 60 para 70 toneladas, cujo custo é de 6.000 talers, mais ou menos. Eu poderia, então, levar as minhas tábuas, e outra produção, diretamente aos grandes mercados consumidores, como o Rio, Montevideo ou Buenos Aires, obtendo o lucro de 25 a 30% das despesas, que se paga assim aos intermediários.²⁷¹

Parece que Hermann Blumenau apostava no negócio com o investimento e uso de maquinário mais eficiente para a produção e também meios mais ágeis para o transporte dos produtos. Segundo ele, a introdução de máquinas importadas com maior tecnologia traria mais desenvolvimento, e quanto maior fosse o empreendimento, maior seria a necessidade destes investimentos. Sobre a forma de descascar o arroz, ele considerava, que no Brasil, era feita por aparelhos rústicos e impróprios, por não se conhecer os métodos utilizados na América do Norte.²⁷² Seria mais rentável, portanto, se ele investisse em maquinário que alterasse este método de trabalho. Além disso, também tinha planos mais grandiosos, como o de adquirir um navio de cabotagem para o transporte da produção para mercados mais promissores, sem depender dos atravessadores que diminuían os lucros. Blumenau considerava que a produção brasileira ainda estava em uma fase “incipiente”, excetuando culturas como a do café e do chá que estavam num estágio de “quase perfeição”, e dos canaviais com usinas que utilizavam métodos modernos.²⁷³ Para ele, no Brasil havia processos “muito rudimentares”, e os aparelhos, ferramentas e maquinários eram “grosseiros, antiquados e desperdiçam tempo e energia”.²⁷⁴

As considerações de Blumenau não eram diferentes das opiniões em geral expressas sobre a inadequação das técnicas de produção no Brasil. Segundo Christilino, os relatórios do Ministério da Agricultura atribuíam o atraso nos mecanismos de produção, à baixa produtividade e o emprego de extensa mão de

²⁷¹ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais, Desterro, 21 de abril de 1848. Carta nº 09. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 35-45.

²⁷² BLUMENAU, Hermann B. O. *Sul do Brasil em suas referências à Emigração...*, p. 65.

²⁷³ BLUMENAU, Hermann B. O. *Sul do Brasil em suas referências à Emigração...*, p. 59.

²⁷⁴ BLUMENAU, Hermann B. O. *Sul do Brasil em suas referências à Emigração...*, p. 65.

obra nas lavouras brasileiras. Conforme alguns manuais de agricultura do século XIX, a produção seria multiplicada se houvesse o emprego de maquinário e fertilizantes químicos. Em suma, era preciso importar técnicas do velho mundo, para possibilitar a “evolução da lavoura brasileira”²⁷⁵. A posição de defesa da modernização da produção esteve associada à defesa da imigração, pois, como indicou Petrone, à época, o imigrante – sobretudo, o alemão que se instalava em pequenas propriedades – era visto como aquele que traria técnicas e experiências agrícolas novas e diferentes. Desta forma, o imigrante era visto como elemento “modernizador e transformador” da sociedade considerada atrasada devido aos resquícios do sistema colonial.²⁷⁶

Hermann Blumenau considerava que o processo de imigração traria técnicas modernas importantes para o desenvolvimento agrícola da região. Referindo-se à agricultura no Brasil, ele julgava que a prática constante da derrubada do mato, queima e depois plantio (coivara), utilizada pelos brasileiros e também por imigrantes, era um procedimento irracional, pois esgotavam o solo.²⁷⁷ No entanto, como indica Christilino, neste período, a utilização desta técnica era mais viável economicamente, pois a recuperação de áreas exauridas era um sistema caro, pois a introdução de maquinário não se adequava à situação do solo para a produção rural e os implementos europeus não se adaptavam às lavouras tropicais.²⁷⁸

Apesar do entusiasmo inicial com a modernização da produção, as intenções de Hermann Blumenau continuaram sendo projeções. Tanto que no ano de 1859, na colônia particular sob sua administração, adotava-se ainda o “método português da terra”, com o emprego de “machado, foice e enxada” na lavoura, não aproveitando das demais ferramentas alemãs.²⁷⁹ Segundo o colono Henrich Weise, até mesmo o arado começou a ser utilizado no sítio de Hermann Blumenau²⁸⁰ somente em 1856,

²⁷⁵ CHRITILINO, Cristiano L. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. UFF. 2010, p. 143.

²⁷⁶ PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 17-20, p. 18.

²⁷⁷ BLUMENAU, Hermann B. O. *Sul do Brasil em suas referências à Emigração...*, p. 61.

²⁷⁸ CHRITILINO, Cristiano L. *Litígios ao sul do Império...*, p. 144.

²⁷⁹ AHJFS. PRESTIEN, Johan August. Texto sobre a vida dos emigrados na Colônia de Blumenau, publicado na Alemanha. 1859. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.12 Doc. 121.

²⁸⁰ AHJFS. WEISE, Henrich. Carta aos familiares, Colônia Blumenau, 24 de outubro de 1856. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Carta 3. Pag. 4. Pasta 2.08 Doc. 89.

quando a ferramenta foi introduzida para incrementar a produção da lavoura.²⁸¹

Outro desafio para o desenvolvimento do estabelecimento que ele buscava implementar era a obtenção do que chamou de “empréstimos a juros justos”.²⁸² Em 1848, ele deixou o empreendimento recém-criado aos cuidados do sócio, e dirigiu-se ao Rio de Janeiro, onde tinha o propósito de conseguir “algumas vantagens do governo central”,²⁸³ para fomentar a introdução de imigrantes no empreendimento que encabeçava, pois não tinha mais esperança de conseguir fazê-lo por meio da Companhia Hamburguesa.²⁸⁴ Contudo, ele não foi muito bem sucedido na pretensão de arranjar investimentos para o negócio. Segundo ele, apesar das várias demonstrações de “respeito e amizade” com que fora recebido, o “Ministério” estava inseguro em relação a sua empresa, e como ele não tinha “dinheiro para passar-lhes por gentilezas”, não conseguiu o apoio do governo para a colonização.²⁸⁵

Assim, dado o fracasso da empreitada, após uma breve passagem pela Corte, Blumenau retornou à Alemanha, onde pretendia conseguir o que não havia conseguido no Rio de Janeiro: recursos e apoio para seus negócios no Brasil.²⁸⁶ Em novembro de 1848, depois de 80 dias de viagem, seguiu para Antuérpia, onde se estabeleceu ainda por alguns dias antes de reencontrar sua família.²⁸⁷ Nesta estadia na Europa continuou manifestando interesse em investir em maquinários para modernizar a produção que pretendia fazer nas suas terras. Hermann Blumenau estava disposto a encontrar meios de desenvolver o empreendimento, e para isto pretendia ver e visitar “fábricas de açúcar, destilarias”, ficando atento às novidades de maquinário para produção agrícola, procurando também se inteirar do mercado

²⁸¹ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1856. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.10. Doc. 104; BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1856. *Blumenau em Cadernos*. Tomo II, fev, 1959, nº 2, p. 25.

²⁸² AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais, Desterro, 21 de abril de 1848. Carta nº 09. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 22-23.

²⁸³ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais e irmãos, Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1848. Carta nº 12. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 52-53.

²⁸⁴ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais, Desterro, 21 de abril de 1848. Carta nº 09. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 35-45.

²⁸⁵ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos familiares, Rio de Janeiro, 13 de setembro de 1848. Carta 12. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 52-53. Ao usar o termo “gentilezas”, Blumenau possivelmente se referia a suborno. Em outras oportunidades ele foi mais explícito, como na carta de 21 de abril de 1848, dizendo que havia oferecido um relógio de ouro e dinheiro para deputados da província de Santa Catarina, em troca da aprovação de seu projeto de colonização.

²⁸⁶ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta a Götter, Desterro, 5 de agosto de 1848. Carta 11. Doc.1 – 2.3.4.1.1, p. 48-51.

²⁸⁷ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta a Götter, 21 de novembro de 1848. Carta 13. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 54.

para a madeira, por exemplo. Não foi possível inferir se Blumenau conseguiu recursos para desenvolver seu negócio, mas talvez seja possível que não, pois ao retornar ao Brasil em 1850 continuou a buscar apoio do governo imperial, que só viria em 1851, na forma de um empréstimo do governo, como veremos adiante.

2.4 Negociação e influência na distribuição de lotes coloniais

Após o retorno de Blumenau ao Brasil, a sociedade com Hackradt foi rompida, ficando a administração do empreendimento em suas mãos.²⁸⁸ A área pertencente à empresa foi disponibilizada pelo governo na vigência da lei 49 de 1836, que regulava a distribuição das terras devolutas. O artigo 3º desta lei determinava que, “pelo fato do estabelecimento do colono, metade da sorte de terras” ficava pertencendo à “propriedade do Empreendedor”.²⁸⁹ Nos termos da lei, ele deveria destinar metade das terras à colonização e a outra parte das terras seria, por direito, de sua propriedade. Desta forma, com o intuito de incrementar a produção, desenvolvimento e ocupação de áreas da província, o governo provincial estimulava a colonização e criava condições para que indivíduos se tornassem proprietários de grandes extensões de terra, possibilitando que desenvolvessem um empreendimento agrícola particular. Além das terras recebidas do governo, Blumenau afirmou em carta aos pais que possuía três milhas quadradas particulares (cerca de 776 hectares) com o propósito de vender aos imigrantes,²⁹⁰ possivelmente na mesma área onde ele possuía terrenos que não estavam destinados à colonização.²⁹¹

Como indicou Petrone, a formação de pequenas propriedades promoveu a valorização de espaços ainda não ocupados.²⁹² Christilino afirma que a colonização intensificou a formação do mercado de terras altamente lucrativo na região do Vale do Taquari, atingindo áreas de floresta, favorecendo a formação de novas colônias e

²⁸⁸ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta a Sturz, Blumenau, 10 de dezembro de 1852. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 65.

²⁸⁹ SANTA CATARINA (Prov.). Coleção de Leis da Província de Santa Catarina. [s.l.]: [s.n.], p. 90.

²⁹⁰ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais e irmãos, Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1848. Carta 12. Doc 01 – 2.3.4.1.1, p. 52-53.

²⁹¹ SILVA, José F. *História de Blumenau...*, p. 41.

²⁹² PETRONE, Maria T. S. *O imigrante e a pequena propriedade...*, p. 11.

incentivando imigrantes com posses a investir na compra e venda de terras, com uma boa margem de lucros.²⁹³ Também a formação da colônia Dona Francisca, de acordo com Richter, visava valorizar áreas vizinhas e não colonizadas, para posteriormente constituir um empreendimento mais abrangente.²⁹⁴

Em sua obra publicada em 1850, Hermann Blumenau informava aos leitores vantagens da aquisição de terras no Brasil, que apesar de ser mais demorada se comparada aos Estados Unidos, tinha a vantagem de ter preços menores em lugares privilegiados. Também propôs uma alternativa promissora de negócio para os emigrantes: os que tivessem recursos financeiros poderiam investir na compra de uma grande quantidade de terras, destinando parte desta área para vender a imigrantes que ainda estavam por chegar.²⁹⁵

Parece que Blumenau considerava um bom negócio dividir as terras, reservando parte delas para o cultivo particular, enquanto outra parte ficaria destinada à venda a outros imigrantes. Esta forma de utilização das terras, segundo ele, garantiria rendimentos futuros para compra de mais terras pelo investidor. Blumenau, ainda, reiterava que era mais interessante realizar a compra de terras com particulares do que solicitar terrenos devolutos ao governo.²⁹⁶ Suas sugestões expressam a maneira pela qual ele próprio buscava implementar um projeto que conjugava o desenvolvimento de uma empresa agrícola e a venda de lotes para imigrantes.

A venda de terras, entretanto, deveria ocorrer paulatinamente, ao longo do desenvolvimento da colônia. A princípio ele pensava em distribuir terrenos gratuitamente para colonos previamente escolhidos, que iriam compor a primeira leva de imigrantes a se instalar na colônia.²⁹⁷ Os planos, entretanto, não foram muito bem sucedidos: de acordo com Silva, dos 17 primeiros colonos que se dirigiram ao empreendimento em 1850, somente as famílias de Guilherme Friedenreich e de Frederico Riemer se instalaram. O restante migrou para áreas próximas, como a barra do rio Itajaí ou o arraial do Pocinho, onde já havia famílias alemãs; alguns

²⁹³ CHISTILINO, Cristiano L. *Litígios no sul do Império...*, p. 167.

²⁹⁴ RICHTER, Klaus. *Os primórdios da colonização...*, p. 31.

²⁹⁵ BLUMENAU, Hermann B. O. *Sul do Brasil em suas referências à Emigração...*, p. 99.

²⁹⁶ BLUMENAU, Hermann B. O. *Sul do Brasil em suas referências à Emigração...*, p. 139.

²⁹⁷ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta petição, meados de dezembro de 1850. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.2 Doc. 25.

foram para o Rio de Janeiro, onde passaram a exercer seus ofícios.²⁹⁸

O sistema de colonização idealizado por Blumenau seria realizado por meio da imigração espontânea: os colonos financiariam as passagens e transporte para a colônia – sendo poucos os casos em que se prestariam auxílios. A distribuição de terras se daria pela entrega de 50 até 75 mil braças quadradas a cada pai de família. Os que procuravam extensões maiores, e possuíam recursos para adquiri-las, comprariam terras já cultivadas às margens do rio Itajaí, próximas à colônia. Blumenau afirmou ainda que a cada légua quadrada seriam destinados terrenos para lotes pequenos e para a instalação de estabelecimentos públicos, como escolas e igrejas.²⁹⁹

O segundo artigo da lei de 1836 determinava que os lotes dos imigrantes deveriam ter 1000 braças de comprimento, variando apenas a medida da frente do terreno: 200 braças para os solteiros (200.000 braças quadradas); 250 para os casados sem filhos (250.000 braças quadradas); 350 para os que tivessem até um filho e 400 para os com mais de três filhos (350 a 400.000 braças quadradas). Segundo o artigo 6º desta lei, deveria se reservar espaços para a instalação de “arraial ou logradouro público”.³⁰⁰

Ao prever lotes de 50 até 75 mil braças quadradas para cada família, Blumenau alterava substancialmente as determinações da lei quanto ao tamanho dos lotes destinados aos imigrantes. De fato, o proprietário registrou que faria a demarcação das terras concedidas pelo governo em “conformidade das leis da província”, mas que começaria a distribuição de terras aos imigrantes pelas áreas que havia adquirido por compra, as quais não estavam sujeitas às normas impostas pelo poder público. Como ele considerou, estas eram próximas do rio, o que facilitaria a instalação dos primeiros colonos.

Segundo ele, a fixação dos imigrantes nas terras reguladas pela província seria mais difícil também porque a lei exigia demarcação de lotes de “demasiada superfície”, ou seja, grandes o bastante para que mesmo uma família numerosa não conseguisse cultivar em 30 anos. Além disso, a grande extensão dos terrenos

²⁹⁸ SILVA, José F. *História de Blumenau...*, p. 35

²⁹⁹ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1853. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.5. Doc. 51; BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1853. Colônia Blumenau, 4 de janeiro de 1854. *Blumenau em Cadernos*. Tomo I, abril, nº 6, 1958, p. 103.

³⁰⁰ SANTA CATARINA (Prov.). Coleção de Leis da Província de Santa Catarina. [s.l.]: [s.n.], p. 90.

ocasionaria uma distância muito grande entre os colonos, que não poderiam se ajudar em caso de “assaltos dos índios”,³⁰¹ e se organizar para o “ensino da mocidade” e conservação de pontes e caminhos.

De acordo com Blumenau, esta condição dificultaria a “prosperidade moral e material dos colonos”, pois com a abundância de terras os agricultores deixariam de introduzir uma cultura regular, e se adaptariam a uma produção cômoda e devastadora.³⁰² Para ele, os lotes deveriam ter o tamanho adequado às necessidades de sustento “de uma única família ou geração”, pois assim, na medida em que a família crescesse, seus membros se espalhariam “sobre todo o país”, comprando terras do governo para formar uma “classe útil de pioneiros”, que a exemplo dos Estados Unidos, contribuiriam para o “derramamento de colonização e cultura”.³⁰³

Jean Roche, ao estudar o processo de colonização no Rio Grande do Sul, considerou que o tamanho diminuto dos lotes, principalmente da colônia de São Leopoldo, ocasionou a migração interna de descendentes de alemães, que denominou *enxamegem*, impelidos a procurar outras áreas para colonização na província.³⁰⁴ Porém, Tramontini considera que a expansão colonial no Rio Grande do Sul ocorreu não só pela “busca de terras para os filhos”, mas também por uma importante valorização de terras após a Revolução Farroupilha, que incentivou o “avanço pioneiro” para novas áreas, onde as terras eram mais baratas.³⁰⁵ Segundo Seyferth, os lotes coloniais da região do Vale do Itajaí Mirim eram insuficientes para a produção agrícola que proovesse o sustento da segunda geração de uma família,

³⁰¹ O termo “assalto” é utilizado para referir os conflitos entre indígenas e colonos ocorridos no núcleo colonial. Segundo Wittman, a região do Vale do Itajaí era habitada pela etnia indígena Hokleng, e fazia parte do seu território histórico, que abrangia desde o sul do Paraná ao norte do Rio Grande do Sul. O contato entre imigrantes e indígenas se intensificou a partir de 1850 com o início do processo de colonização daquela região. Os constantes embates entre as duas culturas foram registrados em documentos do período, contendo a versão dos colonizadores, com a afirmação geral de que os “ataques” partiam sempre dos índios. A presença do grupo indígena na região era considerada um entrave para o desenvolvimento da imigração e colonização. Cf.: WITTMANN, Luisa Tombini. *O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí-SC*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

³⁰² AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta petição, meados de dezembro de 1850. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.2 Doc. 25.

³⁰³ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta petição, meados de dezembro de 1850. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.2 Doc. 25.

³⁰⁴ ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

³⁰⁵ TRAMONTINI, Marcos Justo. A questão da terra na fase pioneira da colonização. In: MAUCH, Claudia; VASCONCELOS, Naira (Org.) *Os alemães no sul do Brasil*. Editora da UBRA: Canoas, 1994, p. 62.

fazendo com que os colonos procurassem comprar mais terras.³⁰⁶

Estes aspectos, analisados pelos historiadores *a posteriori*, foram levados em conta por Blumenau, quando ele avaliava o tamanho que deveriam ter os lotes dos colonos. Para ele, este era um fator importante: a extensão dos terrenos interferiria no desenvolvimento da agricultura colonial; os lotes deveriam ter extensão suficiente para o trabalho de uma família, visando também o processo valorização dos terrenos e expansão colonial.

Em 1852, Blumenau fez a primeira distribuição de lotes coloniais para os imigrantes chegados naquele ano, após o contrato de empréstimo realizado com o governo, em 1851. No mesmo ano, houve o aumento da imigração com a chegada de 110 pessoas, distribuídas em 12 famílias, que tomaram posse de seus lotes. Segundo Blumenau, naquele ano a colônia “festejava sua real fundação”.³⁰⁷ Na ocasião, ele compôs uma lista, indicando o nome dos imigrantes que receberam terras, o tamanho da família, o tamanho dos lotes e o valor cobrado por eles.

³⁰⁶ SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim...*, p. 60.

³⁰⁷ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. *A Colônia Alemã Blumenau...* p. 23.

Tabela 1 - Relação dos primeiros ocupantes de lotes coloniais na Colônia de Blumenau em dia 28 de agosto de 1852.

	Nome do ocupante	Nº do lote	Superfície de cada lote	Preço combinado (em réis) *	Número de pessoas da família
1	Dr. Fritz Müller	nº 1	49,5 hectares	100.000	3 pessoas
2	August Müller	nº 2	48,5 hectares	100.000	2 pessoas
3	August Hesse	nº 5	36,0 hectares	11.000	9 pessoas
4	Frederico Seiffert	nº 6	37,5 hectares	10.500	4 pessoas
5	Gaspar Huhn	nº 7	36,0 hectares	10.500	5 pessoas
6	João Gebien	nº 8	39,0 hectares	11.000	3 pessoas
7	Christiano Josiger	nº 9	34, (borrado)	10.500	7 pessoas
8	Heurico Ehrhardt	nº 10	35,75 hectares	10.500	3 pessoas
9	Frederico Klinger	nº 11	33,50 hectares	10.500	5 pessoas
10	Carlos Spiess	nº 12	33,75 hectares	10.500	4 pessoas
11	Cristiano Hahnemann	nº 13	33,25 hectares	10.500	7 pessoas
12	Heurico Senthanser	nº 14	33,00 hectares	10.500	4 pessoas
12	Famílias	12 lotes	452,0 hectares	306.000	56 pessoas 32 mais de 14 (anos) 24 menos de 14 (anos)

* Os lotes nº 5 até 14 foram distribuídos conforme o programa da Colonização de Dr. Blumenau aos primeiras famílias imigradas "grátis"! O colono obrigou-se somente a pagar a quantia supra mencionada para a despesa de medição etc.

Fonte: AHJFS. Relação dos 12 ocupantes dos lotes de nº1 ao nº 14. Colônia Blumenau, 28 de agosto de 1852. Fundo Colonização Blumenau particular 1850-1860. Pasta 2.4. Documento 45. (Transcrição do original)

Entre os imigrantes registrados, Augusto e Fritz Müller fixaram-se em um terreno cerca 10 hectares maior do que os dos outros colonos, e pagaram dez vezes mais. Enquanto a média dos valores pagos pelos demais era de cerca de 10\$000, eles pagaram 100\$000.³⁰⁸ Segundo o próprio registro de Blumenau, o sistema de distribuição das terras foi diferente, pois os irmãos Müller pagaram pela terra, enquanto as demais famílias receberam os terrenos "gratuitamente", pagando somente a medição.

Ao contrário do que fez em 1852, "cedendo" lotes a famílias imigrantes, a partir de 1853 os terrenos passaram a ser vendidos, pois segundo Blumenau, havia se tornado inviável "outorgar terras grátis aos colonos"; ele considerava que a cobrança de uma quantia, mesmo que pequena, serviria para cobrir gastos da

³⁰⁸ AHJFS. Relação dos 12 ocupantes dos lotes de nº1 ao nº 14. Colônia Blumenau, 28 de agosto de 1852. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 2.4. Doc. 45.

colônia que, não vinha gerando rendas suficientes para se desenvolver.³⁰⁹ Algumas fontes evidenciam que, além de alterar a forma de cobrança dos terrenos, Blumenau controlava outros aspectos relativos à distribuição dos lotes entre os colonos.

O tamanho dos terrenos podia variar. O lote adquirido em 1856 por Christiano Imroth media 1.800 braças quadradas.³¹⁰ Tal indicação remete a uma extensão muito menor que o tamanho pretendido por Blumenau: entre 50 e 75 mil braças quadradas – já mencionado acima. Contudo, um ano antes o filho de Carlos Fernando Hering havia adquirido 70 braças de terras – provavelmente extensão da frente do terreno, valor que multiplicado pelo comprimento, constituiria a área total do lote.³¹¹ Ao inferir que os “fundos” do lote somavam 1000 braças, o terreno deveria possuir o tamanho de 70.000 braças quadradas, área que se adequa ao que proprietário havia mencionado.

Segundo os registros deixados por Carlos Fernando, os lotes de terras eram medidos geometricamente e vendidos de forma organizada, com contratos de compra e registros em livros.³¹² Esta situação indica que o procedimento de venda de terras, anunciado por Blumenau, havia de fato se estabelecido na colônia. De acordo com a lei 49 de 1836, os lotes designados aos colonos pelo empreendedor deveriam ser avaliados por um Demarcador juramentado – ou seja, uma autoridade que atuava em nome do poder público da província – para então fornecer dois títulos das terras, um para o colono, outro para o empreendedor.³¹³

A mesma lei de 1836 determinava os dados que deveriam constar nos títulos das terras: nome do colono, localização do lote, terrenos que faziam divisa e número do terreno devoluto ao qual pertenciam. O procedimento de atribuição dos lotes feitos por Blumenau, entretanto, era bastante diverso. Em um caso de compra de terras realizado por G. Brüggemann em 1854, a negociação foi oficializada por uma declaração, em que o comprador se comprometia a tomar posse do lote que havia

³⁰⁹ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1853. F Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.5. Doc. 51; BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1853. *Blumenau em Cadernos*. Tomo I, abril, nº 6, 1958, p. 104.

³¹⁰ AHJFS. Registro de Posse de Chistiano Imroth. 1856. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 2.8. Doc. 85.

³¹¹ A lei 49 de 1836 previa a demarcação dos lotes em frente e fundos (comprimento do terreno), este deveria ser de 1000 braças. SANTA CATARINA (Prov.). Coleção de Leis da Província de Santa Catarina. [s.l.]: [s.n.], p. 91.

³¹² HERING, Carlos Fernando. Artigo publicado em 25 de julho de 1855 no “Weimarischen Zeitung”, nº 171. *Blumenau em Cadernos*. Tomo IV, março, nº 3. 1961, p. 54.

³¹³ SANTA CATARINA (Prov.). Coleção de Leis da Província de Santa Catarina. [s.l.]: [s.n.], p. 91.

recebido do “senhor Dr. Blumenau” e pagar “o preço estipulado” na data acertada, ciente que com o descumprimento destas obrigações teria que devolver os lotes ao antigo proprietário, sem receber indenização pelas benfeitorias.³¹⁴ É evidente que o documento não correspondia ao que determinava a lei provincial. Isso ocorria porque os lotes distribuídos faziam parte da propriedade particular de Blumenau – terras por ele compradas – e não à porção cedida pela província.

Alguns terrenos eram negociados antes mesmo da chegada do imigrante na colônia. Em 1852, em carta publicada em um jornal de emigração em que divulgava seu empreendimento na Alemanha, Hermann Blumenau reiterava sua disposição de fechar um negócio com um tal de Heynig, garantindo a ele que cederia um lote no qual havia um “salto” de rio, propício para a instalação de um engenho, por um preço menor dos que os terrenos custavam na região.³¹⁵ Blumenau podia determinar a distribuição dos lotes conforme a sua conveniência, interferindo também na escolha de qual colono colocaria em cada área. Em 1855, em carta a Baumgarten ele dizia que as “restrições feitas na entrega de terras”, estavam baseadas em seu desejo de estabelecer pessoas a quem considerava como “verdadeiros colonos”, excluindo os “elementos duvidosos e simples especuladores”.³¹⁶

Blumenau também cuidava para prover os colonos de algum conforto pessoal. Foi o que fez em relação ao já mencionado colono Julius Baumgarten, que chegou à colônia em 1853.³¹⁷ Devido à “especial afeição” que nutria pelo jovem, ele o havia beneficiado, ao presentear outro jovem imigrante com um lote próximo ao dele, para desta maneira, resolver o problema da solidão e isolamento de Julius. Blumenau ainda iria cuidar para que Julius, em pouco tempo, tivesse outros vizinhos, pois iria instalar mais famílias nas áreas próximas ao lote do rapaz.³¹⁸

Todos os registros mencionados indicam que a forma de introdução dos imigrantes na colônia era feita segundo intervenção direta de Hermann Blumenau. O

³¹⁴ AHJFS. Declaração de compra, Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1854. *Blumenau em Cadernos*. Tomo XXI, nº 2, fev 1980, p. 42.

³¹⁵ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta publicada no *Allgemeine Auwanderungs-Zeitung*, n. 106, 11 de setembro de 1852. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 2.4 Doc. 42, p. 2.

³¹⁶ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Superintendente Baumgarten, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1855. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.7 Doc. 75.

³¹⁷ SILVA, José F. *História de Blumenau*, p. 45.

³¹⁸ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta a Baumgarten, 12 de dezembro de 1853. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.5. Doc. 52.

empreendedor definia o tamanho dos lotes a serem fixados, os indivíduos e as famílias, o valor a ser cobrado – até mesmo à revelia da lei. Como administrador e proprietário da colônia, Blumenau podia definir a venda de lotes, presentear pessoas, estipular o preço e tamanho dos lotes, escolher os imigrantes e designá-los para áreas específicas. Eram seus critérios que definiam a forma de desenvolvimento da colônia, sempre visando promover a valorização das terras.

2.5 Cartas, artigos e livros para atração de colonos

Hermann Blumenau, como proprietário do empreendimento, além de dirigir procedimentos de distribuição de lotes de terras para os colonos imigrantes, buscava selecionar os indivíduos que pretendessem se instalar na colônia. Ele considerava que a profissão de agricultor possuía maior chance de alcançar sucesso no núcleo, por se tratar do ofício que favoreceria o desenvolvimento da colônia e enriquecimento dos imigrantes.³¹⁹

Além disso, o proprietário da colônia considerava importante que a imigração fosse composta, mesmo que em número diminuto, por pessoas “fisicamente competentes e vigorosas”, pois, segundo ele, um grande número de “sonhadores e preguiçosos” só trariam descrédito ao seu empreendimento.³²⁰ Desde 1850, já manifestava, também, o quanto valorizava colonos que tivessem recursos, mostrando-se satisfeito com o fato de ter encontrado pessoas que possuíam dinheiro para investir na colônia e que se mostravam dispostas a acompanhá-lo ao Brasil.³²¹

Para Blumenau, a escolha cuidadosa dos imigrantes asseguraria o êxito da colônia, pois as primeiras famílias instaladas teriam a função de “inspecionar, reger e socorrer” a segunda leva de pessoas, que seria instalada no ano seguinte. Enquanto isso, os lotes ainda poderiam ser concedidos gratuitamente aos imigrantes que

³¹⁹ BLUMENAU, H. B. O. *Guia de Instruções aos Emigrados...*, p. 199; AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Trecho do documento publicado na Gazeta Geral de Emigração (Allgemeine Auswanderung Zeitung) número 106, 11 de setembro de 1858. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 2.4. Doc. 42.

³²⁰ BLUMENAU, Hermann B. O. *Guia de Instruções aos Emigrados...*, nota 29, p. 161.

³²¹ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta a mãe, Berlim, 2 de março de 1849. Carta 15. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 57-58.

chegassem posteriormente, mas os adiantamentos do valor da passagem e a distribuição de mantimentos seriam reduzidos. Os colonos que não conseguissem restituir os valores adiantados deveriam pedir empréstimos aos vizinhos ou juntar o montante com o trabalho a jornais. Os imigrantes que se dirigiam para a colônia no terceiro ano seriam escolhidos de forma menos rigorosa, e receberiam ainda menos auxílios do que os que tinham vindo no ano anterior. Após as três primeiras levas de imigrantes, a introdução de colonos seria realizada por meio do trabalho de agentes de Blumenau na Alemanha, que poderiam agregar qualquer pessoa considerada “honesta” e que pudesse custear as despesas para seu estabelecimento na colônia. Nos casos em que os colonos não pudessem pagar os adiantamentos, Hermann Blumenau previa que os contratos especificassem os bens e posses do imigrante para servirem no pagamento das dívidas, ou que os colonos hipotecassem suas terras até sua quitação.³²²

Apesar de Blumenau estabelecer critérios para a introdução de imigrantes no empreendimento que administrava, na prática este procedimento não ocorreu como ele planejava. Em 1853, ele afirmou que a maioria dos imigrantes se dirigia espontaneamente para a colônia, ou seja, arcavam com as despesas do transporte. No entanto, também dependiam de adiantamentos para a compra dos mantimentos, também fornecidos por Blumenau. Segundo Silva, Blumenau havia organizado um “pequeno armazém” com gêneros de primeira necessidade aos colonos, pagos em longo prazo.³²³ A “restituição das quantias adiantadas” era assegurada por Blumenau com a hipoteca das terras dos colonos até o reembolso dos valores.³²⁴

Durante o século XIX, fazendeiros do sudeste do Brasil passaram a realizar experiências de trabalho livre nas fazendas de café, com a introdução de mão de obra imigrante, em parte, como alternativa de substituir o trabalho escravo. Um das maneiras foi o sistema de parceria, que em geral estipulava a divisão dos lucros líquidos da produção do café, entre imigrante e proprietário das terras. Neste caso, não eram concedidas ou vendidos lotes de terras aos colonos.³²⁵ Por este prisma, a

³²² AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta petição, meados de dezembro de 1850. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.2. Doc. 25.

³²³ SILVA, José F. *História de Blumenau*, p. 36.

³²⁴ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1853. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.5. Doc. 51; BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1853. *Blumenau em Cadernos*. Tomo I, abril, nº 6, 1958, p. 103.

³²⁵ Cf: HALL, Michael M; STOLCKE, Verena. *A introdução do trabalho livre nas fazendas...*

parceria em nada se assemelha à negociação feita por Hermann Blumenau com os colonos, pois estes tinham a possibilidade de adquirir terrenos. No entanto, o sistema também previa o adiantamento dos valores para o transporte, suprimentos e ferramentas para os colonos; fato que acarretou dívidas aos imigrantes, muitas vezes impagáveis.³²⁶ Neste sentido, há semelhanças entre as duas práticas. Hermann Blumenau era responsável pelo fornecimento de mantimentos e suprimentos de primeira necessidade, e também era quem financiava os adiantamentos para os colonos, ocasionando o acúmulo de dívidas entre imigrantes e o proprietário.

Os adiantamentos e o fornecimento de gêneros de primeira necessidade parecem ter causado problemas ao empreendimento. Em 1856, Blumenau afirmou que o “negócio com os mantimentos” não era lucrativo, e por isso não iria permitir que ele se tornasse um “efetivo comércio” ocasionando um monopólio por denegrir a imagem da colônia na Alemanha.³²⁷

A preocupação de Hermann Blumenau com a repercussão da situação dos imigrantes que viviam no núcleo colonial era importante na medida em que ele necessitava que o empreendimento tivesse uma “boa reputação” na Alemanha, principalmente pela influência da propaganda para o processo de introdução de colonos no núcleo que administrava. Por isso, desde 1850 empenhou-se no que chamou de “atuação nos dois hemisférios”: no Brasil e nos Estados Alemães, onde os esforços se concentrariam na busca de recursos financeiros para o desenvolvimento da colônia particular e para o fomento a emigração para o Brasil. Ele considerava que o meio mais viável para atingir este objetivo era a difusão de circulares contendo informações sobre a emigração para a colônia no Brasil; assim, ele passou a estimular a divulgação, na “antiga pátria”, de notícias que os emigrados mandavam a parentes e amigos.³²⁸

A propalação da emigração para o Brasil ou Estados Unidos foi bastante difundida nas correspondências particulares ou pessoais dos colonos, sendo

³²⁶ Cf: DAVATZ, Thomas. *Memórias de um Colono no Brasil...*

³²⁷ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1856. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.10. Doc. 104.

³²⁸ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta petição, meados de dezembro de 1850. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.2 Doc. 25.

considerada como o principal meio de propaganda da migração.³²⁹ As cartas de parentes e amigos que já haviam emigrado levavam notícias de sucesso e êxito que estimulavam potenciais colonos. Desta forma, a emigração por conselhos de conhecidos foi decisiva na constituição da corrente imigratória.³³⁰ Estas correspondências foram fortemente utilizadas por agentes de imigração, pois diminuía as dúvidas e despertavam interesse em relação ao país em questão.³³¹

O já mencionado imigrante Julius Baumgarten, que chegou à colônia Blumenau no início da década de 1850, escreveu à irmã Emília, que ainda vivia na Europa, comentando a satisfação de ter emigrado e a convidando para logo migrar ao Brasil também. Na carta, ele dizia às duas irmãs que não fossem “tolas” e partissem com rapidez para a colônia, onde encontrariam cabanas simples no lugar de belas casas, mas que não havia necessidade de se preocupar com a moda brasileira.³³² Certamente os aspectos mencionados por Julius não deviam seduzir as irmãs; apesar disso, o colono fazia propaganda e insistia para que elas seguissem o seu caminho, e se mudassem para a colônia. Em uma carta escrita ao irmão Hermann, ele comentou sobre alguns conflitos com indígenas que estavam acontecendo na colônia, mas pedia que ele “pouco ou nada” dissesse sobre o assunto, pois além de o fato não ser motivo de preocupação, poderia “passar ao sensacionalismo” e desestimular a transferência de outros colonos.³³³

As cartas do colono Julius demonstram como a correspondência entre familiares e conhecidos dos emigrados, que seguiram para a colônia, exercia a função de estimular a emigração, contribuindo para o objetivo de Hermann Blumenau de promover o empreendimento colonial.

³²⁹ RICHTER, Hans apud OBERACKER JR, Carlos H. *Jorge Antonio von Schaeffer: criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil*. Porto Alegre: Metropole/Instituto Federal do Livro, 1975. Sobre a influência da propaganda na decisão de emigrar, há registros na memória de Gustav Hermann Strobel, que imigrou no Brasil em 1854. Vários aspectos das experiências deste migrante ajudam a entender a inserção de colonos no núcleo Blumenau, dadas as semelhanças das regiões de origem e de destino. NADALIN, S. *Memórias de Gustav Hermann Strobel. Relatos de um pioneiro da imigração alemã no Brasil*. Curitiba: Instituto Memória, 2014.

³³⁰ ZIMMERMANN, T. R. Das fronteiras do Velho Mundo ao Novo Mundo. *Akrópolis* 12 (2): 45-50, 2004, p. 113.

³³¹ NODARI, Eunice; et al. As florestas do sul do Brasil na imprensa alemã e a atração de imigrantes. In: DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur B.; TRAMONTINI, Marcos Justo (Org). *Imigração e Imprensa*. Porto Alegre: EST/ São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004, p. 171.

³³² BAUMGARTEN, Julius. Carta a irmã Emília s/d. *Blumenau em Cadernos*. Tomo XXVIII. Nov/Dez. 1987. Ed. 371, nº 11-12, p. 354-355.

³³³ AHJFS. BAUMGARTEN, Julius. Carta ao irmão Hermann, 10 de junho de 1855. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.7. Doc. 73.

As informações sobre o núcleo colonial e a vida cotidiana dos imigrantes também eram difundidas em jornais publicados nos Estados Alemães. Francisco Sallentien, lavrador, que migrou aos 24 anos ao Brasil, em 1850,³³⁴ publicou em 1853 um artigo em um jornal de Hamburgo, em que destacava as vantagens de emigrar ao Brasil, com ênfase à Província de Santa Catarina, afirmando que havia “grandes e fecundas extensões de terras” que estavam no aguardo dos “braços operosos dos colonos para transformá-las nos campos mais florescentes”.³³⁵

Não era por acaso que colonos escreviam em favor da emigração para o Brasil, em especial para a colônia no Itajaí. Tanto Sallentien, quanto Baumgarten, colonos que divulgaram a emigração para a colônia em suas cartas, fizeram parte das primeiras levas de imigrantes que se dirigiram à colônia. Hermann Blumenau considerava importante que os primeiros imigrantes fossem bem escolhidos e instalados, e que as pessoas fossem muito bem tratadas, para escreverem aos seus amigos e parentes na Alemanha, “animando-os” a migrarem também.³³⁶ Assim, ele estabelecia uma estratégia de propaganda por meio das cartas daqueles colonos satisfeitos.

Blumenau também procurava estimular a emigração divulgando sua colônia na imprensa com a intenção de desenvolver

um sistema de anúncios não interruptos nos jornais alemães, com a publicação das leis, regulamentos, esclarecimentos e de outros autos oficiais, enquanto se referem a emigração e colonização e pode servir, a destruírem prevenções, refutarem calúnias, esclarecerem dúvidas, etc, etc. nos mesmos jornais, para conservar sempre o Brasil na memória do grande público alemão e particularmente daquela parte que pretende emigrar.³³⁷

As “calúnias” e “dúvidas” a que ele se refere dizem respeito à denúncia de

³³⁴ AHJFS. Relação dos primeiros 17 imigrantes entrados em Blumenau em 02 de setembro de 1850. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.2. Doc. 22. (Reinhold Gaertner, 26 anos, lavrador, sobrinho de Hermann Blumenau; Francisco Sallentien, lavrador, 24 anos; Paulo Kellner, lavrador, 23 anos; Julio Richter, agrimensor, 22 anos; Daniel Pfaffendorff, carpinteiro, 26 anos; Frederico Geier, marceneiro, 27 anos e Erich Hoffman, funileiro, 22 anos que se estabeleceram-se no Rio de Janeiro; Frederico Riemer, charuteiro, 46 anos; André Boettscher, ferreiro, 22 anos; André Kohlmann, ferreiro, 52 anos com esposa e 2 filhos; Guilherme Friedenreich, alveitar, 27 anos com esposa e 2 filhas).

³³⁵ SALLENTIEN, Francisco. Província de Santa Catarina no Sul do Brasil. *Blumenau em Cadernos*. Tomo XI, Set/1970, n° 9, p. 191-197.

³³⁶ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta petição, meados de dezembro de 1850. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.2. Doc. 25.

³³⁷ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta petição, meados de dezembro de 1850. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.2. Doc. 25.

fraudes cometidas no agenciamento de colonos em jornais europeus e principalmente dos Estados Alemães.³³⁸ Por isso, parecia ainda mais importante fazer uma divulgação positiva da emigração e do seu próprio empreendimento colonial no Brasil.

Desde o Período Joanino e no Primeiro Reinado, o Governo já determinava gastos com a publicidade favorável ao Brasil para estimular a vinda de imigrantes; esta publicidade era considerada parte importante das políticas imigratórias.³³⁹ Como exemplo, podemos mencionar a atuação de Major J. A. von Schäfer, que em meados da década de 1820 estava a serviço da Princesa Leopoldina, contratado para aliciar soldados para compor tropas brasileiras. Segundo Oberacher Jr., ele também desenvolveu a emigração germânica espontânea para o país, com as promessas de que os colonos teriam direito a passagens, terras e auxílios para a instalação no Brasil.³⁴⁰

Petrone afirma que, para atrair imigrantes, divulgava-se no exterior que o acesso a terra era facilitado no Brasil, que no país havia trabalho em abundância e a possibilidade de enriquecimento rápido.³⁴¹ Como as “promessas” em geral não eram cumpridas, a má fama logo se disseminou. Em razão dela, agenciadores – como o próprio Schäfer – caíam em descrédito.³⁴² Segundo Visconde de Abrantes, a imprensa alemã estigmatizava a propaganda de emigração para o Brasil, considerando-a enganosa, pois se acreditava que o novo país reservava uma “espécie de escravidão temporária” aos colonos que se deixassem ludibriar.³⁴³

Desde 1846, Blumenau já havia demonstrado preocupação com as promessas enganosas utilizadas como meio de arregimentar imigrantes para o Brasil. Em uma carta que escreveu naquele ano, ele cobrava do cônsul Sturz providências para acabar com o trabalho de quem chamou de “mercador de almas”. Na ocasião denunciava a atuação de um agenciador chamado Müller, que atuava na cidade de Colônia e, segundo ele, prometia aos colonos montanhas de ouro e os

³³⁸ CHRISTILINO, Cristiano L. *Litígios no sul do Império...*, p. 166.

³³⁹ BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória no Brasil Meridional. In: WESTPHALEN, Cecília Maria. *Um Mazzolino de Fiori*. Vol. III. Curitiba: Imprensa Oficial/Sec. de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2003, p. 139.

³⁴⁰ OBERACKER JR. Carlos H. *Jorge Antônio von Schaeffer...*

³⁴¹ PETRONE, Maria T. S. *O imigrante e a pequena propriedade...*, p. 9-10.

³⁴² PETRY, Leopoldo. *São Leopoldo: Berço da colonização alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oficinas Gráficas Rotermund e Cia. Ltda, 1964, p. 34.

³⁴³ ABRANTES, Visconde de. *Memórias sobre o meio de promover a colonização...*, p. 846.

colocava em navios cheios de parasitas.³⁴⁴

Hermann Blumenau também denunciou o agenciamento realizado pela Casa Delrue e Cia, que havia atraído alemães com “promessas fraudulentas”.³⁴⁵ A casa comercial foi contratada em 1845 pelo embaixador da Prússia - Carlos Guilherme Von Theremin - para embarcar 600 colonos imigrantes pelo porto de Antuérpia.³⁴⁶ Segundo Blumenau, o esclarecimento da fraude deveria servir de exemplo para os emigrantes, para não se deixarem levar por engodos e confirmassem com parentes e amigos as informações sobre a emigração para o Brasil.³⁴⁷ De fato, grande parte da propaganda que ele fez esteve relacionada ao controle de agentes de migração, criticando o fato destes não se preocuparem em criar “boa e sólida reputação” para as empresas que representavam, mas, ao contrário, angariarem colonos “por meio de engodos e promessas exageradas”.³⁴⁸

Blumenau procurou estimular a transferência de pessoas ao Brasil – à sua colônia em especial – e contrapor as posições existentes na Europa contra a emigração para o país por meio de um livro que escreveu e que foi publicado na Alemanha em 1850 por Günther Fröbel em Rudolstadt.³⁴⁹ Neste livro, chamado por ele “minha pequena obra”, Blumenau protestava contra as impressões “errôneas” criadas sobre o Brasil, refutando-as com “provas contundentes”, mas, segundo ele, sem o intuito de “fazer propaganda” ou “atrair as pessoas”, mas sim “propagar a verdade” sobre para a emigração alemã para o Brasil.³⁵⁰

Em 1853, o colono Sallentien, no artigo já mencionado, recomendava aos interessados em emigrar para o sul do Brasil a leitura do livro escrito por Hermann Blumenau.³⁵¹ Em sua publicação, o autor descreveu situações propícias para a

³⁴⁴ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta a Sturz, de 14 de setembro de 1846. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 44.

³⁴⁵ BLUMENAU, Hermann B. O. *Sul do Brasil em suas referências à Emigração...*

³⁴⁶ SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã para o sul do Brasil...*, p. 97.

³⁴⁷ BLUMENAU, Hermann B. O. *Sul do Brasil em suas referências à Emigração...*, p. 149.

³⁴⁸ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1858. 31 de dezembro de 1858. *Blumenau em Cadernos*. Tomo II, agosto, nº8, 1959, p. 149.

³⁴⁹ A relação entre Günther Fröbel e Hermann Blumenau foi importante, pois além de editar e publicar os livros de Hermann Blumenau, o editor era proprietário da Gráfica e Editora “Löwesche” em Rudolstadt, que publicava o jornal de imigração Allgemeine Auswanderungs-Zeitung, em que cartas e relatos sobre a colônia Blumenau eram publicados. Cf: ALVES, Débora Bendocchi Alves. Cartas de imigrantes como fonte de para o historiador: Rio de Janeiro – Turíngia (1852-1853). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 45, 2003, pp. 155-184.

³⁵⁰ BLUMENAU, Hermann B. O. *Sul do Brasil em suas referências à Emigração...*, p. 47/83.

³⁵¹ SALLENTIEN, Francisco. Província de Santa Catarina no Sul do Brasil. *Blumenau em Cadernos*. Tomo XI, Set, nº 9, 1970, p. 193.

colonização na região; aspectos econômicos que se referem às condições da agricultura e indústria do país, bem como as amplas oportunidades de trabalho para imigrantes com ofícios. Blumenau chamava a atenção para o clima do sul do Brasil, dizendo que era adequado para a emigração alemã, e informando as condições de acesso a terras devolutas ou particulares com preços módicos para a colonização. Ele também se referia ao apoio da monarquia à imigração e a legislação “suave demais” do país.³⁵²

Mesmo se reportando ao que chamou de “fatores negativos”, enfatizou as características positivas, caracterizando sua intenção de promover a emigração para o Brasil:

Pergunto, ousadamente: onde na face da Terra, o imigrante diligente e preparado encontraria um mercado interno protegido por impostos aduaneiros, geralmente de 25 a 30%; uma concorrência tão inexpressiva; uma variedade tão grande de produtos mal aproveitados e desleixados como no Brasil; além de um clima sadio e ameno, como o das províncias sulinas? Onde encontraria um país cuja atividade agrícola e industrial racional proporcionaria maior lucro, no qual poderia investir melhor sua atividade, conhecimento e capital sem prejudicar sua saúde, a não ser no sul do Brasil?³⁵³

A obra de Blumenau se constituiu no que Nodari chamou de meios de divulgação da emigração. Eram manuais ou guias de viagem, artigos em periódicos ou livros de memórias que utilizavam de uma linguagem acessível ao público e traziam informações sobre o país, especificando aspectos da região de interesse.³⁵⁴ Segundo o próprio Blumenau, a obra que publicou em 1850 tinha sido resultado dos relatórios de suas viagens, e foram “redigidos sem ambição de estilo literário”, utilizando assim da linguagem de fácil compreensão e com assuntos variados, pois estes contribuiriam para despertar o interesse no assunto e proporcionariam progresso ao empreendimento.³⁵⁵

De acordo com a autora, era comum que, nessas obras, a natureza da região fosse detalhada, elencando aspectos positivos, convertidos em ganho econômico, como a abundância de madeira e a navegabilidade dos rios.³⁵⁶ Estes aspectos

³⁵² BLUMENAU, Hermann B. O. *Sul do Brasil em suas referências à Emigração...*

³⁵³ BLUMENAU, Hermann B. O. *Sul do Brasil em suas referências à Emigração...*, p. 67.

³⁵⁴ NODARI, Elenice; et al. *As florestas do sul do Brasil na imprensa alemã...*, p. 164.

³⁵⁵ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais, 26 de março de 1850. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.1 Doc. 10.

³⁵⁶ NODARI, Elenice; et al. *As florestas do sul do Brasil na imprensa alemã...*, p. 167.

também estão presentes na obra escrita por Blumenau, e se repetem em vários outros escritos que ele produziu.

A obra publicada em 1851, por exemplo, era voltada aos emigrantes já decididos a vir ao Brasil. Segundo Blumenau, o texto deveria sanar dúvidas sobre a migração para a província de Santa Catarina, esclarecendo principalmente o “lado prático da colonização”.³⁵⁷ Na obra, ele se dedicou a detalhar aspectos como os ofícios indispensáveis para o país, com ênfase para a agricultura.³⁵⁸ Além de indicar também a empresa de navegação que deveria ser contratada, a escolha dos pertences para a viagem e aqueles objetos que deveriam ser deixados de lado. Aos imigrantes que se dirigissem ao seu empreendimento colonial, disponibilizou informações sobre a chegada até o local.

Em outro livro, publicado em 1855, ele tratou especificamente do funcionamento e desenvolvimento da colônia no Vale do Itajaí. Neste escrito, no qual ele se reportou ao núcleo denominando-o “Colônia Blumenau”³⁵⁹, ele pretendia que fosse lido por “brasileiros desconfiados e entendidos”, bem como por “inimigos do Brasil na Alemanha”. O texto, segundo ele, visava, sobretudo, os emigrantes; por isso, dizia, não o tinha escrito em “estilo elegante”, pois pretendia que fosse compreensível para atingir maior público.³⁶⁰

Os objetivos de cada um dos textos escritos por Blumenau correspondem à sua própria trajetória no núcleo colonial. O primeiro livro, publicado em 1850, foi fruto de suas viagens de reconhecimento do sul do Brasil, e por isso, continha informações mais gerais em relação àquela região, sem deixar de promover a emigração e colonização. O livro escrito em 1851, quando Blumenau já tinha dado início ao negócio particular, por sua vez, enfatizou muito mais a província de Santa Catarina, certamente visando fomentar a atração de pessoas para a colônia em formação. Enquanto o livro de 1855 pretendia promover a colônia não somente entre

³⁵⁷ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Guia de Instruções..., p. 175.

³⁵⁸ Cf: SANTOS, Manoel Pereira Rego Teixeira dos. Textos do Dr. Blumenau: o papel do agricultor no Guia de instruções aos futuros imigrantes para a Província de Santa Catarina no sul do Brasil. In: DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur B.; TRAMONTINI, Marcos Justo (Org). *Imigração e Imprensa*. Porto Alegre: EST/ São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004, p. 350-356.

³⁵⁹ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. *A Colônia Alemã Blumenau na Província de Santa Catarina no Sul do Brasil*. Blumenau: Cultura em Movimento/Instituto Blumenau 150 anos, 2002.

³⁶⁰ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Superintendente Baumgarten, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1855. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.7. Doc. 75; BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. *A Colônia Alemã Blumenau na Província de Santa Catarina no Sul do Brasil*. Blumenau: Cultura em Movimento/Instituto Blumenau 150 anos, 2002.

possíveis imigrantes, mas também junto a autoridades; ela foi escrita quando Blumenau já havia se firmado como empreendedor colonial e contratava o segundo empréstimo com o Governo Imperial.³⁶¹ Apesar de três momentos distintos de escrita, os textos estiveram interligados com objetivos de promover a emigração alemã para o Brasil, dando ênfase ao processo de colonização na Província de Santa Catarina e o empreendimento colonial particular localizado no Vale do Itajaí.

2.6 Para arregimentar “peixes mais gordos”

Os esforços feitos por Blumenau, no sentido de incentivar a introdução de imigrantes para suas terras, o levaram a se envolver com o processo de agenciamento de colonos. Segundo ele, o trabalho de propaganda na Europa era dificultado pelas opiniões de que a imigração era “arriscada e temerária” para o emigrante e, portanto, ninguém atuava na propaganda e no agenciamento de colonos sem ser considerado como “vendedor de almas”.³⁶² Esta condição, segundo Balhana, se dava pela “engrenagem” do recrutamento de emigrantes, fortalecida pelas políticas imigratórias de países receptores que promoviam o aliciamento de emigrante por meio da propaganda, somada aos interesses de agentes intermediários e companhias de emigração, interessadas no comércio de pessoas.³⁶³

Blumenau considerava que mesmo com o encorajamento feito pelas cartas de colonos já emigrados, havia a necessidade de aumentar o incremento da emigração espontânea, ou seja, por conta dos próprios emigrantes, nos locais de captação e envio de colonos.³⁶⁴ Por isso, ele possuía agentes na Alemanha para efetuar o serviço de agenciamento. Em 1856, comentou em seu relatório que havia informado a seu agente na Alemanha que este deveria trabalhar para angariar colonos que tivessem o ofício de oleiro, porque esta era uma necessidade para o

³⁶¹ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Superintendente Baumgarten, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1855. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.7. Doc.75.

³⁶² AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta petição, meados de dezembro de 1850. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.2. Doc. 25.

³⁶³ BALHANA, Altiva P. *Política Imigratória no Brasil Meridional...*, p. 139-140.

³⁶⁴ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1858. 31 de dezembro de 1858. *Blumenau em Cadernos*. Tomo II, julho, nº7, 1959, p. 136.

desenvolvimento da colônia.³⁶⁵ Para a função, havia designado o sobrinho Victor Gaertner, filho de sua irmã mais velha Emília,³⁶⁶ que exercia a função de cônsul do Ducado de Brunswick no Brasil. Para Blumenau, o fato de possuir um parente seu em uma função no consulado favoreceria seus interesses na Europa.³⁶⁷

Blumenau mantinha vínculos com empresas, como a já mencionada “Christian Mathias Schröder & Cia”, para proporcionar o envio de emigrantes para a colônia. Conforme observou Sallentien, em 1853, os interessados em migrar para a colônia Blumenau deveriam procurar aquela casa comercial em Hamburgo, se quisessem maiores informações sobre as condições do contrato para o transporte.³⁶⁸ O colono Sallentien fazia parte do primeiro grupo que, com o auxílio de Reinhold Gaertner,³⁶⁹ se dirigiu, ao empreendimento colonial de Hermann Blumenau, em 1850.³⁷⁰ A viagem destes colonos de Hamburgo a São Francisco do Sul havia sido realizada pelo navio “Emma e Luise”³⁷¹, pertencente àquela casa comercial.³⁷²

A “Sociedade Colonizadora de Hamburgo”, presidida por Christian Mathias Schröder, responsável pela direção da Colônia Dona Francisca, fundada por meio da doação de terras pertencentes ao príncipe de Joinville, havia estabelecido em 1850 um contrato com o Governo Imperial, que permitia à empresa desembarcar colonos imigrantes pelo porto de São Francisco, localizado no norte de Santa Catarina. Desta forma, a Casa Schröder poderia se beneficiar de isenções que haviam sido concedidas pelo decreto à Sociedade Colonizadora, como a taxa de ancoragem em qualquer porto do Império e o imposto para o comércio de cabotagem.³⁷³ Como

³⁶⁵ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1856. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.10. Doc. 104.

³⁶⁶ SILVA, José Ferreira da. Amor Filial. *Blumenau em Cadernos*. Tomo IX, nº4, Abril de 1968, p. 61.

³⁶⁷ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1856. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.10. Doc. 104.

³⁶⁸ SALLENTIEN, Francisco. Província de Santa Catarina no Sul do Brasil. *Blumenau em Cadernos*. Tomo XI, Set, , nº 9, 1970, p. 195.

³⁶⁹ Reinhold Gaertner, irmão de Victor Gaertner, auxiliou Hermann Blumenau em negócios da colônia, mas faleceu ao retornar a Alemanha. Cf: SILVA, José F. Amor Filial. *Blumenau em Cadernos*. Tomo IX, nº4, Abril de 1968, p. 61.

³⁷⁰ Cf: AHJFS. Relação dos primeiros 17 imigrantes entrados em Blumenau em 02 de setembro de 1850. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.2. Doc. 22; AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais, s/l, 26 de março de 1850. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 2. Doc. 10. AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais, a bordo do Veleiro Miranda, 27 de março de 1850. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 2. Doc. 14.

³⁷¹ SALLENTIEN, Francisco. Província de Santa Catarina no Sul do Brasil. *Blumenau em Cadernos*. Tomo XI, Set, , nº 9, 1970, p. 191.

³⁷² RICHTER, Klaus. *A fundadora de Joinville...*, p. 93-94.

³⁷³ BRASIL. Coleção das leis do Império do Brasil de 1850. Tomo XI. Parte I. Rio de Janeiro:

Blumenau mantinha negócios com a Casa Schröder, poderia também obter vantagens com o transporte de colonos pelo porto de São Francisco, aproveitando do benefício que a Sociedade havia conseguido do Governo Imperial.

Hermann Blumenau tinha também negócios estabelecidos com a empresa Wilh. Huehn & Cia, que em 1857 transportou imigrantes para a Colônia Blumenau no veleiro “Carolina”.³⁷⁴ Em 1855 ele comentou com Baumgarten, pai do colono Julius, sobre os negócios do transporte de emigrantes que mantinha com essas empresas. Blumenau informava que a relação de interesses entre as partes encontrava-se instável devido à cobrança indevida “de contas astronômicas”, que ele negava-se a pagar, causando uma má impressão sobre sua colônia. Para a resolução do impasse, seu sobrinho Gaertner conseguiria um agente na Alemanha que efetuasse o transporte de imigrantes que seriam introduzidos pelo porto de Itajaí, o que lhe daria vantagens financeiras.³⁷⁵

Blumenau considerava boa a reputação da colônia junto à imprensa e os governos alemães. Para ele, a consequência desta condição foi a atração de colonos que pagavam pelas passagens e pouca disponibilização de subsídios aos imigrantes que necessitavam. No entanto, tal fato não ocasionou o aumento da entrada de imigrantes na colônia; ao contrário ocorria a diminuição do fluxo.³⁷⁶ Em 1858, Blumenau havia recebido de seus agentes na Alemanha informações de que o Rio Grande do Sul havia aumentado os subsídios e adiantamentos aos colonos, de maneira que era impossível igualar-se neste negócio às empresas e companhias que realizavam o agenciamento e transporte para aquela região.³⁷⁷

Um exemplo de subsídio público, com que Blumenau não podia concorrer, era o da “Sociedade Colonizadora de Hamburgo” responsável pela Colônia Dona Francisca, que havia sido incumbida de introduzir 2.500 colonos no núcleo a partir de 1855 e, para isto, contava com subvenções pagas pelo governo brasileiro.³⁷⁸ O

Tipografia Nacional, s/d. Disponível em:

http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-36_4.pdf.

³⁷⁴ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Provas mais que evidentes. Blumenau em Cadernos. Tomo VII, Out, nº10, 1964, p. 203.

³⁷⁵ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Superintendente Baumgarten, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1855. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.7. Doc. 75

³⁷⁶ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1858. 31 de dezembro de 1858. *Blumenau em Cadernos*. Tomo II, julho, nº7, 1959, p. 135-136.

³⁷⁷ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1858. 31 de dezembro de 1858. *Blumenau em Cadernos*. Tomo II, agosto, nº8, 1959, p. 150.

³⁷⁸ RICHTER, Klaus. *A fundadora de Joinville...*, p. 96.

auxílio recebido, segundo Blumenau, fazia com que “Sociedade e o Príncipe” pescassem “peixes mais gordos” do que ele, ou seja, conseguissem maior número de imigrantes, pois só precisavam “mandar vir” mais colonos. Quanto a ele, não tinha recursos para cobrir os adiantamentos por colono, que giravam em torno de 60\$000 ou 100\$000.³⁷⁹

A dificuldade nos negócios de agenciamento de colonos era acentuada pelo aumento das comissões pagas aos agentes de imigração. Em 1854, o valor passou de 3,5% para cerca de 7% sobre o preço da passagem de cada colono. Segundo Blumenau, este acréscimo ocorreu devido ao aumento da quantidade dos agentes, que levou à concorrência para angariar emigrantes e a ampliação de países receptores do fluxo migratório.³⁸⁰

Para Blumenau, a eficácia da emigração espontânea dependeria de mudanças no transporte. O despacho dos navios deveria ser determinado em datas regulares, para evitar os desvios de rota dos colonos por outros agentes ou empresas, ainda antes do embarque. Além disso, seria necessário estabelecer um contrato com uma casa comercial de confiança, que seria encarregada pela expedição de colonos e da administração de um fundo pecuniário mantido pelo governo, para a necessidade de cobrir o valor da diferença das passagens aos Estados Unidos. Esta empresa ainda deveria ser obrigada por contrato a garantir o envio de colonos de “qualidade” e não as “fezes do povo europeu” que constantemente eram enviados.³⁸¹

Ele não considerava o adiantamento dos custos da viagem para os colonos uma maneira eficaz para estimular a imigração, pois a prática permitia a atração de pessoas solteiras, ou pais de famílias que poderiam fugir com facilidade, ou que faleciam, deixando seus parentes impossibilitados de realizar o pagamento das quantias adiantadas.³⁸² O Visconde de Abrantes, em 1846, também era da opinião que deveria se evitar a “passagem com obrigação de reembolso”, pois não haveria pagamento por parte dos colonos e, na maioria das vezes, este procedimento atraía

³⁷⁹ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta a Hermann Wendenburg, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1855. *Blumenau em Cadernos*. Tomo XXIX, abril, n° 4, 1988, p. 106.

³⁸⁰ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1856. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.10. Doc. 104.

³⁸¹ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1858. 31 de dezembro de 1858. *Blumenau em Cadernos*. Tomo II, agosto, n°8, 1959, p. 147.

³⁸² AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1856. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.10. Doc. 104.

“miseráveis e vagabundos”. Na opinião dele, o governo deveria arcar com toda a despesa, oferecendo livre passagem para atrair gente “mais honesta e útil”.³⁸³

Para Blumenau, o investimento pessoal do colono para emigrar era importante, pois considerava que “somente o imigrante autônomo ou relativamente abastado” encontraria êxito para enfrentar os incômodos e gastos dois primeiros anos de vivência na colônia.³⁸⁴ Ele considerava que deveriam ser engajados colonos que pudessem arcar com a totalidade das despesas de sua passagem, e tivessem meios para os primeiros gastos depois de estabelecidos em terras coloniais. Isto, de acordo com ele, traria maior êxito para o desenvolvimento da colônia.

2.7 Jornaleiros, empregados e proprietários

Hermann Blumenau planejava viabilizar o empreendimento colonial por meio da introdução de imigrantes que arcassem com as despesas da viagem e de seu estabelecimento na colônia. Considerava que o desenvolvimento colonial dependeria da capacidade dos colonos de se sustentarem nos três primeiros anos e do trabalho dos próprios imigrantes para o processo de derrubada da mata, “medição das sortes e estabelecimento de picadas”, além da construção de locais de recepção e hospedagem de imigrantes. Aqueles que chegassem à colônia nos anos seguintes deveriam trabalhar para os já estabelecidos, que já teria obtido melhores condições financeiras; aqueles que não estivessem empregados seriam direcionados para serviços como a construção de caminhos e pontes.³⁸⁵

Blumenau mencionava a situação do trabalho remunerado na colônia em relatórios dirigidos ao Governo Imperial. Ainda em 1850, ele solicitou dinheiro para os gastos com empregados, descrevendo as quantias pagas por dia aos trabalhadores para o serviço de demarcação de 800 braças de terra:

(a) o demarcador a 2\$400, o ajudante, da corda, a 1\$000, um homem com machado a 1\$000, dois ditos com foices a 1\$000, um cozinheiro à 800 réis e ao menos dois portadores de mantimentos (cujo valor ou preço ao menos se deve

³⁸³ ABRANTES, Visconde de. *Memórias sobre o meio de promover a colonização...*, p. 867.

³⁸⁴ BLUMENAU, Hermann B. O. *Sul do Brasil em suas referências à Emigração...*, p. 161.

³⁸⁵ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta petição, meados de dezembro de 1850. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.2 Doc. 25.

contar em 800 réis por dia) a 1\$000.³⁸⁶

Portanto, para demarcar as 800 braças a que se referiu, seriam gastos 120 dias a 10\$000 cada, totalizando 1:200\$000. A quantia gasta para o serviço era significativa se comparada com o valor de um trabalhador escravo em idade produtiva, que ele dizia custar, naquela época na província, em média de 600\$000 a 700\$000 cada.³⁸⁷ O trabalho assalariado era imprescindível para o desenvolvimento colonial, em especial para a introdução de novos colonos, pois os serviços de infraestrutura, como a derrubada da mata e demarcação dos lotes para os futuros imigrantes, exigia um número considerável de trabalhadores. No fragmento citado, evidencia-se a necessidade de homens que lidassem com o machado, que preparassem a comida, e até mesmo pessoas que transportassem os mantimentos. Eram atividades que poderiam envolver, além de trabalhadores contratados instalados em áreas próximas do Itajaí, colonos imigrantes que exerciam o trabalho a jornais, e outros que também viriam a se tornar proprietários de terras na colônia.

Em relatório que escreveu em junho de 1852, Blumenau se queixava do lento desenvolvimento dos trabalhos na colônia, devido à “falta de maior número de trabalhadores”. Mas informava ao Governo Imperial que, mesmo assim, havia feito medições, “grandes roçadas” e construído um edifício para o abrigo dos colonos.³⁸⁸ No ano seguinte, ainda se referindo ao trabalho dentro da colônia, ele afirmou que havia conseguido “convencer a maior parte” dos colonos a trabalharem por um “jornal módico” para as mesmas tarefas que os moradores das áreas próximas haviam recusado, “por preço muito mais barato que em circunstâncias ordinárias”.³⁸⁹

Em 1858, Blumenau indicou que os trabalhos para construção da casa do pastor protestante (considerada por ele uma “obra pública”) haviam custado 2:650\$000. Naquele ano, segundo ele, o valor do salário dos trabalhadores havia se mantido igual ao dos anos de 1856 e 1857, devido a um acréscimo na oferta de mão

³⁸⁶ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta petição, meados de dezembro de 1850. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.2 Doc. 25.

³⁸⁷ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais, Desterro, 21 de abril de 1848. Carta 09. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 35-45.

³⁸⁸ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório Colônia Blumenau, 25 de junho de 1852. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.4. Doc. 44.

³⁸⁹ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1853. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.5. Doc. 51; BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1853. *Blumenau em Cadernos*. Tomo I, abril, n. 6, 1958, p. 104.

de obra na colônia. Porém, não era possível reduzir os salários dos trabalhadores, pois assim, eles prefeririam “trabalhar nas suas próprias terras”.³⁹⁰ Desta forma, se uma parte das dificuldades para a implantação e administração da colônia era a escassez de mão de obra, no final da década de 1850 elas estavam atreladas também aos salários dos colonos por seus serviços, considerados altos. Em todo caso, evidencia-se a constante necessidade de trabalhadores, especializados ou não, para a execução dos trabalhos.

No ano de 1856, Hermann Blumenau atribuiu a demora da construção de pontes, estradas e benfeitorias à falta de trabalhadores qualificados, principalmente de carpinteiros.³⁹¹ Carlos Fernando Hering, pai de um jovem que emigrou para a colônia em 1854, comentou que os “artesãos de todos os ofícios” tinham a “oportunidade de ganhar um salário alto” na colônia Blumenau, ainda que não pudessem exercer sua profissão logo na chegada, pois a colônia se baseava na “agricultura, no lucro do aproveitamento do solo”.³⁹² Hering deixou claro que embora houvesse necessidade de trabalhadores qualificados na colônia, nem sempre a oferta desses serviços ocorria. Segundo ele, os trabalhadores agrícolas, ao contrário, sempre teriam trabalho remunerado como diarista para algum proprietário, ou nos jornais das obras públicas para aqueles que necessitavam de salários. Em 1858, $\frac{3}{4}$ da população da colônia Blumenau, composta por 684 indivíduos, eram exclusivamente lavradores, enquanto o restante dividia-se em 8% de “artistas e indivíduos”, e 17% de agricultores que, “ao mesmo tempo”, se empregavam “em outros ramos de indústria”.³⁹³

Dentre os imigrantes que ali se instalavam, a maioria possuía alguma profissão, chegavam sem condições de adquirir lotes ou gastavam todas as economias com a compra de terrenos. Em geral, necessitavam prestar serviços para se manter na colônia. Esta situação parecia se igualar à da colônia Dona Francisca, em que a maioria dos moradores para se sustentar tinha que trabalhar como

³⁹⁰ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1858. 31 de dezembro de 1858. *Blumenau em Cadernos*. Tomo II, julho, nº7, 1959, p. 135.

³⁹¹ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1856. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.10. Doc. 104.

³⁹² HERING, Carlos Fernando. Carta publicada no número 171, de 25 de julho de 1855, do “Weimarischen Zeitung”. *Blumenau em Cadernos*. Um documento ignorado sobre o começo de Blumenau. Tomo IV, março, n. 3, 1961, p. 53-56.

³⁹³ BRASIL. Ministério do Império. Relatório Ministro do Império. 1858, p. 2.

“diarista”, “de modo que muitos poucos” queriam ou poderiam “ter terras”.³⁹⁴

Em 1855, o colono Ernest Weise comentou que um grande número de “operários” da colônia não possuía “propriedade” para plantar alimentos, e, assim, “tudo precisam comprar”.³⁹⁵ Weise referia-se a esses “operários” como “trabalhadores de braços”, pois eram os que faziam serviços pesados, como a derrubada do mato e a lavoura. No entanto, as atividades que os colonos podiam realizar variavam, independente de possuírem lotes ou não. Alguns imigrantes que haviam adquiridos terras também necessitavam trabalhar como diaristas, pois o trabalho na lavoura não garantia lucro rápido, ainda mais aos que vinham sem prática na agricultura.

A relação de trabalho em que se encontravam os irmãos Ernest e Henrich Weise é bastante emblemática neste sentido. Em 1856, Ernest, que possuía um lote na colônia Blumenau, comentou que estava bastante satisfeito com os “operários” que havia contratado; entre eles, um “imigrante de Leipzig, de nome Koehler” designado para trabalhar em suas primeiras construções.³⁹⁶ Mesmo sendo proprietário de terras ele era arrendatário de um “sítio” particular de Hermann Blumenau, condição que já havia exercido anteriormente, administrando a “grande criação de gado, o engenho de açúcar e a fábrica de aguardente” da propriedade. O irmão Henrich, por sua vez, não possuía propriedade de terras e exercia trabalhos remunerados como diarista. Ele já havia sido empregado na propriedade pertencente ao irmão, trabalhou por cinco meses em um engenho de serra e também como capataz na “granja arrendada” por Ernest.³⁹⁷ Esta situação evidencia as possibilidades de atividades dos colonos: o mesmo indivíduo, que possuía terras e que contratava colonos para o trabalho em sua propriedade, também prestava serviços para outros proprietários. Enquanto o outro, que exercia serviços de vários tipos – capataz, serralheiro ou lavrador – aproveitava as oportunidades de trabalho que lhe eram oferecidas.

³⁹⁴ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta a Sturz, Colônia Blumenau, 10 de dezembro de 1852. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 68.

³⁹⁵ AHJFS. WEISE, Ernest. Carta aos familiares, Colônia Blumenau, 24 de maio 1856. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Carta 1. Pag. 1. Pasta 2.08 Doc. 89.

³⁹⁶ AHJFS. WEISE, Ernest. Carta aos familiares, Colônia Blumenau, 24 de maio de 1856. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Carta 1. Pag. 1. Pasta 2.08 Doc. 89.

³⁹⁷ AHJFS. WEISE, Henrich. Carta aos familiares, 24 de outubro de 1856. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Carta 4. Pag. 5. Pasta 2.08. Doc. 89.

Ao analisar o processo de colonização das regiões meridionais do Brasil, Maria Thereza Petrone enfatiza o papel de imigrantes que eram proprietários de terras. Ela considera que estes, além de cultivar sua lavoura, também desmatavam, construíam estradas e pontes. A autora, entretanto, não menciona que estas atividades eram feitas também por quem não possuía.³⁹⁸ Também Seyferth, ao tratar da colonização alemã no Vale do Itajaí Mirim³⁹⁹, não considera a complexidade das relações sociais envolvendo o trabalho na região colonial. Segundo a autora, os lotes coloniais se configuravam numa “unidade econômica”⁴⁰⁰ baseada na pequena propriedade trabalhada pela família do imigrante alemão. Esta abordagem se enquadra no que Oliveira chama de “uma história oficial tão linear e sem conflitos” que exclui a presença de “outros sujeitos históricos” como “italianos, negros, indígenas e luso-brasileiros”.⁴⁰¹

É evidente que o trabalho nos lotes rurais era essencial e base para a produção agrícola colonial, e que era realizado pelo pequeno proprietário e membros de sua família. Havia, contudo, outras atividades e outras ocupações para os trabalhadores. Conforme J. Hörmeyer, no ano de 1854, dos 146 imigrantes que adentraram a colônia Blumenau, 63 haviam se distribuído “na lavra da terra e, em parte, como empregados, diaristas”.⁴⁰² Desta forma, além de escravos – que serão mencionados adiante – havia trabalhadores contratados por donos de lotes, além daqueles que viviam com a remuneração dos jornais; havia também colonos que, mesmo possuindo terras próprias, prestavam serviços em sítios ou terrenos de outros imigrantes.

Entre os diaristas, havia muitos solteiros.⁴⁰³ Em 1853, Hermann Blumenau comentou que, na colônia, os jovens que ainda não haviam constituído família

³⁹⁸ PETRONE, Maria T. S. *O imigrante e a pequena propriedade...*, p. 17-20.

³⁹⁹ Região próxima ao Vale do Itajaí-Açú (ou Grande como era referido no século XIX). O rio Itajaí Mirim é afluente do rio Itajaí-Açú, encontrando-se próximo a desembocadura do rio em Itajaí. Atualmente se localiza Brusque e cidades próximas.

⁴⁰⁰ A autora se baseia nos estudos sobre economia camponesa, como os de SHANIN, 1971; THORNER, 1971; SOROKIN e col., 1971. Conforme Seyferth, o modelo de lote colonial estabelecido na região era descrito por THORNER, como uma unidade de produção e consumo no sistema econômico. Cf: SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-Mirim...*

⁴⁰¹ OLIVEIRA, Mariana Luiza de. *A construção da ordem na colônia Blumenau: novas representações e sujeitos para uma antiga colônia*. Monografia de Conclusão de curso de História. FURB, 2009, p. 57.

⁴⁰² HÖRMEYER, J. “A colônia blumenauense”. (Texto publicado no livro “Südbrasilien” em 1857). *Blumenau em Cadernos*. Tomo XXVIII, fev, nº 2, 1987, p. 56.

⁴⁰³ Sobre a presença de solteiros na colônia Blumenau cf: OLIVEIRA, M. L. *A construção da ordem na colônia...*

andavam trabalhando “aqui e acolá”, com o costume de ausentarem-se do núcleo, para depois retornarem e voltar a deixar a colônia por um tempo.⁴⁰⁴ Suas observações indicam não somente a presença dos colonos sem famílias, mas a constante mobilidade destes indivíduos. Em 1856, Blumenau reiteraria suas considerações sobre o comportamento dos jovens solteiros, observando que muitos deles, quando chegavam à colônia, não mereciam mais do que a comida pelos serviços prestados. Dizia que apenas após saberem “manejar o machado” sem “ferir seus próprios pés” poderiam passar a merecer os jornais que recebiam.⁴⁰⁵ Contudo, havia casos de solteiros que chegavam à colônia com recursos financeiros para adquirir sua propriedade, como o colono Julius Baumgarten, imigrante que chegou na colônia sem família constituída, e que afirmou, em 1853, possuir “quatro empregados”.⁴⁰⁶

Em 1856, Hermann Blumenau buscou na colônia Dona Francisca uma família de empregados para resolver a carência de trabalhadores no seu núcleo colonial. Na mesma ocasião ele reclamou que lhe faltava dinheiro para suprir a necessidade de “trazer 50 ou 150 pessoas trabalhadoras” também daquele núcleo.⁴⁰⁷

Todas estas considerações evidenciam a multiplicidade de demandas por mão de obra e de características de trabalhadores que atuavam na colônia. Podemos considerar que o empreendimento colonial encabeçado por Hermann Blumenau se configurou em uma experiência complexa, quando se trata de problematizar o trabalho e o acesso a terra pelos imigrantes. Os trabalhadores despossuídos e remunerados por seus trabalhos não só existiam na colônia como eram extremamente necessários, relativizando a concepção de que todos os imigrantes eram pequenos proprietários e de que “os imigrantes não encontraram jornaleiros entre seus conterrâneos para trabalhar nas suas propriedades”.⁴⁰⁸

⁴⁰⁴ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1853. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.5. Doc. 51; BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1853. *Blumenau em Cadernos*. Tomo I, abril, nº 6, 1958

⁴⁰⁵ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1856. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.10. Doc. 104; BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1856, de 10 de fevereiro de 1857. *Blumenau em Cadernos*. Tomo II, abril, n. 4, 1959, p. 70.

⁴⁰⁶ BAUMGARTEN, Julius. Carta a irmã Emília s/d. *Blumenau em Cadernos*. Tomo XXVIII. Nov/Dez. 1987. Ed. 371, nº 11-12, p. 355.

⁴⁰⁷ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta a Baumgarten, 12 de dezembro de 1853. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.5. Doc.52.

⁴⁰⁸ HERING, Maria L. R. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí...*, p. 26.

2.8 Escravos: trabalhadores “necessários”

A introdução de trabalhadores no núcleo colonial foi um procedimento que ocorreu a partir de 1850, em que o fluxo de imigrantes variava constantemente. Como visto, a mão de obra foi uma necessidade constante para a administração particular de Hermann Blumenau. Tal conveniência parece ter influenciado o proprietário na decisão de, em 1848, adquirir trabalhadores escravizados para realizarem o trabalho inicial para a instauração da colônia.

Em seu livro publicado em 1850, ele indicou que considerava a escravidão uma “indigna instituição da humanidade”, uma “mácula” e “fonte de desgraça de desmoralização” para o Brasil.⁴⁰⁹ No texto, Blumenau declarou que, no período, havia sido proibida a presença de trabalhadores escravizados em terras concedidas pelo Governo para fins de colonização.⁴¹⁰ Tratava-se da lei 514 de 28 de outubro de 1848, que fixava o orçamento para os anos de 1849 e 1850:

A cada uma das Províncias do Império ficam concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu território, seis léguas em quadra de terras devolutas, as quais serão exclusivamente destinadas á colonização, e não poderão ser roteadas por braços escravos(...).⁴¹¹

A restrição ao uso do trabalho escravo em terras concedidas para colonização já estava sendo estabelecida em outras experiências coloniais, como o caso de Dona Francisca, na região norte da Província de Santa Catarina, que continha em seu contrato de formação a determinação de que além da “venda a retalho de bebidas espirituosas” era “absolutamente proibido o emprego de braços escravos na Colônia”.⁴¹² Anteriormente, em 1841, o contrato de constituição da Colônia Industrial do Saí, também no norte da província, proibia “a aquisição de escravos, bem como o

⁴⁰⁹ BLUMENAU, Hermann B. O. *Sul do Brasil em suas referências à Emigração...*, p. 57.

⁴¹⁰ BLUMENAU, Hermann B. O. *Sul do Brasil em suas referências à Emigração...*, p. 57.

⁴¹¹ BRASIL. Coleção das Leis do Império de 1848. Tomo X. Parte I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1849, p. 35-36. Disponível em:

http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/legimp-34/Legimp-34_4.pdf

⁴¹² BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1850. Tomo XI. Parte I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1851, p. 25. Disponível em:

http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-36_4.pdf

emprego de seu serviço nas terras e oficinas coloniais”.⁴¹³

O próprio Hermann Blumenau, em 1848, também havia sugerido na proposta enviada à Província, a proibição da presença de escravos em terras concedidas pelo governo.⁴¹⁴ Em 1850, dirigindo-se ao governo de Santa Catarina, ele reiterou que julgava necessária a proibição “[d]o emprego e [d]a posse de escravos nas terras da Colônia”.⁴¹⁵

Não obstante o posicionamento expresso, havia questões de ordem prática com as quais ele tinha de lidar. Para assegurar a posse das terras que receberam do governo provincial em 1848, Blumenau e Hachradt precisavam preparar os lotes, demarcando e cultivando-os; para isso, necessitavam de mão de obra para a derrubada e queima da mata que ocupava toda a extensão das terras, e para construir as benfeitorias necessárias, como engenhos, serrarias e moradias. Ainda em 1848, Blumenau recebeu de seu pai – por meio do irmão Julius - a quantia de 4.000 Thalers. Este dinheiro foi utilizado para resolver tal falta com a “aquisição de alguns pretos” para o andamento dos trabalhos. De acordo com Blumenau, ele e o sócio tinham “pouca vontade” de comprar escravos, mas haviam realizado o negócio por não haver outra maneira de obter mão de obra barata e eficiente, pois os trabalhadores cobravam “salários elevados” e eram instáveis, não dando garantias de recontração.⁴¹⁶ Suas relutâncias são expressas na carta que escreveu em 1848:

Quando Hackradt seguiu ao Rio para buscar o dinheiro, resolvemos que traria também alguns negros, e assim ele arranhou quatro homens e uma mulher, que sabe cozinhar, lavar e passar roupa. Estes negros custaram-nos, inclusive viagem etc., 2:700\$000 o que não representa má compra. Ambos nós tínhamos pouca vontade para tal solução, mas não vimos outra saída. Somos agora donos destes negros, e com esperanças de não passar mal com esta aquisição, sendo que, com exceção de um que pode ter os seus 38 a 40 anos, eles são jovens, fortes e com boa saúde. O preço aqui na região é de 600\$000 a 700\$000 para cada.⁴¹⁷

⁴¹³ PIAZZA, Walter. *A colonização de Santa Catarina...*, p. 117.

⁴¹⁴ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Requerimento e projeto para a Assembleia da Província de Santa Catarina”. 1848. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02. Doc. 06; Artigos fundamentais para estabelecimento colonial em SC. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.1 Doc. 15.

⁴¹⁵ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta petição, meados de dezembro de 1850. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.2. Doc. 25.

⁴¹⁶ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais, Desterro, 21 de abril de 1848. Carta nº 09. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 35-45.

⁴¹⁷ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais, Desterro, 21 de abril de 1848. Carta nº 09. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 35-45.

Parece que Blumenau tinha restrições, talvez morais, ao negócio que fizera. Para Richter, os interesses econômicos em jogo e a força das circunstâncias tornaram a “consciência” de Hermann Blumenau “maleável” e o levaram a comprar os escravos.⁴¹⁸ Como vimos anteriormente, em cartas enviadas a Johann Jacob Sturz entre 1846 e 1847, ele se referia à escravidão no Brasil, sem, entretanto, ter rechaçado de forma contundente o trabalho escravo; ao contrário, ele expressava um posicionamento incerto, solicitando ao cônsul, que tendia a criticar veementemente a instituição da escravidão, que deixasse o assunto “em paz”.⁴¹⁹ Certamente ele fazia isto para não gerar algum desconforto nas autoridades brasileiras e comprometer os negócios que pretendia fazer. Segundo Voigt e Salomon, o cônsul considerou a compra de escravos feita por Blumenau como uma “grande traição aos ideais contra o latifúndio e o trabalho escravo”.⁴²⁰

Contudo, Blumenau refletia sobre as vantagens de ter feito uma boa compra em termos econômicos. Assim, mesmo tendo defendido a proibição da utilização do trabalho de escravos nas áreas cedidas pelo governo para colonização, ele adquiriu cinco escravos para o trabalho em seu empreendimento agrícola no Itajaí, pois o investimento com a compra destes trabalhadores traria lucros ao seu negócio:

Pretendemos empregar um ou dois dos nossos negros no serviço da serraria, se entretanto, forem incapazes a tal atividade, teremos de contar com uma dúzia de tábuas a menos para cobrir as despesas diárias com o emprego de dois trabalhadores brancos, restando, então um lucro diário de 12\$500, em 300 dias, portanto, 3:600\$000, sendo que, na primeira hipótese, poderíamos contar com 4:800\$000 ao ano. Mesmo com outras despesas imprevistas, deverão restar 3:000\$000 a 4:000\$000 de lucro.⁴²¹

Hermann Blumenau calculava os lucros que iria obter com o trabalho escravo, superiores em $\frac{1}{4}$ ao que teria se precisasse utilizar “trabalhadores brancos”. Segundo ele, Hackradt estava descontente com os trabalhadores contratados para os trabalhos iniciais de derrubada da mata e construção de benfeitorias, pois estes

⁴¹⁸ RICHTER, Klaus. *As raízes de Blumenau...*, p. 36.

⁴¹⁹ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta a Stuz, 14 de setembro de 1846. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 40.

⁴²⁰ SALOMON, Marlon J.; VOIGT, André F. Colonização Alemã e Escravidão no Vale do Itajaí. In: FERREIRA, Cristina; FROTSCHER, Méri (Org). *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000, p. 49.

⁴²¹ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais, Desterro, 21 de abril de 1848. Carta 09. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 35-45.

cobravam 154 réis por dia, e trabalhavam “muito pouco”.⁴²² Blumenau comentou também que o valor cobrado pelos construtores era alto – haviam contratado dois americanos para o serviço – cerca de 1:350\$000, que deveriam ser somados ao custo do material de construção, e o valor destinado aos gêneros alimentícios que ainda não eram produzidos no empreendimento.⁴²³ Desta forma, para dar seguimento à empresa, era necessário contratar trabalhadores para serviços como derrubada da mata, e ainda pessoas especializadas para construção de engenhos e serrarias. Em 1848, a compra de trabalhadores escravizados foi a saída encontrada por Hermann Blumenau e o sócio Hackradt para diminuir os custos do trabalho de implantação do empreendimento.

No livro em que buscava promover a emigração alemã para terras brasileiras, editado na Alemanha em 1850, Blumenau comentou sobre a necessidade e valorização de mão de obra especializada no Brasil.

Se ele [imigrante] for para o interior, onde a mão de obra especializada é mais escassa, conseqüentemente seu trabalho será melhor [sic] remunerado e mais respeitado, pois o conceito de que o trabalho manual é indigno para o branco já desapareceu há muito tempo no Brasil. Portanto, um bom trabalhador encontrará serviço e, em todo lugar, receberá um bom salário, sem que por isso seja comparado aos escravos, conforme afirma aqui e acolá. Caso trabalhe numa mesma oficina na companhia de escravos, será melhor [sic] remunerado e obterá uma posição privilegiada perante seu patrão, pois é livre como ele e se esta oficina não for do seu gosto, encontrará outra que lhe agrade mais.⁴²⁴

Não é possível afirmar se Blumenau realmente acreditava na ideia de que no Brasil o trabalho manual não era considerado indigno para os brancos. Ainda mais considerando o que ressalta Petrone, para quem, naquele período, havia um temor geral de que os imigrantes se influenciassem com a ideia difundida na sociedade escravocrata que, ao contrário dos camponeses europeus, considerava que o trabalho na terra e os ofícios manuais não fossem atividades nobres.⁴²⁵ Mas é certo que Blumenau buscou promover uma boa impressão aos imigrantes que possuíam profissão especializada, e estavam propensos a migrar para o Brasil. Devido a isto,

⁴²² AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais, Desterro, 21 de abril de 1848. Carta 09. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 35-45.

⁴²³ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta aos pais, Desterro, 21 de abril de 1848. Carta 09. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 35-45.

⁴²⁴ BLUMENAU, Hermann B. O. *Sul do Brasil em suas referências à Emigração...*, p. 49.

⁴²⁵ PETRONE, Maria T. S. *O imigrante e a pequena propriedade...*, p. 39.

buscou valorizar o trabalho destes ofícios no país, contrapondo a pouca importância dada ao trabalhador escravizado aos privilégios que seriam dados ao imigrante, pois para ele, este trabalhador era “livre” como o patrão.

Em 1846 o Visconde de Abrantes considerou que os imigrantes de origem germânica tinham “repugnância á escravidão”, mas, ao mesmo tempo, se opunham à “opinião abolicionista”, pois a abolição acarretaria “mudanças na ordem estabelecida”.⁴²⁶ No texto publicado em 1850, mesmo considerando a escravidão uma “mácula”, ele buscou relativizar a situação do Brasil, enfatizando o “pouco rigor” no tratamento dado aos escravos quando comparado a outros países.⁴²⁷ As considerações de Blumenau sobre o tratamento ameno dado aos escravos no Brasil confirmam o que observaram Voigt e Salomon, para os quais a ênfase no tratamento dado ao trabalhador escravo procurava amenizar o “problema moral” que a escravidão podia constituir para os imigrantes. O problema deixou de ser a “própria escravidão” e passou a ser o “tratamento dado pelo senhor ao seu escravo”. A boa relação com o escravo destituía a concepção de injustiça e possibilitava relativizar o compromisso de combater a instituição. Os autores chamam a atenção para o fato de esta “nova moral” ter tornado a escravidão algo “possível para o imigrante”.⁴²⁸ Neste sentido, Hermann Blumenau chegou a considerar que os escravos no Brasil tinham uma vida melhor que muitos “servos na Alemanha”.⁴²⁹

Fosse pela “consciência apaziguada”, fosse porque a necessidade de trabalhadores ainda era manifesta, em 1852, Blumenau comprou “novos cinco” escravos, para substituir aqueles que haviam morrido enquanto esteve na Europa, no valor de 3:500\$000, quando já havia sido desfeita a sociedade com Hackradt.⁴³⁰ Tais considerações chamam a atenção para as ambivalências presentes nas relações que imigrantes estabeleceram com a escravidão e com os escravos, ainda que tais relações, por muito tempo, tenham sido silenciadas ou negadas pela historiografia.

Com efeito, parte significativa da produção historiográfica sobre o tema argumenta que a presença de trabalhadores escravizados em colônias de imigração

⁴²⁶ ABRANTES, Visconde de. *Memórias sobre o meio de promover a colonização...*, p. 834.

⁴²⁷ BLUMENAU, Hermann B. O. *Sul do Brasil em suas referências à Emigração...*, p. 57.

⁴²⁸ SALOMON, Marlon J.; VOIGT, André. F. *Colonização Alemã e Escravidão...*, p. 55.

⁴²⁹ BLUMENAU, Hermann B. O. *Sul do Brasil em suas referências à Emigração...* p. 57.

⁴³⁰ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta a Sturz, Blumenau, 10 de dezembro de 1852. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 65.

alemã era ínfima, ou não existia, buscando desvincular a história da imigração da história da escravidão, associando a primeira à liberdade e à constituição da pequena propriedade.

Em um estudo sobre a história do Vale do Itajaí, Maria Luiza Renaux Hering se dedica a estudar o desenvolvimento industrial e econômico da região. Com o recorte temporal que inicia em meados do século XIX e se estende até a década de 1960, não menciona a presença de trabalhadores escravos na região durante o período de experiência colonial, enfatizando o trabalho dos imigrantes na lavoura e principalmente a atividade comercial importadora e exportadora, estas relacionadas ao desenvolvimento da indústria.⁴³¹ Da mesma forma, Giralda Seyferth, ao analisar o desenvolvimento interno colonial, dedica especial atenção às relações econômicas e de trabalho entre as famílias imigrantes, sem mencionar a presença de trabalhadores escravos.⁴³²

Estudos sobre a Colônia Dona Francisca como o de Elly Herkenhoff, enfatizam que o governo da Província de Santa Catarina tomava “providências para tornar sempre mais dispendiosa a manutenção de escravos”, aplicando impostos de 40\$000 sobre cada escravo importado para a província. A autora considera, ainda, que a presença de escravos na região norte de Santa Catarina se limitava “aos arredores das terras do Príncipe de Joinville”. Quando relata a existência de “um ou outro” escravo estabelecido na “própria cidade”, diz que seus proprietários eram nacionais, desvinculando a posse de escravos de imigrantes alemães.⁴³³

Alguns autores que estudaram o desenvolvimento colonial na região, como José Ferreira da Silva, que se dedicou à Colônia Blumenau, buscou desvincular a imagem da escravidão do processo de colonização alemã na localidade, principalmente em relação à personagem de Hermann Blumenau.⁴³⁴ Para Walter Piazza a “única venda de escravo” que ocorreu no interior da província, foi realizada na propriedade de Hermann Blumenau, mas quando ele estava ausente.⁴³⁵

Como vimos, embora houvesse legislação restringindo a utilização de mão de

⁴³¹ HERING, Maria Luiza Renaux. *Colonização e indústria...*

⁴³² SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí-mirim...*

⁴³³ HERKENHOFF, Elly. Escravos Joinvillenses. *Blumenau em Cadernos*. Subsídios Históricos, Tomo XXI, nov/dez, n. 11/12 1980, p. 347-350.

⁴³⁴ Cf: SILVA, José F. *História de Blumenau...*; SILVA, José F. *O Doutor Blumenau...*

⁴³⁵ PIAZZA, Walter. *A escravidão negra numa província periférica*. Florianópolis: Garapuvu, 1999, p. 56.

obra escrava em terras coloniais, os escravos lá estiveram – pelo menos nas terras adquiridas por Blumenau e Hackradt. O projeto de colonização escrito por Blumenau em 1848, que impunha punição com multas a colonos que mantivessem trabalhadores escravos em suas terras, não o impediu de adquirir trabalhadores “negros” para realizar as tarefas necessárias para implantar seu empreendimento e assegurar a sua posse.⁴³⁶

Ainda que parte importante da historiografia sobre a colonização no Vale do Itajaí não mencione a presença escrava, ou considere que ela esteve restrita a áreas de entorno das colônias, ou registre que os escravos pertenciam a nacionais que se estabeleciam nas áreas coloniais, alguns trabalhos mais recentes colocam em xeque estas considerações. Entre tais estudos, o realizado por Voigt e Salomon, que mostra que o trabalho de escravos foi utilizado entre os colonos, informando que na região do vale, havia 11 proprietários com a posse de 14 trabalhadores escravos.⁴³⁷ Em relação ao núcleo colonial Blumenau, os autores consideram que houve uma “canonização” do documento da proposta de colonização produzida por Blumenau em 1848, que proibia a presença de escravos em terras coloniais. Neste sentido, cristalizou-se a ideia de que naquela colônia não havia a presença escravos. Tal produção busca estabelecer relação entre o trabalho escravo e o desenvolvimento das regiões de colonização, e critica a historiografia que dissocia a história da escravidão e a história da imigração e colonização estrangeira, sobretudo na região meridional do Brasil.⁴³⁸

Embora a introdução de imigrantes alemães tenha sido significativa no processo de colonização da região do Vale do Itajaí, o trabalho escravo era realidade nas regiões coloniais. Como exemplo, podemos lembrar que o colono Francisco Sallentien, em três anos de permanência – 1852 e 1855 – na região do Vale do Itajaí

⁴³⁶ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Requerimento e projeto para a Assembleia da Província de Santa Catarina”. 1848. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02 Doc 06; Artigos fundamentais para estabelecimento colonial em SC. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.1. Doc 15.

⁴³⁷ Os autores compuseram uma lista de colonos imigrantes que possuíram escravos na região do vale do Itajaí: Peter Müller, Johann Adam Schmitt e Bernard Haendchen com 2; Johann Schneider, Jakob Müller, Anton Haendchen, Peter Werner, Antonio Werner, Anna Genser, Theodoro Deck e Wilhelm Asseburg com 1. Cf: SALOMON, Marlon J; VOIGT, André F. *Colonização Alemã e Escravidão...*, p. 52-53.

⁴³⁸ SALOMON, Marlon J; VOIGT, André F. *Colonização Alemã e Escravidão...*, p. 45. Além destes autores também referiram estes aspectos: OLIVEIRA, Mariana Luiza de. *A construção da ordem...*; FERREIRA, Cristina; KOEPEL, Daniel F. *Representações da cidade...*

já possuía escravos.⁴³⁹ O colono escreveu à irmã em 1854 dizendo que estava satisfeito com a eficiência de seu escravo, que chamava de “empregado negro”, pois a noite ele providenciava água para dentro de casa, o que era de muita ajuda. Na mesma carta dizia também que ele e a esposa haviam decidido não contratar nenhuma empregada para os serviços da casa, para se sentirem mais “à vontade” e para economizar.⁴⁴⁰ Este exemplo ressalta a impossibilidade de desvincular o trabalho escravo e o processo de colonização da região, mesmo considerando que não se tratava aqui da constituição de grandes plantéis de escravos ou da escravidão em grande escala.

Os imigrantes que afluíram para aquela região certamente lidaram com desafios específicos e a partir deles se posicionaram e agiram em relação à escravidão. Entre eles, Hermann Blumenau que, na implantação de seu empreendimento, teve de reconhecer a importância – e a lucratividade – do trabalho realizado por escravos, uma vez que o trabalho livre era restrito e caro. Ao mesmo tempo, para incentivar a emigração de alemães para o Brasil – com o argumento de que trabalho especializado realizado por “brancos” poderia se tornar mais acessível e barato – destacava a superioridade do trabalho realizado por homens livres. Segundo Voigt e Salomon, a experiência de Hermann Blumenau não se enquadra somente no “signo de contradição”, mas converge para sua compreensão a partir de suas afirmações contrárias, passíveis de um “alemão liberal do século XIX”. Enquanto ele se encontrava à frente da empresa colonial, o uso do trabalho escravo “era uma alternativa racionalmente aceita”, porém, perante os debates sobre as políticas de imigração, a escravidão “tornava-se uma instituição a ser combatida”.⁴⁴¹

Ao acompanharmos a trajetória de Hermann Blumenau dando atenção especial à sua atuação no processo de imigração e colonização estrangeira no Brasil, percebemos aspectos distintos daqueles indicados tradicionalmente pelos estudos da imigração, entre eles, a ausência de trabalhadores escravos em núcleos coloniais. As opiniões expressadas por Blumenau sobre a instituição da escravidão e a utilização de mão de obra escrava em suas terras não reforçam tal modelo interpretativo. Segundo Levi, a experiência de uma trajetória pode ser considerada

⁴³⁹ SALOMON, Marlon J; VOIGT, André F. *Colonização Alemã e Escravidão...*, p. 53.

⁴⁴⁰ SALLENTIEN, Franz. Carta a irmã Luise, Itajaí, 28 de agosto de 1854. *Blumenau em Cadernos*. Tomo XXV, Set. n. 9, 1984, p. 283.

⁴⁴¹ SALOMON, Marlon J; VOIGT, André F. *Colonização Alemã e Escravidão...*, p. 44.

por vicissitudes inerentes a um contexto com um sistema de normas que regem a ação humana, mas que estas constantemente são interpretadas ou negociadas pelos sujeitos que atuam no contexto. Pois se trata de um processo que se articula no “desacordo entre regras e práticas” e também em “incoerências” inevitáveis da própria regra.⁴⁴²

No caso de Blumenau, ele estava diante de uma legislação que proibia a presença de trabalho escravo em colônias de imigração, mas o êxito da empresa instalada no Itajaí dependia da disponibilidade de trabalhadores para a derrubada da mata, e construção das benfeitorias necessárias. Sendo assim, Hermann Blumenau mesmo com a proibição da escravidão em colônias, buscou alcançar o desenvolvimento da colônia, como havia planejado; a compra de escravos foi uma das estratégias de encontrar meios mais lucrativos para dar andamento ao seu empreendimento.

2.9 Empréstimos e dívidas: que o governo tome o negócio em suas mãos

Desde 1846, Hermann Blumenau buscava apoio financeiro na Alemanha e com o Governo Imperial brasileiro, primeiramente para dar início ao empreendimento de colonização, depois para conseguir mantê-lo em funcionamento. Na Alemanha, ele manteve relações com “pessoas bem situadas”⁴⁴³ – como os membros da família Schröder⁴⁴⁴ e Sturz.⁴⁴⁵ Em 1849, também se dirigiu a autoridades do governo prussiano solicitando auxílios⁴⁴⁶ para “mandar medir” as terras e preparar para a colonização.⁴⁴⁷

Blumenau solicitava auxílios também do governo imperial brasileiro. Em 1850

⁴⁴² LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 179-180.

⁴⁴³ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta a mãe, Berlim, 2 de março de 1849. Carta 15. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 57-58.

⁴⁴⁴ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta a mãe, Berlim, 2 de março de 1849. Carta 15. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 57-58.

⁴⁴⁵ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta a Sturz, Hassefelde, 25 de abril de 1849. In: VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 60.

⁴⁴⁶ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta a mãe, Berlim, 2 de março de 1849. Carta 15. Doc. 01 – 2.3.4.1.1, p. 57-58.

⁴⁴⁷ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta a Götter, Desterro, 5 de agosto de 1848. Carta 11. Doc.1 – 2.3.4.1.1, p. 48-51.

pediu permissão para o desembarque dos colonos na barra do rio Itajaí⁴⁴⁸ e se buscou angariar vantagens que o governo havia concedido a outros empreendedores de colônias, como o adiantamento das passagens dos imigrantes que trazia da Alemanha,⁴⁴⁹ e a permissão para transportá-los pelo porto da cidade de São Francisco, já concedida à Colônia Dona Francisca.⁴⁵⁰

Mas a Blumenau interessava, sobretudo, os auxílios financeiros. No mesmo ano de 1850, dirigindo-se a D. Pedro II, Blumenau se queixava dos obstáculos colocados pelos políticos da Prússia, rogando uma posição diferente do governo brasileiro: que este lhe concedesse o investimento necessário para a colônia.⁴⁵¹ Em suas cartas, ele descrevia os planos para o empreendimento e dizia que era urgente a colonização em regiões destituídas de uma “população trabalhadora e industriosa”, como Santa Catarina. Para ele, o Império deveria viabilizar sua empresa, pois não poderia continuá-la sem os “socorros pecuniários” do governo.⁴⁵²

O pedido de empréstimo ao governo imperial foi apoiado pelo presidente da Província – Antero de Brito – que o remeteu ao Conselho de Estado e Ministério do Império.⁴⁵³ O texto de apresentação do pedido informava que Blumenau teria

⁴⁴⁸ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta petição ao Imperador, Itajaí, 10 de dezembro de 1850. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 2.2. Doc. 25. Este pedido não consta no contrato firmado entre Blumenau e o Governo Imperial de 1851, mas é certo que também foi acatado, pois em 1856, ele afirmou que a chegada das embarcações “Walter”, “Harriet e Molly” e “Friedrich VII” no porto de Itajaí, indicava que o local era seguro para navios pequenos e de médio porte. Cf: AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório anual sobre os acontecimentos e progresso da Colônia Alemã Blumenau no ano de 1856. Fins de janeiro de 1857. Relatório 1856. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Documento 2.3.4.1.2.

⁴⁴⁹ AHJFS. Visconde de Montalegre a Visconde de Olinda em que relata pedido de auxílio de Hermann Blumenau para formação de colônia. Rio de Janeiro, 4 Sessão, Ministério dos Negócios do Império, 9 de janeiro de 1851. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 2.3. Doc. 34.

⁴⁵⁰ A permissão de transportar imigrantes pelo porto da cidade de São Francisco foi estabelecida pelo Decreto 537 de 15 de maio de 1850. BRASIL. Coleção das leis do Império do Brasil de 1850. Tomo XI. Parte I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, s/d. Disponível em: http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-36_4.pdf. Blumenau expressa sua demanda em: AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta petição ao Imperador, Itajaí, 10 de dezembro de 1850. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 2.2. Doc. 25.

⁴⁵¹ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta petição ao Imperador, Itajaí, 10 de dezembro de 1850. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 2.2. Doc. 23. Cf: Um documento interessante. *Blumenau em Cadernos*. Tomo VII, nº7, Julho, 1964, p. 147-152; Uma petição do Dr. Blumenau. *Blumenau em Cadernos*. Tomo X, nº 8, Agosto, 1969, p. 156-159.

⁴⁵² AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta petição, meados de dezembro de 1850. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.2 Doc. 25.

⁴⁵³ AHJFS. Requerimento Visconde de Montalegre a Visconde de Olinda em que relata pedido de auxílio de Hermann Blumenau para formação de colônia. Rio de Janeiro, 4º Sessão, Ministério dos Negócios do Império, 9 de janeiro de 1851. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 2.3. Doc. 34.

contratado a passagem de 50 famílias, totalizando 225 indivíduos.⁴⁵⁴ Seu pedido estava de acordo com o artigo 18 da lei n. 601 de 1850⁴⁵⁵ que autorizava o Governo a introduzir “colonos livres para serem empregados” em *Estabelecimentos Agrícolas*, ou nos trabalhos sob Administração Pública, ou na *formação de Colônias* “à custa do Tesouro”.⁴⁵⁶ O argumento de Blumenau para a utilização dos termos desta lei se embasava na necessidade de instalação de uma colônia de imigrantes em Santa Catarina.⁴⁵⁷

A solicitação foi atendida em 1851, quando Blumenau recebeu do governo imperial um empréstimo no valor de 10:000\$000⁴⁵⁸ e deu em garantia suas terras à margem do rio Itajaí,⁴⁵⁹ com o compromisso de introduzir duzentos colonos no seu “estabelecimento”.⁴⁶⁰ Com a quantia proveniente do empréstimo, Hermann Blumenau adquiriu no Rio de Janeiro “utensílios e utilidades para a sua colônia”,⁴⁶¹ que foram embarcados no veleiro “Novo Mello” e seguiu para Santa Catarina. Por

⁴⁵⁴ AHJFS. Requerimento Visconde de Montalegre a Visconde de Olinda em que relata pedido de auxílio de Hermann Blumenau para formação de colônia. Rio de Janeiro, 4º Sessão, Ministério dos Negócios do Império, 9 de janeiro de 1851. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 2.3. Doc. 34.

⁴⁵⁵ Assim mencionava o relator que encaminhou a solicitação de Blumenau ao Conselho de Estado e Ministério do Império. AHJFS. Requerimento Visconde de Montalegre a Visconde de Olinda em que relata pedido de auxílio de Hermann Blumenau para formação de colônia. Rio de Janeiro, 13 Sessão, Ministério dos Negócios do Império, 9 de janeiro de 1851. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 2.3. Doc. 34.

⁴⁵⁶ BRASIL. Coleção das leis do Império do Brasil de 1850. Tomo XI. Parte I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, [s/d], p. 307. Disponível em:

http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Legimp-36_26.pdf. Grifo meu.

⁴⁵⁷ AHJFS. Requerimento Visconde de Montalegre a Visconde de Olinda em que relata pedido de auxílio de Hermann Blumenau para formação de colônia. Rio de Janeiro, 13 Sessão, Ministério dos Negócios do Império, 9 de janeiro de 1851. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 2.3. Doc. 34.

⁴⁵⁸ O valor do empréstimo deveria ser pago da seguinte forma: os dois primeiros no valor de 3:000\$000, e o terceiro de 4:000\$000, por letras a dois, três, e quatro anos. A primeira Letra no valor de 3:000\$000 teria vencimento em 15 de maio de 1855, a segunda em 15 de maio de 1856 e a última de 4:000\$000 em 15 de maio de 1857. Cf: AHJFS. Letras aceitas por Hermann Blumenau em 25 de maio de 1852, referente empréstimo de 10:000\$000. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 2.4. Doc. 43.

⁴⁵⁹ Documento de Visconde de Mont’Alegre a Joaquim José Rodrigues Tavares sobre empréstimo de 10:000\$000 a Hermann Blumenau para fundar colônia alemã em terras de sua propriedade. *Blumenau em Cadernos*. Tomo XXII, jan. 1981, n. 2 e 3, p. 2; AHJFS. Documento de Visconde de Montalegre a Hermann Blumenau sobre fundação da colônia em terras de sua propriedade. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 2.3. Doc. 33.

⁴⁶⁰ AHJFS. Termo de contrato e ajuste entre Hermann Blumenau e Governo Imperial para a importação de 200 imigrantes. 21 de fevereiro de 1851. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 2.3. Doc. 36.

⁴⁶¹ Segundo Silva, “a carga pertencente ao Dr. Blumenau era de 11 barris e 6 caixas e 3 garrafões. As caixas continham um tacho de ferro, um braço de balança, um rolo de folha de chumbo, 6 feixes de ferro, 2 pesos do mesmo metal, 4 barras inteiras também de ferro, uma caldeira de cobre, 4 barris com plantas, um fardo de algodão, três canudos de estanho e de cobre”. Cf: SILVA, José Ferreira da. Luz sobre sombras da nossa História. *Blumenau em Cadernos*. Tomo VIII, nov., n. 4, 1966, p. 62.

azar do proprietário, a carga foi apreendida por um navio de guerra inglês, que suspeitou que a embarcação traficasse escravos. Segundo Silva, essa apreensão causou a Blumenau um prejuízo de 3:712\$500.⁴⁶² Restara, portanto, cerca de 6:000\$000, pouco mais da metade do valor do empréstimo; uma quantia bastante inferior aos 19:500\$000 considerados por ele necessários para o funcionamento da colônia do primeiro ano.⁴⁶³

Certamente Blumenau teria dificuldade para pagar a dívida. Em 1853, logo após o primeiro empréstimo, ele reiterara a falta de “capital pecuniário” para o desenvolvimento do empreendimento; ele dizia que o empréstimo não seria suficiente, e a situação só poderia ser contornada se o “governo tomasse esses negócios inteira e diretamente em sua mão”, ou seja, assumisse definitivamente a colônia para si.⁴⁶⁴ Isso só ocorreria no ano de 1860. Antes disto, em 1855, devido às dívidas e à falta de dinheiro na colônia, Blumenau contratou outro empréstimo com o governo, em condições que ele considerou satisfatórias, pois ficaria “livre de escritas, formalidade, exigências” de juízes e funcionários provinciais.⁴⁶⁵

O empréstimo previa o adiantamento sem juros de 85:000\$000, entregues em sete parcelas anuais,⁴⁶⁶ e multa de 4:000\$000 pelo não cumprimento do contrato e hipoteca de mais uma de suas fazendas com todas as benfeitorias. Em contrapartida, Hermann Blumenau se comprometia a introduzir, em 10 anos, 4000 pessoas na colônia, abrir uma estrada entre as províncias do Paraná e Rio Grande⁴⁶⁷ e estabelecer neste caminho pequenos núcleos para abrigo dos viajantes. Além de preparar a recepção dos colonos e conservar em bom estado a estrada que ligava a colônia ao porto de Itajaí.⁴⁶⁸

⁴⁶² SILVA, José F. *Luz sobre sombras da nossa História...*, 62.

⁴⁶³ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta petição ao Imperador, Itajaí, 10 de dezembro de 1850. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 2.2. Doc. 25.

⁴⁶⁴ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1853. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.5. Doc. 51; BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1853. *Blumenau em Cadernos*. Tomo I, abril, n. 6, 1958, p. 104.

⁴⁶⁵ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Superintendente Baumgarten, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1855. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.7 Doc. 75.

⁴⁶⁶ AHJFS. Termo de ajuste e contrato entre Hermann Blumenau e o Governo Imperial. Rio de Janeiro, Repartição Geral das Terras e Colonização, 17 de abril de 1855. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 2.7.1. Doc. 71.1.

⁴⁶⁷ Aviso número 3 ao Diretor Geral Interino das Terras Públicas. Império. Repartição das terras públicas, em 21 de abril de 1855. In: IOTTI, 2001, p. 178.

⁴⁶⁸ AHJFS. Termo de ajuste e contrato entre Hermann Blumenau e o Governo Imperial. Rio de Janeiro, Repartição Geral das Terras e Colonização, 17 de abril de 1855. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 2.7.1. Doc. 71.1.

De acordo com o relatório do Ministério do Império de 1855, Blumenau cumpriu a exigência do empréstimo que recebera em 1851, pois introduzira 309 imigrantes na colônia, quando era obrigado a instalar 200.⁴⁶⁹ O fato de ter introduzido mais gente que o estipulado em 1851, viabilizou o empréstimo de 1855.⁴⁷⁰ O número de pessoas introduzidas na colônia influenciava futuras contratações de empréstimos e também recebimento de “prêmios” por imigrantes introduzidos. Estes “prêmios” eram pagos pelo governo imperial, e, segundo Blumenau, eram “recompensas” por seus “trabalhos e fadigas” pela colonização.⁴⁷¹

Blumenau se interessava no pagamento feito por imigrante introduzido pelo governo imperial. Em 1850, ele reivindicou receber tal “indenização”, não só pelos colonos que levasse para sua colônia, mas “por todos” que se fixassem nas margens dos rios Itajaí Grande e Mirim.⁴⁷² De fato, muitos dos colonos não se fixavam na colônia e, às vezes, nem em áreas próximas a ela e isto frustrava os planos de Blumenau, de ser remunerado pelos imigrantes que chegavam.⁴⁷³

O pagamento dos prêmios por colonos – além da venda de terras, e ressarcimento dos adiantamentos –era um dos meios de cobrir as despesas coloniais. Mas o valor de 30\$000, pago por colono entre dez e 45 anos, e 20\$000 para os com cinco a dez anos, segundo Blumenau, não cobria as despesas reais com cada imigrante que, segundo ele, chegava a 110\$000 a 140\$000.⁴⁷⁴ Além disso, enquanto não pagasse a dívida contraída em 1851, todo o montante dos prêmios

⁴⁶⁹ Segundo as informações contidas no relatório do Ministério do Império de 1855, no ano de 1851 entraram 17 pessoas, 1852 foram trazidas 8, 1853 acrescentaram 110, e em 1854, 146 imigrantes, totalizando 309 colonos. Os dados eram compostos pelos relatórios anuais enviados pelo empresário. Cf: BRASIL. Ministério do Império. Documentos anexos do Ministério do Império apresentado á Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Nona Legislatura pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios do Império Luis Pedreira do Coutto Ferraz. Repartição Geral das Terras Públicas – Colônias – Província de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1855, p. 27.

⁴⁷⁰ AHJFS. Termo de ajuste e contrato entre Hermann Blumenau e o Governo Imperial. Rio de Janeiro, Repartição Geral das Terras e Colonização, 17 de abril de 1855. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 2.7.1. Doc. 71.1.

⁴⁷¹ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta petição ao Imperador, Itajaí, 10 de dezembro de 1850. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 2.2. Doc. 25.

⁴⁷² AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta petição ao Imperador, Itajaí, 10 de dezembro de 1850. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 2.2. Doc. 25.

⁴⁷³ Em 1857, ele fez outro pedido, este endereçado Otto de Luca Muller, para que “o pagamento dos prêmios” fosse estendido a “todos os colonos” que viessem por seu intermédio. MULLER, Otto L. de Lucca. Carta a Blumenau, Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1857. In: Blumenau em Cadernos, Tomo XXI, fev., n. 2, 1980, p. 41.

⁴⁷⁴ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1858. 31 de dezembro de 1858. *Blumenau em Cadernos*. Tomo II, agosto, n°8, 1959, p. 149.

ficaria retido para abatê-la.⁴⁷⁵ Em 1858, Hermann Blumenau havia solicitado ao governo o aumento no valor dos prêmios, argumentando que a quantia era “justa”, pois se equiparava com as pagas à Sociedade Central de Colonização.⁴⁷⁶ O pedido foi atendido, os prêmios foram aumentados, ainda que não se possa saber de quanto foi o aumento.

Mesmo com os empréstimos e com o pagamento dos prêmios por colonos, a situação financeira da colônia em 1859 não era das melhores. Em 1856, Blumenau confessara que os “cálculos” que havia feito sobre a quantia necessária para o desenvolvimento da colônia eram falhos, pois os preços dos mantimentos e dos jornais dos trabalhadores tinham dobrado de valor, e em alguns casos até triplicado.⁴⁷⁷ Em 1858, se queixava do rendimento de “apenas” 8:000\$000 da venda de terras; reclamava também que não recebia o ressarcimento dos adiantamentos feitos aos colonos e nem os podia cobrar, pois isso os afugentaria.⁴⁷⁸

A dificuldade no pagamento das dívidas coloniais, por parte dos imigrantes, era algo recorrente em núcleos de colonização. No caso de colônias localizadas na província do Rio Grande do Sul, a falta de pagamento se justificava pela falta de acesso ao dinheiro, dependência dos comerciantes e dificuldade de vender seus produtos fora do núcleo.⁴⁷⁹ Os problemas enfrentados pelos moradores da colônia Blumenau, certamente, tinham causas semelhantes.

Com tantas lamentações nos documentos que enviava ao governo, Blumenau buscou justificar o fato de que não conseguiria cumprir o contrato de 17 de abril de 1855, pois sua dívida havia aumentado ao ponto de não possuir meios de dar continuidade ao empreendimento.⁴⁸⁰ O relatório de 1858 é bastante significativo,

⁴⁷⁵ AHJFS. Termo de ajuste e contrato entre Hermann Blumenau e o Governo Imperial. Rio de Janeiro, Repartição Geral das Terras e Colonização, 17 de abril de 1855. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 2.7.1. Doc. 71.1.

⁴⁷⁶ BRASIL. Ministério do Império. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa na Terceira Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Sérgio Teixeira de Macedo. Colônias da Província de Santa Catarina – Colônia Blumenau. Relatório do Comissário do Governo e Conselheiro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz. Rio de Janeiro: Tipografia Universal da Laermert, 1859, p. 11.

⁴⁷⁷ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1856. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.10. Doc. 104; BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1856. *Blumenau em Cadernos*. Tomo II, março, nº3, 1959, p. 50.

⁴⁷⁸ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1858. 31 de dezembro de 1858. *Blumenau em Cadernos*. Tomo II, agosto, nº8, 1959, p. 148-150.

⁴⁷⁹ MACHADO, Paulo P. *A política de colonização...* p. 29.

⁴⁸⁰ BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1858. 31 de dezembro de 1858. *Blumenau em Cadernos*. Tomo II, agosto, nº8, 1959, p. 148-150.

neste sentido, pois ele foi uma ferramenta que o proprietário utilizou para convencer o governo a assumir a administração da colônia. Ao mesmo tempo em que reclamava das dificuldades financeiras da colônia, ele buscava descrever características favoráveis do núcleo. No texto, tecia elogios à situação promissora da lavoura, dizia que a segurança pública era satisfatória e que o estado de salubridade da colônia era bom. Além disso, descreveu os números da população, casas ou fogos, indústrias e estabelecimentos comerciais, indicando o crescimento colonial entre 1856 e 1858. Ele assim descrevia, em números, a colônia:

Tabela 2 - Tabela do desenvolvimento colonial dos anos 1856, 1857 e 1858. Dados compostos por Hermann Blumenau.

	1856	1857	1858
População	468	609	679
Fogos ou casas	94	152	169
Casas de negócios e hospedarias	1	3	3
Engenhos de moer grãos (um movido a água)	2	2	3
Engenhos de serrar madeiras	2	1	1
Ditos de farinha de mandioca	5	8	11
Ditos de açúcar	5	8	18
Alambiques	3	4	14
Padarias	1	3	2
Olarias para telhas e tijolos	1	1	1
Ditas para louças de barro	-	-	1
Oficina de ferreiro	2	2	2
Fábrica de cerveja	1	1	1
Dita de vinagre	1	1	1
Gado vacum e bovino	76	125	185
Dito cavalari e muar	11	13	31

Fonte: BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1858. In: Blumenau em Cadernos, Tomo II, junho, n. 6, 1959, p. 107.

Os argumentos de Hermann Blumenau tiveram o efeito desejado: no início do ano de 1860, seria celebrado o terceiro contrato entre Hermann Blumenau e o Governo Imperial. Desta vez, não se tratava de mais um empréstimo: o governo imperial tomava para si a colônia, nas condições de que falaremos no capítulo seguinte.

.

3 A COLÔNIA PÚBLICA IMPERIAL – 1860 -1882

A colônia particular dirigida por Hermann Blumenau, entre 1850 e 1860, foi resultado das articulações que ele fez com Ferdinand Hackradt, com proprietários de terras do Vale do Itajaí e principalmente com o governo da província, que lhe cedeu terras devolutas. A administração colonial, durante este período, foi marcada pela influência do proprietário, como na contratação de trabalhadores e na distribuição de lotes aos colonos. Além disso, esteve dependente da disponibilização de empréstimos públicos para poder se manter. Sendo assim, a administração colonial não possuía autonomia, sobretudo financeira, em relação ao Governo Imperial. As dificuldades financeiras levaram o diretor a solicitar ao governo imperial que assumisse o núcleo, e o transformasse em uma colônia pública.

A mudança de formato da colônia é assunto deste último capítulo da dissertação. Esta parte busca compreender as mudanças e permanências da administração da colônia, que passou a ser pública, mas continuou sendo dirigida pelo antigo proprietário.

3.1 Agora, quem “rege” é o Império

Enquanto foi proprietário da colônia, Hermann Blumenau afirmava que somente com a administração do governo, o crescimento colonial tomaria realmente fôlego. No final da década de 1850 ele não havia conseguido encontrar meios de quitar os empréstimos contratados com o Império em 1851 e 1855, e os problemas financeiros do empreendimento aumentavam.

Segundo Silva, foi o fato de os planos e projetos de Blumenau serem tão ambiciosos, pois ele desejava uma “colonização em larga escala”, que pode convencer o governo imperial a assumir a colônia, tornando-a pública.⁴⁸¹ De fato, ao sugerir o estabelecimento de um novo contrato, Hermann Blumenau se oferecia para dirigir a “futura” colônia imperial nas terras que eram de sua propriedade, e também

⁴⁸¹ SILVA, José F. *História de Blumenau...*, p. 55.

promover a colonização de toda a região próxima aos rios Itajaí Grande e Mirim.⁴⁸² No entanto, mesmo que ao governo interessasse a execução de um grande plano de colonização, o motivo central para que assumisse a colônia, talvez fosse salvá-la da falência. Afinal, conforme o próprio Blumenau afirmou, sem a ajuda efetiva do governo, o núcleo não teria continuidade. Certamente, os problemas financeiros e os pedidos de Blumenau às autoridades competentes influenciaram na negociação.

Antes do ano de 1858, Blumenau sugeriu ao governo que o problema econômico da colônia fosse resolvido com a renegociação das dívidas que possuía: 20:000\$000 pelo pagamento dos anos de 1851 e 1856, 35:000\$000 do ano de 1855, e em 1857, 10:000\$000.⁴⁸³ De acordo com as contas do proprietário, com o desconto de 15:340\$000 referente aos prêmios pagos pelo governo em razão dos imigrantes introduzidos na colônia desde 1855,⁴⁸⁴ sua dívida estava em torno de 50:000\$000. Como veremos adiante, este não foi o valor considerado devido pelo governo.

Para saldar o compromisso com o governo, Hermann Blumenau solicitou mais adiantamentos para o ano de 1858, alegando que o governo imperial, em contrapartida, ficaria satisfeito pelos serviços de abertura de estradas, vendas de terras devolutas e pelo aumento da produção e exportação de produtos coloniais; ou se não concedesse mais um empréstimo, o governo poderia alterar o contrato de 1855, perdendo as dívidas contraídas com a construção de estradas, igrejas e casas de escola na colônia, e anular assim as hipotecas das terras para poder negociá-las com sociedades ou companhias. Ele também inferiu que o acordo poderia ser feito da seguinte maneira:

(...) que o Governo Imperial tome a empresa a si, cedendo-lhe eu em compensação das minhas dívidas a maior parte dos meus terrenos em superfície de 16 léguas e deixe administrá-la por mim segundo um plano e sistema a convencionar e aprovados pela experiência adquirida(...).⁴⁸⁵

⁴⁸² AHJFS. Dívida Hermann Bruno Otto Blumenau ao Governo Imperial. 1857. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.10 Doc. 103.

⁴⁸³ Conforme Blumenau, os valores para o ano de 1857 era de 5:000\$000 para cada semestre. AHJFS. Dívida Hermann Bruno Otto Blumenau ao Governo Imperial. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.10 Doc. 103.

⁴⁸⁴ AHJFS. Dívida Hermann Bruno Otto Blumenau ao Governo Imperial. 1857. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.10 Doc. 103.

⁴⁸⁵ AHJFS. Dívida Hermann Bruno Otto Blumenau ao Governo Imperial. 1857. Fundo Blumenau – Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.10 Doc. 103.

A proposta de Blumenau era clara: em troca do pagamento das dívidas que possuía com o governo imperial, ele cedia parte das terras particulares da colônia e continuaria como diretor, exercendo de uma função como funcionário público do Império. Por fim, os argumentos para que o governo tomasse a administração da colônia, foram eficazes. Ainda em 1859 foram iniciadas as negociações que culminaram no contrato realizado em 13 de janeiro de 1860 por meio da Repartição Geral das Terras Públicas do Ministério dos Negócios do Império.⁴⁸⁶

O acordo previa a cessão ao governo imperial da colônia que Hermann Blumenau possuía no Itajaí, conforme algumas condições: ele cedia ao governo “20 léguas quadradas” de terras coloniais abrangendo benfeitorias e estabelecimentos de recepção dos imigrantes.⁴⁸⁷ Não é possível saber se estas 20 léguas correspondiam à totalidade das terras que lhe haviam sido cedidas pelo governo provincial em 1848 e as que ele havia adquirido por compra no mesmo ano. Mas, de qualquer maneira, o que sabemos é que somente duas pequenas parcelas de terra ficaram sob sua posse. Em contrapartida, o governo imperial pagou a Blumenau 120:000\$000 pelas terras. Desse valor seriam descontados os 85:000\$000, valor pelo qual o governo considerou Blumenau devedor, em razão dos empréstimos que havia feito. Sobraria um saldo de 35:000\$000, seriam “rescindidos os contratos anteriores celebrados entre ele e o governo imperial, e ficariam saldadas todas as contas entre ambas as partes”.⁴⁸⁸

Com o acordo, Blumenau livrava-se da dívida – impagável, se continuasse dependendo dos prêmios por imigrantes e vendas dos lotes – e, finalmente, passava a exercer um cargo público, nas atividades relativas à colonização e imigração no Brasil. O artigo 5º do contrato previa que o governo passaria a fomentar o

⁴⁸⁶ Em ofício do Ministério dos Negócios do Império remetido ao Presidente da Província de Santa Catarina, Ângelo Moniz de Souza Mello informou a data de acordo com Hermann Blumenau. Em anexo ao ofício está cópia do contrato celebrado em 13 de janeiro de 1860. APESC. Correspondência Ministério do Império – Presidência da Província de Santa Catarina. Ofício Ministério do Império Ângelo Moniz de Souza Mello para Presidente da Província. 31 de janeiro de 1860. 1830-75/89. 13v. Folha 4.

⁴⁸⁷ O acordo foi realizado no Rio de Janeiro pela Repartição Geral das Terras Públicas, assinado pelo Conselheiro de Estado e Diretor Geral das Terras Públicas Manoel Felizardo de Souza Mello, pelo Fiscal Interino Joaquim Ignácio de Azevedo e pelo proprietário Hermann Bruno Otto Blumenau. APESC. Correspondência Ministério do Império – Presidência da Província de Santa Catarina. Cópia Termo de Sessão de Colônia Blumenau para o Governo Imperial. 13 de janeiro de 1860. 1830-75/89. 13v. Folha 5.

⁴⁸⁸ APESC. Correspondência Ministério do Império – Presidência da Província de Santa Catarina. Cópia Termo de Sessão de Colônia Blumenau para o Governo Imperial. 13 de janeiro de 1860. 1830-75/89. 13v. Folha 5.

desenvolvimento da Colônia Blumenau a seu modo, enquanto “o Dr. do mesmo nome” ficaria instituído pelos serviços de Diretor, mediante uma gratificação de até 4:000\$000 por ano.⁴⁸⁹ A remuneração prevista para Blumenau, como diretor da colônia, era significativa. Para termos uma ideia, podemos considerar que as despesas trimestrais do núcleo no ano de 1862 foram orçadas em – 11:000\$000; portanto, Blumenau receberia o equivalente a quase 10% do valor total das despesas previstas para manutenção de todo o núcleo naquele trimestre, incluindo pagamento de funcionários, construção de obras públicas e outras benfeitorias, instalação de colonos, suas diárias e outras mais.⁴⁹⁰ Mas, nos anos seguintes, com o aumento da imigração, as despesas cresceram, passando a beirar os 100:000\$000; neste período os vencimentos de Blumenau já não tomavam grande parte das verbas coloniais.⁴⁹¹

As negociações finalizaram com a quitação das dívidas de Blumenau e sua permanência na direção colonial. Em contrapartida, o governo despendia uma soma significativa de dinheiro (120:000\$000), ao assumir a administração da colônia. O investimento direto do Império em um núcleo de colonização estrangeira com base na pequena propriedade de terras permite relativizar as considerações de que o investimento para a imigração e colonização não passava de “retórica” do Império.⁴⁹²

É fato que os mecanismos legais que o governo imperial utilizou para desenvolver a imigração e colonização eram inconstantes e maleáveis. Dependiam, entre outros aspectos, de interesses políticos de autoridades envolvidas no processo. No sul do Brasil, intensificou-se a imigração voltada à colonização de áreas ainda não cultivadas, com base na pequena propriedade de terras; enquanto no sudeste, os esforços concentraram-se na introdução de trabalhadores para a lavoura.

⁴⁸⁹ APESC. Correspondência Ministério do Império – Presidência da Província de Santa Catarina. Cópia Termo de Sessão de Colônia Blumenau para o Governo Imperial. 13 de janeiro de 1860. 1830-75/89. 13v. Folha 5.

⁴⁹⁰ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Presidente da Província o Sr. Vicente Pires da Motta com orçamento das despesas trimestrais da Colônia Blumenau. 22 de maio de 1862. Fundo Blumenau - Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.15 Doc. 159.

⁴⁹¹ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório ao Ministro da Agricultura e Imperador. Imigração Alemã – Colônia Blumenau. Outubro de 1869. Fundo Blumenau - Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.34 Doc. 345.

⁴⁹² José Murilo de Carvalho, considera que os gastos do Governo Imperial em imigração e colonização foram modestos, e que fora de períodos curtos, seu incentivo foi apenas uma “retórica” do Governo Imperial. CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

Beatriz Lazzari afirma que o Parlamento brasileiro debateu consideravelmente os meios e o formato com que o Império desenvolvia a imigração e colonização no Brasil. A colonização era combatida por atingir os interesses dos latifundiários, enquanto a imigração era aceita, pois pressupunha a introdução de imigrantes para o trabalho rural.⁴⁹³

A oposição de parlamentares à promoção da “colonização” pelo governo demonstra que havia maior interesse em suprir a necessidade de trabalhadores para a lavoura. Por outro lado, indica que o governo buscou alternativas legais e empreendeu gastos para desenvolver a colonização pela pequena propriedade. A preocupação de abastecer de “braços” a lavoura foi sempre maior dentre as políticas públicas de imigração e colonização do governo. Mas este dado não elimina o fato de ter havido fomento público a núcleos coloniais.⁴⁹⁴

Em 1860, mesmo ano do contrato de cessão da colônia Blumenau para o Império, a lei de orçamento para 1861 e 1862 autorizava o governo a comprar terras próximas às estradas de ferro para estabelecimento de colônias e a fornecer crédito a nacionais para compra de lotes coloniais como já se procedia com os estrangeiros. Além disso, permitia ao Ministério dos Negócios do Império despende 914:240\$000 com a Repartição Geral das Terras Públicas, para colonização.⁴⁹⁵

O valor destinado pelo governo a este fim foi significativo. Certamente, o negócio realizado com Hermann Blumenau constituía-se como parte destes investimentos. As condições nas quais o governo adquiriu a Colônia Blumenau, entretanto, parecem ter sido incomuns, pois se tratou da compra de um empreendimento praticamente falido, em troca da quitação das dívidas de seu antigo proprietário. Mas não se tratou de um caso único: um contrato semelhante foi efetuado em 1863 entre o governo imperial e o Dr. Nicolau Rodrigues dos Santos França Leite, referente à colonização da região do Rio Doce na Província do Espírito Santo. O acordo previa o pagamento do empréstimo de 50:000\$000 realizado em 1856 por Nicolau Rodrigues, pelos prêmios dos imigrantes e pela área das colônias

⁴⁹³ A autora estabelece uma distinção entre imigração e colonização, baseando-se nos objetivos do governo e do parlamento brasileiro: colonização estaria relacionada ao processo de formação de pequenos núcleos coloniais e imigração voltava-se ao abastecimento de trabalhadores para a lavoura. LAZZARI, Beatriz M. *Imigração...*

⁴⁹⁴ Neste sentido, concordo com MACHADO, Paulo Pinheiro. *A política de colonização do Império...*

⁴⁹⁵ BRASIL. Lei 1114 de 27 de setembro de 1860. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1860. Tomo XXI. Parte I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1860, p. 65. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/leis1860/pdf5.pdf>

de Transilvânia e Barra do Rio Doce. Desta conta, restava um saldo positivo de 37:500\$000 em favor do antigo proprietário, que seriam pagos pelo governo com a entrega de terras de qualidade inferior e pagamento de 19:500\$000. A partir da aprovação do contrato, o governo passaria a ter posse das terras, ferramentas e benfeitorias pertencentes a ele, enquanto Nicolau ficava livre de sua dívida.⁴⁹⁶

Qualquer semelhança não é mera coincidência. O contrato feito com Hermann Blumenau parece ter servido como modelo para elaboração do acordo feito com Nicolau Rodrigues. Os dois casos envolviam o pagamento de dívidas particulares em troca de empreendimentos coloniais em andamento. Os ex-proprietários receberam uma quantia em dinheiro como saldo na negociação, além de terras; Nicolau recebeu, como “troco”, quatro léguas, enquanto Blumenau continuou com a posse de dois terrenos de meia légua quadrada. Contudo a finalização do negócio indica uma diferença: o primeiro ficava exonerado de sua função de administrador da colônia e Blumenau, como era de seu desejo, continuava a exercer a direção colonial.

A realização destes acordos pode ter sido influenciada por relações estabelecidas entre os diretores e autoridades públicas. Hermann Blumenau, por exemplo, buscava relacionar-se com membros do Ministério e Conselho do Império, para a efetivação do acordo em 1860.⁴⁹⁷ No entanto, independente das condições nas quais os negócios foram fechados, estes casos evidenciam que os valores concedidos para sua efetivação – 120:000\$000 e 137:000\$000, cerca de 25% do orçamento do Império em 1860 para a colonização⁴⁹⁸ – representavam um gasto considerável com núcleos coloniais pequenos, particulares e com situação financeira instável. Esses núcleos eram considerados, pelo governo, como de interesse público, pois promoveriam a ocupação produtiva da região. Portanto, embora

⁴⁹⁶ BRASIL. Decisão 259 – Agricultura, Comércio e Obras Públicas – Circular de 12 de Junho de 1863. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil 1863. Tomo XXVI. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1863, p. 270. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/Decisoes1863a/decisoes1863-22.pdf>

⁴⁹⁷ Na carta, Hermann Blumenau descreve ida ao Rio de Janeiro e conversas com autoridades, como o Marques de Olinda, para “saber se o governo quer assumir a colônia e continuar a sua administração”. AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta a irmão de Julius Baumgarten. 17 de agosto de 1858. Fundo Blumenau - Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.10 Doc. 113.

⁴⁹⁸ BRASIL. Coleção das leis do Império do Brasil de 1860. Tomo XXI. Parte I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1860, p. 66. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/leis1860/pdf6.pdf>

respondesse a interesses particulares, não se pode resumir a questão a este aspecto.

Além do investimento financeiro em empreendimentos particulares - como o de Blumenau em 1860, e o feito no Espírito Santo em 1863 -, o governo buscou regularizar a legislação referente à administração das colônias públicas, regida pela Repartição Geral de Terras Públicas do Ministério do Império. A partir de 1861, foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, que seria responsável pela orientação dos “estabelecimentos industriais e agrícolas”,⁴⁹⁹ dentre elas a Colônia Blumenau, agora sob o controle do Império.

Porque Blumenau recebera terras da província de Santa Catarina e porque ele contraía empréstimos do mesmo governo, ele tinha de prestar contas ao governo provincial de suas ações, mesmo quando o núcleo era uma colônia particular. Com a transferência do empreendimento para o Império, ele continuava a exercer o cargo de diretor, mas em uma colônia pública imperial. A partir de então, a relação de subordinação de Blumenau para com o governo ficou mais forte. As cartas de pedidos de auxílio governamental deram lugar a orçamentos para manutenção da colônia; as decisões da diretoria passaram a depender do Conselho de Colonos; as terras passavam a ser públicas, ensejando requerimentos e pedidos de compra feitos por colonos, muitas vezes com desaprovação do diretor, fato que desencadeava conflitos entre a direção e os imigrantes. Estes e outros aspectos marcam o período da Colônia Imperial Blumenau de 1860 a 1880 e serão aprofundados nos próximos itens.

3.2 “Maneiras” e “práticas” da diretoria na Colônia Blumenau

Considerando que a direção da Colônia Blumenau continuou nas mãos do antigo proprietário, as modificações em sua administração não aconteceram de forma brusca; entretanto, o processo transcorreu permeado de situações complexas que uniam aspectos de rupturas e continuidades. Mesmo com a transformação do

⁴⁹⁹ BRASIL. Decreto 2748 de 16 de fevereiro de 1861. Coleção das Leis do Império de 1861. Tomo XXIV. Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861, p. 129. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/leis1861/pdf13.pdf>

status da colônia, Blumenau, como diretor, poderia continuar a agir como proprietário e assim articular a favor de seus interesses, ainda que houvesse modificações significativas na sua condição.

Ainda que a colônia tenha sido assumida pelo governo imperial, este repassava as verbas de manutenção do núcleo para o governo provincial.⁵⁰⁰ Desta maneira, eram as autoridades da província que controlavam de forma mais direta os negócios administrativos da colônia. Assim, o governo provincial passou a ter responsabilidade financeira e administrativa pelo núcleo, e a ele a diretoria tornava-se subordinada. O diretor deveria pedir permissão ao presidente da província para realizar viagens ou se ausentar do cargo,⁵⁰¹ precisava solicitar autorização para qualquer construção, fosse de benfeitorias públicas como escolas, cadeias ou locais de recepção de imigrantes, de bens necessários para os colonos, como utensílios agrícolas, remédios e auxílios pecuniários, além do investimento na construção de caminhos e estradas.⁵⁰²

O fornecimento de ferramentas para os colonos, que era antes feito pelo proprietário que comprava os utensílios e os revendia aos imigrantes, passou a depender da formalização de pedidos de sortimentos para a província.⁵⁰³ Este provimento se baseava em uma lei provincial de 1860, que autorizava o gasto de 5:000\$000 com a medição de lotes de terras e “compra de instrumentos aratórios” referentes à colonização.⁵⁰⁴ Com a transformação da colônia, o núcleo passou a ser assistido pela presidência de Santa Catarina,⁵⁰⁵ e, desta forma, passou a usufruir de

⁵⁰⁰ APESC. Correspondência Ministério do Império – Presidência da Província de Santa Catarina. Instruções por que se tem de reger a Colônia Blumenau. Artigo 3. 1830-75/89. 13v. Folha 123.

⁵⁰¹ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Presidente da Província Alexandre Rodrigues Chaves, 14 de novembro de 1864. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.24 Doc. 247; BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Presidente da Província José Bento de Araújo. Janeiro de 1877. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.62 Doc. 624.

⁵⁰² Cf. entre outros: AHJFS. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Presidente da Província Pedro Leitão da Cunha. 18 de abril de 1863. Pasta 02.18 Doc. 185; Carta ao Presidente da Província Pedro Leitão da Cunha. 12 de setembro de 1863. Pasta 02.19 Doc. 198; Ofício ao Presidente da Província Alexandre Rodrigues Chaves. 13 de julho de 1864. Pasta 02.23 Doc. 235; Carta ao Presidente da Província Joaquim da Silva Ramalho. Quatro de março de 1878. Pasta 02.68 Doc. 681. WENDENBURG, Hermann. Ofício (Diretor Interino) ao Presidente da Província Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda. 14 de abril de 1867. Pasta 02.29 Doc. 295.

⁵⁰³ AHJFS. GALVÃO, Ignácio Cunha. Ofício Galvão ao Diretor da Colônia Blumenau. 28 de agosto de 1861. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.14 Doc. 145.

⁵⁰⁴ SANTA CATARINA (Prov.). Lei n, 504 de 20 de Junho de 1860. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina. [s.l.]: [s.n.], p. 63.

⁵⁰⁵ APESC. Correspondência Ministério do Império – Presidência da Província de Santa Catarina. Cópia Termo de Sessão de Colônia Blumenau para o Governo Imperial. 13 de janeiro de 1860. 1830-

vantagens, como este dispositivo de lei, que no formato particular não lhe eram acessíveis.

Com a mudança, o núcleo passou a depender política e economicamente da província, que controlava a administração da Colônia Blumenau. Conforme as instruções do Ministério do Império para a Colônia Blumenau, as quantias destinadas aos serviços públicos no núcleo deveriam ser entregues pela Tesouraria da Província de Santa Catarina, sob a orientação do Diretor Geral da Repartição Geral das Terras Públicas. A função do diretor da colônia era de gerir as verbas públicas – disponibilizadas pela província com anuência daquele Ministério, e registrar em livros o movimento financeiro e as escrituras das terras, para serem fiscalizados pelo Delegado do Diretor Geral das Terras Públicas.⁵⁰⁶

As despesas do núcleo contemplavam os gastos com adiantamento das diárias dos colonos – para manterem-se nos primeiros seis meses ou mais –, construção de benfeitorias e pagamento dos trabalhadores nos serviços públicos e dos funcionários da diretoria. O valor do ressarcimento das dívidas dos imigrantes e o saldo das vendas de terras eram considerados como receitas públicas e, portanto, deveriam ser repassadas ao governo.

O controle financeiro da colônia era feito por meio de um Livro Caixa com entradas e saídas, investimento, proveniência e destino das quantias; um livro com as contas de créditos dos colonos e outro com os auxílios pecuniários aos imigrantes. A diretoria colonial efetuava o registro da matrícula dos colonos com o nome dos imigrantes, data da chegada, sexo, religião, estado civil, procedência e classe social. Além disso, havia livros com o registro das notas, títulos provisórios e outro para o registro da venda de terras contendo o nome do comprador, número do lote e preço estipulado; um livro de férias dos trabalhadores discriminando o nome dos jornaleiros, período de serviços prestados e valor da diária. Blumenau também fazia um diário estatístico sobre o clima e acontecimentos da colônia e o registro de casamentos, nascimento e óbitos dos imigrantes católicos.⁵⁰⁷

75/89. 13v. Folha 5.

⁵⁰⁶ APESC. Correspondência Ministério do Império – Presidência da Província de Santa Catarina. Instruções por que se tem de reger a Colônia Blumenau. Artigo 3. 1830-75/89. 13v. Folha 123.

⁵⁰⁷ AHJFS. GALVÃO, Ignácio Cunha. Relatório sobre as colônias de S. Paulo, Paraná e Santa Catarina. s/d. s/n. Fundo Memória da Cidade; Relatório apresentado por Luís Manoel de Albuquerque Galvão em 9 de março, publicado no diário oficial nº 156 de 6 de julho de 1871. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.39. Doc. 394.

A escrituração da colônia foi de fato realizada pela diretoria da colônia como previa seu regulamento. Contudo, segundo o diretor, a tarefa, feita com o “devido zelo e atividade” pela administração colonial, realizava-se sem o auxílio de funcionários e não era feita nos livros de escrituração rubricados pelo Diretor Geral das Terras Públicas, como previa o contrato de transferência da colônia, pois o governo não os havia enviado. Para resolver a pendência, a direção voltou a solicitar os livros para o governo, com a justificativa de que sua falta interferia no andamento da “boa ordem” colonial.⁵⁰⁸

O pedido de regularização da situação dos livros da colônia revela as dificuldades de controle do poder público sobre uma colônia oficial. Em 1871, o governo ainda não havia enviado os livros de registros para a diretoria, como mencionado pelo Engenheiro Luís Manoel de Albuquerque Galvão⁵⁰⁹ em seu relatório ao Ministério da Agricultura sobre as colônias do sul e sudeste do Império: Blumenau havia reclamado a Galvão o não recebimento dos livros “modelos” do governo e dizia que devido a isso, realizava os registros conforme sua “prática” colonial.⁵¹⁰ Desta forma, enquanto não se realizava a regularização dos livros pela Secretaria das Terras Públicas e Colonização, Blumenau conduzia do “seu jeito” o procedimento dos registros da colônia. Havia neste caso, a adaptação das ordens do governo pela diretoria e a permanência de traços de administração particular: “à maneira” do diretor.

No entanto, o governo não deixava tão livre assim a manutenção dos registros dos fundos coloniais. O regulamento da colônia de 1860 previa que o diretor deveria enviar ao Delegado da Repartição Geral das Terras Públicas a cada três meses, o “balancete especificado da receita e despesa” da colônia, contendo o registro dos recursos utilizados para o funcionamento do núcleo e os valores arrecadados pela devolução dos empréstimos feitos aos colonos e venda de lotes, que, como vimos,

⁵⁰⁸ AHJFS. Relatório Colônia Blumenau de 1862. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.17 Doc. 172.

⁵⁰⁹ Luís Manoel de Albuquerque Galvão era engenheiro e foi responsável pela confecção de relatórios sobre a situação de colônias públicas para o Ministério da Agricultura. AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Conselheiro Teodoro Machado Freire Pereira da Silva, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura Comércio. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.39. Doc. 398; GALVÃO, Ignácio Cunha. Relatório sobre as colônias de S. Paulo, Paraná e Santa Catarina. s/d. s/n. Fundo Memória da Cidade;

⁵¹⁰ AHJFS. Relatório apresentado por Luis Manoel de Albuquerque Galvão em 9 de março, publicado no diário oficial n° 156 de 6 de julho de 1871. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.39. Doc. 394.

eram considerados receitas públicas e pertenciam ao governo.⁵¹¹ Em 1864, uma circular reiterou a obrigação dos diretores coloniais de remeterem à Tesouraria da Fazenda os valores e registros de “todas as quantias”, independente de sua origem ou procedência, arrecadadas e pertencentes ao governo.⁵¹² Hermann Blumenau entendeu equivocadamente a ordem e considerou que deveria devolver o saldo total dos recursos trimestrais recebidos para as despesas coloniais.⁵¹³ Logo, o governo esclareceu a todos os diretores das colônias públicas que a remessa mencionada na circular tratava somente dos valores que pertenciam ao Estado, não se referiam às remessas dos recursos para as despesas coloniais.⁵¹⁴ A confusão de interpretação das ordens do governo pelo diretor se dava principalmente pela forma com que a direção costumava cumprir tal prescrição do governo. As receitas da colônia pareciam ser devidamente registradas pela a diretoria, que discriminava nos relatórios o saldo da venda de terras aos imigrantes⁵¹⁵ e registrava valores referentes a repasses aos cofres públicos.⁵¹⁶ Eram também registrados os valores correspondentes às dívidas que os colonos pagavam. Estes pagamentos de dívidas eram organizados em tabelas, como a seguinte, que contém o nome e número do colono, a data de contratação do empréstimo e o valor ressarcido:

⁵¹¹ APESC. Correspondência Ministério do Império – Presidência da Província de Santa Catarina. Instruções por que se tem de reger a Colônia Blumenau. Artigo 3. 1830-75/89. 13v. Folha 123.

⁵¹² DECISÃO N. 266 A – AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS – CIRCULAR, EM 20 DE SETEMBRO DE 1864. In: IOTTI, Luiza H. *Imigração e colonização...*

⁵¹³ DECISÃO N. 435 A - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS – EM 28 DE DEZEMBRO DE 1864. In: IOTTI, Luiza H. *Imigração e colonização...*

⁵¹⁴ DECISÃO N. 435 A - AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS – EM 28 DE DEZEMBRO DE 1864. In: IOTTI, Luiza H. *Imigração e colonização...*

⁵¹⁵ Os valores provenientes da venda de terras eram variáveis. Como exemplo, o relatório de 1862 especificou o valor de 2:731\$900; no ano de 1871 o montante foi de 630\$000. AHJFS. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Mapa estatístico Colônia Blumenau 1862. 31 de dezembro de 1862. Pasta 02.16 Doc. 169; Relatório Colônia Blumenau 1871. Pasta 02.41 Doc. 412.

⁵¹⁶ AHJFS. Ofício Pres. Prov. T. C. Repartição Especial das Terras Públicas da Província de Santa Catarina. 23 de Abril de 1861. nº108. Fundo Memória da Cidade; Receita de Terras Vendidas. Colônia Blumenau. 1 de fevereiro de 1861. Fundo Memória da Cidade.

Tabela 3 – Valores do ressarcimento de dívidas de imigrantes.

Adiantamentos reembolsados:		
Data	Nome	Valor
Ago. 16 Nov. 17 1861	Nº1 – Guilherme Meffert	91\$800
Nov. 17 1862	Nº 233 – Christiano Steinhaus	3\$000
Nov. 1862 Jun. 1863	Nº 21 – Frederico Larssen	112\$000
Set. 25 1862	Nº 119 – João Hirschhuber	50\$000
Nov. 28 1862	Nº 162 – Carlos Steinhaus	29\$900
Dez. 9 1862	Nº 231 – Julio Hinert	4\$000
Dez. 10 1862	Nº 235 – João Schaefer	130\$000
Fev. 1 1863	Nº 232 – C. A. Bettfreund	20\$000
Fev. 1 1863	Nº234 – Guilherme Vose	91\$000
Abr. 1 1863	Nº 82 – Guilherme Kumm	250\$000
Jun. 22 1863	Nº 10 Urban Meid	50\$000
	Soma total	832\$500

Fonte: AHJFS. Conta geral dos débitos dos colonos. (1860-1863). 15 de agosto de 1863. Fundo Colonização Blumenau Imperial 1860-1884. Pasta 02.19 Doc. 195.

Contudo, mesmo havendo o registro dos valores e mesmo que os repasses tenham sido de fato feitos, a forma de utilização das quantias pela diretoria colonial podia ser alterada; se houvesse a anuência da presidência da província, os valores pertencentes ao governo não precisavam ser necessariamente repassados aos cofres públicos. O mesmo aditamento de 1860, que ordenava às colônias que transferissem ao governo as receitas da venda de terras e os valores pagos pelos colonos, também permitia o descumprimento da incumbência em “casos extraordinários” ou causados por “medidas excepcionais”.⁵¹⁷ O dispositivo dava espaço para interpretações da regra; com isso, a direção da colônia Blumenau encontrava meios de utilizar da brecha para facilitar o uso destes recursos para as próprias despesas da colônia.

Em um orçamento trimestral do ano de 1862, o diretor sugeriu para a Tesouraria da província uma transação de conveniência: do valor de 14:697\$000, orçado para cobrir as despesas da colônia, deveria ser descontada a quantia de 2:377\$000, referente ao valor arrecadado pela venda de terras. O ajuste previa que o valor das receitas dos lotes não precisava ser repassado para o governo e a diretoria colonial investiria a quantia na construção de estradas e estabelecimento de

⁵¹⁷ BRASIL. Aditamento nº36 – Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Circular de 10 de Outubro de 1862. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil 1862. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1862, p. 61. Disponível em: http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/decisoes1862/Decis%C3%B5es1862_63.pdf

imigrantes. A direção, assim, justificava a demanda para agregar “como parte integrante da quota” a quantia que possuía em caixa.⁵¹⁸ Enfim, o diretor conseguiu a anuência da presidência para adiantar recursos do governo, além das verbas para as despesas coloniais, que por sua vez, constantemente eram revistos e reduzidos pela presidência da província.

Na ocasião, Hermann Blumenau escreveu ao presidente, informando-o sobre como o arranjo aconteceria sem “embaraços”, pois se houvesse algum problema no trimestre subsequente, ele ressarciria o governo com dinheiro próprio.⁵¹⁹ Não é possível saber se os valores das receitas adiantadas à colônia eram realmente devolvidos ao governo, ou se Blumenau costumava utilizar deles para cobrir as despesas coloniais. Porém a passagem sugere que o diretor empregava recursos próprios nas contas da colônia, o que indica que a linha que separava administração particular e pública era bastante tênue.

Em 1870, outro episódio demonstra a possibilidade de manipular as condições de uso de recursos do governo. No mês de abril, a direção solicitou autorização para realizar os reparos da capela provisória católica da colônia. A obra poderia ser feita por “empreitada”, com o pagamento realizado com remessa da tesouraria da província, ou ainda por meio da “receita das terras vendidas e do reembolso das dívidas dos colonos”.⁵²⁰ Certamente, esta era uma prática recorrente e necessária para o andamento da administração colonial. Tanto que, em 1874, quando a Tesouraria da Fazenda requisitou às colônias o envio das “quantias cobradas por conta de vendas de terras, reembolso de dívidas e outras receitas”, o pedido foi veementemente questionado pelo diretor, sob a alegação de que a remessa impossibilitava a prática realizada pela Junta Colonial de empregar, com as devidas autorizações da presidência da província, estes mesmos fundos em “obras e serviços internos da colônia”.⁵²¹

⁵¹⁸ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Presidente da Província o Sr. Vicente Pires da Motta com orçamento das despesas trimestrais da Colônia Blumenau. 22 de maio de 1862. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.15 Doc. 159.

⁵¹⁹ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Presidente da Província o Sr. Vicente Pires da Motta com orçamento das despesas trimestrais da Colônia Blumenau. 22 de maio de 1862. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.15 Doc. 159.

⁵²⁰ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Presidente da Província André Cordeiro de Araújo Lima. 16 de abril de 1870. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.35 Doc. 357.

⁵²¹ AHJFS. Relatório Colônia Blumenau 1874. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.48 Doc. 490.

Hermann Blumenau argumentou também que a ordem contrariava o Artigo 23 do Regulamento das Colônias do Estado de 1867. O regulamento realmente determinava as atribuições da Junta Colonial “sobre a distribuição da renda da colônia” para a construção, reparos e concertos de edifícios, abertura de estradas, construção de pontes, casas de recepção de imigrantes, prestação de auxílios e adiantamentos financeiros aos colonos, e ainda na aquisição de plantas e animais. O artigo 25 deste mesmo regulamento previa que a “renda da colônia” compunha-se, entre outras, das quantias enviadas pelo governo imperial, do “produto dos lotes”, “dos adiantamentos feitos aos colonos, e das multas, que lhes forem impostas.”⁵²² A reclamação de Blumenau, desta maneira, era pertinente na medida em que a diretoria da colônia poderia fazer uso de receitas públicas, por meio das atribuições da Junta Colonial. Certamente, esta estratégia de articulação com o governo era importante para Blumenau, pois desta forma ele conseguia agilizar o uso das verbas públicas para a manutenção do núcleo.

Outras atitudes de Hermann Blumenau mostram sua capacidade de instrumentalizar a legislação e o Regulamento das Colônias a favor de seus propósitos. A sua maneira de agir chegou a chamar a atenção do engenheiro Galvão, encarregado pelo governo de fiscalizar as colônias do sul, que denunciou o fato de Blumenau emitir bilhetes de crédito aos colonos para ressarcir remuneração por trabalhos realizados. Esses bilhetes seriam pagos conforme o recebimento de novas remessas de recursos. Para Galvão, esta situação poderia causar prejuízos ao governo:

A emissão de tais bilhetes tem o inconveniente de fazer crescer a despesa da colônia, sem prévio conhecimento do governo e deste modo podem os diretores exceder tacitamente as verbas marcadas, aumentando cada vez mais ou compromissos do Estado para com os colonos.⁵²³

Em 1865, a Secretaria de Terras Públicas e Colonização havia distribuído “cadernetas” às diretorias coloniais para o registro dos adiantamentos fornecidos aos

⁵²² BRASIL. Decreto 3784 de 19 de Janeiro de 1867. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1867. Tomo XXX. Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1867, p. 31. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/leis1867/Leis1867-30.pdf>

⁵²³ AHJFS. Relatório apresentado por Luís Manoel de Albuquerque Galvão em 9 de março, publicado no Diário Oficial nº 156 de 6 de julho de 1871. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.39. Doc. 394.

imigrantes.⁵²⁴ A concessão de créditos aos colonos que não fosse feita desta maneira não estaria de acordo com as normas do governo para o funcionamento da administração colonial. O receio de Galvão era de que a concessão de créditos aos colonos onerasse – fora de controle do governo –, as verbas públicas que deveriam ser repassadas pelo governo à diretoria colonial. Ele considerava que os problemas poderiam ser evitados se os diretores fossem orientados a não “excederem suas despesas trimestrais além do limite” dos recursos disponibilizados pelo Governo para o “custeio das colônias existentes na província”.⁵²⁵

Hermann Blumenau considerou a crítica de Galvão sobre sua forma de proceder com os colonos como uma grave ofensa, chegando a pedir uma retratação. Para ele, as observações do engenheiro tinham sido equivocadas, não condiziam com os registros que fazia nos livros coloniais, poderiam gerar “suspeitas” e abalar sua reputação e fomentar dúvidas sobre sua forma de administrar. Isso tudo, segundo ele, traria consequências negativas para as futuras negociações com o governo.⁵²⁶

Blumenau, contudo, deixou de mencionar outro pequeno, mas não menos importante problema, levantado por Galvão: os registros dos livros de repasses de verba estavam em alemão, e não em português. Comentando este aspecto, Galvão registrou em seu relatório:

Sobre isto deu-me o Dr. Blumenau explicações pouco satisfatórias á saber: serem nestes livros escrituradas certas partidas que não tem inteira ligação com as contas do governo, sendo isto devido ao modo pelo qual a tesouraria da fazenda costuma realizar seus pagamentos a diretoria, sendo parte das quantias pagas em dinheiro e parte em letras sobre o tesouro nacional; que estas letras são recebidas

⁵²⁴ Foram distribuídas 600 cadernetas a Blumenau, 300 para Itajaí, 300 para Terezópolis e 300 para Santa Isabel. O pedido das cadernetas para facilitar o registro das contas dos colonos, já havia sido feito por Hermann Blumenau em 1864. AHJFS. Ofício do Delegado da Secretaria de Terras Públicas e Colonização José Bonifácio Caldeira de Andrade ao Presidente da Província Adolpho de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda. Desterro, 16 de setembro de 1865. Ofícios Pres. P. T.C. (1865-1867). 1865, nº 99. Fundo Memória da Cidade; BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Presidente da Província Alexandre Rodrigues Chaves. Desterro, 25 de Julho de 1864. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.23 Doc. 239.

⁵²⁵ AHJFS. Relatório apresentado por Luís Manoel de Albuquerque Galvão em 9 de março, publicado no Diário Oficial nº 156 de 6 de julho de 1871. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.39. Doc. 394.

⁵²⁶ Hermann Blumenau pediu ao Governo que publicasse no Diário Oficial as retificações das informações contidas no relatório, com o objetivo de restaurar sua honra como diretor colonial e intelectual do assunto. AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Conselheiro Teodoro Machado Freire Pereira da Silva, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura Comércio. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.39. Doc. 398.

pelo seu procurador na capital o Sr. Fernando [Ferdinand] Hackradt, o qual como nem sempre está no caso de cambiar prontamente na capital tais letras sem descontos, de modo a poder remeter em tempo o produto respectivo á diretoria, vê-se ela na necessidade de receber dos negociantes da colônia e da Vila de Itajaí as quantias de que necessita passar ordens sobre o seu referido procurador, que realiza o devido pagamento na capital da província ou no Rio de Janeiro, conforme consta a transação.⁵²⁷

Neste texto, bastante confuso, Galvão dizia que Blumenau justificara os registros em alemão pelo fato de realizar negócios com comerciantes locais para adiantar quantias que demoravam a chegar às suas mãos, pela maneira como eram repassadas pelo governo. Ele informa que seu antigo parceiro - com quem havia rompido sociedade no início da década de 1850 – continuava de certa maneira envolvido nos negócios da colônia.⁵²⁸ Hackradt era comerciante em Desterro⁵²⁹ e possuía uma procuração para receber as remessas de recursos do governo da província e destiná-los à diretoria colonial. Segundo Galvão relatou, Blumenau só receberia as verbas públicas se houvesse disponibilidade do procurador para converter os títulos em dinheiro para direcionar á colônia. Como isso nem sempre ocorria com rapidez, relatou o diretor, às vezes precisava adiantar quantias com comerciantes locais. Eram essas transações – consideradas “sem ligação com o governo” - que, segundo ele, estavam escrituradas em alemão.

Galvão considerou que esta justificativa era insuficiente, que as transações mencionadas por Blumenau tinham “inteira ligação com as contas do governo”, portanto deveriam estar em português.⁵³⁰ Registrar os livros na língua alemã era um procedimento próprio da diretoria, que acontecia provavelmente por se tratarem de imigrantes alemães, que possuíam maior habilidade com sua língua materna do que o português. No entanto, se tratava da administração de uma colônia do governo,

⁵²⁷ AHJFS. Relatório apresentado por Luis Manoel de Albuquerque Galvão em 9 de março, publicado no diário oficial nº 156 de 6 de julho de 1871. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.39.

⁵²⁸ Segundo Silva, o negócio entre os sócios teve fim com o pagamento feito por Blumenau, do valor respectivo da parte de Hackradt na sociedade. O anúncio do fim do negócio entre os sócios foi realizado em 12 de novembro de 1850. AHJFS. Publicação na Imprensa de Desterro. 12 de novembro de 1850. Fundo Blumenau - Colônia Particular 1846-1860. Pasta 02.2 Doc. 27; SILVA, José F. *História de Blumenau*; SILVA, José F. *O Doutor Blumenau...*

⁵²⁹ Ferdinand Hackradt fundou a Casa Comercial Hackradt que depois passou a ser Hoepcke e Cia. AHJFS. STUTZER, Gustav. O vale do Itajaí e o Município de Blumenau no Sul do Brasil - Santa Catarina. 2º Ed. Trad. Edith Sophia Eimer. Goslar/Harz: Editora Ludwig Koch, 1891, p.9. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.3.4.1.3 Doc. 02.

⁵³⁰ AHJFS. Relatório apresentado por Luís Manoel de Albuquerque Galvão em 9 de março, publicado no Diário Oficial nº 156 de 6 de julho de 1871. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.39 Doc. 394.

em que o registro deveria ser feito na língua oficial do império. O registro de contas públicas em outra língua causou incômodo a Galvão, afinal o caso poderia prejudicar a aprovação das contas da colônia e interferir no controle exercido pelo governo imperial.

Ao administrar o núcleo de caráter público, Blumenau empregava métodos característicos da gerência particular, como a escrituração na língua alemã. De outro lado, também precisava introduzir métodos novos, como aqueles utilizados para o adiantamento das verbas públicas. Os aspectos mencionados acima indicam como as regras eram adaptadas às condições e a negociação política da direção com o governo. Estes indícios esclarecem parte das tramas existente na colônia: ordens do governo confrontavam com interesses da diretoria, muitas vezes sobrepondo-se a eles, mas em outros casos eram os ajustes internos da colônia que tomavam espaço.

3.3 Nos *cargos e funções*, que permaneçam os mesmos nomes

Uma das maneiras da diretoria colonial alcançar objetivos específicos era por meio da permanência ou instalação de indivíduos envolvidos, política ou economicamente, com Hermann Blumenau, em cargos públicos ou funções importantes para a colônia. Um desses indivíduos foi Ferdinand Hackradt, cujo envolvimento com os negócios da colônia foram evidenciados pelo episódio da denúncia dos livros escriturados em alemão. A sociedade entre Hackradt e Blumenau havia sido rompida em 1850, quando este atribuiu ao sócio toda responsabilidade pelos problemas financeiros do empreendimento colonial particular que mantinham juntos.⁵³¹ No entanto, após 1860, o antigo sócio passou a atuar como procurador do diretor, responsável por receber as verbas do governo da província em Desterro, e levá-las para o núcleo. Assim, é evidente que os dois continuaram a ter negócios em comum e que as relações entre eles não eram tão conflituosas como Blumenau relatou anteriormente.

⁵³¹ VOIGT, André F. *Cartas reveladas...*, p. 66-67.

Além disso, a participação de Hackradt revela que poderia ser conveniente para o diretor possuir vínculos com um indivíduo responsável pela mediação das verbas públicas. No caso, além do orçamento trimestral providenciado pela província, também havia recursos disponibilizados pela Secretaria de Terras Públicas e Colonização para o estabelecimento de imigrantes na colônia. No ano de 1876, o valor atingiu a soma de 8:800\$000.⁵³² Desta forma, mesmo com a diretoria da colônia submetida à Secretaria e dependente da presidência da província, a proximidade com Hackradt o mantinha informado sobre a distribuição de recursos públicos do governo para a colônia. Isso se evidencia quando Blumenau se opôs às mudanças que ocorreram em 1877, na forma de distribuição dos recursos trimestrais do governo. Naquele ano foi “adotado o novo modo de pagamento por meio de um pagador e seu escrivão”,⁵³³ mandados mensalmente pela Tesouraria da Fazenda.⁵³⁴ Com a mudança, os recursos para as despesas da colônia - como o pagamento dos imigrantes que trabalhavam em obras públicas, as diárias dos colonos e a construção de benfeitorias - deixavam de ser responsabilidade do procurador Hackradt e passavam a ser entregues diretamente na sede da colônia por uma pessoa designada pelo governo. O pagador passava a repassar os valores para os gastos da administração colonial para a direção, mas o pagamento dos trabalhadores era feito diretamente aos colonos.

Esta alteração evidentemente diminuía a os recursos financeiros disponíveis à direção, por isso foi bastante criticada por Blumenau, que considerava inconveniente a “execução prática” desta medida, por não permitir os mesmos resultados do antigo modo. Porém, parece que a alteração na forma de pagamento das despesas coloniais teve outras consequências. Segundo o diretor, a mudança causava

⁵³² SANTA CATARINA. Ato do Presidente da Província João Capistrano Bandeira de Mello Filho, 10 de maio de 1875. In: Atos de 1875 a 1878. Florianópolis: Oficinas a Elect. da Imprensa Oficial, 1920, p. 130. [No mesmo ano foi disponibilizado 25:445\$740, fora outras quantias, á província de Santa Catarina para repasse a Colônia Blumenau. Cf: SANTA CATARINA. Ato do Presidente da Província de Santa Catarina Alfredo d’Escragnolle Taunay, 23 de Outubro de 1876. Atos de 1875 a 1878. Florianópolis: Oficinas a Elect. da Imprensa Oficial, 1920, p. 197-198; Ato do Presidente da Província de Santa Catarina Alfredo d’Escragnolle Taunay, 22 de Novembro de 1876. Atos de 1875 a 1878. Florianópolis: Oficinas a Elect. da Imprensa Oficial, 1920, p. 204].

⁵³³ AHJFS. Relatório Colônia Blumenau 1877. Dois de fevereiro de 1878. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.67 Doc. 678.

⁵³⁴ A designação de um empregado da Tesouraria da Fazenda para realizar os pagamentos na colônia já havia sido proposta anteriormente, e criticada por Hermann Blumenau. AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Ofício para Inácio Cunha Galvão. 20 de dezembro de 1869. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.33 Doc. 338.

problemas, porque os colonos não poderiam pagar suas dívidas com serviços; isso prejudicava a administração, pois a diretoria teria dificuldade para realizar obras de infraestrutura da colônia.⁵³⁵ Apesar da reação contrária de Blumenau, a alteração na maneira de distribuição de recursos públicos foi efetivada, durante os quase 20 anos de sua gestão à frente da colônia imperial, os repasses das verbas ficaram a cargo de seu procurador.

A relação de negócios que Hermann Blumenau mantinha com Hackradt fazia parte de um ajuste mais amplo. Neste sentido, havia outro personagem que mantinha relações de negócios com Blumenau. Tratava-se de Nicolau Malburg, que possuía uma empresa de comércio e indústria no município de Itajaí,⁵³⁶ foi Agente de Colonização em Desterro, prestava serviço de agenciador de imigrantes para a colônia⁵³⁷ e também fez parte da Câmara Municipal de Itajaí.⁵³⁸

A negociação se dava da seguinte maneira: para o pagamento das despesas para a introdução de imigrantes na Colônia Blumenau, a diretoria colonial antecipava o pedido de recursos para a presidência da província de Santa Catarina, que disponibilizava a importância ao procurador Hackradt, que por sua vez efetuava o pagamento diretamente à “agência de Malburg”.⁵³⁹ O comerciante ficava responsável pela recepção, fornecimento dos suprimentos e hospedagem dos colonos, que chegavam ao barracão pertencente à Colônia Blumenau, localizado no município de Itajaí, e também pelo envio destas pessoas para o núcleo.

Desta forma, o diretor contava com o trabalho de Malburg, que administrava a entrada dos colonos e os dirigia à Colônia Blumenau, o que fomentava a atração de maior número de imigrantes para o núcleo. Enquanto isso, a diretoria dispunha do

⁵³⁵ AHJFS. Relatório Colônia Blumenau 1877. Dois de fevereiro de 1878. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.67 Doc. 678.

⁵³⁶ ROTHBARTH, Marlene D. S; SILVA, Lindinalva Deólea da. Famílias de Itajaí: mais de um século de História. Itajaí: Editora e Gráfica Odorrizzi, 2001, p. 157.

⁵³⁷ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Telegramas a Ferdinand Hackradt, Nicolau Marburg e Hermann Wendenburg. Maio 1875. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.50 Doc. 509.

⁵³⁸ Nicolau Malburg foi nomeado um dos Suplentes de Juiz de Paz e de Órfãos de Itajaí entre os anos de 1866 e 1870 e substituiu o delegado de polícia Mariano José Furtado em 1869. Cf: SANTA CATARINA. Ato do Presidente da Província Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, 12 de Maio de 1866. In: Atos de 1857 a 1866. Oficinas a vapor da Imprensa Oficial: Florianópolis, 1919, p. 320-322; Ato do Presidente da Província Carlos Augusto Ferraz de Abreu, 6 de Abril de 1869. Atos de 1857 a 1870. Oficinas a vapor da Imprensa Oficial: Florianópolis, 1919, p. 182.

⁵³⁹ A diretoria da colônia designou o valor de 200\$000 para o trabalho de Malburg como agenciador de imigrantes. O valor era entregue diretamente pelo procurador Hackradt. AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Presidente da Província Luiz Ferreira do Nascimento e Mello. 25 de junho de 1875. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.51 Doc. 514.

serviço de Hackradt, que fazia a transferência direta dos recursos públicos do governo e efetuava o pagamento do agente. Este modo de proceder era conveniente para Blumenau, pois a delegação de funções possibilitava maior comodidade à diretoria colonial, que não precisava se deslocar a Desterro para receber as quantias disponibilizadas pela província, nem a Itajaí para providenciar a recepção dos imigrantes.

Contudo, o envolvimento do diretor nestas conexões ultrapassava a parte operacional da administração colonial. Hermann Blumenau, além de conduzir o ajuste de funções importantes para determinadas pessoas, também atuava na negociação das gratificações de seus cargos. Em 1875, ele reiterou o pedido para alteração de pagamento feito por Malburg – a comissão de 1\$000 por imigrante adulto e 640 réis por menor. Malburg pedia que a quantia fosse fixada em 1:200\$000 anuais e, em sua solicitação, Blumenau teceu comentários elogiosos ao negociante, frisando seu empenho em fomentar a imigração para o Brasil.⁵⁴⁰

Pessoas próximas do diretor exerciam também cargos e funções importantes no próprio núcleo colonial. A partir do contrato de 1860 era o governo que definia cargos, atribuições e ordenados na diretoria da colônia. Neste processo, vagas significativas foram preenchidas por colonos imigrantes que já possuíam posições políticas de destaque no período anterior. Ao diretor Hermann Blumenau ficou estipulado o vencimento anual de 4:000\$000 – como já informado; Hermann Wendenburg, que já prestava serviços de guarda livros na colônia desde 1853, recebia a quantia de 1:200\$000 para exercer o cargo de escrevente. João Breitaupt, que também já realizava serviços na demarcação de lotes e terrenos, foi instituído como agrimensor com 600\$000 de remuneração anual.⁵⁴¹ Guilherme Friedenreich, que vivia na colônia desde 1850, passou a exercer o cargo de subdelegado, Bernardo Knoublauch, o de médico⁵⁴²; como pastor Evangélico, Osvald Hesse;

⁵⁴⁰ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Governo Imperial. Corte, 13 de outubro de 1875. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.53 Doc. 532.

⁵⁴¹ APESC. Correspondência Ministério do Império – Presidência da Província de Santa Catarina. Instruções por que se tem de reger a Colônia Blumenau. 1830-75/89. 13v. Artigo 2. Folha 122.

⁵⁴² Bernardo Knoublauch era formado pela Universidade de Lena e foi instituído para o cargo em 1º de março de 1862. Conforme aviso ministerial de 1º de janeiro de 1862. Cf: AHJFS. Relatório Colônia Blumenau 1862. 31 de dezembro de 1862. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.17 Doc. 172.

Victor von Gilsa foi nomeado professor público⁵⁴³ e escrivão interino do Juiz de Paz, Julio Baumgarten.⁵⁴⁴

A negociação das funções administrativas, vencimentos e designações dos cargos da colônia eram tratados em ofícios redigidos por Hermann Blumenau para os Ministérios da Agricultura e do Império e Presidência da Província de Santa Catarina.⁵⁴⁵ Em 1865, quando Blumenau viajou para a Alemanha – em licença que inicialmente deveria ser de seis meses, mas que durou cerca de quatro anos com pagamento de salários e das despesas da viagem⁵⁴⁶ – ele solicitou aumento anual de 200\$000 anuais para Ferdinand Hackradt, e 800\$000 para o Guarda Livros Hermann Wendenburg, que ficaria como diretor interino em sua ausência.⁵⁴⁷ Em 1872, solicitou novamente aumento no salário do escrevente,⁵⁴⁸ que também exerceu o cargo de Inspetor de Instrução Pública até o ano de 1876.⁵⁴⁹ O diretor demonstrou preocupação com a situação financeira de Wendenburg e com a possibilidade de que ele se demitisse do cargo de escrevente. Não é possível afirmar se ele havia mesmo ameaçado deixar o cargo, mas certamente era uma

⁵⁴³ AHJFS. Estatística da Colônia Blumenau em 1862. 31 de dezembro de 1862. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.16. Doc. 169.

⁵⁴⁴ AHJFS. Repartição Especial das Terras e Colonização da Província de Santa Catarina, nº 117. Requerimento de Naturalização de Gustavo Frederico Labes. Juiz de Paz Julio Baumgarten e Escrivão Interino Victor von Gilsa. 27 de setembro de 1865. Fundo Memória da Cidade.

⁵⁴⁵ Os pedidos de aumento das remunerações eram realizados por meio de cartas e ofícios emitidos pela diretoria colonial aos órgãos públicos responsáveis. Existem inúmeros documentos que registram estas solicitações, como para o feitor da colônia. Cf: AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura Comércio e Obras Públicas Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. 14 de janeiro de 1865. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.26.1 Doc. 261.1

⁵⁴⁶ Hermann Blumenau viajou pela Europa por cerca de quatro anos – 1865-1869. Neste período, recebeu salário por serviços prestados para o desenvolvimento da imigração para o Brasil (seis meses integralmente, mais seis meses por metade do valor com mais uma prorrogação). Neste meio tempo casou-se (1867) com Bertha Repsold e teve seu primeiro filho ainda na Alemanha. Cf: SILVA, José F. *O doutor Blumenau...*, p. 87; SILVA, José F. *História de Blumenau...*, p. 68; AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Governo Imperial. Rio de Janeiro, novembro de 1869. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.34 Doc. 346;

⁵⁴⁷ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Ofício a Presidente da Província Alexandre Rodrigues Chaves. Desterro, 1º de Abril de 1865. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.26 Doc. 262.

⁵⁴⁸ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Ofício a Ministro da Agricultura. 19 de novembro de 1872. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.42 Doc. 428.

⁵⁴⁹ Hermann Blumenau informa a exoneração de Hermann Wendenburg do cargo de Inspetor de Instrução Pública da colônia 13 de outubro de 1876. O ato foi registrado em 23 de outubro de 1876 pela presidência da província. AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Presidente da Província Dr. Alfredo d'E Taunay. 13 de outubro de 1876. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.60. Doc. 605; SANTA CATARINA. Ato do Presidente da Província Alfredo d'Escagnolle Taunay, 23 de outubro de 1876. *Atos de 1875 a 1878*. Florianópolis: Oficinas a Elect. da Imprensa Oficial, 1920, p. 192.

maneira que Blumenau utilizou para convencer o governo a disponibilizar o aumento ao funcionário.⁵⁵⁰

Neste sentido, a permanência de Oswaldo Hesse como pastor evangélico da colônia também revela aspectos das estratégias do diretor. Em 1864, o governo da província havia solicitado o “título de nomeação ou eleição para o cargo” do pastor que atuava na colônia. A eleição era uma exigência e a solicitação era feita para que tudo fosse registrado na Secretaria da Presidência. Contudo, a ordem não podia ser cumprida, pois não tinha havido eleição: Hesse havia sido “engajado e empregado” pessoalmente por Blumenau quando este ainda era proprietário da colônia, com autorização do governo imperial, e continuara no cargo a partir de 1860 em “serviço imediato do mesmo governo”. Para resolver o impasse, Blumenau disponibilizava uma certidão emitida por ele mesmo como comprovante, que considerava como suficiente para registro.⁵⁵¹ A designação para a função de pastor evangélico na colônia, que deveria ser feita por meio da indicação ou eleição, havia sido realizada de outra forma. Houve uma adaptação de regras feita pelo diretor, que conseguiu manter no cargo, após 1860, o pastor que ele mesmo havia designado no período de administração particular. O episódio mostra o empenho de Blumenau para que pessoas de sua confiança ocupassem cargos na colônia tornada pública, pois isto certamente favoreceria o controle do diretor sobre a administração colonial. Mesmo sendo estas nomeações prerrogativas do governo,⁵⁵² o fato de Blumenau ter administrado a colônia de forma relativamente autônoma – como seu proprietário – facilitava o controle das nomeações para os cargos no núcleo, mesmo depois que ele passou a ser uma colônia imperial.

O recurso da diretoria parece ter sido bem sucedido: os cargos de diretor, escrevente e agrimensor foram ocupados pelos “mesmos nomes” durante todo o período da colônia pública Blumenau. Este fato evidencia uma continuidade em relação aos tempos que a colônia era propriedade particular de Blumenau.

⁵⁵⁰ Em 1872, o vencimento anual do Escrevente Hermann Wendenburg era de 1:500\$000, reajustado em relação ao valor de 1860 que era de 1:200\$000. Cf: AHJFS. Quadro comparativo de orçamento 1871-1872. 30 de Novembro de 1871. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.40 Doc. 407.

⁵⁵¹ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Presidente da Província de Santa Catarina, 22 de junho de 1864. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.23 Doc. 234.

⁵⁵² APESC. Correspondência Ministério do Império – Presidência da Província de Santa Catarina. Instruções por que se tem de reger a Colônia Blumenau. 1830-75/89. 13v. Artigo 2. Folha 122.

A importância das relações pessoais constituídas desde o período da colônia particular se evidencia pela indicação de Guilherme Friedenreich ao cargo de Subdelegado da colônia.⁵⁵³ Friedenreich era proprietário de uma hospedagem na parte central da colônia, tinha sido Juiz de Paz a partir de 1869⁵⁵⁴ e nutria uma antiga amizade com o diretor.⁵⁵⁵ A diretoria colonial alugou dois quartos da hospedaria do subdelegado, para servir como espaço de funcionamentos dos serviços da direção. Apesar de Hermann Blumenau reclamar das instalações⁵⁵⁶ – principalmente para conseguir verbas para construir um local próprio para a diretoria – havia vantagens: a hospedagem localizava-se na região central do núcleo; o diretor, escrevente e agrimensor ocupavam o mesmo local que o subdelegado, proprietário do local; entre uma tarefa e outra, o subdelegado poderia ocupar-se com um hóspede ou servir uma refeição a um pensionista.

O ajuste indica uma situação de amizade e de necessidade de ambas as partes. Esta afirmação se depreende da solução encontrada pela diretoria para contornar as consequências de um incêndio, ocorrido em 1865, na pensão onde estavam instaladas as dependências da direção colonial, o escritório do agrimensor e de seu ajudante. A direção solicitou à presidência da província 500\$000 que deveriam ser emprestados a Friedenreich, para que ele reparasse os estragos do incêndio. O valor do empréstimo deveria ser abatido no valor do aluguel que o governo pagava pelo uso das instalações utilizadas como escritório da direção e escritório do agrimensor. O aluguel ainda, como solicitava Blumenau, deveria passar de 30\$000 para 50\$000 trimestrais.⁵⁵⁷ A colônia Blumenau necessitava do espaço da

⁵⁵³ AHJFS. Ofício Câmara Municipal de Itajaí ao Presidente da Província Carlos Augusto Ferraz de Abreu. Sessão de oito de Abril de 1869. Ofícios Pres. P. Cam. M. 1869, v. 2. Fundo Memória da Cidade.

⁵⁵⁴ Guilherme Friedenreich foi exonerado do cargo de Subdelegado no ano de 1866 e voltou a função em 1870. Cf: SANTA CATARINA. Ato do Presidente da Província Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, 16 de Novembro de 1866. *Atos de 1857 a 1866*. Oficinas a vapor da Imprensa Oficial: Florianópolis, 1919, p. 356-357; Ato do Presidente da Província André Cordeiro de Araújo Lima, 26 de janeiro de 1870. *Atos de 1857 a 1870*. Oficinas a vapor da Imprensa Oficial: Florianópolis, 1919, p. 291.

⁵⁵⁵ AHJFS. Relatório Colônia Blumenau 1862. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.17 Doc. 172.

⁵⁵⁶ Hermann Blumenau considerava o local inapropriado e solicitava com urgência a construção de um local específico para o trabalho da direção. AHJFS. Relatório Colônia Blumenau 1862. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.17 Doc. 172.

⁵⁵⁷ AHJFS. WENDENBURG, Hermann. Ofício ao Presidente da Província Dr. Alexandre Rodrigues Chaves. 3 de julho de 1865. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.26 Doc. 263.

hospedaria para seu funcionamento,⁵⁵⁸ e como o proprietário do local não possuía recursos para os reparos da obra, a solução encontrada foi providenciar verbas públicas para cobrir as despesas do estabelecimento particular, por meio de um empréstimo, e ainda aumentar o aluguel do local pago pelo Estado, para possibilitar o pagamento da dívida. Ao fim do acerto, a direção continuaria instalada no mesmo local e aparentemente, o governo ficaria com o ônus do aumento nos custos de locação, enquanto o proprietário teria condições para reforma com o empréstimo. Porém, a proposta da diretoria não passou despercebida pela Secretaria de Terras Públicas e Colonização. O delegado José Bonifácio Caldeira de Andrade era da opinião de que os danos causados por eventualidades como incêndios em imóveis alugados deveriam ser corrigidas pelos seus proprietários. Mas, não havendo alternativa para resolução do caso, a presidência deveria conceder o empréstimo e permitir o aumento no valor do aluguel, desde que o acréscimo deixasse de ser cobrado com a quitação da dívida e que esta fosse uma das condições para a aprovação do orçamento da colônia.⁵⁵⁹

Apesar de Blumenau buscar fazer valer os interesses da diretoria da colônia, em muitos casos, suas pretensões não eram atendidas. A ordem dada pela Presidência da Província para exoneração do administrador das casas de recepção da colônia, contratado pessoalmente por Hermann Blumenau, é um exemplo neste sentido. No fim da década de 1860, com a devida autorização, a diretoria da colônia adquiriu uma casa com “frontal de tijolos” por um preço módico, para servir de recepção aos colonos. Segundo Blumenau, para a “conservação das casas” e necessidades do serviço era necessária a “constante presença de um guarda ou administrador enérgico, sisudo e zeloso”; em razão disso foi contratado o colono Haenschke, que juntamente com sua família, passou a prestar o serviço de administrador das casas de recepção da colônia.⁵⁶⁰ Em 1876, a presidência havia

⁵⁵⁸ Sobre as condições estruturais do núcleo colonial Cf: : OLIVEIRA, M. L. *A construção da ordem na colônia...*

⁵⁵⁹ AHJFS. Ofício Delegado da Secretaria Terras Públicas e Colonização José Bonifácio Caldeira de Andrade ao Presidente da Província de Santa Catarina Comendador Francisco José de Oliveira. Desterro, 10 de julho de 1865. Ofícios Pres. P. T. C. (1865-1867). 1862, nº63. Fundo Memória da Cidade.

⁵⁶⁰ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Presidente da Província João Capistrano de Mello Filho. 23 de Abril de 1876. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.59 Doc. 592.

informado ao diretor que a família tinha o prazo de um mês para se retirar do local. Com bastante polidez, Blumenau afirmou que se deveria dar o prazo de no mínimo seis meses ao administrador e tentou convencer o governo de que a permanência dele era a melhor alternativa.

Em lugar de gratificação, que talvez outro exigisse além da morada, foi-lhe esta concedida morada unicamente em dois quartos da casa e na varanda ou alpendre anexo, e tolerado, que tivesse hospedaria decente, que, se de um lado deu meios de vida para si e sua família, do outro foi de grande benefício para os habitantes da colônia em viagem e sobretudo economizou ao Governo toda e qualquer ulterior despesa.⁵⁶¹

O diretor procurava defender a permanência de Haenschke, argumentando que ele era “zeloso e capaz” para o serviço, afirmando que seu trabalho era de grande “benefício” para a colônia e também para o governo, e que a saída da família da casa de recepção não aumentaria significativamente a capacidade de abrigar imigrantes. O governo manteve a ordem de retirada do administrador da função. Blumenau solicitou formalmente a designação de outra pessoa para o cargo, desta vez “à escolha” da presidência.⁵⁶²

As negociações, tensões e ajustes entre governo e o diretor – alguns deles recuperados nesta seção – mostram que a administração procurou preservar procedimentos relativos ao período em que a colônia era um empreendimento particular e que, ao fazer isso, Blumenau visava manter o âmbito de controle que havia tido até então. Nem sempre conseguia, mas muitas vezes tinha sucesso.

Além de tratar com as autoridades da província, Blumenau teve também de realizar negociações com os imigrantes instalados no núcleo, pois os interesses da direção nem sempre correspondiam aos dos colonos, como veremos adiante.

3.4 O “último sinal de vida” de um Conselho de Colonos

⁵⁶¹ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Presidente da Província João Capistrano de Mello Filho. 23 de Abril de 1876. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.59 Doc. 592.

⁵⁶² AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Telegrama a Werneck Campo Capistrano. 3 de maio de 1876. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.59 Doc. 593.

Seria inocência afirmar que não havia, antes do ano de 1860, divergência entre colonos e a diretoria. Contudo, é a partir da gestão pública da colônia que as tensões entre eles se tornam mais evidentes. Os eventos que ocorreram quando da formação do Conselho de Colonos no fim da década de 1860 evidenciam os conflitos de interesses, não só entre diretoria e colonos, como entre determinados grupos de imigrantes da colônia.

Os membros da Junta Colonial, como também era denominado o Conselho de Colonos, influíam e opinavam na forma com que as medidas legislativas eram aplicadas no núcleo e na determinação de obras e fiscalização do uso de dinheiro público pela diretoria da colônia.⁵⁶³ Certamente, fazer parte do Conselho acarretava algum prestígio; afinal, seus membros estariam envolvidos em escolhas importantes para o desenvolvimento colonial. Além disso, poderiam interferir em decisões e sugerir mudanças sobre o modo como a direção colonial administrava o núcleo. Por isso, as disputas para compor a Junta mostram os desentendimentos e divergências de interesses dos colonos entre si e deles com a diretoria.

Em 1867, o Regulamento das Colônias do Estado estabeleceu que se formasse em todos os núcleos uma Junta composta por oito membros – eleitos pelos moradores da colônia – entre eles, o médico da colônia e seu diretor – este último como presidente – somando mais seis indivíduos propostos pela diretoria, que já tivessem “pago toda a sua dívida ao Estado”.⁵⁶⁴

O Conselho formado na Colônia Blumenau, em 1867, foi composto pelo Diretor Interino Hermann Wendeburg como Presidente, além do Médico Dr. Bernardo Knoublauch, e mais seis pessoas designadas pela diretoria, consideradas “apropriadas” para função e não devedoras do governo: Augusto Mueller, Gustavo Spierling, Guilherme Schreiber, Cristiano Bauke, Reinoldo Freigang, Carlos Kuelps.⁵⁶⁵ Entre seus membros eram eleitos o secretário e seu suplente e outros

⁵⁶³ AHJFS. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Relatório Colônia Blumenau 1870. 18 de janeiro de 1871. Pasta 02.38. Doc. 382; Relatório Colônia Blumenau 1874. s/d Pasta 02.48 Doc. 490.

⁵⁶⁴ O regulamento previa a instalação de uma Junta Provisória (oito membros) para o período de um ano. A Junta definitiva (três anos) seria proposta pelo diretor colonial para ser escolhida pela presidência da província. BRASIL. Decreto 3784 de 19 de Janeiro de 1867. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1867. Tomo XXX. Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1867, p. 35. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/leis1867/Leis1867-30.pdf>

⁵⁶⁵ AHJFS. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. WENDEBURG, Hermann. Ofício ao Presidente da Província Francisco José de Oliveira. Oito de agosto de 1867. Pasta 02.30 Doc. 303; Relatório Geral Colônia Blumenau 1867. 31 de dezembro de 1867. Pasta 02.31 Doc. 315.

dois responsáveis por planejar estatutos para a colônia, como o Regulamento Comercial. No geral, suas atribuições variavam entre mandar construir estradas, caminhos ou até fornos para os imigrantes recém-chegados, traduzir e publicar posturas ou adquirir terrenos para pastagem pública.⁵⁶⁶

Segundo Silva, este conselho atuava na assessoria da direção, mas não obteve o desempenho esperado, por se tratar “de um organismo manobrado pelo diretor e sujeito ao seu caráter deliberativo”.⁵⁶⁷ Claramente, se apresentava uma situação bastante cômoda para a direção colonial: fariam parte da comissão pessoas propostas por ela, e o diretor, ele próprio, exerceria a presidência. Nestas condições, restava pouca margem para divergências significativas e a diretoria podia garantir a salvaguarda de seus interesses.

Apesar da combinação política favorável para a direção colonial, fica difícil imaginar que em uma comunidade de cerca 3000 indivíduos⁵⁶⁸, entre os quais 529 eram proprietários de lotes, não haveria divergências. Mesmo com a eleição dos membros do conselho restringindo-se a determinado grupo de colonos, a composição da Junta foi motivo de desentendimento, pois permitia a proposição de ideias, posicionamentos e interesses de colonos para a diretoria.

A escolha dos membros em 1867 parece ter acontecido sem conflitos, mas a formação de uma comissão anterior a esta, em 1866, não aconteceu sem comprometer pontos importantes na sociabilidade da colônia. A formação de um conselho de colonos era parte dos planos de Hermann Blumenau para sua colônia particular,⁵⁶⁹ e também havia sido prevista pelo contrato de cessão ao governo imperial. Este Conselho deveria contar com cinco pessoas que tivessem mais de 23 anos e que nada devessem ao governo. No caso, teriam a função de auxiliar a direção em decisões que envolvessem a distribuição de adiantamentos e utensílios para os colonos e as taxas cobradas nestas somas.⁵⁷⁰

⁵⁶⁶ AHJFS. Cópia de artigo de periódico anunciado para Dona Francisca e Blumenau. *Colonie Zeitung*, Joinville, 1 de fevereiro de 1868, n. 5.. Editor responsável Ottokar Doerffel. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.32 Doc. 322

⁵⁶⁷ SILVA, José F. *A história de Blumenau...* p. 82.

⁵⁶⁸ AHJFS. WENDEBURG, Hermann. Carta ao Presidente da Província Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda. 14 de abril de 1867. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.29 Doc. 295.

⁵⁶⁹ AHJFS. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta petição, meados de dezembro de 1850. Pasta 02.2 Doc. 25; Regulamento da Colônia Blumenau. Incompleto. s/d. Pasta 02.13.1 Doc. 132.1.

⁵⁷⁰ Os membros do conselho deveriam ter mais de 23 anos e suas funções durariam dois anos.

No ano de 1866, o diretor interino Hermann Wendenburg convocou eleição de uma “comissão” de moradores, que serviria como um Conselho, para auxiliar a direção da colônia com a seguinte justificação:

No mês de agosto do ano passado, tempo em que esta Diretoria estava quase sem meios para os trabalhos necessários na colônia e não tinha conhecimentos com quanto o Governo Imperial dignar-se socorrer para os mesmos no corrente exercício, convidei por edital todos os colonos eleger uma comissão conforme aquele que já desde muitos anos rege a colônia Dona Francisca. O fim principal deste estatuto é a conservação dos meios de comunicação existentes, e o primeiro princípio e base geral que cada proprietário é obrigado de contribuir anualmente com certa quantia de dinheiro.⁵⁷¹

Tomando como exemplo a Colônia Dona Francisca⁵⁷², o diretor interino da Colônia Blumenau resolveu criar uma comissão de colonos para compilar um estatuto para regular assuntos como a construção e manutenção dos “meios de comunicação existentes” e as contribuições anuais dos proprietários de terras. Parece, portanto, que neste caso, a comissão criaria regras para os procedimentos de cobrança de impostos dos colonos.

A Colônia Blumenau havia sido isenta por 10 anos do pagamento de impostos sobre o comércio de cabotagem, barcos de propriedade dos colonos ou armazéns, tabernas ou lojas – com exceção dos tributos pertencentes às Câmaras Municipais. O privilégio era proveniente do acordo de 1855, promulgado em 1857, que concedia à colônia as mesmas vantagens da Colônia Dona Francisca.⁵⁷³ Talvez tenha sido o fim desta isenção, em 1867, que impeliu a diretoria a resolver o problema da aplicação das taxas de impostos, e assim implementar meios de angariar fundos para a colônia.

O assunto da arrecadação de imposto se mostrou problemático para a direção. Em 1871, por exemplo, Hermann Blumenau reclamou que alguns colonos

APESC. Correspondência Ministério do Império – Presidência da Província de Santa Catarina. Instruções por que se tem de reger a Colônia Blumenau. Artigo 2. 1830-75/89. 13v. Folha 122.

⁵⁷¹ AHJFS. WENDEBURG, Hermann Carta ao Presidente da Província Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda. 14 de abril de 1867. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.29 Doc. 295.

⁵⁷² Sobre Comissão de Colonos na Colônia Dona Francisca cf: RODOWICK-OSWIECIMSKY, Theodor. *A colônia Dona Francisca no Sul do Brasil...*, p. 98-111.

⁵⁷³ AHJFS. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Termo de ajuste e contrato entre Hermann Blumenau e o Governo Imperial. Rio de Janeiro, Repartição Geral das Terras e Colonização, 17 de abril de 1855. Pasta 2.7.1. Doc. 71.1; Carta da Tesouraria da Fazenda da Província de Santa Catarina assinada por João Francisco de Souza Coutinho para Diretoria da Colônia Blumenau. Desterro, 11 de julho de 1862. Pasta 02.17 Doc. 178.

não estavam fornecendo informações para o relatório estatístico, devido à ideia divulgada entre eles, de que o recenseamento era feito “na intenção [da direção] de lançarem impostos novos e proporcionais” aos colonos. Com isso, os donos de lotes davam “desculpas” para não fornecer os dados e o diretor nada podia fazer, a não ser pedir uma resolução urgente do caso, talvez com a prisão dos “contraventores”.⁵⁷⁴

Desta forma, a cobrança de taxas era um problema recorrente para a administração. Em 1879, no último ano em que exerceu a direção do núcleo, Blumenau afirmou ter publicado e divulgado, como de costume, a ordem da obrigatoriedade do pagamento das taxas pelos imigrantes, mas reclamava que isto havia contribuído, no decorrer dos anos, para ele ficar “sempre mais odiado entre os colonos”. Na ocasião, o diretor demonstrou não estar satisfeito com a maneira como o governo obrigava a cobrança de impostos, e afirmava que ele próprio, se “não fosse funcionário público” também deixaria de pagá-los.⁵⁷⁵

Havia dificuldade também na cobrança de valores atrasados. Em 1874, a situação deveria ser resolvida com a cobrança efetuada com “prudência e critério, perdoando-se uma parte dos impostos” e por isso, seria necessária a designação de um “coletor” de impostos da colônia. Contudo, segundo Blumenau não havia pessoas habilitadas e sem outra ocupação para exercer tal cargo. O diretor sugeriu que Luiz Sachtleben e Carl Wilhelm Eduard Schadrach exercessem a função, mas não deixou de registrar que os nomes eram inconvenientes, pois um era administrador e o outro diretor da Sociedade de Consumo – “estabelecimento comercial com loja ou venda aberta” – que atuava na colônia.⁵⁷⁶

O envolvimento de Schadrach na cobrança de impostos coloniais já acontecia há algum tempo. Em 1866, na eleição proposta pelo diretor interino, ele ficou designado como um dos membros para formar a comissão de colonos e formulou uma proposta de estatuto bastante singular, por se contrapor aos interesses da diretoria. De acordo com a sua proposta, a colônia seria dividida em seis distritos,

⁵⁷⁴ AHJFS. Relatório Geral Colônia Blumenau 1871. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.41 Doc. 412.

⁵⁷⁵ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Ofício ao Administrador da Mesa de Rendas Gerais de Itajaí José Maurício Lopes da Silva. 24 de março de 1879. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.75 Doc. 754.

⁵⁷⁶ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Inspetor da Tesouraria da Fazenda Antônio Cândido da Silva. 27 de julho de 1874. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.48 Doc. 482.

cada distrito com três representantes, o que para a direção era um equívoco, dadas as grandes distâncias entre as localidades. A proposta também isentava os proprietários de lotes coloniais do pagamento de impostos, o que confrontava frontalmente com a intenção da diretoria, que queria exatamente regular o pagamento de tais impostos.⁵⁷⁷

É possível que essa proposta se referisse somente aos colonos que se dedicassem exclusivamente aos trabalhos agrícolas,⁵⁷⁸ ou poderia estar relacionada ao fato de Schadrach possuir um lote de terras de tamanho considerável e buscar vantagens financeiras deixando de pagar taxas sobre seu lote.⁵⁷⁹ A ideia, evidentemente, não foi bem recebida pela diretoria colonial. Blumenau a “condenava”, pois considerava que o pagamento representava uma “participação do colono no mínimo das despesas da direção” e na “vida da coletividade”.⁵⁸⁰ O diretor interino naquele período, Wendenburg, também foi contrário ao projeto, pois achava que Schadrach não considerava aspectos “importantíssimos” para o desenvolvimento da colônia e que a diretoria tinha dificuldade de encontrar outros meios de arrecadar fundos, uma vez que os impostos do comércio eram destinados ao Município de Itajaí.⁵⁸¹

Parece que o argumento de Wendenburg foi convincente, pois o projeto do regulamento colonial “não obteve a respectiva aprovação”.⁵⁸² Segundo o diretor interino, somente 1/5 da população havia concordado com a proposta; o restante, “colonos inteligentes” que eram, haviam percebido a “insuficiência” do estatuto.⁵⁸³ Os

⁵⁷⁷ AHJFS. WENDEBURG, Hermann. Carta ao Presidente da Província Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda. 14 de abril de 1867. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.29 Doc. 295.

⁵⁷⁸ SILVA, José F. *A história de Blumenau...*, p. 82.

⁵⁷⁹ O lote de terras de Schadrach possuía 500.000 braças quadradas. Área que totalizaria cerca de quatro lotes de 1º classe (125.000 braças quadradas) permitidos para a venda pelo regulamento da colônia. AHJFS. SCHADRACH, Carl Wilhelm Eduard. Ofício ao diretor da Colônia Blumenau; requerimento de compra de terras. Desterro, 3 de junho de 1862. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.17.1 Doc. 176.1

⁵⁸⁰ SILVA, José F. *A história de Blumenau...*, p. 82.

⁵⁸¹ AHJFS. WENDEBURG, Hermann. Carta ao Presidente da Província Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda. 14 de abril de 1867. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.29 Doc. 295.

⁵⁸² AHJFS. *Freihold. Colonie Zeitung*, Joinville, 1 de fevereiro de 1868, n. 5. Anunciados para Dona Francisca e Blumenau. Editor responsável Ottokar Doerffel. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.32 Doc. 322.

⁵⁸³ AHJFS. WENDEBURG, Hermann. Carta ao Presidente da Província Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda. 14 de abril de 1867. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.29 Doc. 295.

representantes do conselho de 1866 chegaram a propor e realizar outra eleição para submeter a proposta do estatuto a uma nova votação, tentando aprová-lo, mas o resultado continuou desfavorável ao projeto.⁵⁸⁴

No ano seguinte, a formação da Junta Colonial foi indicada pela diretoria ao governo e o nome do proponente do controverso estatuto não estava entre os escolhidos. Talvez, ele mesmo não mais se interessasse em exercer a função, ou passou a se dedicar aos seus negócios pessoais. Contudo, com estes fatos envolvendo as atribuições dos membros do conselho da colônia, é bastante provável que a direção, prevendo a possibilidade de uma intervenção mais significativa dos membros do Conselho de Colonos na forma com que administrava o núcleo, cuidou para que se atenuassem as possibilidades de oposição. Tal preocupação se evidencia quando Hermann Blumenau, em 1871, solicitou à presidência que fossem reconduzidos ao cargo os membros da Junta anteriormente formada, pois eles tinham experiência devido ao trabalho já realizado e porque faltavam indivíduos para assumir tamanha responsabilidade.⁵⁸⁵ Certamente, os participantes do Conselho de 1867 não deviam se opor ao modo como Blumenau dirigia a colônia. Por isso, deveria parecer interessante mantê-los no cargo.

Parece, portanto, que em 1866 houve o “último sinal de vida”⁵⁸⁶ da representação do conselho do qual Eduardo Schadrach fazia parte. Contudo, pode ter sido o fim daquela comissão, mas certamente não foi a primeira, nem última ocasião em que o nome do imigrante esteve envolvido em conflitos com a diretoria.

No começo da década de 1860, Schadrach entrou em atrito com direção da colônia, quando requereu e comprou da presidência da província um lote de terras devolutas próximas ao núcleo colonial. Este procedimento – também utilizado pelo diretor – levou outros colonos a requererem a compra de terras em locais que, segundo a diretoria, eram regidos pelo regulamento da colônia. O desenrolar desta

⁵⁸⁴ AHJFS. Freihold. Colonie Zeitung, Joinville, 1 de fevereiro de 1868, n. 5. Anúncios para Dona Francisca e Blumenau. Editor responsável Ottokar Doerffel. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.32 Doc. 322.

⁵⁸⁵ No caso, somente Julio Paupitz foi substituído por Reinhold Freygang. AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Ofício ao Presidente da Província Presidente Dr. Joaquim Bandeira de Gouveia. Quatro de dezembro de 1871. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.40 Doc. 408.

⁵⁸⁶ O termo foi utilizado em um artigo publicado em 1 de fevereiro de 1868, no periódico Colonie Zeitung, distribuído nas colônias Dona Francisca e Blumenau. Cf: AHJFS. Freihold. Colonie Zeitung, Joinville, 1 de fevereiro de 1868, n. 5. Anúncios para Dona Francisca e Blumenau. Editor responsável Ottokar Doerffel. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.32 Doc. 322.

contenda traz à tona aspectos importantes sobre a distribuição de lotes na colônia e dos conflitos de interesses entre a diretoria e colonos e será contemplado no próximo item.

3.5 Sobre a “confusão” de terras devolutas, a diretoria que decide

O contrato da Colônia Blumenau com o Império mal havia esquentado na gaveta da diretoria e já surgiam as primeiras ações movidas por colonos contra Hermann Blumenau. Na nova configuração, ocorreram mudanças no modo de distribuição de lotes que passava a ser regido pelo regulamento da colônia⁵⁸⁷ e que aumentaram as oportunidades para colonos comprarem terras devolutas próximas ao núcleo, fato que se configurava como um importante motivo de conflitos entre a diretoria e os requerentes.

Um exemplo de litígio envolvendo este negócio tem como personagem central Carl Wilhelm Eduard Schadrach – o mesmo envolvido na elaboração do estatuto em 1866. A sucessão dos fatos teve início em 1861, quando o imigrante comprou uma área de 500.000 braças (2.420m²) de terras devolutas em uma região denominada Itoupava, onde, segundo dizia, intencionava construir uma serraria.⁵⁸⁸ Hermann Blumenau se opôs à negociação e tentou dissuadir o comprador, oferecendo outro lote de menor extensão em outra localidade da colônia, mas afirmou que devido à sua insistência e promessa de estabelecer “lavoura e um engenho de serrar madeira” no local, acabou por “conceder a compra”.⁵⁸⁹

A extensão de terras que passou ao domínio de Schadrach superava de longe o tamanho dos lotes da colônia. Segundo as instruções da administração colonial de 1860, o terreno de maior extensão deveria atingir 50.000 braças e só

⁵⁸⁷ O regulamento da colônia permitia aos colonos escolherem o local e tamanho do lote e a forma de pagamento, que poderia ser a vista ou a prazo com acréscimo de juros. APESC. Correspondência Ministério do Império – Presidência da Província de Santa Catarina. Instruções por que se tem de reger a Colônia Blumenau. Artigo 5. 1830-75/89. 13v. Folha 124.

⁵⁸⁸ AHJFS. SCHADRACH, Carl Wilhelm Eduard. Ofício ao diretor da Colônia Blumenau; requerimento de compra de terras. Desterro, 3 de junho de 1862. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.17.1 Doc. 176.1

⁵⁸⁹ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Presidente da Província Conselheiro Vicente Pires da Motta. 19 de maio de 1862. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.17.1 Doc. 174. 1.

poderia ser vendido com pagamento à vista.⁵⁹⁰ No regulamento das colônias de 1867 – posterior ao fato analisado –, os lotes de maior extensão seriam de 1º classe, que atingiriam 125.000 braças quadradas (605.000 m²).⁵⁹¹ Tamanha discrepância acontecia por que as terras requeridas e compradas pelo imigrante não eram terras da colônia, e sim devolutas. A diretoria regulava os lotes dentro do território da colônia, mas não tinha autoridade sobre aquelas que o colono havia comprado fora do núcleo. Esta condição ocasionava eventuais conflitos, na medida em que a diretoria tinha intenção de adquirir terras devolutas para estender o território colonial.⁵⁹² Esta pretensão se inviabilizava, pois qualquer indivíduo poderia requisitar a compra de terrenos, do mesmo modo que Schadrach procedeu.

Além disso, a área que circundava a colônia era indefinida. A própria direção não podia informar com precisão quais eram realmente terrenos devolutos, particulares⁵⁹³, ou pertencentes ao núcleo. Em 1866, por exemplo, Hermann Wendenburg, o diretor interino -, afirmou à Presidência da Província que “não sabia” definir qual era a situação das terras localizadas entre os “Ribeirões do Belchior e da Itoupava”, pois se tratava de uma região inapropriada para a colonização, que não possuía mapa e que apresentava “grande confusão entre terras devolutas e já possuídas”.⁵⁹⁴ Havia a indefinição das terras até mesmo em relação ao tamanho real do território da colônia.

Em 1862, quando Hermann Blumenau buscou definir com a presidência da província a extensão das terras da colônia, o Conselheiro Pires da Motta somente

⁵⁹⁰ APESC. Correspondência Ministério do Império – Presidência da Província de Santa Catarina. Instruções por que se tem de reger a Colônia Blumenau. Artigo 6. 1830-75/89. 13v. Folha 124v.

⁵⁹¹ Os lotes “rústicos” (rurais) de 1º classe seriam distribuídos na área de 125.000 braças quadradas (605.000 m²), os de 2º classe teriam 62.500 braças quadradas (302.500 m²) enquanto os de 3º teriam 31.250 (151.200 m²). Os lotes urbanos tinham outra metragem, podiam variar de 10 a 50 braças de frente (22 a 410 metros). BRASIL. Decreto 3784 de 19 de Janeiro de 1867, Art. 4º. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1867. Tomo XXX. Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1867, p. 34. Disponível em

<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/leis1867/Leis1867-30.pdf>

⁵⁹² AHJFS. Ofício Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja – Repartição Geral de Terras e Colonização. 1862. Fundo Colonização Blumenau Imperial 1860-1884. Pasta 03.15 Doc. 153.

⁵⁹³ Para a identificação, a direção publicava um edital para comprovação da propriedade particular, no caso de terras devolutas deveriam ser negociadas diretamente com a presidência. AHJFS. Edital publicado em jornal de Desterro. 1º de março de 1861. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.14 Doc. 142

⁵⁹⁴ Hermann Wendenburg se posicionou favorável à venda do terreno pela província. AHJFS. WENDENBURG, Hermann. Ofício ao Presidente da Província Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda. 10 de outubro de 1866. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.27 Doc. 279.

sabia lhe informar que se tratavam de “20 léguas quadradas”;⁵⁹⁵ informação que não resolvia o problema do diretor. No ano de 1866, ele referiu-se à “penosa” imprecisão dos domínios da colônia, questionando o governo sobre as duas concessões de terras que havia recebido no final de década de 1840, sobre as quais ainda não se definira se faziam ou não faziam parte do território da colônia.⁵⁹⁶

Para o diretor, mesmo os “pequenos triângulos e chanfros de terrenos devolutos”⁵⁹⁷ que cercavam a área da colônia eram empecilhos para a continuidade da avanço territorial do núcleo, que se realizava pela abertura de lotes para instalação de novos colonos. Devido à situação de indefinição dos limites da colônia, o diretor anunciou ter se arrependido de ter ficado “enterrado” na “empobrecida” província de Santa Catarina,⁵⁹⁸ onde o governo nada fazia para resolver a situação. Contudo, a reclamação do diretor era bastante exagerada, pois a “confusão” na determinação das terras também o beneficiava.

Desta forma, a aquisição de terrenos para incorporação ao núcleo colonial continuou a ser negociada entre a diretoria e a província e eventuais proprietários de terrenos localizados nos limites da colônia. No ano de 1862, por exemplo, o diretor foi autorizado pela Repartição Geral de Terras Públicas e Colonização a comprar para incorporar ao núcleo dois terrenos devolutos limítrofes ao território colonial. O preço estipulado era de ½ real por braça quadrada, totalizando 83\$200, valor que seria descontado no pagamento feito pelo governo referente aos serviços de demarcação e loteamento destas mesmas áreas.⁵⁹⁹ A negociação das terras devolutas próximas ao núcleo era de interesse da diretoria, pois a braça quadrada adquirida seria vendida aos colonos pela direção por 2 a 8 réis.⁶⁰⁰ Como se tratava de uma colônia pública, o procedimento revertia receitas para o núcleo, e

⁵⁹⁵ AHJFS. Ofício Presidente da Província Conselheiro Vicente Pires da Motta ao delegado do Diretor da Repartição de Terras Públicas e Colonização Manoel da Silva Mafra. Desterro, 24 de março de 1862. Ofício Pres. P. T.C 1862, n° 104. Fundo Memória da Cidade.

⁵⁹⁶ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta a Luís Manoel Albuquerque Galvão. Data ilegível. 1866. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.28 Doc. 287.

⁵⁹⁷ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta a Luís Manoel Albuquerque Galvão. Data ilegível. 1866. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.28 Doc. 287.

⁵⁹⁸ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta a Luís Manoel Albuquerque Galvão. Data ilegível. 1866. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.28 Doc. 287.

⁵⁹⁹ A presidência da província designou Major Alvim como fiscal da medição. AHJFS. Ofício Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja – Repartição Geral de Terras e Colonização. 1862. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 03.15 Doc. 153.

⁶⁰⁰ BRASIL. Decreto 3784 de 19 de Janeiro de 1867, Art. 5°. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1867. Tomo XXX. Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1867, p. 34. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/leis1867/Leis1867-30.pdf>

automaticamente ao governo. Quando o negócio era feito por particulares – como no caso de Schadrach, obviamente o lucro para da venda das terras estaria destinado a tais empreendedores.

Parece que Hermann Blumenau estava preocupado com o fato de os lucros com vendas fragmentadas de lotes reverterem para os particulares e não para o núcleo colonial. O diretor afirmou que Schadrach o era um “exemplo vivo” dos “especuladores” que comprometiam o bom andamento da administração colonial com o desejo de “enriquecer à custa do governo”. Segundo afirmou, logo após ter tomado posse das terras – onde estabeleceria 20 famílias – o colono esqueceu-se da “promessa” de construir a serraria, e fez apenas uma derrubada e um pequeno caminho de terra, já que ele tinha intenção apenas de comprar o terreno e aguardar a valorização de 500 a 600%, com ocupação das áreas próximas à sua.⁶⁰¹ De fato, em 1870, Schadrach vendeu o terreno adquirido em 1860, por seis vezes do valor pelo qual havia comprado.⁶⁰²

Adquirir terras devolutas para depois revendê-las para os colonos, com valor elevado, era uma maneira de alcançar boa margem de lucro e era procedimento realizado, tanto pela diretoria colonial, quanto pelos imigrantes.

Em 1861, para se defender das acusações de Blumenau, Schadrach afirmou que havia realizado as derrubadas necessárias, mas percebeu que sua empresa – instalada na área adquirida – não daria “lucro algum” devido à grande distância da povoação e a extensão de mata virgem. Por isso, solicitou ao diretor que vendesse lotes próximos ao seu terreno, para assim haver novos vizinhos instalados na região da Itoupava e assim resolver o problema do isolamento e falta de habitantes.⁶⁰³

A direção colonial havia definido em um regulamento interno (anterior ao de 1867) que os colonos que rejeitassem “o conselho em contrário” e resolvessem comprar terras em área “distante dos últimos moradores” ou em local de segundo plano para a colonização, teriam de arcar com o estabelecimento de seus vizinhos, e

⁶⁰¹ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Presidente da Província Conselheiro Vicente Pires da Motta. 19 de maio de 1862. Fundo Colonização Blumenau Imperial 1860-1884. Pasta 02.17.1 Doc. 174. 1.

⁶⁰² Em 1860, Schadrach desembolsou 1:000\$000. AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Ofício ao Presidente da Província João Tomé da Silva. 29 de Março de 1871. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.41 Doc. 414.

⁶⁰³ AHJFS. SCHADRACH, Carl Wilhelm Eduard. Ofício ao diretor da colônia Blumenau; requerimento de compra de terras. Desterro, 3 de junho de 1862. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.17.1 Doc. 176.1

seriam responsáveis pela construção e manutenção de estradas e caminhos.⁶⁰⁴ Mas Schadrach, não estava disposto a promover o estabelecimento de imigrantes por conta própria, e a solução encontrada por ele na ocasião, como ele mesmo disse, foi fazer uma viagem à Europa e aguardar a resolução do caso.⁶⁰⁵

Diante do impasse com Schadrach, primeiramente a direção informou ao imigrante que não iria incentivar a instalação de colonos na região solicitada, por não saber definir se eram ou não terrenos devolutos.⁶⁰⁶ Depois, Blumenau considerou que se tratavam realmente de terras pertencentes à colônia e desta forma, estavam submetidas ao regulamento colonial. Além disso, afirmou que não pretendia estabelecer colonos na região da “Itoupava” porque a colonização deveria seguir para a região do “Rio do Testo” o que possibilitaria o desenvolvimento da comunicação entre a colônia Blumenau e Dona Francisca.⁶⁰⁷

A reação de Schadrach foi rápida. Por não ter sido atendido pela diretoria, ele enviou um segundo requerimento à presidência da província, para a compra de terras de “efeito devoluto”, próximas às suas. Desta vez, ele assinava o pedido com mais cinco colonos (Carlos Kühne, João Bauer, Henrique Mordhorst, Carlos Peneder e Frederico Riemer) que, segundo ele, estavam descontentes, pois não tinham suas necessidades atendidas pelo diretor Hermann Blumenau.⁶⁰⁸ No documento ele descreveu a situação de Carlos Peneder e de como a diretoria não dava atenção a seus pedidos:

⁶⁰⁴ AHJFS. Regulamento da Colônia Blumenau. Incompleto, s/d. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.13.1 Doc. 132.1

⁶⁰⁵ AHJFS. SCHADRACH, Carl Wilhelm Eduard. Ofício ao diretor da colônia Blumenau; requerimento de compra de terras. Desterro, 3 de junho de 1862. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.17.1 Doc. 176.1

⁶⁰⁶ AHJFS. SCHADRACH, Carl Wilhelm Eduard. Ofício ao diretor da colônia Blumenau; requerimento de compra de terras. Desterro, 3 de junho de 1862. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.17.1 Doc. 176.1

⁶⁰⁷ A diretoria empreendeu a medição e demarcação da região do Rio do Testo para construir uma estrada que seguiria para Dona Francisca conforme ordens da província. Em 1862, o diretor reclamou que a diretoria da outra colônia não seguia a mesma ordem, e já havia abandonado tal projeto. Cf: AHJFS. Relatório Colônia Blumenau 1862. 5 de junho de 1862. AHJFS. SCHADRACH, Carl Wilhelm Eduard. Ofício ao diretor da colônia Blumenau; requerimento de compra de terras. Desterro, 3 de junho de 1862. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.17.1 Doc. 176.1. Pasta 02.17 Doc. 172.

⁶⁰⁸ AHJFS. SCHADRACH, Carl Wilhelm Eduard. Ofício ao diretor da colônia Blumenau; requerimento de compra de terras. Desterro, 3 de junho de 1862. AHJFS. SCHADRACH, Carl Wilhelm Eduard. Ofício ao diretor da colônia Blumenau; requerimento de compra de terras. Desterro, 3 de junho de 1862. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.17.1 Doc. 176.1.

(...) um dos suplicantes, o Sr. Peneder, possui há 7 ou 8 anos um lote de terras com cem braças de frente na margem do rio Itajaí, este terreno por muito estreito, hoje já não chega para o gado do homem, extremamente laborioso, que já se viu forçado a vender parte dele por este motivo. Foi pois propor ao diretor da Colônia Blumenau a compra de 250 braças de frente no ribeirão da Itoupava, e este lhe respondeu que lhe venderia, depois de ter ele vendido o lote que atualmente possui!!!⁶⁰⁹

A reclamação dos colonos sobre o tamanho dos lotes foi recorrente na colônia. Anos depois das disputas entre Schadrach e a diretoria da colônia, em 1867, um Relatório do Ministro da Agricultura informava que alguns imigrantes moradores da localidade do Garcia da Colônia Blumenau queixavam que seus lotes eram “estreitos e com fundos montanhosos” e por isso serviam somente para “mandioca e mais pastos”.⁶¹⁰ O mesmo problema que o colono Peneder também tinha alegado, e que a direção não havia resolvido.

Hermann Blumenau, em resposta à demanda dos imigrantes que queriam comprar terras, dirigiu-se à presidência, dando sua versão dos fatos afirmando que se tratavam apenas de “mentiras e maliciosas alusões”.⁶¹¹ No requerimento havia a descrição de outro colono que teve seu pedido negado pelo diretor, com o argumento de que a colônia se desenvolvia para o “Rio do Texto” e não para a “Itoupava”. Conforme o regulamento interno da colônia os colonos tinham “ampla liberdade” na escolha dos lotes de terras, e não deveriam ser forçados a comprarem em local que não fossem de sua escolha.⁶¹² O diretor, entretanto, aconselhava os imigrantes a comprarem terrenos em uma área próxima do traçado de um caminho que ele pretendia construir, em uma região para a qual ele pretendia estender os domínios da colônia, ligando-a ao núcleo de Dona Francisca.

A insatisfação com as decisões da diretoria levaram alguns colonos a se aliarem a Schadrach e assinarem conjuntamente o requerimento com que ele requeria à Província a compra de terrenos devolutos. É possível que, na ocasião,

⁶⁰⁹ SCHADRACH, Carl Wilhelm Eduard. Ofício ao diretor da colônia Blumenau; requerimento de compra de terras. Desterro, 3 de junho de 1862. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.17.1 Doc. 176.1

⁶¹⁰ AHJFS. Relatório do Ministério da Agricultura para a Assembleia Geral Legislativa referente as atividades do ano de 1867 “Imigração norte-americana e outras colônias no Brasil em especial em Santa Catarina”. 24 de maio de 1867. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.28 Doc. 284.

⁶¹¹ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Presidente da Província Vicente Pires da Motta. 28 de Junho de 1862. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.16 Doc. 161.

⁶¹² AHJFS. Regulamento da Colônia Blumenau. Incompleto, s/d. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.13.1 Doc. 132.1

Schadrach tenha se aproveitado dos nomes dos colonos para compor o requerimento; ou ainda, os próprios indivíduos almejavam adquirir lotes maiores do que aqueles oferecidos pela diretoria da colônia. Também podiam aproveitar da grande extensão de terras para realizar a venda de lotes com maior preço do que o pago na compra. Mas acima de tudo, o acontecimento indica que havendo divergência com a diretoria, os colonos agiam dentro de suas possibilidades para que seus interesses fossem alcançados, buscando a intervenção da autoridade pública.

Hermann Blumenau buscou resolver o conflito por meio das articulações políticas que mantinha desde o período de administração particular,⁶¹³ e teve resultado favorável. A presidência da província decidiu que as terras em questão pertenciam realmente ao território da colônia, e por isso, estavam sujeitas a sua regulamentação, ou seja, a venda aos requerentes ficava arbitrada pela diretoria colonial.⁶¹⁴ O presidente da província determinou, em 1861, que qualquer requerimento para compra de terras devolutas deveria ter o “visto” do diretor Hermann Blumenau, para não ocasionar nenhum litígio desta natureza.⁶¹⁵ Com isso, outros casos semelhantes⁶¹⁶ foram solucionados a partir da posição do diretor, que

⁶¹³ Com o argumento de surgiam “perigos” ao que chamou de “verdadeiros interesses da obra” buscou estar em contato com o antigo Fiscal da Repartição de Terras Públicas Antônio da Costa Pinto Silva. AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Presidente da Província Conselheiro Vicente Pires da Motta. 19 de maio de 1862. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.17.1 Doc. 174. 1.

⁶¹⁴ AHJFS. Ofício Presidente da Província Conselheiro Vicente Pires da Motta ao delegado do Diretor da Repartição de Terras Públicas e Colonização Manoel da Silva Mafra. Desterro, 17 de julho de 1862. Ofícios Pres. P. T.C 1862, nº 130. Fundo Memória da Cidade.

⁶¹⁵ AHJFS. Ofício Presidente da Província Inácio Cunha Galvão ao delegado do Diretor da Repartição de Terras Públicas e Colonização Manoel da Silva Mafra. Desterro, 23 de agosto de 1861. Ofícios Pres. P. T.C 1861, nº 200. Fundo Memória da Cidade.

⁶¹⁶ O diretor, por exemplo, foi favorável a compra de Guilherme Meyer, que também havia comprado terras devolutas na região da Itoupava. Pois segundo ele, o colono já havia procedido a derrubada da mata e construído benfeitorias merecendo os títulos dos lotes em questão, a exemplo do fornecido a Schadrach. No caso de Germano Thieme que havia requerido terras na região do ribeirão do Gaspar em 1860, ao contrário, o diretor afirmou que se tratava de uma área pertencente ao território da colônia e por isso declarava improcedente a “pretensão” do imigrante, decisão que foi reiterada pelo Presidente da Província e Delegado da Repartição de Terras Públicas. AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Ofício ao Presidente Conselheiro Pires da Motta. Cinco de julho de 1862. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.17 Doc. 180; Ofício Presidente da Província Conselheiro Vicente Pires da Motta ao delegado do Delegado da Repartição de Terras Públicas e Colonização Manoel da Silva Mafra. Desterro, 25 de junho de 1862; Fundo Memória da Cidade. Ofícios Pres. P. T.C 1862, nº 118; Ofício do Presidente da Província Pedro Leitão da Cunha ao Delegado Interino da Repartição de Terras Públicas e Colonização João André Gogoy Junior. Desterro, 10 de março de 1863. Fundo Memória da Cidade. Ofício Pres. P. T. C. 1863, nº 47. Ofício do Presidente da Província Pedro Leitão da Cunha ao Delegado Interino da Repartição de Terras Públicas e Colonização João André Gogoy Junior. Desterro, 11 de abril de 1863. Fundo Memória da

remetia seu posicionamento à presidência e a repartição de terras públicas, que por sua vez, costumavam seguir a posição do funcionário.

Além de ter requerido áreas devolutas em 1860, ato que desencadeou outras divergências sobre terras na colônia; além de ter encabeçado o polêmico estatuto em 1866, Schadrach se envolveu no mesmo ano em um caso de falta de pagamento de um lote particular⁶¹⁷ e, em 1871, como diretor da “Sociedade de Consumo”, demandou junto à diretoria a compra do lote urbano⁶¹⁸ onde ficava localizado seu estabelecimento. Schadrach era um membro cativo no grupo considerado por Blumenau como “problemático” para a diretoria. Mas, é certo que o grupo era composto por diversos outros colonos que divergiram das decisões do diretor. Tanto que, durante todo o período de sua administração, Hermann Blumenau descreveu nos relatórios anuais da colônia o problema da “ilegal usurpação de lotes de terras por indivíduos”⁶¹⁹ como um forte empecilho do desenvolvimento do núcleo e sua expansão.

Acima de tudo, o acompanhamento do caso de litígio de terras indica algumas possibilidades de ação por parte dos colonos. Schadrach divergia da diretoria colonial. O imigrante ocupava uma posição privilegiada no núcleo, por se tratar de um comerciante com posses para negociar grandes lotes de terras, e com prestígio suficiente para fazer parte de um conselho de colonos. O acompanhamento deste caso, em especial, não deixa de elucidar conflitos entre colonos e a diretoria, mas mostra apenas uma das facetas das ações dos imigrantes, ficando ainda encobertas aquelas empreendidas por indivíduos que compunham a maior parte dos moradores da colônia. Deles tratará a próxima seção.

Cidade. Ofício. Ofício Pres. P. T.C 1863, nº 72.

⁶¹⁷ O diretor interino Hermann Wendenburg alegou que o lote em questão havia sido vendido mais de uma vez por particulares, mas como nunca tinha sido quitado com a diretoria, o comprador possuía dívida de 310\$560. Quantia que Schadrach se recusava a pagar. A direção considerou que como um homem “bem situado” que era, deveria efetuar o pagamento. AHJFS. WENDENBURG, Hermann Ofício ao Presidente da Província Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda. 14 de maio de 1866. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.27 Doc. 274.

⁶¹⁸ A “Sociedade de Consumo” possuía contrato de arrendamento do local e no ano de 1874 ainda estava instalada no lote. Com a sua dissolução o acordo poderia ser rompido. A direção colonial previa isto o fim do negócio e pretendia construir uma cadeia no local. AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Ofício ao Presidente da Província João Tomé da Silva. 28 de março de 1874. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.47 Doc. 474.

⁶¹⁹ AHJFS. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Relatório Colônia Blumenau 1871. Pasta 02.41 Doc. 412; Relatório Colônia Blumenau 1874. Pasta 02.48 Doc. 490.

3.6 Analfabetos, jornaleiros, aldeões, mas com direitos!

A grande maioria da população da Colônia Blumenau era composta por imigrantes que compravam os lotes de terras pagos em parcelas à diretoria e mantinham-se com os jornais dos trabalhos que faziam na construção de estradas e na demarcação de terrenos. Estes colonos não estavam alheios aos acontecimentos ao seu redor, agiam e reagiam à realidade que vivenciavam e conseqüentemente encontravam meios de articular e alcançar seus interesses, muitas vezes em oposição às ordens da diretoria. A ação destes indivíduos se dava em meio à experiência da vida colonial que eles tinham, formada pelas suas interpretações e reflexões sobre o que lhes acontecia.⁶²⁰

Na Colônia Blumenau, estes indivíduos buscavam assegurar seus interesses, sobretudo em relação ao acesso a lotes de terras. Também demandavam por direitos, como a distribuição de medicamentos e auxílios diários, e por trabalho remunerado na conservação dos caminhos e estradas. Assim, suas demandas e suas ações definiam-se em razão das condições que o núcleo lhes proporcionava.

Hermann Blumenau afirmou, no relatório de 1862, que a maior queixa dos colonos se referia às grandes distâncias das escolas, mas que, na medida do possível, tentava remediar a situação.⁶²¹ Contudo, as reclamações dos colonos não estavam restritas ao problema da instrução pública, eles se manifestavam também em relação ao cumprimento de outras obrigações da diretoria. Conforme as instruções de 1860, a direção era responsável pelo “abrigo” e manutenção dos imigrantes por seis meses a um ano, além do oferecimento dos lotes e distribuição dos trabalhos por jornais em obras públicas.⁶²² A recepção e instalação dos colonos

⁶²⁰ Inspirado na obra de THOMPSON, Edward P, especialmente *A miséria da Teoria: ou um planetário de erros*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

⁶²¹ AHJFS. Relatório Colônia Blumenau de 1862. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.17 Doc. 172.

⁶²² No caso de não haver “trabalhos públicos, nem particulares” para empregar os colonos, a direção deveria despender por dia sem serviço, no tempo de seis meses a diária de 400 réis para cada adulto, 240 réis de cinco a dez anos e 160 réis de dois a cinco anos. Em casos excepcionais poderia ser dispensado meia diária pelo período adicional de seis meses. Com o aval do conselho colonial, a diretoria poderia também conceder empréstimos aos colonos para compra de animais, instrumentos ou pequenas máquinas até a quantia de 300\$000 para pagamento com juros em até três anos. Os juros variavam de 8 a 24%, dependendo da quantia de anos que o colono levava para efetuar o

eram cruciais para a colônia, pois quando não ocorriam, as reclamações à diretoria se intensificavam.⁶²³

O diretor interferia na distribuição dos auxílios aos imigrantes. Naquele mesmo ano, buscando reduzir os gastos de recepção dos colonos, ele determinou que aos solteiros fossem dados auxílios somente nos três primeiros dias, enquanto as famílias receberiam apenas para sustento, estabelecimento nos lotes e também para a compra de medicamentos.⁶²⁴ A decisão de cortar a gratuidade do fornecimento de medicação aos imigrantes não foi bem aceita pela população que cobrou da diretoria maior cuidado com o seu “bem estar”, a exemplo do que faziam outros diretores. Diante da “censura” dos colonos, Hermann Blumenau solicitou à Presidência da Província que disponibilizasse recursos que garantissem aos colonos acesso aos medicamentos.⁶²⁵

Os imigrantes, assim, impunham limites ao arbítrio da diretoria. No caso, o corte da gratuidade dos remédios acarretou queixas generalizadas dos moradores para a direção, que, por sua vez, voltou atrás na decisão e solicitou os recursos à presidência. Quando as decisões da diretoria afetavam o cotidiano colonial, havia reação por parte dos atingidos.

Muitas vezes a reação dos colonos ultrapassava os limites da colônia. Em 1864, algumas queixas chegaram ao governo imperial por meio de uma “carta denúncia” escrita por Fernando Ebert, com a assinatura de outros indivíduos. O documento relatava o desempenho insatisfatório da administração colonial em relação à forma de distribuição de trabalho, que não atingia “as primeiras necessidades de vida” dos imigrantes. O remetente, reclamava também, das condições das comunicações – estradas e transporte fluvial – da colônia, que não permitiam que os agricultores conseguissem comercializar seus produtos fora do núcleo. A reação de Hermann Blumenau a tal declaração foi rápida e severa. Ele

pagamento. APESC. Correspondência Ministério do Império – Presidência da Província de Santa Catarina. Instruções por que se tem de reger a Colônia Blumenau. Artigo 2. 1830-75/89. 13v. Folha 123.

⁶²³ AHJFS. Relatório Colônia Blumenau de 1862. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.17 Doc. 172.

⁶²⁴ AHJFS. Conta geral dos débitos dos colonos. (1860-1863). 15 de agosto de 1863. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.19 Doc. 195.

⁶²⁵ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Ofício ao Presidente da Província Alexandre Rodrigues Chaves. 13 de julho de 1864. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.23 Doc. 235.

elencou argumentos contrários às informações listadas por Ebert e as considerou como “absurdas e mentirosas”. Além disso, afirmou que o colono não passava de um elemento da maior “praga da colônia”: proprietário de uma “mesquinha baiuca” que tirava dinheiro dos levianos e favorecia o vício da bebida.⁶²⁶

O diretor ainda registrou que estava indignado em relação a uma reunião entre os colonos, presidida pelo mesmo comerciante Ebert, a quem Blumenau chamou de “embusteiro beberrão”.⁶²⁷ O fato de um grupo de colonos se reunir para discutir possíveis melhorias e mudanças para a colônia, é um indício de que eles se opunham à autoridade exercida pela direção do núcleo, e a enfrentavam quando o assunto atingia seus direitos.

A carta escrita por Blumenau foi assinada por colonos que davam razão ao diretor, enquanto o documento elaborado por Ebert era apoiado por outros imigrantes que compartilhavam da sua opinião. Contudo, para a direção, os que estavam ao seu lado eram diferenciados entre a população da colônia.

Os muitos analfabetos ou quase analfabetos, os jornaleiros, aldeões, etc. que compõem a grande maioria das assinaturas, apresentado pelo peticionário Ebert em apoio do seu requerimento á meu ver, não podem constituir juizes competentes nem sobre o lado econômico e muito menos sobre o lado financeiro em relação ao Estado; e tendo eles intrepidamente dado suas assinaturas em branco, estas podiam servir para qualquer fim. Queriam exprimir um vago desejo de melhoramentos, e um patarateiro [mentiroso]⁶²⁸ meio louco e efetivo embusteiro os aproveitou para seus fins.⁶²⁹

A diferenciação feita pelo diretor para dar conteúdo ao seu argumento é clara: aqueles indivíduos que o apoiavam possuíam “inteligência” e “juízo próprio” para opinar sobre o assunto; ao contrário, os “jornaleiros e aldeões”, que haviam assinado a carta denúncia, não tinham competência para se posicionar sobre a situação econômica da colônia e serviam apenas para os interesses de Ebert. A

⁶²⁶ AHJFS. Carta resposta de Hermann Blumenau com assinatura de colonos ao Delegado da Secretaria de Terras Públicas e Colonização José Bonifácio Caldeira de Andrada. 19 de setembro de 1864. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.24 Doc. 243.

⁶²⁷ AHJFS. Carta resposta de Hermann Blumenau com assinatura de colonos ao Delegado da Secretaria de Terras Públicas e Colonização José Bonifácio Caldeira de Andrada. 19 de setembro de 1864. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.24 Doc. 243.

⁶²⁸ Cf.: BLUTEAU, Raphael. Vocabulário Português e Latino. Lisboa: Oficina de Pascoal da Silva, 1710, p. 315.

⁶²⁹ AHJFS. Carta resposta de Hermann Blumenau com assinatura de colonos ao Delegado da Secretaria de Terras Públicas e Colonização José Bonifácio Caldeira de Andrada. 19 de setembro de 1864. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.24 Doc. 243.

posição social dos imigrantes que assinaram os documentos podia não ser a mesma, mas a ação dos colonos que se uniram ao comerciante indica que mesmo “quase analfabetos”, eles buscavam defender seus interesses e agiam dentro de suas possibilidades para conseguir melhorias nos aspectos que influenciavam suas vidas.

Parece que o descuido das vias de comunicação da colônia era recorrente motivo de reclamações entre os colonos. Em 1867, Wendenburg – o diretor interino que substituiu Blumenau que estava de viagem à Alemanha – rebateu uma acusação desta natureza, afirmando que se tratava de uma “mentira”, pois as estradas estavam sendo abertas e mantidas pela diretoria por meio de verbas públicas.⁶³⁰ Contudo, a situação não estava tão controlada assim, pois a própria diretoria reclamava das condições da estrada que ligava a colônia até o litoral, e pedia intervenção da Câmara Municipal da Vila de Itajaí para manter as vias que estavam quase intransitáveis.⁶³¹ Em 1871, Galvão, o engenheiro encarregado pelo governo de fiscalizar a colônia, reiterou em seu relatório o “mal estado” das estradas da colônia, não somente devido aos temporais e enchentes, mas também pelo “pouco cuidado que havia em sua construção e conservação”.⁶³²

O problema da manutenção das estradas era algo recorrente em experiências coloniais. No caso da região de São Leopoldo na província do Rio Grande do Sul, por exemplo, os colonos reivindicavam a melhoria das estradas para facilitar o transporte de produtos e incrementar a comercialização. O interesse pela boa condição das estradas era compartilhado por colonos agricultores e comerciantes e também pelas diretorias coloniais e pelas próprias autoridades da província. Segundo Machado, a solução para as queixas dos colonos estaria no abatimento das contas dos imigrantes pelo serviço nas estradas. Neste caso, o problema da

⁶³⁰ AHJFS. WENDENBURG, Hermann. Carta ao Presidente da Província Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda. 6 de fevereiro de 1867. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.29 Doc. 293.

⁶³¹ AHJFS. WENDENBURG, Hermann. Carta ao Presidente da Província Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda. Quatro de junho de 1867. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.29 Doc. 299; AHJFS. Relatório Colônia Blumenau 1870. 18 de janeiro de 1871. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.38 Doc. 382.

⁶³² AHJFS. Relatório de Luís Manoel de Albuquerque Galvão para o Ministério. Publicado na sessão do Ministério da Agricultura Comércio e Obras Públicas. Diário Oficial nº 157 de 7 de julho de 1871. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.3 Doc. 395.

cobrança das dívidas foi solucionado pelo governo provincial, ao mesmo tempo em que envolvia os colonos na construção da infraestrutura colonial.⁶³³

Também na colônia Blumenau a conservação das estradas era um problema constante; ali, os colonos eram empregados na construção de obras de infraestrutura, abatendo suas dívidas com os jornais recebidos. A direção utilizava dos serviços dos trabalhadores para abater suas dívidas contraídas com o Governo desde a década de 1860, como indica a tabela seguinte:

Tabela 4 – Dívidas dos colonos e quantias ressarcidas ao governo 1860-1876. A tabela original informa o número de imigrantes por idade.

Nos anos de	Importância das dívidas				Quantias arrecadadas			
	Adiant. passagens	Diárias e adiantamentos	Terras vendidas	Importância Total	Em moeda corrente	Por serviços prestados	Importância total	Importância ainda por cobrar
1860	26:445\$71	56:437\$855	309:906\$424	392:789\$989	39:158\$484	4:236\$180	43:394\$664	349:395\$325
1870	0	33\$500	16:353\$276	16:386\$776	1:983\$580	3:926\$010	5:909\$590	10:477\$186
1871	"	481\$200	15:774\$214	16:255\$414	5:204\$260	6:393\$613	11:597\$873	4:657\$541
1872	"	3:539\$780	12:544\$440	16:084\$220	4:828\$770	11:052\$631	15:881\$401	202\$819
1873	"	4:926\$420	23:848\$100	28:774\$520	5:498\$300	8:162\$360	13:660\$660	15:113\$860
1874	"	29:807\$460	38:725\$600	68:533\$060	3:859\$890	3:406\$545	7:266\$435	61\$266:625
1875	"	111:702\$610	80:538\$280	192:240\$890	7:566\$660	7:702\$535	15:269\$195	176:971\$695
1876	"							
Tota	26:445\$71	206:928\$825	497:690\$334	731:064\$869	68:099\$944	44:879\$874	112:979\$818	618:085\$051
l	0							

Fonte: AHJFS. Dívidas dos colonos até o último de dezembro de 1876. 31 de março de 1877. Fundo Colonização Imperial 1860-1884. Pasta 02.62 Doc. 629.

A prestação de serviços em obras públicas era muito importante para que os colonos abatessem o valor de suas dívidas. A partir de 1870 houve a potencialização desta forma de pagamento: as quantias pagas em serviços em geral superavam os ressarcimentos em espécie. A prestação de serviços era interessante para a direção da colônia, que “apelava” aos imigrantes para trabalharem alguns dias pelo “desconto de suas dívidas ao governo imperial”. Os trabalhadores aceitavam ou não a proposta da diretoria.

A falta de pagamento da diretoria aos trabalhadores que haviam prestado serviços nas obras públicas podia ocasionar atrito entre colonos e a direção. Tal situação realmente aconteceu quando alguns colonos exigiram que o diretor repassasse os valores devidos a eles. Na ocasião, o diretor informou o ocorrido à

⁶³³ MACHADO, Paulo P. *A política de colonização do Império...*, p. 41.

presidência e solicitou uma maior quantia para efetuar o pagamento daqueles trabalhadores, que haviam se recusado a trabalhar por jornais.⁶³⁴ Havia um confronto claro de interesses, pois os dois lados tinham posições distintas sobre a forma de pagamento dos jornais. A diretoria pretendia que os serviços nas estradas abatessem as dívidas, e, assim, não aumentassem o valor das despesas; os colonos se recusaram a trabalhar pelo abatimento de suas dívidas, pois haviam passado por uma enchente que prejudicava a produção de alimentos para consumo e comercialização.

Parece que o ano de 1870 foi turbulento para administração colonial. O relatório daquele ano informou que, por falta de fundos para auxílios e trabalhos, “reinava” entre os imigrantes “certa agitação e até espírito de amotinação”. Hermann Blumenau considerou que a visita da Comissão de Inquérito da escrituração e execução das obras da colônia, composta por L. M. de Albuquerque Galvão, e pelo agente de colonização da província Julio Trampowsky, tinha sido responsável pela indisposição dos colonos, pois havia provocado “diferentes intrigas” além de “esperanças mal fundadas ou exageradas” por parte de grupos de colonos.⁶³⁵

É provável mesmo que a visita de autoridades à colônia impulsionasse a “revolta” dos colonos que acusavam o descumprimento das obrigações da diretoria.⁶³⁶ Ainda no ano de 1870, alguns “habitantes da Itoupava” entregaram uma petição ao diretor, para que ele tomasse alguma providência sobre o “mal estado dos caminhos” daquela localidade. A diretoria refutou o requerimento afirmando que ele continha “revoltantes mentiras”. A resposta impeliu os colonos Augusto Gloeden⁶³⁷ e seu filho (do mesmo nome) a chamar os demais moradores da localidade para

⁶³⁴ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Presidente da Província Francisco Ferreira Correa. 1º de novembro de 1870. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.36 Doc. 362.

⁶³⁵ AHJFS. Relatório Colônia Blumenau 1870. 18 de janeiro de 1871. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.38 Doc. 382.

⁶³⁶ O fato também acontecia em outras colônias de imigração estrangeira, como na colônia Ibicaba baseada no sistema de parceria em São Paulo. Cf: DAVATZ, Thomas. Memórias de um colono no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

⁶³⁷ Em 1864, Hermann Blumenau havia fornecido uma declaração de autorização para o colono Augusto Gloeden permanecer na capital da província para trabalhar e conseguir algum dinheiro e depois retornar a suas terras na colônia. AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Declaração sobre Augusto Gloeden ao Presidente da Província Francisco José de Oliveira. 18 de março de 1864. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.22 Doc. 228.

reclamar seus assuntos diretamente com a presidência, que naquele período, fazia uma visita ao núcleo colonial.⁶³⁸

O tumulto se armou quando os colonos, reunidos, adentraram o local onde se encontravam membros da direção e o presidente da província, para solicitar melhorias.⁶³⁹ Eles pediam diretamente para a autoridade provincial “trabalho”, e frisavam a necessidade de “caminhos e pontes”.⁶⁴⁰ Os colonos estavam insatisfeitos com a resposta da diretoria à suas reivindicações e provavelmente previram maiores chances de sucesso se as queixas chegassem diretamente aos ouvidos de autoridades; nem que isso se fizesse por meio de um levante contra a direção, pois acima de tudo, reivindicavam por direitos.

A direção, por sua vez, mandou prender e iniciou processo pelo crime de calúnia contra os dois colonos Gloeden, pai e filho. Na ocasião, o diretor reclamou da falta de policiamento no núcleo para impedir que casos como este acontecessem e, três meses depois, ele mesmo foi nomeado para o cargo de Subdelegado de Polícia da colônia.⁶⁴¹ Certamente, a posição facilitaria a ação do diretor em repreender qualquer colono que se mobilizasse e “ofendesse” sua administração.⁶⁴²

Apesar da rápida reação da diretoria aos colonos envolvidos no caso, a reclamação dos imigrantes teve significativa repercussão; o relatório apresentado por Galvão ao Ministério da Agricultura de 1871 comentou que, na colônia Blumenau, deveria se empreender antes de outras obras, o reparo nas “estradas da Itoupava e Texto”. Segundo o relator, os moradores daquelas regiões “amargamente protestaram” contra o estado deplorável dos caminhos que lhe foram prometidos pelos agentes do governo.⁶⁴³

⁶³⁸ A visita do presidente da província a colônia durou de três a sete de agosto de 1870. AHJFS. Principais acontecimentos de 1870. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.36 Doc. 365.

⁶³⁹ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Presidente da Província Francisco Ferreira Correa. Nove de agosto de 1870. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.35 Doc. 359.

⁶⁴⁰ AHJFS. Relatório Colônia Blumenau 1870. 18 de janeiro de 1871. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.38 Doc. 382.

⁶⁴¹ AHJFS. Nomeação de Hermann Blumenau para o cargo de Subdelegado de Polícia da Colônia Blumenau pelo Juiz de Direito Francisco Ferreira Correa. Palácio do Governo 14 de novembro de 1870. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.36 Doc. 369.

⁶⁴² AHJFS. Relatório Colônia Blumenau 1870. 18 de janeiro de 1871. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.38 Doc. 382.

⁶⁴³ AHJFS. Relatório de Luís Manoel de Albuquerque Galvão para o Ministério. Publicado na sessão do Ministério da Agricultura Comércio e Obras Públicas. Diário Oficial nº 157 de 7 de julho de 1871. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.3 Doc. 395

Os moradores da Colônia Blumenau interagiram e reagiram com a realidade colonial, buscando preservar seus interesses e direitos. Os enfrentamentos dos colonos provinham das condições políticas do núcleo, relativas ao modo com que a direção e o governo conduziam sua administração. As condições nas quais viviam os colonos os impeliam a reivindicar soluções dos problemas que os atingiam diretamente, especialmente na distribuição de trabalho remunerado e na conservação das estradas e caminhos. As questões que afetavam a relação entre colonos e a diretoria decorriam dos problemas estruturais da colônia, que interferiam em seu desenvolvimento.

3.7 Para os fins, necessita-se de meios

Em 1867, o governo imperial resolveu reunir todas as normas concernentes às colônias públicas em um regulamento,⁶⁴⁴ para que os diretores e o próprio governo pudessem conduzir o desenvolvimento dos núcleos no sentido de promover sua emancipação, fazendo “suavemente a transição de um para outro regime”.⁶⁴⁵ De modo geral, o objetivo era garantir aos agricultores e pequenos proprietários a regularidade das atribuições das diretorias para com eles, especialmente no tocante às cobranças das dívidas dos colonos; a medição e demarcação de lotes coloniais e a abertura e conservação de vias de comunicação interna e externa das colônias, bem como o suprimento de diárias e distribuição de trabalho em obras e estradas.⁶⁴⁶

O governo imperial se preocupava, justamente, com os aspectos que impulsionariam o desenvolvimento colonial; no caso da Colônia Blumenau, aqueles que ocasionavam os maiores impasses entre os colonos e a diretoria. As condições

⁶⁴⁴ BRASIL. Decreto 3784 de 19 de Janeiro de 1867. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1867. Tomo XXX. Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1867, p. 31. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/leis1867/Leis1867-30.pdf>

⁶⁴⁵ AHJFS. Relatório do Ministério da Agricultura para a Assembleia Geral Legislativa referente as atividades do ano de 1867 “Imigração norte-americana e outras colônias no Brasil em especial em Santa Catarina”. 24 de maio de 1867. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.28 Doc. 284.

⁶⁴⁶ AHJFS. Relatório do Ministério da Agricultura para a Assembleia Geral Legislativa referente as atividades do ano de 1867 “Imigração norte-americana e outras colônias no Brasil em especial em Santa Catarina”. 24 de maio de 1867. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.28 Doc. 284.

coloniais eram um empecilho para o propósito do governo de emancipá-la e, conseqüentemente, transformá-la em município. Os casos tratados anteriormente elucidam estas condições: a fiscalização dos registros nos livros da diretoria e o problema da escrituração realizada na língua alemã, bem como a preocupação com as receitas provenientes do pagamento das dívidas dos colonos, além da possível interferência e fiscalização da diretoria realizada pela Junta Colonial; a pretensão de colonos que buscaram comprar diretamente terras devolutas da província, na tentativa de driblar o regulamento interno da colônia e principalmente, a reivindicação pelo cumprimento da obrigação da diretoria de manter as condições dos caminhos e estradas, bem como a garantia de trabalho e remuneração aos imigrantes.

A introdução de imigrantes de outras procedências ao núcleo, principalmente a partir de 1875, intensificou os problemas da administração da colônia.⁶⁴⁷ Segundo a direção, os constantes conflitos aconteciam na recepção e estabelecimento de imigrantes italianos, ou de língua italiana,⁶⁴⁸ e na dificuldade destes em acatar as ordens da diretoria.⁶⁴⁹ Contudo, estes enfrentamentos não se resumiam aos imigrantes de outras procedências. No ano de 1876, adentraram 1000 imigrantes na colônia, que deveriam receber diárias pagas pelo governo para a instalação no núcleo, além de serem designados para trabalho por jornais. Entre esses, entretanto, não havia só italianos, mas também tirolezes, alemães e suíços. A colônia, no período, somava 10.701 habitantes, desses, 8.228 eram alemães.⁶⁵⁰

Portanto, houve a diversificação da origem dos imigrantes, mas os problemas estruturais da colônia envolviam a população como um todo. Hermann Blumenau

⁶⁴⁷ Sobre a imigração italiana para o Brasil cf: IOTTI, Luiza Horn. *Imigração e Poder: a palavra oficial sobre os imigrantes italianos no Rio Grande do Sul*. Caxias do Sul: Educs, 2010; FRANZINA, Emílio. *A Grande Imigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

⁶⁴⁸ São numerosos os casos mencionados nos documentos pesquisados. Principalmente referenciando reclamação da direção da colônia sobre o comportamento dos imigrantes italianos. Entre outros cf: AHJFS. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Carta Hermann Blumenau ao Presidente da Província João Capistrano Bandeira de Mello. 25 de fevereiro de 1876. Pasta 02.57 Doc. 572; Carta Hermann Blumenau ao Presidente da Província João Capistrano Bandeira de Mello. Pasta 02.59 Doc. 595; Carta Hermann Blumenau sobre situação de Colono Sebastião Baudini. 21 de fevereiro de 1876. Pasta 02.56 Doc. 569.

⁶⁴⁹ Hermann Blumenau sugeria que os nomes dos colonos considerados “vagabundos” ou “criminosos” deveriam ser divulgados nas outras colônias. Aqueles sem nenhum problema de comportamento teriam um certificado que comprovaria sua idoneidade. AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Inspetor Especial de Terras e Colonização. 25 de fevereiro de 1876. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.57 Doc. 571.

⁶⁵⁰ SILVA, José F. *A história de Blumenau...*, p. 99-100.

desde quando assumira a direção da colônia pública, nomeado pelo governo, havia afirmado que os colonos estavam “descontentes” e, “amarga e vivamente”, se queixavam da situação do núcleo.⁶⁵¹ A direção colonial não encontrava meios de atender as queixas dos colonos; uma delas era sobre a falta de pagamento de salários aos trabalhadores.

Em 1877, a presidência da província determinou a suspensão das diárias pagas aos imigrantes com mais de seis meses de permanência na colônia. Por isso, o diretor demitiu cerca de “80 solteiros”, e afirmou que tinha receio das consequências – furtos, roubos e outros crimes – se tomasse a mesma atitude para mais “300 chefes de família”.⁶⁵² Naquele mesmo ano, o Ministério da Agricultura havia iniciado uma “reação” com o objetivo de diminuir os gastos com a imigração e colonização.⁶⁵³

Em 1881, um “grande tumulto” se formou entre os moradores da colônia, alguns deles há seis meses sem receber remuneração pelos trabalhos realizados. Eles reclamavam também do fato de terem sido descontados um dia de trabalho, e de cerca de 300 a 600 pessoas que se dirigiram ao centro da colônia para buscar os salários terem tido de esperar até dois dias para receber o pagamento.⁶⁵⁴ A maioria dos moradores da colônia dependia da remuneração pelos trabalhos e das diárias para subsistência; desta forma, o corte nas vagas de trabalho e o atraso dos vencimentos atingia diretamente o cotidiano destes colonos, a ponto de causar revoltas entre a população.

Para a diretoria, as condições precárias dos trabalhadores eram consequência da decisão do governo de designar “pagadores” que tinham a função de realizar os pagamentos, pois a mudança provocava o atraso dos fundos para o serviço da diretoria e dos ordenados dos imigrantes,⁶⁵⁵ que, por isso, tinham que viver “a crédito nas vendas e lojas”.⁶⁵⁶

⁶⁵¹ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. *Apontamentos sobre imigração e colonização*. Rio de Janeiro, Novembro de 1875. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.55 Doc. 552.

⁶⁵² AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Telegrama ao Inspetor Geral das Terras e Colonização. s/n. 14 de outubro de 1877. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.64 Doc. 648.

⁶⁵³ MACHADO, Paulo P. *A política de colonização*, p. 106.

⁶⁵⁴ AHJFS. AVÉ LALLEMANT, Henrique. Ofício ao Presidente da Província João Rodrigues Chaves. 13 de dezembro de 1881. Fundo Colonização Blumenau Imperial 1860-1884. Pasta 02.83 Doc. 839.

⁶⁵⁵ AHJFS. Relatório Colônia Blumenau 1878. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.74 Doc. 746.

⁶⁵⁶ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Presidente da Província Joaquim da Silva

Desta forma, os conflitos eram muitas vezes provocados por determinações do próprio governo, que atingiam diretamente um ponto crucial entre a direção e os colonos, como era o caso da distribuição de trabalho e remuneração dos imigrantes.⁶⁵⁷ Em 1878, Blumenau solicitou autorização para “emitir vales” como “recurso provisório para atender as reclamações dos colonos” em relação ao pagamento. Como resposta, o Ministério dos Negócios da Agricultura considerou que a emissão dos vales era prejudicial e desnecessária; a Presidência da Província de Santa Catarina havia recebido um crédito de 300:000\$000 e por isso, deveria “efetuar o pagamento”.⁶⁵⁸ Naquele mesmo ano, também se considerou inadmissível que as diretorias fornecessem mantimentos “por conta dos salários vencidos” dos colonos.⁶⁵⁹

O problema dos salários dos trabalhadores era efeito de desacordo entre as várias instâncias envolvidas. O Ministério da Agricultura não permitia que os diretores resolvessem “à sua maneira” a reclamação dos colonos, ao mesmo tempo em que a Presidência da Província havia cortado grande parte do valor destinado ao pagamento destes imigrantes. Aqueles que dependiam dos jornais para sobreviver sofriam as consequências destas decisões.

Hermann Blumenau criticou fortemente a forma com que em geral o governo havia conduzido o processo de imigração e colonização no Brasil. Segundo ele, era um “conglomerado incoerente em si, de regulamentos, ordens e expedientes”, mas que praticamente não eram executáveis. O “sistema” ou a falta dele, como afirmava, necessitava mesmo de uma “reforma profunda”, para alcançar algum sucesso.⁶⁶⁰

Ramalho. Quatro de março de 1878. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.68 Doc. 681.

⁶⁵⁷ Em colônias localizadas da Província do Rio Grande do Sul, o corte de subsídios públicos impulsionou uma série de distúrbios, somado ao fato de não terem sido abertas novas frentes de trabalho aos colonos. Cf.: MACHADO. Paulo P. *A política de colonização...* p. 108.

⁶⁵⁸ BRASIL. Decisão nº 293 – Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 11 de maio de 1878. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil do Brasil de 1878. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, p. 200. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/1878deci/decis%C3%B5es1878-28.pdf>

⁶⁵⁹ BRASIL. Decisão nº 307 – Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 17 de maio de 1878. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil do Brasil de 1878. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879, p. 209. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/1878deci/decis%C3%B5es1878-29.pdf>

⁶⁶⁰ AHJFS. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Breves observações sobre imigração e colonização. Extraído do Relatório do Ministério da Agricultura de 1871 a Assembleia Legislativa pelo Ministro Teodoro M. F. Pereira da Silva. 11 de julho de 1870. Pasta 02.36 Doc. 366; BLUMENAU,

Parece que depois de mais de 30 anos envolvido com os negócios da imigração e colonização no Brasil – e fora dele –, o diretor havia se desiludido com seu ideal.

Brasil é Brasil, seja no sul, seja no norte, seja empresa particular, seja parceria, seja colonização livre particular ou do Governo, tudo fica lançado e embrulhado na mesma panela(...).⁶⁶¹

Hermann Blumenau colocava todas as formas de colonização brasileira dentro da mesma “panela”, considerando-as insatisfatórias e problemáticas. Tamanho descontentamento, certamente, era influenciado pela maneira com que o governo estava fomentando a colônia sob sua gerência. Os anos finais da década de 1870 foram marcados por fortes mudanças no modo pelo qual o governo dirigia o processo de colonização. Em 1879, o Ministério dos Negócios da Agricultura suspendeu a execução do regulamento das colônias de 1867. Continuava a proceder com os “favores” aos imigrantes que chegassem à Corte, mas deixava de incentivar a “colocação de novos imigrantes nas atuais colônias do Estado”, pois a continuação do procedimento “dificultaria a emancipação desses estabelecimentos”, que era seu objetivo.⁶⁶²

A emancipação política fazia parte de um processo provido pelo Governo, visando alterar as condições das colônias pertencentes ao Império. Nos anos finais da década de 1870, o Brasil foi marcado por uma grave crise econômica, devida, entres outras causas, às dívidas internas e externas e aos gastos públicos com a seca do Nordeste. Além disso, os números da imigração não correspondiam à expectativa do governo e das elites. Com isso, a emancipação de várias colônias entre 1878 e 1881 estava dentro do plano do Governo Imperial de reduzir as despesas com imigração e colonização.⁶⁶³ No ano de 1884, foram emancipados os núcleos coloniais de Caxias do Sul, Cond’Eu e D. Isabel, localizadas na Província do

Hermann Bruno Otto. Relatório ao Ministro da Agricultura e Imperador. Imigração alemã – Colônia Blumenau. Outubro de 1869. Pasta 02.34 Doc. 345.

⁶⁶¹ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relato sobre colonização e imigração. Abril de 1874. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.47 Doc. 475.

⁶⁶² BRASIL. Decisão nº 702 - Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 24 de dezembro de 1879. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1879. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1880, p. 457. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/decisoes1879/pdf35.pdf>

⁶⁶³ MACHADO, Paulo P. *A política de colonização...*, p. 122.

Rio Grande do Sul.⁶⁶⁴ No caso da Colônia Blumenau, desde 1871 já se discutiam as condições necessárias para que o núcleo alcançasse sua emancipação. Neste período, o tão visado problema das condições das estradas, principalmente as que ligavam o núcleo ao litoral, era a causa para o adiamento do processo.⁶⁶⁵

Como a emancipação política do núcleo e sua futura constituição em município era eminente, não houve por parte da diretoria posicionamento contrário ao processo. No entanto, em várias ocasiões o diretor opinou sobre as condições em que se deveria proceder a emancipação da colônia que dirigia. Para ele, não era com cortes bruscos, redução de orçamento e recursos para as colônias, que o governo iria chegar ao objetivo da emancipação. Em um ofício à presidência afirmou que “quem quer o fim, deve também deve querer o meio”,⁶⁶⁶ pois, somente com a resolução dos problemas que a colônia apresentava, a emancipação política poderia ser bem sucedida e eficaz.

Segundo ele, o processo deveria ser realizado se pudesse garantir aos imigrantes a continuidade da medição e venda de terras,⁶⁶⁷ se os limites das terras coloniais fossem definidos e se as fronteiras territoriais das Freguesias de São Pedro Apóstolo de Gaspar, do Santíssimo Sacramento de Itajaí e de São Paulo de Blumenau fossem delimitadas.⁶⁶⁸ Mas, antes disso, deveria ainda ser resolvido o problema do estabelecimento da própria freguesia da colônia, que deveria ter sido instituída em 1873, mas que em 1878 ainda esperava por uma Cúria Episcopal para tornar-se efetiva.⁶⁶⁹ Ele considerava impróprio que se procedesse à “criação de um

⁶⁶⁴ BRASIL. Decreto nº 9.182 e 9.183 de 12 de Abril de 1884. Atos do Poder Executivo de 1884. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1884. Disponível em:

<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/Conteudo/Colecoes/Legislacao/leis1884v1/pdf13.pdf>;
<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/Conteudo/Colecoes/Legislacao/leis1884v1/pdf13.pdf>

⁶⁶⁵ AHJFS. Relatório de Luís Manoel de Albuquerque Galvão para o Ministério. Publicado na sessão do Ministério da Agricultura Comércio e Obras Públicas. Diário Oficial nº 167 de 19 de julho de 1871. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.3 Doc. 397.

⁶⁶⁶ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Presidente da Província Antônio de Almeida Oliveira. 1879. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.75 Doc. 758.

⁶⁶⁷ AHJFS. Breves observações sobre imigração e colonização. Extraído do Relatório do Ministério da Agricultura de 1871 a Assembleia Legislativa pelo Ministro Teodoro M. F. Pereira da Silva. 11 de julho de 1870. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.36 Doc. 366.

⁶⁶⁸ AHJFS. Relatório Colônia Blumenau 1878. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.74 Doc. 746.

⁶⁶⁹ AHJFS. Relatório Colônia Blumenau 1874. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.48 Doc. 490.

Município próprio”, com Câmara, Juízo Municipal, etc., se ainda nem freguesia era.⁶⁷⁰

Parece mesmo que a situação da colônia realmente atingia os brios do diretor, o qual afirmou que, diante da possível repercussão de uma revolta generalizada pela falta de atendimento aos colonos, ele não iria “se sujeitar ao papel de coveiro” de sua própria família caso viessem às vias de fato. Por isso solicitava “dispensa, suspensão ou exoneração” do seu cargo.⁶⁷¹

A paciência do diretor parecia estar chegando ao seu limite. No final da década de 1870, próxima à data de emancipação política da colônia, Hermann Blumenau continuamente informava sua insatisfação sobre as respostas do governo às suas solicitações. Em 1878, quando ficava iminente um surto de febre amarela na colônia, o diretor solicitou sua exoneração do cargo e a designação de outra pessoa para dirigi-la.⁶⁷² As condições de saúde do diretor parece ter influenciado bastante na decisão de sair de sua função. Em 1879, em uma carta ao Presidente da Província, ele afirmou que seu estado não permitia que continuasse “à testa” dos “negócios da colônia”.⁶⁷³

Acabrunhado enfim, ousou apelar à caridade de V. Excia. rogando tão respeitosa, quanto encarecidamente se digne, solicitar por telegrama ao S. Excia. Snr. Ministro da Agricultura, para que me conceda autorização para com brevidade ir a corte em serviço público, ou minha exoneração do meu atual honroso cargo, de maneira que, como o 1º de setembro eu possa entregar a gerência dos negócios desta Diretoria a quem para este fim foi designado.⁶⁷⁴

Mesmo lamentando sua enfermidade ele considerava a possibilidade de ser colocado em outra função pública na Corte, pretensão que não viu realizada.

⁶⁷⁰ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta confidencial ao Presidente da Província Joaquim da Silva Ramalho. 12 de março de 1878. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.68 Doc. 684

⁶⁷¹ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Vice Presidente da Província Joaquim da Silva Ramalho. 31 de dezembro de 1878. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.73 Doc. 732.

⁶⁷² AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Inspetor Geral das Terras e Colonização Dr. Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves. 23 de março de 1878. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.68 Doc. 685.

⁶⁷³ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Presidente da Província Antônio de Almeida Oliveira. 22 de agosto de 1879. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.77 Doc. 778.

⁶⁷⁴ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Presidente da Província Antônio de Almeida Oliveira. 22 de agosto de 1879. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.77 Doc. 778.

Hermann Blumenau continuou até 28 de janeiro de 1882 à frente da colônia que, neste tempo, contava com 16.380 habitantes.⁶⁷⁵ Quando, por ofício da Presidência da Província, foi dispensado do cargo,⁶⁷⁶ o núcleo já havia sido emancipado⁶⁷⁷ e elevado à condição de vila, que foi efetivamente instalada em 1883.⁶⁷⁸ Blumenau passou os livros de registros e documentos da colônia à futura Câmara Municipal⁶⁷⁹, que havia sido eleita em 1882, presidida por Henrique Flores Filho,⁶⁸⁰ e, com este ato, encerrou a sua atuação junto ao núcleo, agora convertido em município.

Antes de partir definitivamente para a Alemanha, Hermann Blumenau vivenciou, em 1880, mais uma enchente das águas do rio Itajaí.⁶⁸¹ No ano seguinte, no dia 13 de janeiro, mesma data em que havia contratado, há 21 anos, a transferência da colônia com o governo, morreu seu amigo de anos, escrevente e diretor interino Hermann Wendenburg.⁶⁸² Em 1882, Blumenau já havia sido dispensado do seu cargo e perdido o amigo de quem havia sido bastante próximo. Neste mesmo ano sua esposa Bertha e as duas filhas Ghertrud e Christina viajaram para a Alemanha, indo se juntar ao outro filho – Pedro – que lá já se encontrava.⁶⁸³ Sem vínculos familiares, sem seu cargo na colônia, em 1884, Hermann Blumenau embarcou de volta ao seu país natal, onde viveu até 30 de outubro de 1899, data em que faleceu.

⁶⁷⁵ SILVA, José F. *História de Blumenau...*, p. 109.

⁶⁷⁶ AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Ofício ao Presidente da Província João Rodrigues Chaves. Dois de fevereiro de 1882. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.85 Doc. 851.

⁶⁷⁷ BRASIL. Decreto 7693 de 20 de abril de 1880. Atos do Poder Executivo 1880. Disponível em <http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcc-06/leis%201880/pdf36.pdf>

⁶⁷⁸ AHJFS. Auto da Instalação da Vila e Município de Blumenau. 10 de janeiro de 1883. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.87 Doc. 871.

⁶⁷⁹ AHJFS. Relação de mapas, livros, documentos e papéis entregues a Câmara Municipal de Blumenau. 30 de maio de 1883. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.87 Doc. 875.

⁶⁸⁰ DEEKE, José. *O município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento*. Blumenau: Nova Letra, 1995, p. 89.

⁶⁸¹ SILVA, José F. *A história de Blumenau...*, p. 106.

⁶⁸² Hermann Wendenburg faleceu em 13 de janeiro de 1880, exatamente 21 anos após a transferência da colônia para o Império. AHJFS. BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta ao Presidente da Província João Rodrigues Chaves. 21 de janeiro de 1881. Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882. Pasta 02.82 Doc. 822.

⁶⁸³ SILVA, José F. *História de Blumenau...*, p. 109.

CONCLUSÃO

Hermann Bruno Otto Blumenau guiou a pesquisa da qual resultou esta dissertação. Propus-me, nela, a acompanhar sua atuação no processo de imigração e colonização no Brasil, principalmente na administração e direção de um núcleo colonial no interior de Santa Catarina.

A experiência de Hermann Blumenau revela as possibilidades de um estrangeiro que migrou ao Brasil em 1846, com ideais de promover a vinda de imigrantes alemães e desenvolver a colonização, principalmente nas províncias meridionais, que neste contexto dependia da influência de autoridades políticas e econômicas, no Império e na Europa, para alcançar seus objetivos. Mesmo podendo exercer sua profissão de químico ou farmacêutico, Blumenau investiu os maiores esforços na viabilização de um empreendimento que promovesse a transferência de imigrantes e a fixação deles no Brasil. Sua atuação indica uma série de aspectos que envolvem negócios relacionados ao incentivo à migração para o Brasil e a formação de núcleos coloniais.

Assim, neste trabalho, procurei demonstrar interesses econômicos e comerciais entre o Brasil e Cidades Livres e Hanseáticas como Hamburgo e Bremen. Os negócios se baseavam em possíveis lucros do comércio de produtos agrícolas e manufaturados com o transporte de imigrantes alemães. A legislação brasileira permitia o desconto nas taxas de impostos por número de pessoas transportadas, e desta forma, o processo envolvia agenciadores de imigrantes, donos de navios e até mesmo os cônsules que também retiravam seu quinhão, salvaguardado pela lei imperial.

Companhias ou Sociedades de Imigração e colonização estiveram bastante envolvidas no incentivo da imigração para o Brasil e na fundação de colônias agrícolas. Hermann Blumenau trabalhou para uma Sociedade da cidade de Hamburgo entre 1846 e 1848; tal relação de trabalho demonstra os objetivos dos projetos de colonização enviados para aprovação do governo imperial. Os projetos de colonização, tanto o encaminhado por Blumenau quanto aquele da Companhia, visavam angariar apoio do governo, na forma de doação ou venda de terras públicas a preço baixo.

Os contatos feitos por Hermann Blumenau com autoridades da Província de

Santa Catarina, lhe possibilitaram a compra e recebimento de terras devolutas na região do Vale do Itajaí. A partir da elucidação da forma com que Blumenau adquiriu suas terras, procurei compreender a formação de um empreendimento agrícola particular – pertencente a Blumenau em sociedade com Hackradt – que passou a fomentar a introdução de imigrantes alemães e a colonização das terras. Busquei, desta forma, indicar como o desenvolvimento colonial, que envolvia a contratação de trabalhadores, era influenciado pela autoridade do proprietário. Mesmo considerando a escravidão como uma “indigna instituição da humanidade”, ele afirmou encontrar uma saída para o problema de falta de trabalhadores na colônia com a compra de escravos para os serviços de derrubada da mata e demarcação de lotes. Além disso, Blumenau exercia influência na distribuição de terras aos colonos, determinava os valores e o tamanho dos lotes, variando as condições a cada imigrante.

A introdução de colonos no núcleo também dependia do proprietário, principalmente pelo incentivo da propaganda favorável à imigração alemã para a colônia na Europa. Apesar dos esforços, não houve aumento significativo de imigrantes, indicando os empecilhos que havia, como a má reputação que o Brasil possuía no exterior, e a negociação entre agentes e colônias que poderia ser favorecida pelo valor pago por colono e comissão dos agenciadores.

Apesar da autoridade de Hermann Blumenau como proprietário na administração colonial, o núcleo só pode se manter com recursos recebidos por empréstimos concedidos pelo governo imperial. As necessidades financeiras não eram supridas pelas rendas da venda de lotes e pelo pagamento de prêmios pelos imigrantes introduzidos.

Busquei demonstrar assim, que, mesmo tratando-se de um núcleo colonial particular não houve autonomia completa, pois os empréstimos previam certas condições, estipuladas pelo governo da província, para a administração da colônia. Hermann Blumenau era obrigado em contrapartida, a construir benfeitorias e estradas. Houve muito menos autonomia financeira, pois a situação econômica da colônia era dependente da interferência pública imperial.

Em 1860, configurada a impossibilidade de o diretor quitar os débitos que tinha com o poder público, o governo imperial tomou para si a administração da colônia. A negociação previa que Blumenau cedesse as terras pertencentes ao núcleo em troca da quitação das dívidas que possuía, e continuasse como diretor da

colônia. O núcleo passava a ter caráter público, ou seja, era dirigido conforme as normas do Império. Na parte do trabalho que trata deste período da colônia, procurei elucidar aspectos do funcionamento de uma colônia pública, dirigida por seu ex-proprietário, identificando determinadas maneiras ou práticas realizadas pelo diretor para fazer valer interesses próprios. Blumenau articulava a permanência de pessoas que já possuíam cargos importantes na colônia particular, como o escrevente e agrimensor, na administração pública do núcleo.

A articulação política de Hermann Blumenau foi importante para viabilizar determinadas ações da diretoria, muitas vezes com o objetivo de favorecer aliados políticos. Isto acontecia não somente em relação à atribuição de cargos no núcleo, mas também na utilização das verbas públicas e na antecipação destes valores. Apesar da grande influência que o diretor conquistou com tais procedimentos, em algumas ocasiões, mesmo com oposição de Hermann Blumenau, as ordens superiores do governo sobressaíam às vontades do diretor.

Busquei também compreender a influência de Hermann Blumenau nos conflitos que se estabeleciam entre os colonos e a diretoria. As ordens do governo nem sempre eram aceitas pelos imigrantes. Os desentendimentos aconteciam entre os colonos que possuíam maiores condições financeiras, principalmente pela busca de maior representatividade nos Conselhos de Colonos, ou pelas tentativas de comprar terras devolutas diretamente com a Presidência da Província. Hermann Blumenau favorecia alguns membros no Conselho, principalmente aqueles que não divergiam das ideias da diretoria, e ainda, conseguia, por meio de sua influência, que a província atribuísse a ele a prerrogativa de decidir a venda de terras públicas a determinados colonos.

Os conflitos com aqueles imigrantes que dependiam de jornais e diárias, pagos pelo governo, ocorriam principalmente pela falta de estrutura colonial, sobretudo a de estradas e caminhos, e pela falta de pagamentos aos colonos. O diretor costumava intervir na contratação de trabalhadores, muitas vezes diminuindo a quantidade de contratados para os trabalhos na colônia. Em contrapartida, os moradores da colônia costumavam se aproveitar de visitas de autoridades ao núcleo para reclamar por melhorias. Certamente, desta forma, as vozes dos colonos ultrapassavam os limites coloniais.

Ao contemplar a direção de Blumenau da colônia pública, busquei demonstrar

aspectos da administração do núcleo, que se baseava na intersecção das ordens do governo e a adaptação e influência das normas pelo diretor. Mesmo tratando-se de um núcleo público de colonização, o alcance do governo sofria interferência da direção exercida pelo ex-proprietário da colônia.

O acompanhamento da experiência de Hermann Blumenau como proprietário de uma colônia, e posteriormente seu diretor, permite compreender a dinâmica de administração daquela colônia em particular, nos dois formatos que ela assumiu. Enquanto o núcleo particular dependia do governo provincial para a cessão de terras públicas, mas principalmente pela concessão de empréstimos junto ao governo para a garantia do seu desenvolvimento. Na condição de colônia pública, por sua vez, dada a experiência administrativa anterior e a permanência do antigo proprietário na direção, foi marcada também por permanências, que não eliminaram completamente as características definidas na administração anterior.

Assim, a experiência específica da colônia Blumenau – que pode não ter sido única – permite perceber que a distinção entre núcleos coloniais públicos e privados nem sempre era claramente constituída.

REFERÊNCIAS

FONTES

Arquivo Histórico José Ferreira da Silva

Fundo: Memória da Cidade

Grupo 2: colonização imigração

Subgrupo 2.3: alemã

2.3.4: Blumenau

Série 2.3.4.1: diversos

2.3.4.1.1 correspondências

Doc. 01 - Correspondências familiares Hermann Bruno Otto Blumenau. Cartas 01 a 09, 11 a 13 e 15.

Grupo 2: colonização imigração

Subgrupo 2.3: alemã

2.3.4: Blumenau

Série 2.3.4.1: diversos

2.3.4.1.2 - Diversos

Relatório anual sobre os acontecimentos e progresso da Colônia Alemã Blumenau no ano de 1856. Fins de janeiro de 1857.

Documento s/d. s/n. s/c. Relatório Ignácio Cunha Galvão sobre as colônias de S. Paulo, Paraná e Santa Catarina.

Ofício Pres. P. T. C, nº 47. Ofício do Presidente da Província Pedro Leitão da Cunha ao Delegado Interino da Repartição de Terras Públicas e Colonização João André Gogoy Junior. Desterro, 10 de março de 1863.

Ofício Pres. P. T. C, nº 63. Ofício do Delegado da Secretaria Terras Públicas e Colonização José Bonifácio Caldeira de Andrade ao Presidente da Província de Santa Catarina Comendador Francisco José de Oliveira. Desterro, 10 de julho de 1865.

Ofício Pres. P. T. C, nº 72. Ofício do Presidente da Província Pedro Leitão da Cunha ao Delegado Interino da Repartição de Terras Públicas e Colonização João André Gogoy Junior. Desterro, 11 de abril de 1863.

Ofício Pres. P. T. C, nº 99. Ofício do Delegado da Secretaria de Terras Públicas e Colonização José Bonifácio Caldeira de Andrade ao Presidente da Província Adolpho de Barros Cavalcante de Albuquerque Lacerda. Desterro, 16 de setembro de 1865.

Ofício Pres. P. T. C, nº 104. Ofício Presidente da Província Conselheiro Vicente Pires

da Motta ao delegado do Diretor da Repartição de Terras Públicas e Colonização Manoel da Silva Mafra. Desterro, 24 de março de 1862.

Ofício Pres. P. T. C, nº 108. Ofício Pres. Prov. T. C. Repartição Especial das Terras Públicas da Província de Santa Catarina. 23 de Abril de 1861.

Ofício Pres. P. T. C, nº 118. Ofício Presidente da Província Conselheiro Vicente Pires da Motta ao delegado do Delegado da Repartição de Terras Públicas e Colonização Manoel da Silva Mafra. Desterro, 25 de junho de 1862.

Ofício Pres. P. T. C, nº 130. Ofício Presidente da Província Conselheiro Vicente Pires da Motta ao delegado do Diretor da Repartição de Terras Públicas e Colonização Manoel da Silva Mafra. Desterro, 17 de julho de 1862.

Ofício Pres. P. T. C, nº 200. Ofício Presidente da Província Inácio Cunha Galvão ao delegado do Diretor da Repartição de Terras Públicas e Colonização Manoel da Silva Mafra. Desterro, 23 de agosto de 1861.

Ofícios Pres. P. Cam. M. 1869, v. 2. Ofício Câmara Municipal de Itajaí ao Presidente da Província Carlos Augusto Ferraz de Abreu. Sessão de oito de Abril de 1869.

Receita de Terras Vendidas. Colônia Blumenau. 1 de fevereiro de 1861.

Requerimento de Naturalização de Gustavo Frederico Labes. Repartição Especial das Terras e Colonização da Província de Santa Catarina, nº 117. Juiz de Paz Julio Baumgarten e Escrivão Interino Victor von Gilsa. 27 de setembro de 1865.

Fundo Blumenau Colônia Particular [documentos diversos]

Pasta 2

Doc. 10 - Carta Hermann Blumenau aos pais, s/l, 26 de março de 1850.

Doc. 14 – Carta Hermann Blumenau aos pais, a bordo do Veleiro Miranda, 27 de março de 1850.

Pasta 02.1

Doc. 15 - Artigos fundamentais para estabelecimento colonial em SC. Autoria Hermann Blumenau.

Pasta 2.2

Doc. 22 - Relação dos primeiros 17 imigrantes entrados em Blumenau em 02 de setembro de 1850.

Doc. 23 - Carta petição ao Imperador, Itajaí, 10 de dezembro de 1850.

Doc. 25 - Carta petição Hermann Blumenau meados de dezembro de 1850.

Doc. 27 - Publicação na Imprensa de Desterro. 12 de novembro de 1850.

Pasta 2.3

Doc. 33 - Documento de Visconde de Montalegre a Hermann Blumenau sobre fundação da colônia em terras de sua propriedade.

Doc. 34 - Requerimento Visconde de Montalegre a Visconde de Olinda em que relata pedido de auxílio de Hermann Blumenau para formação de colônia. Rio de Janeiro, 4º Sessão, Ministério dos Negócios do Império, 9 de janeiro de 1851.

Doc. 36 - Termo de contrato e ajuste entre Hermann Blumenau e Governo Imperial para a importação de 200 imigrantes. 21 de fevereiro de 1851.

Pasta 2.4

Doc. 42 - Trecho do documento publicado por Hermann Blumenau na Gazeta Geral de Emigração (Algemeine Auswanderung Zeitung) n. 106, 11 de setembro de 1858.

Doc. 43 - Letras aceitas por Hermann Blumenau em 25 de maio de 1852, referente empréstimo de 10:000\$000.

Doc. 44 - Relatório 1852.

Doc. 45 - Relação dos 12 ocupantes dos lotes de nº1 ao nº 14. Colônia Blumenau, 28 de agosto de 1852.

Pasta 02.5

Doc. 51 - Relatório 1853.

Doc. 52 - Carta Hermann Blumenau a Baumgarten, 12 de dezembro de 1853

Pasta 02.7

Doc. 73 - Carta de Julius Baumgarten ao irmão Hermann, 10 de junho de 1855.

Doc. 75 - Carta ao Superintendente Baumgarten, Rio de Janeiro, 15 de julho de 1855.

Pasta 02.6

Doc. 62 - "Requerimento e projeto para a Assembleia da Província de Santa Catarina". 1848. Autoria Hermann Blumenau.

Pasta 2.7.1

Doc. 71.1 - Termo de ajuste e contrato entre Hermann Blumenau e o Governo Imperial. Rio de Janeiro, Repartição Geral das Terras e Colonização, 17 de abril de 1855.

Pasta 2.08

Doc. 85 - Registro de Posse de Chistiano Imroth. 1856.

Doc. 89 - Carta de Ernest Weise aos familiares, Colônia Blumenau, 24 de maio 1856. Carta 1. Pag. 1; Carta de Henrich Weise aos familiares, 24 de outubro de 1856. Carta 4. Pag. 5. Carta Henrich Weise aos familiares, Colônia Blumenau, 24 de outubro de 1856. Carta 3. Pag. 4.

Pasta 02.10

Doc. 103 - Dívida Hermann Bruno Otto Blumenau ao Governo Imperial. 1857.

Doc. 104 - Relatório 1856.

Pasta 02.11

Doc. 113 - Carta Hermann Blumenau a irmão de Julius Baumgarten. 17 de agosto de 1858.

Pasta 02.12

Doc. 121 - Texto sobre a vida dos emigrados na Colônia de Blumenau, publicada na Alemanha em 1859. Autoria Johan August Prestien.

Fundo Blumenau – Colônia Imperial 1860-1882:**Pasta 02.13.1**

Doc. 132.1 - Regulamento da Colônia Blumenau. Incompleto. s/d.

Pasta 02.14

Doc. 142 - Edital publicado em jornal de Desterro. 1º de março de 1861.

Doc. 145 - Ofício Inácio Galvão ao Diretor da Colônia Blumenau. 28 de agosto de 1861.

Pasta 02.15

Doc. 153 - Ofício Bernardo Augusto Nascentes de Azambuja – Repartição Geral de Terras e Colonização. 1862.

Doc. 159 - Carta Hermann Blumenau ao Presidente da Província o Sr. Vicente Pires da Motta com orçamento das despesas trimestrais da Colônia Blumenau. 22 de maio de 1862.

Pasta 02.16

Doc. 161 - Carta Hermann Blumenau ao Presidente da Província Vicente Pires da Motta. 28 de Junho de 1862.

Doc. 169 - Estatística da Colônia Blumenau em 1862. 31 de dezembro de 1862.

Pasta 02.17

Doc. 172 - Relatório 1862.

Doc. 178 - Carta da Tesouraria da Fazenda da Província de Santa Catarina assinada por João Francisco de Souza Coutinho para Diretoria da Colônia Blumenau. Desterro, 11 de julho de 1862.

Doc. 180 - Ofício Hermann Blumenau ao Presidente Conselheiro Pires da Motta. Cinco de julho de 1862.

Pasta 02.17.1

Doc. 174. 1 - Carta Hermann Blumenau ao Presidente da Província Conselheiro Vicente Pires da Motta. 19 de maio de 1862.

Doc. 176.1 - Ofício Carl Wilhelm Eduard Schadrach ao diretor da Colônia Blumenau; requerimento de compra de terras. Desterro, 3 de junho de 1862.

Pasta 02.18

Doc. 185 - Carta Hermann Blumenau ao Presidente da Província Pedro Leitão da Cunha. 18 de abril de 1863.

Pasta 02.19

Doc. 195 - Conta geral dos débitos dos colonos. (1860-1863). 15 de agosto de 1863.

Doc. 198 - Carta ao Presidente da Província Pedro Leitão da Cunha. 12 de setembro

de 1863.

Pasta 02.22

Doc. 228 - Declaração de Hermann Blumenau sobre Augusto Gloeden ao Presidente da Província Francisco José de Oliveira. 18 de março de 1864.

Pasta 02.23

Doc. 234 - Carta Hermann Blumenau ao Presidente da Província de Santa Catarina, 22 de junho de 1864.

Doc. 235 - Ofício Hermann Blumenau ao Presidente da Província Alexandre Rodrigues Chaves. 13 de julho de 1864.

Doc. 239 - Carta Hermann Blumenau ao Presidente da Província Alexandre Rodrigues Chaves. Desterro, 25 de Julho de 1864.

Pasta 02.24

Doc. 243 - Carta resposta de Hermann Blumenau com assinatura de colonos ao Delegado da Secretaria de Terras Públicas e Colonização José Bonifácio Caldeira de Andrada. 19 de setembro de 1864.

Doc. 247 - Carta Hermann Blumenau ao Presidente da Província Alexandre Rodrigues Chaves, 14 de novembro de 1864.

Pasta 02.26

Doc. 262 - Ofício Hermann Blumenau a Presidente da Província Alexandre Rodrigues Chaves. Desterro, 1º de Abril de 1865.

Doc. 263 - Ofício Hermann Wendenburg ao Presidente da Província Dr. Alexandre Rodrigues Chaves. 3 de julho de 1865.

Pasta 02.26.1

Doc. 261.1 - BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Carta Hermann Blumenau ao Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura Comércio e Obras Públicas Jesuíno Marcondes de Oliveira e Sá. 14 de janeiro de 1865.

Pasta 02.27

Doc. 274 - Ofício Hermann Wendenburg ao Presidente da Província Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda. 14 de maio de 1866.

Doc. 279 - Ofício Hermann Wendenburg ao Presidente da Província Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda. 10 de outubro de 1866.

Pasta 02.28

Doc. 287 - Carta Hermann Blumenau a Luís Manoel Albuquerque Galvão. Data ilegível. 1866.

Pasta 02.29

Doc. 293 - Carta Hermann Wendenburg ao Presidente da Província Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda. 6 de fevereiro de 1867.

Doc. 295 - Ofício Hermann Wendenburg ao Presidente da Província Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda. 14 de abril de 1867.

Doc. 299 - Carta Hermann Wendenburg ao Presidente da Província Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda. 4 de junho de 1867.

Pasta 02.30

Doc. 303 - Ofício Hermann Wendenburg ao Presidente da Província Francisco José de Oliveira. Oito de agosto de 1867.

Pasta 02.31

Doc. 31 - Relatório 1867.

Pasta 02.32

Doc. 322 - Cópia de artigo de periódico anunciado para Dona Francisca e Blumenau. Colonie Zeitung, Joinville, 1 de fevereiro de 1868, n. 5.. Editor responsável Ottokar Doerffel.

Pasta 02.33

Doc. 338 - Ofício Hermann Blumenau para Inácio Cunha Galvão. 20 de dezembro de 1869.

Pasta 02.34

Doc. 345 - Relatório Colonial ao Ministro da Agricultura e Imperador. Imigração Alemã – Colônia Blumenau. Outubro de 1869.

Doc. 346 - Carta Hermann Blumenau ao Governo Imperial. Rio de Janeiro, novembro de 1869.

Pasta 02.35

Doc. 357 - Carta Hermann Blumenau ao Presidente da Província André Cordeiro de Araújo Lima. 16 de abril de 1870..

Doc. 359 - Carta Hermann Blumenau ao Presidente da Província Francisco Ferreira Correa. Nove de agosto de 1870.

Pasta 02.36

Doc. 362 - Carta Hermann Blumenau ao Presidente da Província Francisco Ferreira Correa. 1º de novembro de 1870.

Doc. 365 - Principais acontecimentos de 1870.

Doc. 366 - Breves observações sobre imigração e colonização. Extraído do Relatório do Ministério da Agricultura de 1871 a Assembleia Legislativa pelo Ministro Teodoro M. F. Pereira da Silva. 11 de julho de 1870.

Doc. 369 - Nomeação de Hermann Blumenau para o cargo de Subdelegado de Polícia da Colônia Blumenau pelo Juiz de Direito Francisco Ferreira Correa. Palácio do Governo 14 de novembro de 1870.

Pasta 02.38

Doc. 382 - Relatório 1870.

Pasta 02.39

Doc. 398 - Carta Hermann Blumenau ao Conselheiro Teodoro Machado Freire Pereira da Silva, Ministro e Secretário do Estado dos Negócios da Agricultura Comércio.

Doc. 394 - Relatório Inácio Cunha Galvão sobre as colônias de S. Paulo, Paraná e Santa Catarina. s/d. s/n. Fundo Memória da Cidade; Relatório apresentado por Luís

Manoel de Albuquerque Galvão em 9 de março, publicado no diário oficial nº 156 de 6 de julho de 1871.

Doc. 395 - Relatório de Luís Manoel de Albuquerque Galvão para o Ministério. Publicado na sessão do Ministério da Agricultura Comércio e Obras Públicas. Diário Oficial nº 157 de 7 de julho de 1871.

Doc. 397 - Relatório de Luís Manoel de Albuquerque Galvão para o Ministério. Publicado na sessão do Ministério da Agricultura Comércio e Obras Públicas. Diário Oficial nº 167 de 19 de julho de 1871.

Pasta 02.40

Doc. 407 - Quadro comparativo de orçamento 1871-1872. 30 de Novembro de 1871.

Doc. 408 - Ofício Hermann Blumenau ao Presidente da Província Presidente Dr. Joaquim Bandeira de Gouveia. Quatro de dezembro de 1871.

Pasta 02.41

Doc. 412 - Relatório 1871.

Doc. 414 - Ofício Hermann Blumenau ao Presidente da Província João Tomé da Silva. 29 de Março de 1871.

Pasta 02.42

Doc. 428 - Ofício Hermann Blumenau a Ministro da Agricultura. 19 de novembro de 1872.

Pasta 02.47

Doc. 474 - Ofício Hermann Blumenau ao Presidente da Província João Tomé da Silva. 28 de março de 1874.

Doc. 475 - Relato sobre colonização e imigração. Abril de 1874. Pasta 02.47

Pasta 02.48

Doc. 482 - Carta Hermann Blumenau ao Inspetor da Tesouraria da Fazenda Antônio Cândido da Silva. 27 de julho de 1874.

Doc. 490 - Relatório 1874.

Pasta 02.50

Doc. 509 - Telegramas Hermann Blumenau a Ferdinand Hackradt, Nicolau Malburg e Hermann Wendenburg. Maio 1875.

Pasta 02.51

Doc. 514 - Carta Hermann Blumenau ao Presidente da Província Luiz Ferreira do Nascimento e Mello. 25 de junho de 1875.

Pasta 02.53

Doc. 532 - Carta Hermann Blumenau ao Governo Imperial. Corte, 13 de outubro de 1875.

Pasta 02.55

Doc. 552 - Apontamentos Hermann Blumenau sobre imigração e colonização. Rio de Janeiro, Novembro de 1875.

Pasta 02.56

Doc. 569 - Carta Hermann Blumenau sobre situação de Colono Sebastião Baudini. 21 de fevereiro de 1876.

Pasta 02.57

Doc. 572 - Carta Hermann Blumenau ao Presidente da Província João Capistrano Bandeira de Mello. 25 de fevereiro de 1876.

Pasta 02.57

Doc. 571 - Carta Hermann Blumenau ao Inspetor Especial de Terras e Colonização. 25 de fevereiro de 1876.

Pasta 02.59

Doc. 592 - Carta Hermann Blumenau ao Presidente da Província João Capistrano de Mello Filho. 23 de Abril de 1876.

Doc. 593 - Telegrama Hermann Blumenau a Werneck Campo Capistrano. 3 de maio de 1876.

Doc. 595 - Carta Hermann Blumenau ao Presidente da Província João Capistrano Bandeira de Mello.

Pasta 02.60

Doc. 605 - Carta Hermann Blumenau ao Presidente da Província Dr. Alfredo d'E Taunay. 13 de outubro de 1876.

Pasta 02.62

Doc. 624 - Carta Hermann Blumenau ao Presidente da Província José Bento de Araújo. Janeiro de 1877.

Pasta 02.64

Doc. 648 - Telegrama Hermann Blumenau ao Inspetor Geral das Terras e Colonização. s/n. 14 de outubro de 1877.

Pasta 02.67

Doc. 678 - Relatório 1877.

Pasta 02.68

Doc. 681 - Carta Hermann Blumenau ao Presidente da Província Joaquim da Silva Ramalho. Quatro de março de 1878.

Doc. 684 - Carta Hermann Blumenau ao Presidente da Província Joaquim da Silva Ramalho. 12 de março de 1878.

Doc. 685 - Carta Hermann Blumenau ao Inspetor Geral das Terras e Colonização Dr. Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves. 23 de março de 1878.

Pasta 02.73

Doc. 732 - Carta Hermann Blumenau ao Vice Presidente da Província Joaquim da Silva Ramalho. 31 de dezembro de 1878.

Pasta 02.74

Doc. 746 - Relatório 1878.

Pasta 02.75

Doc. 754 - Ofício Hermann Blumenau ao Administrador da Mesa de Rendas Gerais de Itajaí José Maurício Lopes da Silva. 24 de março de 1879.

Doc. 758 - Carta Hermann Blumenau ao Presidente da Província Antônio de Almeida Oliveira. 1879.

Pasta 02.77

Doc. 778 - Carta Hermann Blumenau ao Presidente da Província Antônio de Almeida Oliveira. 22 de agosto de 1879.

Pasta 02.82

Doc. 822 - Carta Hermann Blumenau ao Presidente da Província João Rodrigues Chaves. 21 de janeiro de 1881.

Pasta 02.83

Doc. 839 - Ofício de Henrique Avé Lallemand ao Presidente da Província João Rodrigues Chaves. 13 de dezembro de 1881.

Pasta 02.85

Doc. 851 - Ofício Hermann Blumenau ao Presidente da Província João Rodrigues Chaves. Dois de fevereiro de 1882.

Pasta 02.87

Doc. 871 - Auto da Instalação da Vila e Município de Blumenau. 10 de janeiro de 1883.

Doc. 284 - Relatório do Ministério da Agricultura para a Assembleia Geral Legislativa referente as atividades do ano de 1867 "Imigração norte-americana e outras colônias no Brasil em especial em Santa Catarina". 24 de maio de 1867.

Doc. 875 - Relação de mapas, livros, documentos e papéis entregues a Câmara Municipal de Blumenau. 30 de maio de 1883.

Arquivo Público do Estado de Santa Catarina (APESC):

Registro de Títulos definitivos de Terras. (Título de Hermann de Blumenau e Ferdinand Hackhadt no Itajahy. 28 de agosto de 1848). Livro n. 763. 1845-1850. p. 85-85v.

Registro de Títulos definitivos de Terras. (Título de Hermann de Blumenau e Ferdinand Hackhadt no Itajahy. 28 de agosto de 1848). Livro n. 763. 1845-1850. p. 85-85v.

Registro Presidente Província de Santa Catarina. Registro de diversas correspondências de 1847-1848, p. 105. (Ofício de Antero José Ferreira de Brito ao Major Agostinho Alves Ramos, 23 de abril de 1847).

Registro Presidente Província de Santa Catarina. Registro de diversas correspondências de 1848 a 1851. (Ofício Presidente a Agostinho Alves Ramos.

Desterro, 28 de abril de 1848). Livro 17. P. 6v-7

Correspondência Ministério do Império – Presidência da Província de Santa Catarina. Ofício Ministério do Império Ângelo Moniz de Souza Mello para Presidente da Província. 31 de janeiro de 1860. 1830-75/89. 13v. Folha 4.

Correspondência Ministério do Império – Presidência da Província de Santa Catarina. Cópia Termo de Sessão de Colônia Blumenau para o Governo Imperial. 13 de janeiro de 1860. 1830-75/89. 13v. Folha 122-124v.

Fontes publicadas

BAUMGARTEN, Julius. Carta a irmã Emília s/d. *Blumenau em Cadernos*. Tomo XXVIII. Nov/Dez. 1987. Ed. 371, nº 11-12, p. 355.

BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Anotações 25 de setembro de 1847”, p. 30.

BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Carta ao representante hamburguês no Rio de Janeiro, 7 de abril de 1848”, p. 42.

BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. “Relatório a Companhia Hamburguesa 23 de novembro de 1847”, p. 29-30.

BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. *A Colônia Alemã Blumenau na Província de Santa Catarina no Sul do Brasil*. Blumenau: Cultura em Movimento/Instituto Blumenau 150 anos, 2002.

BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Guia de Instruções aos Emigrados para a Província de Santa Catarina no Sul do Brasil. In: FERREIRA, Cristina; PETRY, Sueli M. V. *Um alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a política colonizadora no Sul do Brasil*. Blumenau: Cultura em Movimento/Instituto Blumenau 150 anos, 1999.

BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Provas mais que evidentes. Blumenau em Cadernos. Tomo VII, Out, nº10, 1964, p. 203.

BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Relatório 1853. *Blumenau em Cadernos*. Tomo I, abril, n. 6, 1958.

BLUMENAU, Hermann Bruno Otto. Sul do Brasil em suas referências à Emigração e Colonização Alemã. In: FERREIRA, Cristina; PETRY, Sueli M. V. *Um alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a política colonizadora no Sul do Brasil*. Blumenau: Cultura em Movimento/Instituto Blumenau 150 anos, 1999.

BRASIL. Aditamento nº36 – Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Circular de 10 de Outubro de 1862. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil 1862. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1862.

BRASIL. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1823. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887. Decisão imperial número 50, de 8 de abril de 1823.

BRASIL. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1824. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1886. Decisão n. 80 de 31 de março de 1824.

BRASIL. Coleção das Leis do Brasil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Decreto de 1º setembro de 1808.

BRASIL. Coleção das Leis do Brasil de 1808. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891. Decreto de 25 de novembro de 1808.

BRASIL. Coleção das Leis do Brasil de 1818. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1889. Carta Régia de 2 de maio de 1818.

BRASIL. Coleção das Leis do Império de 1848. Tomo X. Parte I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1849. Lei 514 de 28 de outubro de 1848.

BRASIL. Coleção das leis do Império do Brasil de 1844. Tomo VII. Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1845. Decreto 356 de 26 de abril de 1844.

BRASIL. Coleção das leis do Império do Brasil de 1850. Tomo XI. Parte I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, s/d. Decreto 537 de 15 de maio de 1850.

BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1850. Tomo XI. Parte I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1851. Decreto 537 de 15 de maio de 1850.

BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1850. Tomo XI. Parte I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1851. Lei 601 de 18 de setembro de 1850.

BRASIL. Coleção das leis do Império do Brasil de 1860. Tomo XXI. Parte I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1860, p. 66. Disponível em:

BRASIL. Decisão 259 – Agricultura, Comércio e Obras Públicas – Circular de 12 de Junho de 1863. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil 1863. Tomo XXVI. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1863.

BRASIL. Decisão n. 266 A – Agricultura, Comércio e Obras Públicas – Circular, em 20 de setembro de 1864. In:

BRASIL. Decisão n. 435 A – Agricultura, Comércio e Obras Públicas – Circular, em 28 de dezembro de 1864. In:

BRASIL. Decisão nº 293 – Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 11 de maio de 1878. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil do Brasil de 1878. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879.

BRASIL. Decisão nº 307 – Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 17 de maio de 1878. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil do Brasil de 1878. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1879.

BRASIL. Decisão nº 702 - Agricultura, Comércio e Obras Públicas, 24 de dezembro de 1879. Coleção das Decisões do Governo do Império do Brasil de 1879. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1880.

BRASIL. Decreto 2748 de 16 de fevereiro de 1861. Coleção das Leis do Império de 1861. Tomo XXIV. Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1861, p. 129. Disponível em <http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/leis1861/pdf13.pdf>

BRASIL. Decreto 3784 de 19 de Janeiro de 1867. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1867. Tomo XXX. Parte II. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1867.

BRASIL. Decreto 7693 de 20 de abril de 1880. Atos do Poder Executivo. 1880. Disponível em <http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpcd-06/leis%201880/pdf36.pdf>

BRASIL. Decreto nº 9.182 e 9.183 de 12 de Abril de 1884. Atos do Poder Executivo de 1884. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1884.

BRASIL. Lei 1114 de 27 de setembro de 1860. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1860. Tomo XXI. Parte I. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1860.

BRASIL. Leis da Assembleia Geral e Constituinte e Legislativa. 1823. [s/l]: [s/d].

BRASIL. Ministério do Império. Documentos anexos do Ministério do Império apresentado á Assembleia Geral Legislativa na Terceira Sessão da Nona Legislatura pelo Ministro e Secretário do Estado dos Negócios do Império Luis Pedreira do Coutto Ferraz. Repartição Geral das Terras Públicas – Colônias – Província de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1855.

BRASIL. Ministério do Império. Relatório apresentado á Assembleia Legislativa na Terceira Sessão da Décima Legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império Sérgio Teixeira de Macedo. Colônias da Província de Santa Catarina – Colônia Blumenau. Relatório do Comissário do Governo e Conselheiro Luiz Pedreira do Coutto Ferraz. Rio de Janeiro: Tipografia Universal da Laermmert, 1859.

Declaração de compra, Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1854. Blumenau em Cadernos. Tomo XXI, nº 2, fev 1980, p. 42.

HERING, Carlos Fernando. Artigo publicado em 25 de julho de 1855 no “Weimarischen Zeitung”, nº 171. Blumenau em Cadernos. Tomo IV, março, nº 3. 1961, p. 54.

HÖRMEYER, J. “A colônia blumenauense”. (Texto publicado no livro “Südbrasilien” em 1857). Blumenau em Cadernos. Tomo XXVIII, fev, nº 2, 1987, p. 56.

<http://www.camara.gov.br/Internet/InfDoc/conteudo/colecoes/Legislacao/leis1860/pdf6.pdf>

IOTTI, L. H. (Org). *Imigração e colonização: legislação de 1747 – 1915*. Caxias do Sul/Porto Alegre: EDUCS/ Assembleia Legislativa do Estado do RS, 2001. Aviso número 3 ao Diretor Geral Interino das Terras Públicas. Império. Repartição das terras públicas, em 21 de abril de 1855.

MULLER, Otto L. de Lucca. Carta a Blumenau, Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1857. In: Blumenau em Cadernos, Tomo XXI, fev., n. 2, 1980, p. 41.

RICHTER, Klaus. A primeira viagem do Dr. Blumenau para Santa Catarina em abril de 1847. Blumenau em Cadernos. Edição especial 50 anos. Tomo XLVIII. Nov/Dez. nº 11-12, 2007.

RICHTER, Klaus. As raízes de Blumenau 1847-1850. *Blumenau em Cadernos*. Tomo XLVII, jan/fev. nº 1/2, 2006.

RICHTER, Klaus. Os primórdios da colonização sistemática alemã em Santa Catarina – 1846-848. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. 3ª fase. n. 23, 2004.

SALLENTIEN, Francisco. Província de Santa Catarina no Sul do Brasil. Blumenau em Cadernos. Tomo XI, Set/1970, n° 9, p. 191-197.

SALLENTIEN, Franz. Carta a irmã Luise, Itajaí, 28 de agosto de 1854. Blumenau em Cadernos. Tomo XXV, Set. n. 9, 1984, p. 283.

SAMETZKI, Rose. Carta aos avós, Colônia Blumenau, 15 de agosto De 1860. Blumenau em Cadernos. Tomo XXV, fev. n. 2, 1984, p. 60.

SANTA CATARINA (Prov.). Lei 49 de 15 de junho de 1836. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina de 1835/1840. [s.l.]: [s.n.].

SANTA CATARINA (Prov.). Lei n. 504 de 20 de Junho de 1860. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina. [s.l.]: [s.n.], p. 63.

SANTA CATARINA (Prov.). Lei n. 11 de 5 de maio de 1835. Coleção de Leis da Província de Santa Catarina de 1835/1840. [s.l.]: [s.n.].

SANTA CATARINA. Ato do Presidente da Província Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, 12 de Maio de 1866. In: Atos de 1857 a 1866. Oficinas a vapor da Imprensa Oficial: Florianópolis, 1919.

SANTA CATARINA. Ato do Presidente da Província Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, 16 de Novembro de 1866. Atos de 1857 a 1866. Oficinas a vapor da Imprensa Oficial: Florianópolis, 1919.

SANTA CATARINA. Ato do Presidente da Província Alfredo d' Escragnoille Taunay, 23 de outubro de 1876. Atos de 1875 a 1878. Florianópolis: Oficinas a Elect. da Imprensa Oficial, 1920.

SANTA CATARINA. Ato do Presidente da Província André Cordeiro de Araújo Lima, 26 de janeiro de 1870. Atos de 1857 a 1870. Oficinas a vapor da Imprensa Oficial: Florianópolis, 1919.

SANTA CATARINA. Ato do Presidente da Província Carlos Augusto Ferraz de Abreu, 6 de Abril de 1869. Atos de 1857 a 1870. Oficinas a vapor da Imprensa Oficial: Florianópolis, 1919.

SANTA CATARINA. Ato do Presidente da Província de Santa Catarina Alfredo d'Escragnoille Taunay, 23 de Outubro de 1876. Atos de 1875 a 1878. Florianópolis: Oficinas a Elect. da Imprensa Oficial, 1920.

SANTA CATARINA. Ato do Presidente da Província de Santa Catarina Alfredo d'Escragnoille Taunay, 22 de Novembro de 1876. Atos de 1875 a 1878. Florianópolis: Oficinas a Elect. da Imprensa Oficial, 1920.

SANTA CATARINA. Ato do Presidente da Província João Capistrano Bandeira de Mello Filho, 10 de maio de 1875. In: Atos de 1875 a 1878. Florianópolis: Oficinas a Elect. da Imprensa Oficial, 1920, p. 130.

SCHRAMM, Adolph. "Carta a Sieveking, 28 de dezembro de 1846", p. 18-19.

SHRÖDER, Hermann. "Carta a Sociedade Hamburguesa, 11 de setembro de 1846", p. 17.

SHRÖDER, Hermann. "Informe a Sociedade Hamburguesa, 4 de agosto de 1846", p. 17.

STUTZER, Gustav. O Vale do Itajaí e o Município de Blumenau no Sul do Brasil - Santa Catarina. 2º Ed. Trad. Edith Sophia Eimer. Goslar/Harz: Editora Ludwig Koch, 1891.

VOIGT, André Fabiano (Org). *Cartas reveladas: a troca de correspondências entre Hermann Blumenau e Johann Jacob Sturz*. Blumenau: Cultura em Movimento, 2004.

BIBLIOGRAFIA:

ABRANTES, Visconde de. Memórias sobre o meio de promover a colonização. *Revista de Imigração e Colonização*. Ano II, n. 2/3, 1941.

BALHANA, Altiva Pilatti. Política Imigratória no Brasil Meridional. In: WESTPHALEN, Cecília Maria. *Um Mazzolino de Fiori*. Vol. III. Curitiba: Imprensa Oficial/Sec. de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, 2003.

BLOCH, Marc. A apologia da História ou o Ofício do Historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BLUMENAU, Cristina. O Doutor Hermann Blumenau: um colonizador alemão no Brasil. *Blumenau em Cadernos*, Tomo I, n. 5, mar, 1958.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. Usos e abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. 4ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CERVO, Amado Luiz. *O parlamento Brasileiro e as Relações Exteriores (1826-1889)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

CHRITILINO, Cristiano L. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. UFF. 2010.

DEEKE, José. O município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento. Blumenau: Nova Letra, 1995.

DYSARZ, Caiubi Martins. Os suíços de Superagui: colonização e imigração no Paraná do século XIX. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. 2013.

FERREIRA, Cristina; KOEPEL, Daniel F. *Representações da cidade: discussões sobre a história de Timbó*. Blumenau/Timbó: Edifurb/ Fundação Cultural, 2008.

FOUQUET, Karl. Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau – Vida e Obra. *Blumenau em Cadernos*, Tomo 39, n. 10, out, 1999.

FRANZINA, Emílio. *A Grande Imigração: o êxodo dos italianos do Vêneto para o Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006.

HALL, M. M; STOLCKE, V. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 6, Set. 1983.

HERING, Maria Luiza Renaux. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: Editora da FURB, 1987.

HERKENHOFF, Elly. Escravos Joinvillenses. *Blumenau em Cadernos*. Subsídios Históricos, Tomo XXI, nov/dez, n. 11/12 1980, p. 347-350.

HEUSI, Nemesio. *História Romanceada de Blumenau e do seu fundador*. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1981.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. Prefácio do Tradutor. In: DAVATZ, Thomas. *Memórias de um colono no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

IOTTI, L. H. (Org). *Imigração e colonização: legislação de 1747 – 1915*. Caxias do Sul/Porto Alegre: EDUCS/ Assembleia Legislativa do Estado do RS, 2001.

JAMUNDÁ, Theobaldo Costa Jamundá. O incêndio da Prefeitura de Blumenau. In: *Âgora*. Revista do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina e Curso de Arquivologia da UFSC. Vol. 1, nº 1, 1985. Disponível em <http://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/243/pdf>

KIEFER, Sabine. Dr. Hermann Blumenau – Vida e Obra. In: FERREIRA, Cristina; PETRY, Sueli Maria Vanzuita (Org). *Um alemão nos trópicos: Dr. Blumenau e a Política Colonizadora no Sul do Brasil*. Blumenau: Cultura em Movimento, 1999.

KLEIN, Karl. Emigrar. In: FERREIRA, Cristina (Org). *Vivências e Narrativas de um blumenauense*. Blumenau: Cultura em Movimento, 2011.

KLUG, João. *Imigração e Luteranismo em Santa Catarina: a comunidade alemã do Desterro – Florianópolis*. Florianópolis: papa livro, 1994.

KORMANN, Edith. *Blumenau, arte, cultura e as histórias da sua gente (1850-1985)*. Florianópolis: Paralelo 27, 1994.

LAZZARI, Beatriz Maria. *Imigração*. EST/UCS: Caxias do Sul, 1980.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do Século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

LEVI, Giovanni. Usos da Biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 169.

LIMA, Henrique Espada. E. P. Thompson e a microhistória: trocas historiográficas na seara da história social. MÜLLER, Ricardo Gaspar; DUARTE, Adriano Luiz. (Orgs.)

E. P. Thompson: política e paixão. Chapecó: Argos, 2012.

MACHADO, Paulo Pinheiro. A política de colonização do Império. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina/UFRGS, 1999.

MANGRICH, Antonio S. Presença química na implantação e desenvolvimento de um projeto de colonização durante o II Império, da história de Blumenau – SC. In: *Química Nova*. 14 (1). 1991.

MATTOS, Jacinto Antonio de. *Colonização do Estado de Santa Catarina: dados históricos e estatísticos (1640-1916)*. Florianópolis: Gab. Tipografia, 1917.

NADALIN, S. *Memórias de Gustav Hermann Strobel. Relatos de um pioneiro da imigração alemã no Brasil*. Curitiba: Instituto Memória, 2014

NICOCELI, Vanessa. O retorno do colonizador: representações da memória no traslado dos restos mortais de Hermann Blumenau e a construção do Mausoléu Dr. Blumenau. Monografia de Graduação. Blumenau: FURB, 2009. Disponível em: http://www.bc.furb.br/docs/MO/2010/341817_1_1.pdf.

NODARI, Eunice; et al. As florestas do sul do Brasil na imprensa alemã e a atração de imigrantes. In: DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur B.; TRAMONTINI, Marcos Justo (Org). *Imigração e Imprensa*. Porto Alegre:EST/ São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.

OBERACKER JR, Carlos H. *Jorge Antonio von Schaeffer: criador da primeira corrente emigratória alemã para o Brasil*. Porto Alegre: Metropole/Instituto Federal do Livro, 1975.

OLIVEIRA, Mariana Luiza de. *A construção da ordem na colônia Blumenau: novas representações e sujeitos para uma antiga colônia*. Monografia de Conclusão de curso de História. FURB, 2009.

PETRONE, Maria Thereza Schorer. *O imigrante e a pequena propriedade (1824-1930)*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 17-20.

PETRY, Leopoldo. *São Leopoldo: Berço da colonização alemã no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oficinas Gráficas Rotermund e Cia. Ltda, 1964.

PIAZZA, Walter F. *A colonização de Santa Catarina*. 2 Ed. Florianópolis: Lunardelli, 1988.

_____. *A escravidão negra numa província periférica*. Florianópolis: Garapuvu, 1999.

REVEL, Jaques. A história ao rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do Século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 200, p. 17-22.

RICHTER, Klaus. A fundadora de Joinville: sociedade colonizadora de 1849 em Hamburgo. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. 3º fase. n.

4. 1982-1983.

_____. A primeira viagem do Dr. Blumenau para Santa Catarina em abril de 1847. *Blumenau em Cadernos*. Edição especial 50 anos. Tomo XLVIII. Nov/Dez. n° 11-12, 2007.

_____. A sociedade colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau. Florianópolis/Blumenau: Editora da UFSC/Editora da Furb, 1992.

_____. As raízes de Blumenau 1847-1850. *Blumenau em Cadernos*, Tomo XLVII, jan/fev. n° 1/2, 2006.

_____. Os primórdios da colonização sistemática alemã em Santa Catarina – 1846-848. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*. 3ª fase. n.23, 2004.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo, 1969.

RODOWICK-OSWIECIMSKY, Theodor. *A colônia Dona Francisca no Sul do Brasil*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1992.

ROTHBARTH, Marlene D. S; SILVA, Lindinalva Deólea da. *Famílias de Itajaí: mais de um século de História*. Itajaí: Editora e Gráfica Odorrizzi, 2001.

SALOMON, Marlon J.; VOIGT, André F. Colonização Alemã e Escravidão no vale do Itajaí. In: FERREIRA, Cristina; FROTSCHER, Méri (Org). *Visões do Vale: perspectivas historiográficas recentes*. Blumenau: Nova Letra, 2000.

SANTOS, Manoel Pereira Rego Teixeira dos. Textos do Dr. Blumenau: o papel do agricultor no Guia de instruções aos futuros imigrantes para a Província de Santa Catarina no sul do Brasil. In: DREHER, Martin N.; RAMBO, Arthur B.; TRAMONTINI, Marcos Justo (Org). *Imigração e Imprensa*. Porto Alegre:EST/ São Leopoldo: Instituto Histórico de São Leopoldo, 2004.

SASSE, Marita Deeke. *Blumenau sua história*. Florianópolis: Lunardelli, 1980.

SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no Vale do Itajaí Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Garibaldi, 1974.

_____. A imigração alemã no Rio de Janeiro. In: GOMES, Angela Maria de Carto (Org.). *História de Imigrantes e de Imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2000.

_____. O Vale do Itajaí e a política Imigratória do Império. *Blumenau em Cadernos*. Edição especial 50 anos. Tomo XLVIII. Nov/Dez. n° 11-12, 2007.

SCHRÖDER, Ferdinand. *A imigração alemã para o sul do Brasil*. Trad. Martin Dreher. São Leopoldo/Porto Alegre: Ed. Unisinos/EDIPUCRS, 2003.

SILVA, José Ferreira da. Amor Filial. Blumenau em Cadernos. Tomo IX, nº4, Abril de 1968.

SILVA, José Ferreira da. História de Blumenau. 2. Ed. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1988.

_____. O Dr. Blumenau. Blumenau: Fundação Casa Dr. Blumenau, 1978.

STURZ, Johan Jacob. “Os extratos das cartas do Dr. Blumenau”. In: VOIGT, André Fabiano (Org). *Cartas reveladas: a troca de correspondências entre Hermann Blumenau e Johann Jacob Sturz*. Blumenau: Cultura em Movimento, 2004.

THOMPSON, Edward P. *A miséria da Teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusserr*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1984.

THOMPSON, Edward P. *As Peculiaridades dos Ingleses e outros Artigos*. 2 Ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2012.

TRAMONTINI, Marcos Justo. A questão da terra na fase pioneira da colonização. In: MAUCH, Claudia; VASCONCELOS, Naira (Org.) *Os alemães no sul do Brasil*. Editora da UBRA: Canoas, 1994.

VENDRAMINI, Célia Regina. Experiência e coletividade em E. P. Thompson. In: MÜLLER, Ricardo Gaspar; DUARTE, Adriano Luiz. (Orgs.) *E. P. Thompson: política e paixão*. Chapecó: Argos, 2012.

VOIGT, André Fabiano (Org). *Cartas reveladas: a troca de correspondências entre Hermann Blumenau e Johann Jacob Sturz*. Blumenau: Cultura em Movimento, 2004.

WITT, Marcos Antônio. Em busca de um lugar no sol: estratégias políticas – Imigração alemã Rio Grande do Sul – Século XIX. São Leopoldo: Oikos, 2008.

WITTMANN, Luisa Tombini. O vapor e o botoque: imigrantes alemães e índios Xokleng no Vale do Itajaí-SC. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2007.

ZILIG, Cezar. *Dear Darwin: a intimidade da correspondência entre Fritz Müller e Charles Darwin*. São Paulo: Sky/Anima Comunicação e Design, 1997.

ZIMMERMANN, Tânia Regina. Das fronteiras do Velho Mundo ao Novo Mundo. *Akrópolis* 12 (2): 45-50, 2004.

ZIMMERMANN, Tânia Regina. *Johann Jacob Sturz e a Nova Alemanha nos Trópicos*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2001.